



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Campus de Presidente Prudente

**OS ASSENTAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO
CENTRO-OESTE/PR ENQUANTO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA
CAMPONESA**

JOÃO EDMILSON FABRINI

PRESIDENTE PRUDENTE
2002

JOÃO EDMILSON FABRINI

**OS ASSENTAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO
CENTRO-OESTE/PR ENQUANTO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA
CAMPONESA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

ORIENTADOR:
Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES

**PRESIDENTE PRUDENTE
2002**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO – I	25
I - CONTRADIÇÃO E RESISTÊNCIA COMO PARÂMETROS PARA COMPREENSÃO DO CAMPESINATO.....	26
Introdução.....	26
1.1 – Bases teóricas e críticas para o estudo do campesinato e da questão agrária.....	27
1.2 – Participação e resistência dos camponeses na revolução russa	52
1.2.1 - As comunas russas: resistência e diferenciação social.....	72
1.3 – Camponeses: ações coletivas e comunitárias nos assentamentos rurais	78
CAPÍTULO – II.....	90
II - COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E A CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO DO MST.....	91
Introdução.....	91
2. 1 – A formação das cooperativas agropecuárias.....	92
2. 2 - Cooperativa agrícola empresarial: reprodução das relações subordinadas no campo.....	100
2. 3 – Cooperativas agrícolas e resistência no campo.....	106
2. 4 – Luta dos sem-terra e cooperação nos assentamentos.....	111
2.4.1 - A luta dos sem-terra.....	112
2.4.2 – Os assentamentos de sem-terra.....	117
2.4.3 - O processo de formação das cooperativas nos assentamentos.....	122
2.4.4 - Concepção de cooperação do MST.....	129
2. 5 - Expansão do capitalismo no campo e cooperativas.....	139

CAPÍTULO - III.....	150
III - A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS DO CENTRO-OESTE/PR: O CASO DA COAGRI.....	151
Introdução.....	151
3.1 – Ocupação das terras da região Centro-Oeste paranaense.....	156
3.2 - Os assentamentos de sem-terras no Centro-Oeste/PR e a formação da Coagri.....	158
3.3 – Expansão e crise econômica da Coagri.....	167
CAPÍTULO - IV.....	199
IV – CAMPONESES E A RESISTÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS DO CENTRO-OESTE/PR.....	200
Introdução.....	200
4.1 – Os grupos de assentados e núcleos de produção nos assentamentos.....	201
4.1.1 – A constituição territorial dos assentamentos.....	215
4.2 – A compreensão de campesinato do MST.....	223
4.2.1 – Diferentes formas de existência dos camponeses nos assentamentos.....	236
4.3 – Assentamentos: território de manifestações de sujeitos políticos.....	250
CONCLUSÃO.....	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	286

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.....	153
Mapa 2.....	154
Mapa 3.....	160
Mapa 4.....	164
Mapa 5.....	183
Mapa 6.....	180
Mapa 7.....	256
Mapa 8.....	257

LISTA DE FOTOS

Foto 1.....	157
Foto 2.....	167
Foto 3.....	183
Foto 4.....	184
Foto 5.....	192
Foto 6.....	202
Foto 7.....	208
Foto 8.....	208
Foto 9.....	214
Foto 10.....	215
Foto 11.....	221
Foto 12.....	222
Foto 13.....	267

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1.....	21
Quadro 2.....	110
Tabela 1.....	152
Tabela 2.....	187
Tabela 3.....	188
Tabela 4.....	189
Tabela 5.....	206
Tabela 6.....	207
Tabela 7.....	238
Tabela 8.....	244
Tabela 9.....	248
Tabela 10.....	254
Tabela 11.....	254
Tabela 12.....	261
Tabela 13.....	268
Tabela 14.....	268
Tabela 15.....	269
Tabela 16.....	269
Tabela 17.....	269
Tabela 18.....	270
Tabela 19.....	271
Tabela 20.....	272
Tabela 21.....	274

PALAVRAS-CHAVES

Resistência Camponesa; Assentamentos; Cooperativa. Participação Política

KEY WORDS

Resistance Peasant; Seated; Cooperative; Participation Political

RESUMO

Os assentamentos rurais se constituem num território de resistência e reprodução das relações camponesas. Para tratar desta temática foi tomada como referência as manifestações coletivas realizadas pelos camponeses dos assentamentos da região Centro-Oeste do Paraná.

No primeiro capítulo foram analisados o campesinato e questão agrária no contexto de lutas no campo e o conflito entre as classes. Partindo do pressuposto da contradição existente na sociedade, a abordagem foi instrumentalizada tomando como referências os estudos de autores marxistas e não-marxistas. A revolução russa foi utilizada para tratar a respeito da participação dos camponeses nos processos revolucionários, momento em que foram elaboradas e aprofundadas teórica e politicamente as concepções marxistas de campesinato.

O segundo capítulo tratou das cooperativas agropecuárias, desde o seu surgimento e as mudanças a que esta proposta foi submetida ao longo de sua trajetória, inclusive no Brasil. O surgimento de cooperativas no contexto de lutas e expansão do capitalismo no campo foi tratado ainda neste capítulo, destacando a proposta de cooperação do MST enquanto instrumento de resistência nos assentamentos.

No terceiro capítulo foi abordado sobre a cooperação nos assentamentos da região Centro-Oeste do Paraná, onde se destacou a presença da Coagri (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda). A Coagri foi tomada como exemplo de materialização da proposta de cooperativas do MST, considerando as implicações políticas e econômicas na região, inclusive as relações internas entre assentados e cooperativas. Foram apontados o surgimento, expansão e crise da cooperativa.

O quarto capítulo abordou a organização dos núcleos de produção e grupos de assentados formados nos assentamentos enquanto uma resistência na construção de território camponês. As mais importantes mobilizações dos assentados foram realizadas a partir da organização dos núcleos e grupos de assentados. Aliás, os grupos e núcleos se destacam mais pelas lutas políticas do que na organização da produção agrícola nos assentamentos.

ABSTRACT

The seated rustier, to consist of a territory residence and reproduction from relations peasants. To treat that thematic went to take writ reference the manifestation collectivity, realization for peasants from seated from region center west from Paraná.

In first chapter went to analyzer the peasant and question agrarian in context to fight in battlefield between the classes. Participation to presuppose from contradiction existence in society, the approach went to instrument takes to the regarding the study solemnity Marxist and not Marxist. The revolution Russia went to utilization to death above the participation peasant in process revolutionary moment in that went to elaborations and deepen theoretical and politics the conception Marxism from peasant.

The second chapter treatment from cooperative agronomy that your arise to and that move that proposal went to submit along your trajectory inclusively in Brazil the arise from cooperative in context from fight and expansion from capitalism in field went to treaty just this chapter demonstrate the prosper from cooperative from M.S.T whereas instrument of resistance in seated.

In third chapter went to board above the cooperation in seated from region Center-West from Paraná, where detachment the presence from Coagri (Cooperative from Rural Working and Agrarian Reform from Center-West from Paraná Ltda). The Coagri went to take to example of materialize of proposal from cooperative from MST consider the implication politics and economical in region inclusively the in intern relations between seated and cooperative. Gone to pointed the arise to, expansive and crisis from cooperative.

The fourth chapter board the organization the nucleus of production and group from seated formed in seated while a home in building of territory of peasant. The more important mobilize of seated gone to realization the leave of organization of nucleus and group if to be detached above by fights politics from the in organization from production agricultural in seated.

“O que faz com que uma região da terra seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela;...”. (Karl Marx)

AGRADECIMENTOS

Aos camponeses dos assentamentos visitados que muitas vezes deixaram seu trabalho na roça para nos receber em suas casas, fornecendo informações sobre suas vidas, esperanças, decepções, organização, conquistas, utopias...

Aos diretores da Coagri e lideranças do MST que nas longas entrevistas forneceram informações valiosas sobre as conquistas, organização, dificuldades, perspectivas de luta dos sem-terra no Centro-Oeste do Paraná;

Aos colegas da Unesp, que tiveram a paciência de nos ouvir nas discussões travadas dentro e fora das salas de aula. Um agradecimento especial a Rose com quem tive oportunidade de dialogar sobre os dilemas da academia e da pesquisa sobre os sem-terra. Também ao Zé Henrique pelo companheirismo e amizade construída no decorrer do curso;

Aos membros e ex-membros do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Gleison, Priscila, Rodrigo, Diana, Gilberto, Juliana, Cristiane, Bethânia Vivian e Marli) pela convivência nos estudos sobre os sem-terra no Nera.

À Solange, com quem discuti muitas vezes sobre as dificuldades, retrocessos e avanços deste trabalho; contribuindo inclusive na realização da pesquisa de campo;

Aos colegas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, em especial ao Robson, Marcelo e Flaviana, companheiros de discussão sobre o ensino, pesquisa, extensão e administração da universidade pública;

Ao Prof. Dr. Márcio Antônio Teixeira, que acompanhou meus primeiros passos na vida acadêmica, e nos anos 2000/01 gentilmente se responsabilizou pela cota de bolsa de estudos;

Ao povo do Paraná que custeou meu afastamento da Unioeste para desenvolver esta pesquisa. O agradecimento também ao CNPq que forneceu bolsa de estudos por um período do curso.

Ao Bernardo, pela dedicação incomum no acompanhamento e orientação desta pesquisa. Exigente e rigoroso nos trabalhos no decorrer do curso, porém sem perder a ternura jamais;

INTRODUÇÃO

A organização e luta de resistência dos trabalhadores do campo sempre estiveram presentes no território brasileiro. Este foi o caso, num passado distante, das iniciativas de organização dos escravos fugitivos nos quilombos e, num passado recente, das roças comunitárias desenvolvidas entre camponeses rebelados na década de 1950, por exemplo. Nos dias atuais, outros exemplos podem ser citados, principalmente aqueles surgidos nos assentamentos de trabalhadores sem-terra, como associações, grupos coletivos, cooperativas, etc. O assentamento é um território de produção e reprodução do campesinato.

A compreensão de campesinato, bem como da questão agrária, elaborada pelo Partido Comunista na década de 1950 nortearam um conjunto de iniciativas de ações coletivas desenvolvidas no campo brasileiro. As discussões travadas sobre participação dos camponeses na construção da revolução socialista contribuíram para uma elaboração teórica sobre o mesmo.

A partir das idéias de Lênin, Engels, Kautsky, Marx, dentre outros, e de um arcabouço teórico marxista elaborado nos países revolucionários, o Partido Comunista entendeu que os camponeses não se constituíam como sujeitos políticos que pudessem contribuir na construção da sociedade socialista. A compreensão foi de que os camponeses estão destituídos de conteúdo revolucionário em suas manifestações, cabendo apenas uma tarefa auxiliar e temporária. O socialismo a ser construído não comportaria a existência do campesinato.

Esta compreensão de campesinato perpassa ainda hoje, manifestações e lutas desenvolvidas no campo. Este é o caso, por exemplo, da proposta do MST de organização dos trabalhadores nos assentamentos na forma de CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária). Na CPA exige-se a superação das características camponesas dos assentados.

A análise da obra de um conjunto de autores marxistas, e também autores não-marxistas, permitiu a elaboração de uma síntese das características do campesinato das quais destaca-se a subordinação do camponês às relações capitalistas na circulação da

produção; a base familiar da organização produtiva e, sobretudo, o seu potencial e capacidade de luta e resistência à imposição de modelos de organização social externos ao seu modo de vida. Na resistência, os camponeses se constroem enquanto sujeitos políticos.

Se por um lado, a compreensão marxista desqualificou o campesinato no processo revolucionário e não considerou a possibilidade de sua existência com a intensificação das relações capitalistas, de outro, colocou em discussão a sua reprodução no contexto do conflito e contradição existente entre as classes sociais. Apontou o princípio da contradição e da luta de classes como elemento necessário para considerar a possibilidade de sua existência. Apontou ainda para a idéia de que a existência do campesinato é garantida pela resistência e luta desenvolvida por ele.

No contexto do desenvolvimento desigual das relações que caracteriza o modo de produção capitalista que se encontra o nexos da existência do campesinato. O desenvolvimento desigual remete a compreensão do campesinato ao contexto político em que ele está inserido, indicando que a sua reprodução e existência residem mais nas lutas sociais do que na capacidade e eficiência de produzir mercadorias. Embora a dinâmica das forças sociais esteja vinculada às forças de produção não há harmonia entre elas e o processo de construção da consciência coletiva não se limita à produção coletiva como ocorre entre os operários da indústria.

A capacidade de produção de mercadoria e a suposta eficiência econômica não podem garantir sempre a existência dos camponeses porque a entrada na dinâmica do mercado capitalista implica na sua subordinação e expropriação. O lugar social dos camponeses ocorre por meio da luta contra a expropriação, luta para entrar na terra e nela permanecer.

Uma expressão da luta dos camponeses para entrar na terra e nela permanecer é aquela desenvolvida pelos trabalhadores sem-terra. Apesar dos assentamentos ser uma realização do Estado, eles se constituem como território de existência camponesa e os assentados, pela sua luta e resistência, são os sujeitos do processo social e políticos. O território do assentamento é uma construção realizada por sujeitos sociais ativos.

As manifestações dos sem-terra no início da década de 1980 foram caracterizadas por ações de luta e conquista da terra. A conquista da terra levou o sem-terra a declinar

sua atenção para ações coletivas nos assentamentos. A organização da produção passou a ser pensada como uma necessidade básica para a permanência do trabalhador assentado na terra, surgindo as questões de produção, política agrícola, assistência técnica, investimentos, renegociação de financiamentos, educação, etc.

A produção passou a ser entendida pelo MST como uma das formas de sustentação do projeto político e de reforma agrária dos sem-terra. A discussão sobre a produção no assentamento foi inserida na seguinte palavra de ordem: ocupar, resistir e produzir.

Por outro lado, os assentamentos de sem-terra não são apenas lugares dedicados à produção agropecuária. São também o lugar do debate político, no qual discutem-se questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas. Os assentamentos são um “campo fértil” para que os ideais possam se materializar e as utopias não morrerem.

Os assentamentos são um território de ações coletivas. As ações coletivas são atividades desenvolvidas pelos camponeses assentados em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São motivadas, sobretudo por uma identidade construída no processo de luta pela terra e apresenta conteúdo político/ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade.

As ações coletivas são viabilizadas pelos grupos de assentados e núcleos de produção e possibilitam a ampliação e territorialização da luta dos sem-terra. Organizados nos núcleos e grupos, os assentados lutam por infraestrutura de produção, crédito financeiro; refletem sobre a política agrária, agrícola, questão ambiental, gênero, etc. Dessa forma, as ações coletivas não são necessariamente aquelas iniciativas de coletivização dos meios de produção como ocorre com a proposta de CPA, inspirada no cooperativismo implantado em países que realizaram revolução socialista.

São realizadas também nos assentamentos as ações comunitárias. As ações comunitárias são aquelas atividades realizadas nos assentamentos mediadas pela solidariedade entre as pessoas e sem a complexidade que envolve as relações de classe. A ajuda mútua, por exemplo, é movida mais pela solidariedade e “espírito” comunitário do que por um projeto de transformação social e de natureza política. Não se constitui em si como um projeto de transformação social. Mas, estas relações comunitárias podem ser

potencializadas para transformações na estrutura da sociedade e por isso, possuem também conteúdo político.

Assim, os assentamentos se constituem no território onde se manifestam relações comunitárias e coletivas. As cooperativas implantadas nos assentamentos também se constituem numa forma de viabilização de ação coletiva. Entretanto, as cooperativas enfrentam uma série de obstáculos e dificuldades de manutenção, pois são concebidas mais como uma empresa econômica de comercialização e prestação de serviços do que numa forma de organização e luta dos assentados.

As cooperativas são uma proposta elaborada e implementada pelo MST/Concrab¹ por meio do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) para viabilizar ações coletivas nos assentamentos. Surgem também nos assentamentos propostas de cooperação fora do SCA e que também são apoiadas pelo MST/Concrab. O sistema cooperativista dos assentados tem a CPA (Cooperativas de Produção Agropecuária) como expressão maior da cooperação no assentamento em que terra, meios de produção, gestão e trabalho são coletivos².

As cooperativas são pensadas pelo MST/Concrab como uma forma de inclusão dos assentados ao mundo da mercadoria. A idéia é de que apesar dos males causados aos trabalhadores do campo, a inclusão no mundo da mercadoria permite o estabelecimento de relações que reforçam a luta contra o ordenamento social regido pelo capital, ou seja, o desenvolvimento da produção coletiva permite a consciência coletiva. O desenvolvimento das forças produtivas com criação e fortalecimento de cooperativas vai possibilitar a territorialização da luta pela terra.

Por outro lado, os camponeses assentados têm apresentado resistência às cooperativas, sobretudo aquele modelo de cooperação (CPA) considerado superior pelo MST. Isto pode ser verificado nas dificuldades de reprodução desse modelo de cooperativa do MST. Mas, não significa que os camponeses são avessos e contrários ao

¹ A proposta de cooperação agrícola implementada nos assentamentos pela Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) não ocorre independentemente das definições elaboradas pelo MST. Portanto, a Concrab se constitui como um segmento que procura viabilizar a proposta de cooperação do MST.

² No início do 2002 o MST fez uma série de mudanças visando a reestruturação da metodologia de organização nos assentamentos. Foi criado o setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente que será colocado em prática a partir de um conjunto de Frentes de atuação: Frente de Cooperação Agrícola e

desenvolvimento de atividades coletivas ou que são individualistas e não aceitam a cooperação agrícola.

A discussão sobre a necessidade da organização de uma cooperativa de reforma agrária na região Centro-Oeste do Paraná³ vinha sendo feita desde meados da década de 1980, quando surgiram os primeiros assentamentos na região. Aliás, foi nesta região que surgiram os primeiros assentamentos de sem-terra no Estado do Paraná. As discussões travadas em torno da organização dos assentamentos desembocaram na fundação de uma cooperativa com característica regional em 21/10/1993 denominada Coagri (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda).

A formação da Coagri está inserida na idéia de intensificar a cooperação nos assentamentos, se constituindo como uma CPS (Cooperativa de Prestação de Serviços) regional, conforme definição da Concrab (1998) em seu caderno de formação número 5. As dificuldades constatadas na implantação das CPAs, sustentada na coletivização, fizeram com que as CPSs surgissem como alternativa de cooperação nos assentamentos.

Os assentados fundaram a Coagri para viabilizar a comercialização e prestação de serviços numa área de atuação que abrangem mais de 50 assentamentos. Desde o início de suas atividades (1993), a organização da cooperativa foi baseada nos núcleos de produção, proposta que ficou em plano secundário com a possibilidade de expansão econômica da cooperativa, resultante principalmente de financiamentos do teto II⁴ do antigo Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

A propostas de ações coletivas defendidas pelo MST fundamentadas nas cooperativas, principalmente naquelas que sustentam a necessidade da coletivização (CPAs), é vista também como uma forma de operacionalizar o fim de uma suposta

Cooperativas; Frente de Organização Social da Base; Frente de Assistência Técnica e da Produção; Frente de Formação e Capacitação; Frente de Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária.

³ A microrregião que compõe os municípios onde estão localizados os assentamentos estudados é denominada de Campos de Guarapuava e está inserida na mesorregião geográfica Centro-Sul Paranaense, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 1997, 134). Entretanto, a organização do MST e a realização dos assentamentos levaram à denominação desta região de “Centro-Oeste do Paraná”, que coincide com a microrregião de Campos de Guarapuava. Portanto, será utilizada a denominação de Centro-Oeste/Pr para referir-se à microrregião de Campos de Guarapuava.

⁴ O teto II do antigo Procera é uma linha de financiamento destinada a investimentos “coletivos” como a formação de cota-parte de cooperativas de reforma agrária. Após resolução 2629 do Banco Central do Brasil de 10/08/1999 o Procera foi desativado e os financiamentos rurais aos assentados passaram a ser normatizados pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

fragmentação existente entre campo e cidade bem como a fragmentação luta desenvolvida por operários e camponeses. É um modelo de organização no assentamento que considera a indústria e a agroindústria como expressão maior de trabalho coletivo.

A proposta de coletivização das CPAs é elaborada a partir da compreensão de que a expansão das relação capitalistas no campo ocorre de forma semelhante à da indústria. Não consideram as especificidades e o desenvolvimento desigual da expansão das relações capitalistas no campo, como a existência do campesinato. Aliás, para o MST, as características camponesas dos assentados precisam ser superadas para se colocar em prática o modelo superior de cooperação (coletivização).

Na região Centro-Oeste do Paraná apenas em dois assentamentos esta forma de cooperação coletiva está presente: no assentamento Terra Livre, no município de Nova Laranjeiras (Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa Ltda – Coopcal), e no assentamento Maria Inês Ribas, em Guarapuava (Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Liberdade Ltda – Coopatel).

Mas, a mesma Coagri, concebida nesta perspectiva de um empreendimento econômico de viabilidade dos assentamentos, operacionalizou a formação de núcleos de produção. Estes foram estimulados pela cooperativa como um instrumento de viabilidade de modernização agrícola e desenvolvimento de ações coletivas na área econômica e produtiva. Entretanto, os núcleos se constituíram mais como base de organização do MST nos assentamentos do que uma forma de viabilizar a modernização agrícola.

Os núcleos de produção são agrupamentos de famílias filiadas a Coagri que forma a base da cooperativa no assentamento. Os núcleos se caracterizam mais pelas atividades políticas do que pela eficiência na produção. Grande parte dos núcleos de produção encontra-se em dificuldades de organização com o desmantelamento da Coagri e encerramento de atividades de comercialização da produção dos assentamentos na segunda metade de 2001.

A rapidez com que Coagri se construiu e expandiu enquanto empresa econômica, capaz de realizar importante intervenção no espaço, foi a mesma com que se distanciou da base de sustentação, refletindo no enfraquecimento e desmantelamento de parte dos núcleos de produção.

Uma outra forma de organização nos assentamentos são os grupos de assentados, formados na maioria na época do acampamento. Em alguns assentamentos estes grupos se desdobram em associações de assentados, possibilitando uma versão formal/legal para a organização dos assentados. Os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no município de Rio Bonito do Iguaçu são exemplos na formação de grupos de assentados. Praticamente toda a organização dos assentamentos referidos é feita a partir destes grupos.

Os grupos de assentados não possuem necessariamente vínculo com a Coagri. Entretanto, por meio da organização destes grupos o MST tem viabilizado a mobilização dos assentados nas variadas lutas. Assim, como os núcleos, estes grupos também se constituem como base do MST nos assentamentos.

Assim, “núcleos de produção” e “grupos de assentados” se constituem como estratégia de resistência à imposição de uma organização social e de produção que ameaçam a existência dos camponeses assentados. Os grupos e núcleos viabilizam as ações coletivas nos assentamentos.

Ao contrário de individualismo do qual se refere muitas vezes o Movimento, existe entre os camponeses assentados capacidade de coesão e construção de ações coletivas nos assentamentos. Esta capacidade de coesão é estimulada com a formação de núcleos e grupos que possibilitam a superação do distanciamento e isolamento proporcionado pela dispersão das moradias nos lotes.

A dispersão das moradias nos lotes, um elemento essencialmente espacial, pode ser limitante para a agregação e realização das ações coletivas entre os camponeses. Esta dispersão se contrapõe à reunião de trabalhadores como ocorre numa fábrica (trabalho coletivo) e sua residência nos aglomerados urbanos como um elemento que pode favorecer a construção de relações sociais e o acúmulo de forças para realização de lutas e resistência. Mas, os camponeses vão construindo alternativa para superar os distanciamentos sem necessariamente aderir ao assalariamento e urbanização para estimular a organização e luta dos trabalhadores do campo.

A formação dos grupos e núcleos permite a aproximação entre as pessoas e o estabelecimento de relações necessárias para a realização de manifestações coletivas. A

existência dos núcleos e grupos de assentados não está obrigatoriamente condicionada à formação de “agrovilas” ou núcleos de moradias.

Assim, os trabalhadores sem-terra vão construindo relações que garantem a sua existência sem negar os valores do campesinato. Daí a importância do reconhecimento e valorização da força transformadora que está presente nas relações camponesas estabelecidas no espaço dos assentamentos. É preciso reconhecer o potencial de resistência e transformação social implícita em ações que aparentemente são conservadoras, mas que trazem um conteúdo questionador das relações de dominação. A luta pela manutenção na terra é uma evidência deste potencial.

Da mesma forma que foram reconhecidos valores como a religião entre os assentados, convertida na “mística” do MST, como forma questionadora da ordem capitalista, é preciso também reconhecer outros valores dos camponeses. A divisão “simples” do trabalho no interior dos lotes nos assentamentos pode se constituir numa forma de resistência e não numa depreciação desta característica. Urge como questão importante, compreender o conteúdo contestador das ações dos camponeses nos assentamentos.

A partir das idéias expostas sobre a construção do território camponês por meio da organização e luta dos assentados, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- O entendimento da resistência camponesa não é possível apenas pela análise das relações de produção de mercadorias, mas essencialmente pelas forças sociais criadas nesse processo de produção. Ao contrário da existência, a centralização do campesinato na produção de mercadoria pode significar o seu fim;
- Os camponeses não lutam apenas contra os efeitos e mazelas do capitalismo, mas contra o próprio capitalismo, evidenciando conteúdo político e ideológico nas suas ações. As formas político-ideológicas de suas lutas não são necessariamente idênticas às lutas dos assalariados e operários das indústrias;
- Não é a garantia da posse e a estabilidade na terra que faz do camponês um trabalhador acomodado, ou a ausência dos meios de produção que possibilitará a ampliação das lutas. O que move os camponeses para as lutas é o amadurecimento de sua consciência de classe, subordinação e exclusão do processo produtivo, social e políticos que estão submetidos;

- Os camponeses não são avessos às ações coletivas. São avessos a determinadas formas que têm como centro a negação da sua “natureza” e características. Eles recusam a proposta de ações coletivas sustentadas na coletivização da terra, trabalho, meios de produção e gestão. Recusam ações coletivas elaboradas a partir de parâmetros que lhes são estranhos, ou seja, ações coletivas centradas na concepção de mundo do outro;
- Por fim, os camponeses assentados constroem espaços de participação política para garantir a sua existência. Isto é o que ocorre com a formação dos núcleos e grupos de assentados, que são forma de aproximação entre as famílias assentadas, rompendo o distanciamento proporcionado por uma organização espacial de dispersão dos camponeses no território construído por eles.

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo foram analisados o campesinato e questão agrária no contexto de lutas no campo e o conflito entre as classes aí presentes. Foram tomadas a contradição e a resistência como parâmetro de compreensão do campesinato. Partindo deste pressuposto, foi necessário instrumentalizar a abordagem tomando como referências os estudos de autores marxistas e não-marxistas. A revolução russa foi utilizada para tratar da participação dos camponeses nos processos revolucionários, momento em que foram elaboradas e aprofundadas teórica e politicamente as concepções marxistas de campesinato.

No segundo capítulo, foi abordado sobre as cooperativas agropecuárias, desde o seu surgimento e as mudanças que esta proposta foi submetida ao longo de sua trajetória, inclusive no Brasil. Procurando contrapor-se às cooperativas agrícolas empresariais, surgem propostas elaboradas no contexto de luta dos trabalhadores do campo, que se caracterizam pela resistência e como instrumento de luta contra a subordinação dos trabalhadores do campo às relações capitalistas de produção. O surgimento de cooperativas no contexto de lutas e expansão do capitalismo no campo foi tratado ainda neste capítulo, destacando a proposta de cooperação do MST enquanto instrumento de resistência nos assentamentos.

No terceiro capítulo foi abordado sobre a cooperação nos assentamentos da região Centro-Oeste do Paraná, onde se destaca a presença da Coagri. A Coagri foi tomada como exemplo de materialização da proposta de cooperativas do MST/SCA,

considerando as implicações políticas e econômicas na região, inclusive as relações internas entre assentados e cooperativas. Foram apontados o surgimento, expansão e crise da cooperativa.

No quarto capítulo, foi estudado sobre a organização dos núcleos de produção e grupos de assentados, que se destacaram mais pela luta política do que econômica. Embora os núcleos tenham sido estimulados pela Coagri, eles ficaram para segundo plano com a possibilidade de expansão econômica da cooperativa enquanto uma empresa de comercialização e prestação de serviços aos assentados.

As ações mais importantes dos núcleos são as mobilizações e a luta política, mesmo considerando que sua concepção e natureza sejam essencialmente econômicas, ou seja, pensadas pelo MST/Coagri de que por meio da organização da produção se viabilizaria outras conquistas.

Além disso, foi destacado neste capítulo o conteúdo territorial da organização dos núcleos. A organização de núcleos e grupos é uma forma de superar o isolamento existente entre os camponeses, ou seja, a construção de um território que proporcione a possibilidade do desenvolvimento das lutas e resistência entre os assentados. As ações coletivas desenvolvidas a partir dos grupos e núcleos são formas de resistência e reprodução dos camponeses assentados.

A área de estudo (Centro-Oeste/PR) contempla assentamentos onde a Coagri desenvolve ação. Aí existem 52 assentamentos, distribuídos pelos municípios Cândói, Cantagalo, Campina do Simão, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Turvo.

Estão assentadas 3.638 famílias numa área total de 72.807 ha, conforme se verifica no quadro a seguir (quadro 01), que indica municípios, assentamentos, número de famílias, área, núcleos, questionários aplicados aos membros de grupos de assentados e núcleos. Nem todos os assentamentos possuem vínculo com o MST ou Coagri. Mas, mesmo não estando vinculados diretamente a Coagri, os assentamentos apresentam organização de grupos que permitem o desenvolvimento de ações coletivas e de luta de resistência.

Quadro 1

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIA	ÁREA (há)	NÚCLEO	N. QUEST.
Nova Laranjeiras	3ª Conquista da União	164	2.235	X	05
	Recanto Estrela	26	611	X	01
	Terra Livre	30	400	cpa	01
Candói	Col. São João Batista	34	369	X	01
	Vargem/Santa Clara	33	365	X	01
	Ihéus	79	1.172	X	01
	Mata do Cavemoso	22	1.177	-	-
	São Pedro	45	854	-	-
Laranjeiras do Sul	Passo Liso	36	583	X	01
	Bugre Morto	05	216	X	-
	Rio Leão	60	1.477	X	02
Cantagalo	Fazenda Cavaco	26	713	X	01
	Juquiá de Cima	20	542	X	02
	Jarau	51	1.467	X	02
	Volta Grande	10	266	X	-
	Tunas/Tuninhas	9	263	X	01
	Santa Luzia	20	454	X	01
	Turvo	Fazenda Marrecas	20	540	-
Guarapuava	Serro Verde	14	260	X	01
	São Pedro	38	912	-	-
	Fazenda Carolina	27	580	X	01
	Paiol de Telha	64	1051	-	-
	Europa	26	496	-	-
	Maria Inês Ribas	42	563	cpa	01
	Fazenda Banana	62	1.096	-	-
Goioxim	Colônia Piquiri	11	269	X	01
	Nova Esp. Piquiri	9	202	X	-
	Água Fria	15	368	X	-
	Santo Antônio	44	1.003	X	01
	Santa Clara	12	296	X	-
	Jaboticabal	47	1.110	X	01
	29 de Agosto	82	2381	X	02
	N. Senhora Vitória	132	3.448	X	03
Quedas do Iguaçu	Rio Perdido	58	1.205	X	01
	Conquista Bracatinga	23	403	X	01
Campina do Simão	Faxinal das Araras	20	394	X	01
	Araraí	19	601	X	01
Marquinho	Ouro Verde	49	1.225	X	02
	Fazenda Guampará	7	176	-	-
Pinhão	Faxinal dos Ribeiros	46	1.486	-	-
	Faxinal Ribeiros	25	872	-	-
	Faxinal Silvério	42	1.212	-	-
	Faxinal Ribeiros/Zattar	85	2.395	-	-
Inácio Martins	Bom Retiro	11	277	-	-
	Faxinal Rodrigues	32	485	-	-
	José Dias	20	1.975	-	-
	Rio Areia/Madeirit	120	1.742	-	-
Espigão Alto Iguaçu	Núcleo Agric. Vitória*	36	642	X	-
Rio Bonito do Iguaçu	Ireno Alves dos Santos	900	16.983	X	08
	Marcos Freire	604	10.095	X	01
Reserva do Iguaçu	Rodeio	19	363	X	01
	Barreiros	77	1.614	X	01
Porto Barreiro	Fazenda MANASA**	130		X	01
TOTAL	53	3.638	72.807		49

* Os assentados do P. A. Núcleo Agrícola Vitória, conhecido como Solidor, no município de Espigão Alto do Iguaçu, foram despejados em 2000, apesar dos mais de 14 anos aí instalados.

** O núcleo de produção de Porto Barreiro é um acampamento. No acampamento existem doze grupos formados por 10 e 11 famílias cada um.

Nem todos os assentamentos possuem núcleos de produção. Num grupo de assentado pode existir um núcleo de produção ou associações. Esta última é marcada mais por lutas no campo institucional.

No assentamento pode existir mais de um núcleo de produção ou grupo. Este é o caso do assentamento Ireno Alves dos Santos, que possui 41 grupos, formando um ou mais núcleos de produção em cada grupo. Os dados coletados são provenientes dos grupos de assentados vinculados e não vinculados ao MST, bem como dos núcleos de produção.

Foram aplicados 49 questionários distribuídos em 30 assentamentos. Os questionários coletaram dados dos núcleos e grupos e dados específicos da família entrevistada. Os critérios para escolha dos assentamentos foram a existência de organização de grupos e núcleos e o número de famílias assentadas. A importância política, econômica e territorial do assentamento também foram consideradas para a aplicação dos questionários.

Os dados das atividades econômicas desenvolvidas abrangem uma área de criação e cultivo aproximada a 10.000 ha e corresponde à área dos núcleos e grupos dos assentamentos visitados.

Os 49 questionários foram aplicados aos coordenadores, líderes ou membros dos núcleos e grupos a fim de obter informações da forma como eles estão organizados. A escolha dos entrevistados nos núcleos e grupos foi feita de acordo com a indicação dos dirigentes da Coagri/MST e consulta entre os próprios assentados, sobre quem possuía informações sobre os grupos e núcleos. A necessidade de participação das atividades desenvolvidas pelos núcleos foi outro critério para a escolha dos entrevistados.

Foram incluídos na escolha dos núcleos a serem entrevistados, aqueles que se formaram a partir de confrontos com o a direção do MST/Coagri. Este foi o caso da formação de associações no assentamento Ireno Alves dos Santos, estimuladas pelo poder público municipal.

Os grupos e núcleos foram classificados da seguinte forma:

1 – Núcleos onde se realiza trabalho coletivo como as CPA e grupos coletivos (foram encontradas 02 CPAs e 02 grupos coletivos);

2 – Núcleos que possuem forte vínculo com MST/Coagri e que se encontram organizados mesmo depois da crise e desmantelamento da Coagri. Mesmo vinculados ao MST, não há coletivização da terra, instrumentos e trabalho.

3 – Grupos de assentados que não são núcleos de produção vinculados a Coagri, mas que se constituem como base do MST, principalmente para organização das mobilizações;

4 – Grupos de assentados e associações que nunca possuíram ou romperam vínculo com o MST e Coagri.

Os núcleos de produção passaram por várias mudanças com a crise da Coagri e estão organizados diferentemente da forma como a cooperativa os concebeu. Mas, isso não indica que os núcleos e os grupos estão desativados e desvinculados das lutas em geral do MST. Os grupos de assentados, diferentemente dos núcleos, não nasceram com a atuação da Coagri e estão em atividade.

Encontram-se desenvolvendo algum tipo de atividade 67,3% dos núcleos e grupos de assentados. A outra parte está desativada, motivada, sobretudo pela crise da Coagri e também por divergências de encaminhamentos das lutas.

As informações sobre a Coagri e sua relação com os assentamentos; a organização dos núcleos e dos assentamentos em geral; foram coletadas por meio dos questionários e entrevistas aplicadas aos próprios assentados e diretores da cooperativa. As entrevistas com os diretores da Coagri, principalmente, permitiram a coleta de informações sobre a origem, formação, concepção, dificuldades e perspectivas futuras da cooperativa e da organização dos assentados da região.

A escolha da Coagri para estudo ocorreu pelo fato de ser a mais importante cooperativa do Estado do Paraná, não apenas pelo número de associados, que chegou no auge de sua atuação a 4.160 filiados, e assentamentos a ela vinculada (35 assentamentos), mas também pela representação política e econômica regional, estadual e nacional desta cooperativa. O fato de a Coagri estar presente na maior parte das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores sem-terra acampados, assentados e pequenos agricultores motivou a preocupação com esta cooperativa.

As leituras sobre os documentos dos MST tratando da cooperação nos assentamentos no decorrer da pesquisa permitiram acúmulo de informações e conseqüentemente a redefinição da compreensão do papel das cooperativas nos

assentamentos. O trabalho de campo e o contato com os assentados, acrescentadas às leituras de caráter teórico apontaram para uma compreensão de cooperativas que procurou ultrapassar a superficialidade dos discursos panfletários e ufanistas de cooperativas nos assentamentos.

A existência dos grupos de assentados e núcleos de produção indicou no decorrer da pesquisa a sua importância enquanto uma forma de organização nos assentamentos que permite a compreensão do desenvolvimento de ações coletivas. Eles são uma organização de base e permite oxigenar as lutas dos assentados se constituindo numa estratégia de reprodução dos camponeses.

CAPÍTULO – I

I – CONTRADIÇÃO E RESISTÊNCIA COMO PARÂMETROS PARA COMPREENSÃO DO CAMPESINATO

“A aliança política entre trabalhadores assalariados e camponeses não pode ser mais pensada na perspectiva da hegemonia política pura e simples dos primeiros sobre os segundos e muito mesmo no sentido inverso. Ela deve nascer da compreensão de suas diferenças e do direito mútuo de cultivá-las. A alternativa deve nascer da compreensão dos processos contraditórios que o capital desenvolve no campo e atuar no contrarfluxo de sua lógica, aprofundando suas contradições”
(Ariovaldo U. de Oliveira).

Introdução

As manifestações de resistência dos camponeses são importantes nos estudos da questão agrária e estão relacionadas à expansão do capitalismo no campo. Mas, durante muito tempo, os camponeses estiveram excluídos do debate político, pois se pensava que eles eram incapazes de fazer história. Mesmo a aliança proposta por aqueles setores reconhecidamente seus aliados e que sempre se colocaram ao seu lado como o Partido Comunista, por exemplo, foi uma aliança subordinada e dirigida pela classe operária.

Este entendimento ocorreu porque o pensamento predominante da esquerda foi o de que a expansão das relações capitalistas no campo ocorre de forma semelhante à da indústria. Neste contexto, não havia lugar para a produção camponesa. A prática política dos camponeses foi vista pelo marxismo oficial como conservadora e reacionária, pois o contexto da produção em que estavam inseridos não permitia a consciência coletiva, necessária para a realização da revolução.

Mas, a expansão das relações capitalistas no campo ocorre desigual e contraditoriamente, o que permite a criação e recriação de relações não-capitalistas. No interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, os camponeses, por meio de sua luta de resistência, vão construindo o seu lugar social. São muitos os exemplos de lutas camponesas no território brasileiro, bem como em muitos outros países, que evidencia a construção desse lugar na sociedade. Importantes lutas revolucionárias de

camponeses no século XX para garantir sua existência na sociedade foram estudadas por Wolf (1984).

Os camponeses são capazes de realização de ações coletivas. Estas ações coletivas podem ser verificadas nas lutas para entrar na terra e nela permanecer. As lutas desenvolvidas nos assentamentos de sem-terra são exemplares. Pela luta, os camponeses se constituem como sujeitos políticos e vão garantindo a sua existência no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazer-lhes desaparecer. É uma existência garantida mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que uma possibilidade aberta e criada pelas relações capitalistas de produção.

As atividades coletivas desenvolvidas pelos camponeses dos assentamentos são caracterizadas por um conteúdo político e ideológico de classe. A compreensão de coletivo não deve ser limitada à coletivização de capital, trabalho, terra e gestão coletiva, como ocorreu nas propostas de cooperativas nos países socialistas. Esta compreensão norteia também as propostas de cooperativas nos assentamentos de sem-terra, como é o caso das CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária).

1.1 – Bases teóricas e críticas para o estudo do campesinato e da questão agrária

O conhecimento produzido e o debate teórico e político travado em torno do campesinato indicam a importância dos camponeses para a compreensão da questão agrária. São muitos os autores que desenvolveram estudos sobre os camponeses dos quais se destacam os seguintes: Lênin (1980, 1982, 1988), Kautsky (1986), Engels (1981), Chayanov (1974), Marx (1979), Wolf (1984), Amin e Vergopoulos (1986) Martins (1989, 1990, 1994, 2000), Oliveira (1982, 1986, 1991, 1994) Fernandes (1996, 2000), Schneider (1999), Abramovay (1992), Tavares dos Santos (1978). Estes autores, dentre outros, serão tomados como referência para o estudo sobre o campesinato.

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída a sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas; e mais recentemente, a “metamorfose” em agricultor familiar.

A análise das obras dos autores descritos anteriormente permitiu a elaboração de uma síntese das características do campesinato das quais destacamos; a subordinação do camponês às relações capitalistas na circulação da produção; a base familiar da organização produtiva e, sobretudo, o seu potencial e capacidade de luta e resistência à imposição de modelos de organização social externos ao seu modo de vida. Esta é nossa compreensão de campesinato.

O referencial teórico marxista oficial imputou ao estudo do campesinato o sentido da divisão da sociedade em classes sociais e o conflito existente entre elas. Nesta concepção marxista, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista).

A partir da elaboração teórica de Marx, um conjunto de estudos foi feito sobre a questão agrária e o campesinato na sociedade de classes. Os debates ocorridos no Partido Social-Democrata Alemão no final do século XIX sobre a agricultura capitalista contribuíram para a elaboração da principal obra de Kautsky, *A Questão Agrária*, em 1899.

Neste mesmo ano, mas em condições completamente diferenciadas, surge a obra de Lênin tratando do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O estudo de Lênin foi elaborado num país agrário onde predominavam as relações não-capitalistas, enquanto que na Europa Ocidental havia se constituído um operariado forte, organizado em um movimento proletariado urbano-industrial. Na Rússia “... Lênin se movia no interior de uma sociedade cuja estrutura de poder era absolutamente autocrática, onde o emergente proletariado não dispunha de tradições organizativas nem de experiência política”. (Paulo Neto, 1982, p. 09). Lênin elabora uma obra teórica para refutar a compreensão de campesinato e de revolução dos socialistas revolucionários russos.

A partir da crítica ao conteúdo do Programa Agrário dos socialistas franceses, numa das primeiras referências sobre os camponeses, Engels (1981) também escreve em 1894 sobre o problema do campesinato na França e na Alemanha.

Partindo deste princípio de análise, este trabalho vai se contrapor à tese de Abramovay (1992), que afirma não existir uma discussão específica sobre a questão agrária e do campesinato em *O Capital*. Segundo Abramovay (1992), a abordagem política em artigos jornalísticos do Dezoito de Brumário também não pode ser

considerada como referencial teórico nos estudos da questão agrária em vista do tratamento dado por Marx à produção camponesa. Mesmo os estudos de Kautsky e de Lênin, citados anteriormente, a questão agrária somente poderia ser compreendida no quadro das lutas políticas em que seus autores estavam inseridos.

Para Abramovay (1992), o campesinato está ausente da obra de Marx, Lênin e Kautsky porque é impossível definir claramente a natureza e origem dos rendimentos dos camponeses, e conseqüentemente da classe que pertence. “A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx [*grifo do autor*]”. (Abramovay, 1992, p. 36).

Ao referir-se à ausência de uma discussão sobre o campesinato em Marx, Abramovay toma como referência principal a produção de mercadorias, ou seja, um critério predominantemente econômico, onde o mercado se constitui como elemento de mediação e compreensão das relações sociais. A sociabilidade é mediada pelo mundo das mercadorias, pois conforme sua afirmação contundente “É do interior mesmo da mercadoria que emerge a forma particular de socialização cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais”. (Abramovay, 1992, p.33).

Ao descartar o referencial de Kautsky, Marx, e principalmente Lênin, para a compreensão do campesinato, Abramovay, descarta também o conteúdo político da teoria destes autores. Pode-se inferir que ele não considera a possibilidade de luta dos camponeses como uma forma de garantir sua existência, mas a produção de mercadorias.

O entendimento de Malagodi (1993) é de que existe uma discussão teórica da questão agrária e camponesa na obra de Marx. Segundo este autor, a teoria de Marx sobre a questão agrária não coloca os camponeses no centro da sua concepção, até porque a teorização é a da impossibilidade e da não existência do lugar para o camponês na sociedade capitalista. “A explicação encontra-se em uma teoria do campesinato, da necessidade inevitável do seu desaparecimento, da sua impossibilidade no capitalismo”. (Malagodi, 1993, p. 74).

A existência de uma questão agrária na obra marxista é verificada por meio da renda da terra, ou seja, do “mecanismo” que confere caráter capitalista ao campo. Portanto, será a partir da discussão da renda da terra e da presença do campesinato

enquanto uma especificidade intrínseca das relações capitalista que se pode reconhecer uma questão agrária na obra marxista.

O fundamento da compreensão de Marx sobre a sociedade capitalista é elaborado a partir dos economistas clássicos (Smith, Ricardo). Os economistas clássicos se constituíram no horizonte teórico de Marx, estabelecido na produção, reprodução e circulação do capital. As relações humanas seriam mediadas por estas relações.

“Em outras palavras, as obras de Smith e Ricardo passaram a definir não apenas a pauta de investigações de Marx, mas o universo de problemas no qual, por longas décadas, se moveria seu pensamento [*grifo do autor*]”. (Malagodi, 1993, p. 78).

Segundo Napoleoni (2000), no seu estudo sobre Smith, Ricardo e Marx, os autores clássicos da economia, desenvolveram seu pensamento a partir da relação de produção de mercadorias, ou seja, seus estudos objetivavam compreender o acúmulo de capital e elevação das riquezas da sociedade. A economia capitalista para Ricardo é a forma de partilha do produto social às três classes sociais: os capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores. Ricardo tratou de uma sociedade rigorosamente capitalista, teorizando sobre o valor, ou seja, uma sociedade de trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra que gera lucro, salário e renda. Aponta que a economia política é a compreensão das leis que regulam a repartição do produto social, ou seja, aquilo que cabe a cada um dos agentes envolvidos na produção. (Napoleoni, 2000, p. 80).

A partir dessa idéia, Marx vai estabelecer que a acumulação de capital está centrada na separação e anteposição existente entre trabalhadores de um lado, e capitalistas, de outro. Neste ordenamento social, o capital composto pela mais-valia, trabalho subtraído, permite o acúmulo capitalista. Portanto, a base do modo de produção capitalista está na separação do produtor e dos meios de produção e não somente na produção de mercadorias em si.

Segundo Amin e Vergopoulos (1986), em *A Questão Agrária e o Capitalismo*, existem nas relações capitalistas especificidades que devem ser consideradas. O raciocínio a partir da produção de mercadorias apenas, apresenta uniformidade e não contempla as especificidades e diferenças existentes no interior do capitalismo. A renda da terra e a existência do campesinato seriam explicadas pelas especificidades das relações capitalistas que o parâmetro da mercadoria não contempla.

Para referir-se à renda da terra enquanto característica específica das relações capitalistas foi utilizada a definição do estudo de Oliveira (1984, 1985, 1986).

A renda da terra foi compreendida por Marx como um equivalente de mercadoria no interior das relações capitalista e se constitui num componente específico da mais-valia. É excedente sobre o lucro e se realiza em condições diferentes de extração do trabalho excedente realizado na indústria, por exemplo. A transformação da terra em equivalente de mercadoria ocorre por meio da renda que se realiza na circulação da produção. Mas, é uma relação centrada na exploração/extração da mais-valia e distribuição do produto social.

Existem três tipos de renda: a renda diferencial, absoluta e de monopólio. A renda de monopólio é aquela que resulta do preço de uma mercadoria produzida num determinada região, o que confere qualidades especiais a esta mercadoria. Depende mais da capacidade de pagamento dos compradores do que do preço geral da produção e valor do produto.

A renda diferencial resulta da posse da capacidade de produção da natureza, localização do solo e do investimento de capital na terra. A renda proveniente da natureza (fertilidade) e da localização é a renda diferencial I e a renda obtida do investimento do capital é renda diferencial II. É importante observar que a natureza perde cada vez mais importância na produção, desautorizando a idéia da lei de fertilidade decrescente do solo.

A renda diferencial é essencialmente capitalista e surge no momento que a terra é colocada à produção. A diferença entre o preço individual e o preço geral da produção vai permitir o surgimento da renda diferencial. Quando o preço individual for igual ao preço geral não vai haver renda alguma.

A renda diferencial é calculada a partir do pior tipo de solo. A aplicação de quantidades iguais de capital vai proporcionar um total diferente de acordo com a fertilidade desigual dos solos. Assim, a terra, um recurso natural, é transformada em mercadoria. A renda diferencial independe da propriedade privada da terra e existe mesmo que a propriedade privada seja abolida, como no caso da nacionalização de terras.

Sendo um equivalente de mercadoria não produzida no processo de trabalho, a terra assume característica especial e se diferencia de outros meios de produção. Isto faz da terra uma especificidade das relações capitalistas de produção.

Uma outra forma de renda que se constitui numa especificidade do capitalismo é a renda absoluta da terra. Esta forma de renda (renda absoluta) é resultante da propriedade privada da terra e existe porque há monopólio da propriedade da terra. Surge da posse monopolista da terra, ou seja, do direito de excluir os outros.

A renda absoluta de uma determinada terra é resultado da dedução do lucro e dos salários. É proveniente da apropriação privada da terra e não da produção agropecuária daquela terra. Por isso, esta renda surge pela predominância de uma instância política e jurídica que garante a apropriação da terra e realização desta modalidade de renda.

A idéia é de que esta forma de renda se constitui como um obstáculo para o capitalismo, ou seja, uma irracionalidade. A divisão da mais-valia social ao proprietário fundiário fundamentado no lucro médio se constituiria num bloqueio para o lucro industrial. Este empecilho representado pela propriedade da terra deveria ser retirado para a expansão capitalista com a nacionalização das terras.

Houve o entendimento de que a taxa de renda cobrada pelo proprietário fundiário acaba corroendo o lucro do capitalista, pois há necessidade de desvio de capital da produção para remunerar os proprietários fundiários. O entendimento ainda é de que a mais-valia é distribuída aos proprietários fundiários sem necessidade deles contribuírem para o aumento da produção, o que retira a possibilidade de possíveis investimentos de capital nas atividades produtivas.

O prejuízo do capitalista na imobilização do capital na compra de terra, muitas vezes é recompensado por uma instância não-econômica (Estado). O Estado retira do capital este peso pelo mecanismo de subsídio, transferindo para toda a sociedade o custo da manutenção da propriedade fundiária⁵. A nacionalização das terras foi apresentada como proposta de remoção do obstáculo da irracionalidade da apropriação privada da terra para a expansão das relações capitalistas. A nacionalização eliminava a propriedade privada e não a exploração capitalista.

Conforme se verifica no argumento de Amin e Vergoupoulos (1986), Marx não reconhecia na renda da terra um obstáculo e um embaraço para a produção capitalista, havendo aí uma normalidade fundamentada na relação valor-trabalho, embora

⁵ Martins (1989) exemplifica este caso com a colonização na Amazônia. Pode-se verificar, assim, que a racionalidade econômica das empresas agropecuárias que adquirem terra na Amazônia não está necessariamente na produção agropecuária, mas na eficiência na extração da mais-valia social.

apresentasse características de uma irracionalidade econômica. É importante observar que a elaboração teórica de Marx está fundamentada na grande propriedade e dominação completa do capitalismo sobre a agricultura.

A agricultura estaria submetida, assim como a indústria, ao modo de produção capitalista. A renda da terra seria uma criação do capitalismo. Segundo Amin e Vergopoulos (1986), Marx afirma que não há qualquer ambigüidade na renda da terra.

“1 – renda fundiária é um produto social do capitalismo, da mesma forma que qualquer outro produto da sociedade burguesa (sic); 2 – a propriedade fundiária além de não ser um produto estranho ao modo de produção capitalista é, ao contrário, ‘um resultado da produção capitalista’. Marx precisa, em outra passagem, que a ‘forma moderna de propriedade fundiária’ resulta do investimento do capital na agricultura”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 54).

Para Malagodi (1993), Marx não considerou na propriedade fundiária no livro III d’ O Capital as possíveis variações e combinações de formas de apropriação da terra, como a camponesa, por exemplo. Esta concepção também foi elaborada a partir da compreensão da questão agrária, sustentada na economia política, analisada a partir do capitalismo inglês. Não se considerava a renda dos camponeses formada na complexa interação entre propriedade fundiária, capital e trabalho presente na produção camponesa. (Malagodi, 1993, p.81).

Ao estabelecer um mecanismo econômico na estruturação das relações, Marx não se preocupou com as formas não-capitalistas de regulação da apropriação do trabalho excedente. Sua preocupação com as relações não-capitalistas foi abordada como auxiliares para explicar o capitalismo. Mas, nas relações capitalistas não estão implícitas relações não-capitalistas?

Lênin também vai tratar da questão da renda da terra. O entendimento de Lênin, é que o capitalismo tem dificuldade de se realizar na grande exploração, havendo a necessidade de nacionalizar as terras para submetê-la racionalidade burguesa e a inserção mercantil capitalista.

“Se a renda freia a evolução agrícola ela é, porém, a causa da prosperidade agrária. Ora, ao mesmo tempo, a renda fundiária deve frear também a evolução industrial; mais ainda, a renda é a causa de sua regressão relativa. A nacionalização da terra, reclamada por Lênin, não favorece unicamente o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mas, sobretudo estabelece condições para o pleno desabrochar do capitalismo industrial, permitindo

ao Estado captar renda [*grifo do autor*]”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p, 70).

A nacionalização das pequenas propriedades, segundo Lênin, não seria necessária, pois não se constituiriam num obstáculo para a expansão do capitalismo no campo.

Paradoxalmente, Lênin ainda, vai reconhecer nas pequenas áreas um ambiente mais favorável ao capitalismo porque os capitalistas conseguem subtrair das mãos de pequenos proprietários a renda com maior facilidade, sobretudo, por meio do crédito e comércio da produção. Portanto, as pequenas propriedades são menos resistentes ao domínio capitalista e por isso a pouca preocupação do autor com a nacionalização das pequenas áreas.

“A conclusão é que, posto de lado o ‘paradoxal’ jogo de palavra (grande/pequenas fazendas), parece que Lênin inclina-se a admitir a superioridades das pequenas fazendas, do ponto de vista capitalista. Será que por serem verdadeiramente capitalistas que são grandes? Está certo, mas tal superioridade é largamente superada por outra vantagem a favor das pequenas fazendas: as rendas das pequenas fazendas de exploração direta e familiar são mais facilmente recuperáveis e recuperadas pelo MPC – Modo de Produção Capitalista - representado pelo Estado, bancos e monopólios de comercialização [*grifo do autor*]”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p, 71).

Assim, para Lênin, se a grande propriedade carece da nacionalização da terra para retirada do bloqueio de avanço das relações capitalistas porque corrói o lucro industrial, a pequena, pelo contrário, permite a sua maximização. O camponês auferir uma taxa de renda abaixo da média dos rendimentos gerais (taxa de lucro médio). Segundo este entendimento, a capacidade e superioridade da “pequena produção” estariam na sua fragilidade de resistir à expansão ao modo de produção capitalista.

A pequena propriedade, sendo mais vulnerável à expansão do capitalismo, é superior a grande propriedade. Entende ainda que ao permitir a expansão capitalista, as pequenas propriedades são mais eficientes economicamente do que as grandes.

Lênin (1980), ao estudar as várias regiões (norte, centro e sul) da agricultura capitalista nos Estados Unidos da América reconhece o desenvolvimento do capitalismo na agricultura de base familiar. Nos pequenos estabelecimentos, não confundidos com a pequena produção, existe uma intensividade da agricultura pelo trabalho e composição orgânica do capital na forma de máquinas, instrumentos, insumos, etc. As técnicas e o trabalho são responsáveis pela intensividade da agricultura em área reduzida de terra, se

caracterizando como empresa capitalista. A inversão de capital nos pequenos estabelecimentos faz dele uma empresa capitalista. Portanto, o pequeno estabelecimento se abriria mais do que o grande para a realização das relações capitalistas.

A especificidade que se constitui a terra como um meio de produção faz da agricultura um setor à parte da economia capitalista. Além disso, a expansão do capitalismo na agricultura não ocorre somente com a composição orgânica do capital, pois uma instância e um mecanismo político regulam a remuneração do capital na agricultura, pressionando os preços para baixo com o objetivo de transferir renda para os setores capitalistas da indústria.

Processo semelhante foi praticado no socialismo de Estado na ex-URSS, na chamada “acumulação primitiva socialista”, defendida por Preobrazensky⁶ para transferir renda da agricultura aos setores superiores da economia (indústrias).

“A esse respeito Preobrazensky, estabeleceu uma analogia entre a ‘acumulação capitalista primitiva’ e essa fase de transferência maciça de mais-valia do setor agrícola para a indústria de bens de produção, que ele definiu como ‘acumulação primitiva socialista’, e não hesitou em falar, ao definir os métodos através dos quais ela seria aplicada de ‘exploração’ e ‘expropriação’ dos camponeses, entendendo com isso não a utilização de métodos de violência e rapina colonial que caracterizaram a ‘acumulação capitalista primitiva’ mas, mais simplesmente, a aplicação sistemática de troca desigual entre os produtos industriais (cujos preços deveriam ser mantidos elevadíssimos) e os agrícolas (cujos preços deveriam ser comprimidos o mais possível)”. (Bettanin, 1981, p.08).

Mas, se por um lado, uma instância política de regulação dos preços evita os investimentos de capital na agricultura com o pressionamento dos preços para baixo, de outro, o recompensa na forma de subsídios de naturezas variadas. Em vista da baixa remuneração do capital na agricultura Amin e Vergopoulos afirmam que até mesmo o capital que procura a produção/valorização na agricultura é um capital não-capitalista, ou seja, formas que não visam a ampliação e o lucro, mas sua reprodução, como é o caso do campesinato. (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 159).

Verificou-se até aqui que a renda da terra é uma forma do capitalismo se fazer presente no campo, conferindo racionalidade capitalista à agricultura. Sobretudo a grande

⁶ Economista russo que defendia a teoria de que havia um baixo estoque de capital na Urss. Este baixo estoque de capital não permitia investimentos necessários para aumentar a capacidade produtiva da indústria, inclusive de produção de bens necessários para a agricultura. Portanto, defendia uma política de investimentos

exploração agrícola. Acrescenta-se ainda que os proprietários de terra também são proprietários de capital.

Entretanto, este entendimento não foi observado na produção camponesa, considerada uma irracionalidade do modo de produção capitalista. O camponês foi considerado por teóricos do marxismo oficial de fora do modo de produção capitalista, ou seja, um resquício que iria desaparecer com a intensificação e territorialização do capitalismo.

Foi também no contexto de estudo da economia inglesa que Marx tratou da questão dos camponeses. Existe uma teoria sobre o campesinato. A questão está em compreender qual é a interpretação teórica de Marx sobre os camponeses.

Partindo da idéia de “desenvolvimento igual” das relações de produção, a teorização do campesinato de Marx é a do desaparecimento numa sociedade capitalista avançada (industrial) e seu objeto de estudo começa pela negação, feita a partir de estudos dos clássicos. A referência ao campo e, conseqüentemente, aos camponeses, é feita a partir da teoria do valor e a interpretação da questão agrária entendida no interior da renda fundiária. Neste universo de interpretação não cabia o camponês.

Foi uma interpretação teórica baseada na crítica da economia política e desenvolvimento do capitalismo industrial/urbano, fazendo da agricultura a imagem e semelhança do capitalismo industrial.

“A agricultura passa a ser a ‘indústria agrícola’ (*Ackerbauindustrie*), o preço do produto agrícola determinado pelo investimento de capital menos rentável, a renda fundiária, o lucro extraordinário obtidos nas terras mais férteis”.(Malagodi, 1993, p.71).

Trata-se de uma teoria que privilegia a relação econômica e produção de mercadorias. Esta generalização não contempla especificidades do modo de produção capitalista, como o campesinato. Marx estudou a questão agrária a partir do capitalismo inglês, revelando em sua obra pouca familiaridade com o problema do camponês; considerando-os “de fora” do capitalismo, falando como alguém que não dá muita atenção, até porque a sua atenção estava voltada para a compreensão das relações tipicamente capitalistas.

no setor de produção às custas da pressão e transferência de renda da agricultura para a indústria. (Bettanin, 1981, p.07).

A teoria da economia política clássica era a teorização da uniformidade do mundo, o mundo da mercadoria. As relações capitalistas seriam “puras”, possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção. As situações irregulares seriam parte do passado que estaria presente, mas como resíduos que cedo ou tarde seria descartada.

A teoria da racionalidade da mercadoria denuncia a irracionalidade do campesinato. A partir da racionalidade da mercadoria e da economia política, o campesinato foi considerado como de fora do modo de produção capitalista. Foi um entendimento de que no império do capitalismo mercantil/industrial não caberiam relações não tipicamente capitalistas (camponeses). Portanto, o campesinato era um estranho ao mundo da mercadoria. Esta é uma compreensão do desenvolvimento assentada, principalmente, no livro I do O Capital.

Em O Dezoito de Brumário, um conjunto de publicações jornalísticas, Marx atribui conteúdo político ao campesinato. A dinastia de Bonaparte, a qual Marx se referiu, representava um camponês conservador que não lutava para superar a condição de existência que a pequena propriedade lhe impõe, mas um camponês que queria consolidar a sua propriedade. Portanto, os camponeses eram reconhecidos em suas ações, no caso do apoio da Bonaparte, pelas manifestações políticas conservadoras e de manutenção da propriedade da terra.

Nesta análise política, Marx está mais preocupado com o Estado do que com os camponeses. O bonapartismo era uma anomalia, pois se tratava de um Estado apoiado nos camponeses. Os camponeses eram uma anomalia na razão da mercadoria, pois não tinham lugar no capitalismo porque não formavam classe alguma, e assim, seriam dependentes do poder do Estado para garantir sua existência.

“No pueden representarse a sí mismos, deben ser representados. Su representante debe aparecer al mismo tiempo como su amo, como una autoridad sobre ellos, como un poder gubernamental ilimitado que los proteja de las otras clases y les envíe lluvia y sol desde las alturas. Así pues, la influencia política de los campesinos minifundistas encuentra su expresión final en el poder ejecutivo que subordina la sociedad e él mismo”. (Marx, 1979, p. 208).

É neste sentido, da sua incapacidade de organização política de classe que surge a figura de Bonaparte na França para os camponeses. A possibilidade da propriedade foi

condição para o apoio dos camponeses a Bonaparte que se apresentava como representante de todas as classes. Os camponeses, sujeitos à burguesia financeira, via em Bonaparte uma forma de representação e de garantia da propriedade. Mas, qual o sentido da importância da propriedade para os camponeses?

A propriedade privada, inclusive a camponesa, poderia ser considerada uma forma odiosa de apropriação porque disfarçava a opressão que ela engendra, ou seja, a subordinação do homem à propriedade. Malagodi (1993) refere à propriedade camponesa, afirmando que a partir desta compreensão, não é o camponês que possui a terra, mas sim, a terra, a propriedade, que o possui. Portanto, as duas formas de propriedade (capitalista ou camponesa) apresentavam o mesmo conteúdo, ou seja, o fato dela apropriar-se do homem e não o homem dela⁷.

A idéia de que o modo de produção capitalista não permite a existência do campesinato parte da produção da mercadoria como uma força totalizadora do progresso e do desenvolvimento das forças produtivas. A força inelutável do progresso e da grande produção passa a ser dominante. O estudo de Engels (1981) sobre o campesinato na Alemanha e na França, por exemplo, vai apontar para o fim do campesinato, o que não justificava medidas “simpáticas” aos camponeses pelo Partido Operário Francês em 1892 no Congresso de Marselha e Nantes, como será visto posteriormente.

Segundo Amin e Vergopoulos (1986), na compreensão de evolução de Engels existe uma forma inelutável do progresso e desenvolvimento econômico. É uma evolução contínua e progressista, e quanto mais capitalista, mais próximo do socialismo.

“É mais ou menos admitido por Engels que a história avança por etapas, umas preparando outras, em razão de uma enérgica ‘lei’ exterior, assegurando o caráter contínuo e objetivamente progressista da evolução”.
(Amin e Vergopoulos, 1986, p. 140).

Mas, se autores marxistas, e o próprio Marx, por um lado, não vêem possibilidades de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalista, por outro, apontam o princípio do desenvolvimento desigual e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência. Apontaram para o entendimento de campesinato pela resistência e luta desenvolvida por eles.

⁷ Martins (1991), ao tratar da apropriação da terra diferencia “terra de negócio” de “terra de trabalho” estabelecendo diferenças de conteúdo da propriedade privada entre os camponeses, da propriedade privada dos latifundiários e capitalistas.

O entendimento de Marx de campesinato, principalmente do livro I de O Capital trata do desenvolvimento igual e uniformização das relações capitalistas, conforme se refere Martins (1996) ao estudar o pensamento de Henri Lefebvre. Entretanto, a idéia de desenvolvimento desigual apontado por Marx permite outra interpretação de campesinato. Esta idéia foi aprofundada por Lênin ao estudar a Rússia, referindo-se à “impureza” de relações existentes naquele país.

Aquele Lênin mais cientista do que militante, aprofunda a compreensão de campesinato ao tratar do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ao reportar-se às relações não-uniformes no interior do capitalismo. O livro I de O Capital dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lênin a estudar o capitalismo a partir da noção de formação econômico-social, explicando a unidade do diverso. O conceito de formação econômico-social implica no reconhecimento de um descompasso de relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializada numa mesma base territorial.

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. No modo de produção feudal, por exemplo, se estabeleciam relações sociais que não favorecia o desenvolvimento das forças produtivas.

Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e relações sociais que se pode compreender a manifestação coletiva dos camponeses.

Mesmo apontando para a existência de uma lei tendencial de concentração no capitalismo e do desenvolvimento como possibilidade de progresso, Lênin não era dogmático em relação à uniformidade, atentando-se para o campesinato e sua presença na Rússia. Destaca as diferenças e especificidades da expansão capitalista como a existência do campesinato, compreendendo-o no interior do modo capitalista de produção e não fora dele.

Segundo Gruppi (1979), Lênin se diferencia de Kaustky, principal referência para a compreensão do capitalismo no campo, na generalização que o autor alemão apresentava nos seus estudos. O estudo do desenvolvimento do capitalismo na Rússia vai tratar da particularidade do campesinato e a especificidade daquela formação histórica, articulada com o desenvolvimento capitalista. (Gruppi, 1979, p. 26). Na concepção de Lênin, está implícita o reconhecimento das especificidades que se constitui o campesinato russo.

É importante destacar neste momento que a lei de desenvolvimento universal do capitalismo, analisada por Marx, deve estar vinculada ao conceito de formação econômico-social, também formulado por Marx, que nos fornece “um método de decomposição da sociedade, de especificação dos seus elementos e de suas relações recíprocas”. (Gruppi, 1979, p. 09).

E mais adiante Gruppi (1979) afirma:

“A análise Marxista pode ser tão rica porque encontrou a chave do conceito de formação econômico-social. Graças a essa noção, a sociedade não é mais esta formação indistinta capaz de gerar a ilusão de poder encontrar a sua ‘explicação’ em pretensas leis universais... Na concepção de Lênin, a sociedade se desenvolve em formações econômico-sociais distintas, das quais podem ser determinadas as leis específicas que as governam”. (Gruppi, 1979, p. 10).

A partir do reconhecimento destas especificidades pode-se afirmar que o conflito de classes no campo não se manifesta como na indústria onde, de um lado, encontram-se os operários, e de outro, a burguesia. O conflito de classes no campo não está restrito ao conflito existente entre operários agrícolas e burguesia rural/proprietários de terra⁸.

Neste sentido, o nexos da compreensão da questão agrária e do campesinato reside na desigual correspondência entre as relações sociais e as forças de produção de mercadorias. O desenvolvimento desigual que se incorpora na distribuição do produto social (riqueza produzida) exige a presença da instância política (Estado, por exemplo) para a reprodução social, colocando as lutas sociais no centro da análise.

A complexa trama da questão e reprodução do campesinato como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete a necessidade de interpretação da

⁸ Oliveira (1986), faz referência às abordagens teóricas da agricultura destacando correntes de pensamento que tem norteado os debates sobre o campo, ou seja, aquelas correntes que afirmam a destruição dos camponeses e modernização dos latifúndios com a expansão do capitalismo e aqueles que procuram explicar a criação e recriação de latifúndio e campesinato, somente para exemplificar dois casos.

sua existência no contexto das lutas de resistência e as manifestações desenvolvidas por eles.

Os camponeses não estão em conflito direto com a instituição da propriedade. Os proprietários fundiários os atingem porque precisam transformar renda da terra em renda capitalizada e isso exige a expropriação/expulsão. Na realidade, o que mais pesa aos camponeses é o capitalista porque este o subordina na circulação da produção, o que leva à expropriação e diferenciação social.

O conflito entre interesses dos camponeses e capitalistas está fora dos setores agrícolas. O conflito reside no enfrentamento ao ordenamento do metabolismo social feito pelo capital, como afirma Mészáros (1996, 1999)⁹. É interessante a conclusão de Amin e Vergopoulos (1986) sobre o conflito existente no campo quando afirma que os camponeses trazem a tona o funcionamento do próprio sistema que regula a transferência de renda para os setores capitalistas (bancos, comerciantes, estado, indústrias, etc).

“O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto” “a contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema, e neste caso não há nenhum patrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta” “O verdadeiro patrão dos camponeses é a indústria e o Estado”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134).

A revolta do camponês atinge o capitalismo e os capitalistas e não só os proprietários de terra, ou seja, atinge o “mecanismo” de transferência de renda para o capitalista (bancos, indústria, comércio). O proprietário de terra que acumula renda está inserido numa lógica, num modo de controle de apropriação da renda que tem como raiz a distribuição da mais-valia que vai para o proprietário da terra e não para a ampliação da produção capitalista, ou seja, é uma mais-valia “inutilizada”.

O camponês, na sua revolta atinge os proprietários de terra também, porque subverte a ordem de distribuição da mais-valia social garantida pela propriedade terra. A revolta camponesa é contra a transferência da renda da terra para o capitalista ou para o proprietário fundiário, mas para este último de forma indireta.

⁹ Mészáros (1996, 1999) em Para Além do Capital refere-se à “superção do capital enquanto forma de controle social, ou seja, como ordenador do metabolismo social”. Os camponeses na sua luta contra a subordinação na circulação e transferência de renda da terra ao capital atingem um determinado ordenamento do metabolismo social, ou seja, o ordenamento capitalista da sociedade.

“Geralmente, as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas contra uma sociedade de classes; por isso o desespero, de onde surge a crueldade, que sempre caracterizou as revoltas camponesas”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134).

O conflito de classes no campo, ou seja, o conflito entre camponeses e capitalista/proprietários de terra não está no princípio da mercadoria, mesmo considerando a lógica da exploração e distribuição da mais-valia. O conflito está na transferência da renda ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes e proprietários de terra através da circulação de mercadorias.

Dessa forma, os camponeses subordinados às relações capitalistas de produção se constituem em fração da classe trabalhadora porque são atingidos pela ordem capitalista de exploração e distribuição do produto social, assim como os trabalhadores da indústria. A aliança operário-camponesa não apresenta contradições, pois ambos trabalhadores estão subordinados de modo diferenciado ao ordenamento do capitalismo de geração de mais-valia.

Portanto, se os operários lutam contra a mais-valia, assim, também fazem os camponeses, que lutam contra aquilo que lhe oprime, ou seja, o modo de controle que exige a transferência da mais-valia (social) em forma de renda da terra. A revolta dos camponeses é contra a renda da terra (equivalente de mais-valia) transferida aos capitalistas, assim como o fazem os operários contra a mais-valia.

Embora o estudo de Lênin (1982) aponta para o desenvolvimento desigual das relações abordando o campesinato russo como uma manifestação da especificidade das relações capitalistas, a economia mercantil simples e ampliada foi uma importante referência para sustentar a tese da diferenciação social. O “desenvolvimento” do capitalismo no campo e a modernização das relações seriam uma etapa necessária para preparar as condições da revolução. Havia a necessidade da revolução burguesa abrir caminhos para a revolução socialista.

Tratando basicamente a partir da dimensão econômica (produção de mercadoria), Lênin (1982) afirma que a intensificação das relações capitalistas no campo seria verificada pelas relações de trabalho com a substituição do pagamento em trabalho pelo assalariamento; introdução de máquinas na agricultura; produção para comercialização; desintegração do campesinato; aparecimento de empreendimentos agroindustriais com a

transformação dos produtos agrícolas. A agricultura capitalista se tornaria igual à indústria porque passava a produzir exclusivamente mercadorias.

A idéia é de que em todos os grupos de camponeses russos, a economia tinha se tornado essencialmente comercial e dependente do mercado e do dinheiro, pois não se podia viver sem compra ou venda dos produtos e mercadorias. A desintegração do campesinato intensificaria com a aproximação campo-cidade e fim dos pequenos mercados locais.

“A situação econômica e social em que hoje se insere o campesinato russo é a da economia mercantil. Mesmo na região agrícola central (que, sob esse aspecto e comparada às regiões periféricas do sudeste e às províncias industriais é a mais atrasada), o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar dos impostos”.(Lênin, 1982, p. 113).

A passagem da agricultura não-capitalista para a agricultura capitalista consistia entre outras formas no fim do pagamento em trabalho, característica do campesinato russo, substituído pela relação de trabalho assalariada. Quanto mais fraco o primeiro (pagamento em trabalho) mais forte o segundo.

“Verifica-se que a caracterização dos nossos estabelecimentos agrícolas puramente capitalistas (...) confirma inteiramente o fato de que o capitalismo russo cria condições sociais que exigem necessariamente a racionalização da agricultura e o fim da dependência, ao passo que o sistema de pagamento em trabalho exclui a possibilidade de racionalização e implica a conservação da estagnação técnica e da servidão do produtor”. (Lênin, 1982, p. 138).

A desintegração do campesinato é uma conseqüência e condição necessária para o capitalismo se “desenvolver” porque permite a ampliação da divisão do trabalho e conseqüentemente o mercado interno. Para Lênin, a continuidade do camponês no lote de terra e manutenção de relações não-capitalistas retarda o desenvolvimento do mercado e divisão do trabalho¹⁰.

Não havendo divisão de trabalho há um obstáculo à produção de mercadoria. Lênin caracterizou a presença do campesinato como um obstáculo para a realização da relação capitalista. Portanto, pode-se depreender que seria importante o assalariamento porque ele indica o solapamento do sistema de pagamento em trabalho, denominado de corvéia.

¹⁰ As CPAs, proposta de coletivização defendida pelo MST, vislumbram esta divisão do trabalho e ampliação do mercado, pois cada indivíduo se encarregando de uma parte das atividades gera a necessidade do outro, para também desenvolver outras atividades.

“Verifica-se, como era de se esperar, que a situação de um operário vinculado a terra é pior a de que outro já liberado do seu lote - e isso sem mencionar que, nessas condições, a vinculação à terra provoca o desenvolvimento considerável das relações de servidão e dependência pessoal. Um operário agrícola gasta mais dinheiro com seu consumo pessoal do que um camponês sem cavalos ou com apenas um. Por conseguinte, a vinculação ao lote de terra retarda o desenvolvimento do mercado interno” (Lênin, 1982, p.110).

Assim, se a partir da obra de Lênin, pode-se reconhecer um campesinato na contração do capitalismo; um obstáculo ao progresso trazido pela expansão das relações capitalistas no campo, sendo para isso, necessária uma revolução democrático-burguesa para remover as relações não-capitalistas (pagamento em trabalho, por exemplo), por outro lado, verifica-se o campesinato como especificidade da dinâmica capitalista e da revolução, colocando a discussão dos camponeses no interior do processo social.

No contexto de reprodução do campesinato é importante considerar o estudo de Chayanov. A obra de Chayanov¹¹ sobre o campesinato se constitui numa importante referência para compreender a questão e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balaço trabalho-consumo existente na unidade doméstica.

Chayanov, diferentemente de Lênin, não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês é considerada “marginal” na sua compreensão. O autor parte da necessidade de consumo e do trabalho camponês na terra.

Embora o campesinato russo estudado por Chayanov apresente características diferentes dos sem-terra assentados, pois aqueles estavam organizados em torno das comunas, a importância da família na organização da produção é verificada no trabalho de ambos. Tal como afirma Chayanov para as comunas, nos assentamentos se verificam grandes dificuldades de aceitação de uma forma de organização da produção que negue o núcleo familiar na sua reprodução. Até mesmo o processo de formação dos acampamentos e as ocupações de terra são organizados considerando a mediação das famílias.

Chayanov organiza seu pensamento na Escola da Organização e Produção. Esta escola consiste num corpo teórico construído sobre a unidade econômica camponesa que permitiram a acumulação de uma enorme quantidade de material empírico proveniente da investigação de pesquisadores nos Zemstvos sobre os problemas da organização da unidade econômica camponesa no interior do Mir. Assim, as diferentes relações e marcos da base organizativa das empresas privadas se diferenciavam da unidade doméstica familiar. (Chayanov, 1974, p. 29).

Chayanov vê uma dinâmica em que a relação consumo-produção seria aumentada, considerando o número de trabalhadores da família. A expansão dos cultivos está pautada no número de trabalhadores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio.

Os caminhos trilhados por Chayanov para a explicação da racionalidade camponesa, são paralelos à explicação baseada no lucro médio e renda da produção. Enquanto Kautsky e Lênin falam de uma diferenciação social, Chayanov fala de uma diferenciação demográfica, ou seja, do número de trabalhadores-consumidores da família camponesa como nexos explicativos da existência camponesa. A questão em Chayanov está deslocada para o consumo dos membros da família revelando outro conteúdo no trabalho camponês: um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A economia mercantil capitalista possui uma tendência ilimitada de ampliação da produção possibilitada pela divisão cada vez maior do trabalho. Isto não ocorre com o campesinato que desenvolve suas atividades de acordo com o número de consumidores, revelando uma racionalidade econômica camponesa diferente de uma racionalidade econômica capitalista. A compreensão de Chayanov não coloca o trabalho (vivo ou morto) e a renda da terra como o elemento central da produção camponesa. O volume de produção, por exemplo, é determinado pelo número de consumidores (diferenciação demográfica).

¹¹ Entre outros trabalhos, Chayanov dedica atenção ao núcleo familiar como centro da reprodução e o balanço trabalho-consumo da agricultura camponesa em “La Organización de la Unidad Económica Campesina” (1974).

Para Chayanov, o trabalho dos camponeses é norteado pela perseguição da satisfação das necessidades e não do lucro. Este é considerado marginal na compreensão de campesinato. A satisfação das necessidades do consumo da família se reflete na maneira como o trabalho está organizado, decrescendo a intensidade das atividades econômicas com a satisfação das necessidades. As baixas de preço, por exemplo, pode significar aumento da produção para os camponeses, ao contrário da empresa capitalista. Não se ultrapassa o limite fixado pelas necessidades da família para a exploração da força de trabalho.

Portanto, o balanço trabalho-consumo depende de aspectos demográficos, ou seja, número de pessoas disponíveis para trabalhar e consumir. Os camponeses estudados por Chayanov, quando produzem o suficiente, deixam de trabalhar e o aumento do número dos membros da família leva a um alívio da atividade e do esforço no trabalho. Em estudo feito numa província da Rússia, Chayanov verificou que os camponeses apresentavam resistência ao uso de máquinas trilhadeiras porque dispensava força de trabalho.

Na unidade familiar de exploração existe um excedente de mão-de-obra que pode não ser totalmente utilizado no trabalho da terra para o aumento da produção.

“En cualquier caso la conclusión es la misma: en la explotación agraria doméstica, las tasa de la intensidad del trabajo son considerablemente más bajas que si la fuerza de trabajo fuera utilizada en su totalidad. En todas las zonas investigadas, las familias que explotan unidades agrarias poseen reservas considerables de tiempo no utilizado”. (Chayanov, 1974, p.76).

A Escola da Organização e Produção sofreu muitas críticas, pois não reconhecia o contexto histórico e econômico, compreendendo o campesinato de forma isolada e a partir de um exagero de enfoque estatístico. Além disso, não considerava o campesinato inserido numa dinâmica capitalista mundial. As críticas ainda iam no sentido de afirmar que muitas das características dos camponeses estudados por Chayanov só existiam em crônicas históricas e canções folclóricas.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade campesina. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade. O tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção.

A proposta de desenvolvimento da produção agrícola organizada de forma empresarial e integrada ao mercado, como ocorre com a proposta de cooperativas do Concrab/MST, que tem sua maior expressão na CPA são uma forma de organização ampliada (ilimitada) da produção, enquanto que a produção familiar camponesa é finita, limitada ao número de consumidores e o atendimento das necessidades. Entretanto, verificava-se em várias partes do mundo, inclusive na Rússia estudada por Chayanov, uma forte tendência de acumulação que se diferencia da necessidade/consumo, o que não elimina a existência de mobilidade entre os camponeses, reconhecida inclusive por Chayanov.

“También apunta que en la mayoría del campesinato europeo es característico un fuerte incentivo para la acumulación y la adquisición, que a veces sobrepasa las necesidades de consumo. Es indudable que estos mismos incentivos se encuentran en mucho estratos del campesinato ruso, aunque de modo tan evidente”. (Chayanov, 1974, p. 94.

Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo. Enquanto Chayanov ficou com a produção camponesa em si, os estudos marxistas vão apontar para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Lênin, por exemplo, destaca o conceito de formação econômico-social ao estudar o contexto do desenvolvimento capitalista russo e a presença do campesinato.

Engels (1981) é outro autor que contribui para analisar o campesinato. Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outro para ser sujeito político, ou seja, transforma-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo. A contribuição dos camponeses para a construção do socialismo era deixar de existir, pois havia forte antagonismo entre o socialismo e existência do campesinato.

Esta idéia foi exposta ao tecer crítica ao Programa Agrário do Partido Socialista Francês em 1894, em que Engels argumenta que não se justificava concessão de terra parcelar aos camponeses, como defendia o Partido, pois eles estariam em vias de extinção e desaparecimento com a intensificação das relações de produção capitalista.

Os Partidos Socialistas surgidos na Europa, para conquistar poder político, deveriam ir até o campo para converter o operário em potencial (camponeses) para livrar-

se do domínio dos grandes proprietários. O camponês pobre era o mais importante de todos os camponeses, pois estava na condição de futuro proletário e por isso daria atenção às idéias socialistas. Mas, o que impedia isso era o seu sentimento de propriedade, criado por causa da sua condição de pequeno proprietário.

“Considerando que, se por um lado é dever do socialismo devolver aos proletários agrícolas - sob forma coletiva ou social - a posse dos latifúndios, depois de expropriar os atuais proprietários que deixam as terras ociosas, por outro lado é seu dever não menos imperioso manter a posse dos pequenos camponeses sobre as glebas de terras que cultivam a protegê-los do fisco, da usura e das agressões dos grandes proprietários usurpadores”. (Engels, 1981, p.65).

O Programa Agrário do Partido Socialista apresentou um conjunto proposta para atender os interesses dos camponeses. Entre estas propostas estava a criação de cooperativas para comercialização e implementação da produção agrícola. O Programa propunha a propriedade dos meios de produção aos pequenos proprietários. Mas, a manutenção dos meios de produção nas mãos de quem trabalha deveria ser na forma coletiva, viabilizada através das cooperativas, considerada uma condição básica.

O argumento de Engels era de que a missão do socialismo seria reunir propriedade dos meios de produção e trabalho de forma coletiva. Engels ainda apontava para a contradição na proposta do Partido Socialista Francês, ou seja, a necessidade de procurar assegurar ao pequeno proprietário a sua parcela de terra, sabendo que o seu futuro seria o desaparecimento.

Era necessário convencer os camponeses a aliar-se aos operários revolucionários do partido socialista. O camponês, através da ação dos socialistas se libertaria, pois estes estavam destituídos de conteúdo revolucionário e para isso os operários seriam imprescindíveis.

“O mais importante, em tudo isso, é e continua sendo fazer os camponeses compreenderem que só poderemos salvá-los, conservar a propriedade de suas casa e de suas terras, convertendo-as em propriedade e exploração coletivas”. (Engels, 1981, p. 74).

A exploração individual não permitiria a libertação da sua condição de subordinação, não sendo possível saída do circuito de miserabilidade pela forma parcelar de exploração da terra. A proposta de Engels para os camponeses consistia em canalizar a

produção camponesa para um exemplar regime cooperativo para que assim os camponeses pudessem ver as vantagens dessa forma de trabalho.

Mas, quem iria organizar as cooperativas senão os camponeses? São eles, e não os operários, que deveriam formar as cooperativas. Por outro lado, as cooperativas coletivas seriam uma forma de transformá-los em operários, ou pelo menos, de assumir consciência de operários, considerada a consciência de classe, necessária para deflagrar a revolução.

Ainda segundo Engels, não teria como prometer aos camponeses a perspectiva de que continuariam como pequenos agricultores. As grandes fazendas deveriam ser entregues à coletividade para desfrute dos trabalhadores agrícolas em formas de cooperativas coletivas como se elas fossem fábricas.

“Contra esta decadência, a única coisa que podemos fazer é recomendar também neste caso a reunião das fazendas cooperativas, nas quais se possa ir descartando progressivamente a exploração do trabalho assalariado, para poder convertê-las pouco a pouco em setores iguais em direito e deveres à grande cooperativa nacional de produção”. (Engels, 1981, p. 78).

Assim, observa-se que a produção camponesa deveria ser superada, pois era compreendida como se não fosse importante e capaz de contribuir com a transformação social porque os camponeses não possuíam consciência coletiva, cabendo aos operários a realização da revolução.

Aos camponeses, cabia seguir a orientação da classe revolucionária (operários), encarregados da sua salvação. Esta salvação passava pela necessidade de assimilação das relações de produção capitalista, onde a condição assalariada seria elemento básico para a libertação de sua subordinação. Embora os camponeses não fossem reconhecidos como classe trabalhadora importante na sociedade e estavam em vias de extinção, eles se constituíam como sujeitos sociais capazes de fazer sua história e manifestava nas suas ações, importante conteúdo político. Lutas revolucionárias foram feitas com a importante participação dos camponeses, revelando o desencontro entre a teoria e a realidade.

Ao estudar os camponeses, Martins (1989, 1990, 2000) levanta a necessidade de reinterpretação das lutas dos camponeses, reconhecendo na luta pela terra a forma de garantia de seu lugar no processo social e político. Martins coloca a luta pela terra no centro da sua compreensão do campesinato.

Ao interpelar a construção teórica e compreensão de aliança entre camponeses e operários do PCB, que coloca obstáculos de expressão política dos camponeses, Martins (1990) vai levantar a idéia de se ouvir campesinato. Vai valorizar a resistência camponesa como forma de questionamento social.

As lutas e resistências dos camponeses ocorrem de variadas formas, através da qual tem procurado se fazer ouvir. É preciso saber ouvir sua fala. “Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”. (Martins, 1990, p.17). Por meio de suas lutas, que ele fala e constrói sua inclusão social. São inúmeros os exemplos de formas de fala dos camponeses, ou seja, a fala de suas ações políticas que é essencialmente para entrar na terra e nela permanecer (contra a expropriação e subordinação).

Martins estabelece ainda a diferença entre a participação política dos camponeses na aliança operário-camponesa e a construção de um Estado nacional para o atendimento das suas necessidades sociais. Enfatiza, ainda um camponês incorporado à vida nacional expressando-se politicamente e não necessariamente um camponês para a revolução do proletariado.

O estudo de Oliveira (1981, 1991, 1994) resgata a idéia de desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas e o introduz na geografia agrária para compreender o campo e existência e reprodução do campesinato.

As leis tendenciais do capital como o monopólio, centralização, internacionalização, por exemplo, se contrapõe pela lei do desenvolvimento desigual, como foi destacado anteriormente. Assim, a tendência ao monopólio depara-se com a contra-tendência que é a concorrência, da mesma forma que a centralização, pela fragmentação; a internacionalização, pelas particularidades nacionais e regionais, etc.

Portanto, o campesinato é uma condição da existência próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe contradição e conseqüentemente a existência dos camponeses. Isso se constitui numa “traição”, conforme o autor, às leis da ordem capitalista.

“Outros autores ainda entendem as relações não-capitalistas de produção no campo hoje como criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja,

seria o próprio modo capitalista de produção dominantes que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção combinadas ou não em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento)". (Oliveira, 1991, 46).

A partir da teorização de Oliveira (1991) pode-se inferir que a existência do campesinato deve-se ao próprio capitalismo, ou seja, o campesinato seria uma criação das relações contraditórias do capitalismo. Isso ocorre porque os camponeses conseguem produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro, indicando que possuem função nas relações capitalistas. A produção camponesa está organizada de forma a transferir mais renda ao capital do que as relações tipicamente capitalistas.

Além dos projetos de colonização e migração, Oliveira (1991) cita o exemplo do arrendamento de terras por camponeses no Oeste do Estado de São Paulo para indicar que o próprio capital lança mão da produção não-capitalista para produzir capital. Assim, "... no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade" de reprodução e existência do campesinato. (Oliveira, 1991, p. 50).

Neste contexto, é interessante observar que não é necessariamente o capital que se trai com a criação e recriação de relações não-capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio de sua luta. O capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que tem a sua existência garantida pela luta de resistência.

O sentido contraditório e desigual da existência do campesinato está no fato dele garantir a sua existência no sistema adverso pela luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traíndo as leis do capital pela luta. De outro lado, ao se entender a reprodução do campesinato como uma possibilidade aberta pelo capitalismo ao campesinato está-se admitindo que é uma relação de dentro do capitalismo, ou seja, que tem lugar no capitalismo, servindo inclusive para a produção de mercadoria, como fazem aqueles que defendem a "agricultura familiar".

A existência dos camponeses está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela

possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência.

Fernandes (1996, 1998, 2000), procurando compreender as manifestações políticas da lutas camponesas dos sem-terra refere-se à luta de negação da proletarização dos camponeses num processo de enfrentamento e resistência contra a subordinação capitalista. A partir da terra conquistada se desdobram novas lutas como ocupações de terra e mobilizações nos assentamentos. Este desdobramento das lutas é entendido como espacialização e territorialização dos sem-terra. (Fernandes, 1998, p. 33).

É neste contexto que eles procuram, enquanto assentados, criar novas formas de luta por meio de ações coletivas. Daí a necessidade de compreender qual a fala dos camponeses assentados, mais especificamente, as suas manifestações coletivas, inclusive pelas cooperativas surgidas nos assentamentos.

1.2 – Participação e resistência dos camponeses na revolução russa

Os camponeses tiveram importante participação em processos revolucionários. Wolf (1984) refere-se a várias lutas revolucionárias de camponeses no século XX, como foi o caso das lutas de camponeses do México, Vietnã, Rússia, etc. Destacou a importância das lutas dos camponeses nas mudanças sociais, inclusive no contexto de revoluções socialistas. Verifica-se por meio deste estudo o potencial dos camponeses na desestabilização de sistemas opressores e transformação da sociedade.

As discussões em geral sobre o campesinato foram norteadas, principalmente, pelo seu papel na revolução socialista. Foi a partir da possibilidade participação dos camponeses nos processos revolucionários que foram formuladas e aprofundadas concepções teóricas e políticas sobre o campesinato.

Autores como Hegedüs (1986) e Rizzi (1988), por exemplo, referem-se ao debate havido no interior da Internacional Comunista sobre o campesinato. Embora nas discussões da Internacional houvesse um desprezo pelo campesinato enquanto sujeitos

sociais que pudessem contribuir com a revolução socialista, não se tirava a importância deles no contexto das transformações sociais, políticas e econômicas¹².

A elaboração do Programa Agrário dos partidos comunistas passava pela discussão do campesinato. O Partido Bolchevique, por exemplo, que norteou muitas deliberações na II Internacional, defendia a necessidade da coletivização da terra dos camponeses¹³, visto que a luta revolucionária seria feita entre burguesia e proletariado. (Rizzi, 1988, p. 221). Os debates políticos sobre o programa agrário estavam colocados em torno da questão da coletivização e/ou manutenção da parcela camponesa.

A revolução russa foi um importante momento de formulação e aprofundamento das concepções teóricas sobre o campesinato. Foi neste momento que se confrontaram as concepções de campesinato dos teóricos marxistas e do Partido com o projeto dos próprios camponeses, ou seja, que era a de participação na revolução para permanecer camponês.

A discussão a partir dos conhecimentos históricos acumulados sobre a revolução russa é necessária para destacar e caracterizar a participação dos camponeses no processo revolucionário. Não se trata de enquadrar a realidade atual numa determinada teoria construída no passado. Mas, a partir da realidade existente e de posse dos conhecimentos construídos re-elaborar a teoria.

A trajetória dos camponeses russos e dos camponeses em geral é uma trajetória de lutas. Se por um lado, as revoltas dos camponeses russos estão inseridas no contexto de resistência ao avanço das relações capitalistas, de outro, no entendimento da social-democracia russa, a participação dos camponeses na revolução podia contribuir para a revolução democrático-burguesa, considerada etapa para a realização da revolução socialista.

¹² Hegedüs (1986) afirma que no Congresso de Frankfurt em 1894, Vollmar já apontava que em certos ramos da produção, como na viticultura, as pequenas propriedades eram mais eficientes do que as grandes, contrariando Kautsky sobre a proletarianização necessária do campesinato. Segundo Hegedüs ainda, Bernstein e David, defendiam tese comprovada por dados que a propriedade camponesa na Europa do final do século XIX demonstrava capacidade de sobrevivência. Em o Socialismo e Economia da Terra de E. David, não se poderia aplicar ao desenvolvimento da agricultura as leis do desenvolvimento do processo de produção industrial em vista de características orgânicas e físicas da agricultura. (Hegedüs, 1986, 160).

¹³ A aprovação no Partido de alguns pontos relacionados aos camponeses, dos quais se destacava a concessão de parcelas de terras foi duramente criticado por Rosa Luxemburgo, que entendia a repartição de terras aos camponeses era um confronto com a proposta de socialização das terras. A concessão de parcelas de terras aos camponeses se constituía numa contradição, pois o seu destino seria o desaparecimento. (Rizzi, 1988, p. 224).

Lênin apesar da referência cética ao campesinato reconhece seu o potencial revolucionário afirmando que os operários deveriam considerá-los como seus aliados nas transformações sociais¹⁴. Esta compreensão de existência de dois sujeitos revolucionários foi esboçada na idéia da construção da aliança entre operários e camponeses.

A aliança operário-camponesa assumia contornos que passava pela necessidade de reconhecimento da importância do campesinato a partir de sua existência política na revolução. A questão está em reconhecer as características desta aliança. Se se trata de uma aliança subordinada ou uma aliança entre iguais, onde a soma permite acúmulo de força política para implementar as transformações necessárias na sociedade capitalista, visando atender os interesses dos trabalhadores. "Lênin esboçou um esquema de interpretação da aliança em que o aspecto político da integração entre operários e camponeses adquiria um peso determinante para a construção do socialismo".(Rizzi, 1988, p. 241).

O Partido não era um bloco monolítico. Parte dos Bolcheviques visualizava a necessidade de vínculos e apoio à revolta dos camponeses porque estes faziam acelerar a democracia burguesa no campo, dominada pela autocracia e relações não-capitalistas. A postura de Lênin em relação aos camponeses e o seu papel revolucionário na Rússia foi de apoio aberto ao movimento dos camponeses. (Linhart, 1983, p.30).

Esta posição não era unânime no Partido, havendo aqueles que entendiam que a direção das manifestações revolucionárias dos camponeses cabia, exclusivamente aos operários. Este foi o pensamento de Trotsky, por exemplo. Bukárin também colocava objeções à aliança entre operários e camponeses, defendendo que a revolução seria proletária ou camponesa.

A classificação do campesinato, entre camponeses ricos e camponeses pobres, foi uma condição para a aliança, pois a diferenciação social não permitia a compreensão do campesinato como um bloco monolítico. Não era uma proposta de aliança com todos os

¹⁴ Martins (1989) refere-se a Marx e Engels no estudo sobre a Irlanda, considerada pelos autores o lugar onde o capitalismo Inglês poderia ser golpeado, pois predominava as relações camponesas. Já a luta dos camponeses russos foi entendida como reacionária e que entravava o desenvolvimento do capitalismo e o progresso. Enquanto a luta dos camponeses irlandeses era entendida como revolucionária, no caso russo era entendida como obstáculos. Se num caso (russo), a interpretação era obstáculo, no outro, a interpretação se constitua como possibilidades. (Martins, 1989, p. 110).

camponeses, mas aqueles camponeses pobres e sem terra (batraski e bedniaki), mais próximos do proletariado.

As dificuldades em estabelecer a aliança com os camponeses pobres como verificada nos problemas surgidos na ampliação do Comitê dos Camponeses Pobres motivaram a ampliação da aliança para uma base mais sólida. Passou-se a priorizar uma ação conjunta com os camponeses médios (faixa intermediária entre camponês rico e pobre), que tinha possibilidade maior de estabelecimento de aliança.

O MST tem defendido a necessidade de se forjar uma aliança entre operários e camponeses para a realização da reforma agrária. No MST, a aliança está colocada como uma necessidade de fortalecimento da luta para alcançar conquistas pelos trabalhadores e como assimilação de formas de produção semelhante à indústria como expressão maior do trabalho coletivo. Há que se pensar na possibilidade de fortalecimento da luta por meio da aliança entre os operários e camponeses sem que necessariamente se adote o modelo de trabalho na indústria como expressão maior de coletivo.

“A oposição nascia, sobretudo, em razão do fato de ser a aliança entre proletariado agrícola e massas rurais limitadas só ao aspecto econômico e à fase democrático-burguesa, ao passo que era preciso realizar um salto qualitativo e começar a entender a aliança sob o prisma político da existência dos dois sujeitos revolucionários”. (Rizzi, 1988, 236).

A capacidade dos camponeses de se erguer contra a subordinação imposta pelo modo de produção capitalista e para destruir sistemas opressores não foi entendida pelos teóricos da revolução como capacidade de contribuir na construção de um novo sistema ou modelo de sociedade socialista. Os camponeses teriam grande poder de destruição de sistemas que lhes subordinam, mas quando se tratava de contribuir na construção de um novo sistema (socialismo), estes seriam incapazes, pois o contexto social e de produção que estão inseridos não permitiriam tais ações. A construção e transformação social seriam tarefa dos operários e os parâmetros seriam a forma de organização da produção industrial das cidades. Os camponeses foram vistos pelos teóricos da revolução como se não tivessem um projeto socialista de sociedade.

A idéia de que o proletariado tem uma missão revolucionária foi estudada por Gorender (1999), onde destaca que o marxismo, bem como seus fundadores (Marx e Engels) não foram até o fim, e depois de 150 anos (Manifesto Comunista), ainda se

constitui como idéias utópicas. Segundo Gorender (1999), Marx e Engels ficaram entre a teoria e a ciência, que tinha como objetivo substituir o socialismo utópico pelo científico.

Marx, apesar de comprovar, através da teoria do valor e da mais-valia, que a classe operária era explorada, não conseguia comprovar que é revolucionária, não oferecendo argumentos empíricos para esta afirmação, embora o operariado tenha sido exaltado como classe revolucionária, sendo aquela que possui uma abrangência total da sociedade, ou seja, seria a classe que substituiria a visão parcial pela total. (Gorender, 1999, p. 34).

Os proletários a que Marx se referiu, foram aqueles trabalhadores desprovidos dos meios de produção e que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca do salário. É importante destacar que os operários que Marx reconhecia como classe revolucionária e que promoveria as transformações na estrutura da sociedade, eram aqueles da indústria.

O crescimento do operariado com o desenvolvimento da indústria e a superação do artesanato demonstrava a superioridade e capacidade organizativa destes trabalhadores, pois o desenvolvimento do capitalismo levaria também ao aumento da revolta dos operários. Assim, "A burguesia produz, antes de mais nada, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis" (Marx e Engels, 1998, p.20).

Lênin já havia se referido em *Que Fazer?* (1988) que os operários na fábrica não chegariam à consciência social de classe socialista, mas somente alcançaria a consciência sindicalista. Seria inevitável a subordinação da classe operária à burguesia por meio da consciência sindicalista, sendo necessária introdução da consciência revolucionária vinda de fora para dentro. É como afirma Gorender (1999), a classe operária é ontologicamente reformista.

"Porém, mais a fundo, vamos encontrar algo que os teóricos do marxismo evitaram admitir e, no entanto, nas circunstâncias atuais, já é impossível negar. Isto é, que a classe operária é ontologicamente reformista [*grifo do autor*]" (Gorender, 1999, p. 38).

O movimento operário se constituiria uma luta dentro do universo burguês e da mercadoria e não havia aí nada de anticapitalista. Até mesmo a burguesia, já foi revolucionária, pois solapou a estrutura feudal, mas os operários até o momento, não fizeram nenhuma revolução.

Constituindo-se num movimento dentro do universo burguês e da mercadoria, os operários não possuíam intervenção anticapitalista. A classe operária, enquanto uma classe reformista pode ser do ponto de vista tático e estratégico, uma importante força para a busca da revolução. Mas, segundo Gorender, após um século e meio, “... não existe nenhuma revolução socialista, que tenha se seguido a uma prática reformista. Esta, absolutamente, em nenhum caso, preparou qualquer revolução”. (Gorender, 1999, p. 40).

Por outro lado, os operários são trabalhadores que possuem uma visão total da exploração em que vivem, sendo capaz de se solidarizar com lutas internacionais. A criação da Associação Internacional dos Trabalhadores entre 1864 e 1872, conhecida como I Internacional, reunindo marxistas, anarquistas e sindicalistas, principalmente, era uma evidência do caráter internacional que a luta revolucionária deveria possuir, incentivando a solidariedade de operários das várias nações.

A luta do operário é contra a violência da exploração e da mais-valia. Já a luta dos camponeses é luta contra a expropriação e conseqüente desaparecimento pela subordinação da renda da terra ao capital. Por isso, é uma luta contra o capitalismo. Os camponeses, ao lutar contra a subordinação vão contra aquilo que o oprime. “Esta consciência, o operário não tem e nem pode ter, pois esta violência não está no âmbito de sua situação social e de sua consciência possível”. (Martins, 2000, p. 57).

Segundo Martins (2000) ainda, entre a classe operária existe uma ocultação de sua exploração que ocorre por mecanismo diferente da alienação e fragmentação do trabalho. O operário está privado da compreensão de sua exploração e expropriação do trabalho excedente que se dá nas instâncias da ideologia. Operários e camponeses estão subordinados de forma diferente: um pela extração do trabalho excedente em forma de mais valia, e outro pela extração da mais valia social, como foi visto anteriormente.

A fábrica é o lugar central da alienação do operário e não da luta. A fábrica é o lugar do trabalho coletivo e não necessariamente da consciência coletiva. Aí, o operário não consegue ver a sua exploração, pois já foi engolido pelo capital de tal forma que ele não distingue o inimigo como faz o camponês que é atingido pela expropriação e violência.

“A fábrica é basicamente o lugar original de produção e de alienação, do conformismo e do medo. A força criadora da riqueza, que poderia romper estes bloqueios e deformações, não retorna senão lentamente ao local de

sua origem, manipulada, deformada também por ela. Justamente por isso as lutas sociais conseqüentes são geralmente mediadas por alguma coisa que não é da fábrica, mas do espaço entre a produção e a realização da mais-valia”. (Martins, 2000, p. 165).

É importante observar ainda que a subordinação e exploração que surge no interior da fábrica se externaliza, ou seja, sai da fábrica. Neste momento ocorre a espacialização e territorialização das relações de subordinação e exploração produzida no interior da fábrica. Ela sai da fábrica para se reproduzir em outro lugar: na moradia, família, bairro, cidade, campo, etc.

Já o camponês é atingido pelo capital pela violência; pelo fim e expropriação. Mas, a sua luta não é exclusivamente contra a expropriação. É também contra a exploração, ou seja, uma luta contra a transferência de mais valia social ao capital. Os operários e camponeses, subordinados ao capital de forma diferente, tem uma compreensão diferente da opressão que lhe atinge. Assim, não se justifica a afirmação de atraso em relação ao operário.

Os camponeses no capitalismo são atingidos pela violência da acumulação primitiva, subordinação e exploração. Essa violência permite a realização da mercadoria e acumulação capitalista. A luta do operário não é contra a expropriação, pois esta já o atingiu.

Por outro lado, a trajetória dos camponeses é de luta e resistência contra a subordinação e expropriação, mesmo não tenha sido considerado pelo marxismo oficial como portador de um projeto político revolucionário. A participação dos camponeses nas revoltas é um importante momento de resistência contra a subordinação e expropriação. No caso em discussão, os camponeses da Rússia vinham desenvolvendo bem antes da revolução de 1917 um conjunto de revoltas. Segundo Reis filho (1997), somente até segunda metade século XIX se contabilizavam mais de mil sublevações de camponeses.

Para conter as rebeliões, uma das medidas mais eficientes seria a adoção pelo governo russo, de uma política de modernização do campo. A abolição da servidão em 1861, onde se pagou a liberdade com dinheiro emprestado do Estado, promoveu a institucionalização das Comunas e seu fortalecimento. No centro da política de modernização estava a necessidade de quebrar os laços comunitários e igualitaristas da Comuna, por meio da formação de uma camada de pequenos proprietários rurais, mais

propensos a aceitar as idéias privatizantes. Os camponeses resistiram duramente a esta política.

A luta dos camponeses russos não era somente para entrar na terra, mas para nela permanecer. A reforma da estrutura agrária proposta pelo governo russo comandada por Stolypin¹⁵ compreendia a necessidade de criar uma sólida “classe” proprietária individual da terra para garantir a manutenção da ordem e estabilidade social. A manutenção e conquista da terra era vista como uma contra-revolução, pois enquanto pequenos proprietários estabilizados, a força revolucionária dos camponeses seria silenciada. A idéia era de que os camponeses que mostraram todo o seu ímpeto revolucionário para conquistar a terra na revolução de 1917, jamais apoiariam tal revolução se tivessem a posse da terra.

Neste contexto de busca de implantação da revolução, outras tendências políticas surgiram na Rússia, como foi a dos Socialistas Revolucionários (Narodniks). Na concepção dos Socialistas Revolucionários a revolução estaria apoiada no campesinato.

Uma geração de intelectuais críticos às reformas e contra o Tzarismo, os Narodniks, via na comuna camponesa a possibilidade de implantação do socialismo na Rússia. Dessa forma, a Rússia poderia passar direto das relações não-capitalistas para o socialismo sem a necessidade da etapa de expansão do capitalismo no campo.

Os Narodniks, precursores da divulgação das idéias de Marx e Engels na Rússia travavam uma crítica mordaz ao capitalismo. Foram denominados de populistas, pois se propunham organizar a Narodnaia Volia (Vontade do Povo). (Reis Filho, 1997, p. 37). Os Narodniks procuravam incentivar a sublevação dos camponeses das comunas para conter as tendências econômicas do mundo ocidental e a industrialização como a forma de expansão do capitalismo no campo russo.

“Era preciso incentivar a tradição insurrecional e igualitária dos camponeses russos, plasmadas em inúmeras revoltas e no trabalho cotidiano da comuna. Contudo, o tempo urgia, pois estavam em curso tendências econômicas individualistas, desagregadoras, ocidentais”.(Reis Filho, 1997, p.30).

¹⁵ Peter A. Stolypin comandou de 1906 até 1911, ano em que foi assassinado, um projeto de modernização da estrutura agrária russa no contexto da “revolução burguesa” e da social-democracia, instalada após a revolta de 1905. A social-democracia procurou implantar novas bases econômicas, políticas, jurídicas na Rússia, condição para a realização da revolução socialista. É neste contexto de intensificação das relações capitalistas, necessária para a revolução, que se procurou promover as transformações na estrutura agrária russa.

Para isso, era preciso que os camponeses se levantem em rebelião, fermentadas pela sua tradição de revoltas e lutas, cabendo aos intelectuais e camadas médias da sociedade (sacerdotes, funcionários, familiares nobres, etc) uma missão histórica.

O movimento Populista procurava divulgar idéias democráticas no campo e defendiam a necessidade de entrega das terras dos latifundiários aos camponeses. As comunidades agrárias (Mir) eram consideradas por eles como embrião de uma sociedade socialista, sendo possível superar o capitalismo através da organização de comunidades camponesas, implantado assim, um socialismo agrário sem a intensificação das relações capitalistas para acelerar o processo revolucionário.

Contrapondo-se aos populistas, estavam os marxistas. Os marxistas da social democracia não consideravam o campo russo um lugar favorável à revolução por causa da presença de relações não-capitalistas. Havia diferenças também no interior do grupo dos marxistas: os Bolcheviques, ligados a Lênin, e os Mencheviques, liderados por Martov, motivadas por diferentes concepções sobre a militância (profissional e espontânea). (Reis Filho, 1997, p. 40).

Assim, se os populistas entendiam que o socialismo poderia ser implantado pela comuna e sem necessariamente o acirramento de conflito entre as classes, os marxistas, entendiam que a aceleração das contradições e o avanço das relações capitalistas para superação do atraso, seriam o caminho para se chegar ao socialismo.

Linhart (1983) afirma que a lenda é persistente, ao escrever sobre os SRs e Bolcheviques. A idéia é a de que os Socialistas Revolucionários defendiam os interesses dos camponeses, enquanto que os Bolcheviques, nada entendiam dos problemas do campo, se valendo da aliança com os camponeses para implementar suas propostas.

Não é a garantia da posse e estabilidade na terra que faz do camponês um trabalhador acomodado, ou a ausência dos meios de produção que possibilitará a ampliação das lutas. O que move os camponeses para a luta é o amadurecimento da consciência de subordinação e da exclusão em que estão inseridos na sociedade capitalista.

No caso do campesinato russo não foi somente a falta de terra para trabalhar que motivou e estimulou a sua participação na revolução socialista russa, mas a luta contra o domínio do Czar e subordinação ao poder central absolutista como a cobrança de

elevados impostos. Esta subordinação e ameaça constante da expropriação estimulou a luta dos camponeses.

Em *Que Fazer?*, escrito em 1902, Lênin deixa claro que a destruição de sistemas opressores feitos na revolução socialista passava pela necessidade de revelações políticas. Mas, por outro lado, estas revelações seriam possíveis pelas mãos do Partido, o que indica que as “massas”, ou seja, os sujeitos, onde se incluem os camponeses, não seriam capazes de construir a sua liberdade sem as revelações políticas oferecidas pela direção partidária. Verifica-se assim, um caráter profético/messiânico do partido, no caso, o P.O.S.D.R (Partido Operário Social Democrata da Rússia), que era o encarregado das revelações. “Apenas o partido que organizar verdadeiramente as revelações... poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias”. (Lênin, 1988, p. 70).

Segundo o P.O.S.D.R, existiam condições para a realização de uma revolução burguesa, “pré-requisito” para a realização da revolução socialista. “A Rússia estava destinada a uma revolução burguesa, democrática, quando se estabeleceriam as bases políticas, econômicas e jurídicas a partir das quais seria lícito pensar e lutar por uma revolução socialista”. (Reis filho, 1997, p. 57).

Os camponeses mantinham desde 1905 a esperança de uma ampla distribuição de terras. “Parecia disseminar-se a consciência de que, afinal, chegara o tempo da utopia: uma grande e eqüitativa distribuição de terra”. (Reis filho, 1997, p. 62). As teses igualitaristas e distributivistas passaram a ser colocadas em prática com as invasões e tomadas de terra. “O velho sonho igualitarista dos camponeses russo, afinal, realizava-se. A terra fora nacionalizada, subtraída ao mercado, não poderia mais ser objeto de compra e venda”. (Reis filho, 1997, p. 70).

A idéia de então era de que os camponeses precisavam combater os grandes proprietários e o Estado. O apoio do Partido às lutas camponesas era para encaminhá-la na construção da social-democracia. A divisão das terras em lotes familiares poderia dar um caráter mais avançado às revoluções burguesas, marcando um viés mais americano (farmer) do que prussiano (junkier). (Gruppi, 1979, p. 86). A nacionalização das terras, como visto anteriormente, também era uma alternativa para garantir a expansão capitalista, sobretudo, a nacionalização das grandes propriedades.

Bettelheim (1979) refere-se ao entrelaçamento duas revoluções na Rússia de 1917. Uma revolução do proletariado e outra democrática, essencialmente burguesa.

A revolução proletária corresponde ao papel dirigente dos proletários e do partido, quando se visava a instalação da ditadura do proletariado. Já a revolução democrática, dos camponeses, não se compreende a luta por objetivos socialistas, mas como a defesa da repartição das terras dos grandes proprietários e uso privado do solo. (Bettelheim, 1979, p. 397). Portanto, se tratava de uma revolução democrática e não revolução socialista.

A compreensão do Partido era de que os camponeses eram aliados naturais da burguesia devido à questão da propriedade privada que os perpassavam. Por isso, seria necessário o operário disputa-los com a burguesia.¹⁶

A revolução de 1917 colocou em evidência a complexidade de relações que envolvem a apropriação e exploração da terra. O que fazer com as terras? Os camponeses sabiam que as terras não seriam tomadas como um objeto qualquer e que a pilhagem apenas não seria suficiente para atender seus anseios, sendo necessário a tomada das terras para a realização de plantio e sementeira. “O verdadeiro direito encontra seus fundamentos no trabalho de plantio e na sementeira, na longa caminhada arquejante através do qual o camponês (...) arranca a possibilidade de subsistência do próximo ano”. (Linhart, 1983, p. 25).

No período pós-revolucionário russo pode-se verificar como a produção de alimentos tornou-se uma questão estratégica para a sobrevivência da jovem república. A fome que passou assolar o povo das cidades colocou os camponeses novamente no centro das atenções depois da revolução, agora não mais como uma força revolucionária, mas como um segmento que deveria socializar e entregar a produção excedente e os frutos do seu trabalho em nome do socialismo. A diferença surgida entre os camponeses e o Partido acabou destruindo a possibilidade de unidade entre operários e camponeses, construídas no processo de luta pela divisão das terras.

Os camponeses foram protagonistas também na solução do problema da fome na República Soviética, quando ficou demonstrando que a produção de alimentos pode ser

¹⁶ A atenção com os camponeses pode ser verificada nas primeiras medidas tomadas na Rússia como foi o “decreto sobre a terra”, abolindo a propriedade privada do solo (proprietários rurais, Igreja e Estado), estimulando os camponeses a organizar as condições de utilização de forma coletiva.

uma arma à sua disposição. Shanin (1983) destaca que muitas manifestações políticas camponesas foram aniquiladas por causa de um conjunto de fatores, como seu atraso tecnológico, deficiente comunicação, armamentos rudimentares e falta de experiência tática. Mas, destaca que os camponeses têm às suas mãos outros tipos de armas: a produção de alimentos.

“Sin embargo, el campesinato tiene varias sociopolíticas: su condición de principal productor de alimentos, la dispersión de su asentamiento en las áreas rurales y su preponderancia numérica. Su monopolio de producción de alimentos ha tenido una importancia crucial en tiempos de crisis. Las vastas áreas rurales pueden llegar a convertirse en una plaza fuerte y la fuerza numérica puede, también, llegar a inclinar la balanza a su favor”. (Shanin, 1983, p.292).

A partir da distribuição das terras, os camponeses fardados abandonaram as trincheiras para receber a parte que lhe cabia nesta distribuição. As mudanças de atitudes do partido em relação aos camponeses iniciam-se neste momento. O abastecimento das cidades não ocorreu e a drástica diminuição das remessas às cidades motivou a requisição forçada com os “destacamentos de ferro” desembocando numa guerra civil e insurreições convocadas pelos SRs contra os bolcheviques.

O apoio de Lênin e do Partido colocado aos camponeses, sofreram radicais alterações com posturas muito diferentes depois de 1917. A necessidade de resolver o problema da fome levou os revolucionários a buscar solução para essa questão, o que acabou marcando uma ruptura com os camponeses e a proposta de elaboração da aliança operário-camponesa.

Os camponeses se constituíram como forças políticas revolucionárias em outubro. Mas, com a crise de abastecimento, o campo vai viver uma nova etapa. Para os Bolcheviques, os camponeses precisavam reconhecer a necessidade de entregar parte da produção de trigo aos trabalhadores da cidade. Deveria-se conseguir trigo de qualquer maneira, sendo criadas cruzadas com soldados armados nas cidades e enviados ao campo para buscar o trigo escondido.

A implementação deste “socialismo” em que se exigia dos camponeses o repasse da sua renda para sustentar o desenvolvimento industrial das cidades foi motivo de violentos enfrentamentos.

Os camponeses além de esconder o trigo passaram a plantar somente para atender as necessidades da família. Assim, não havia porque aumentar a produção, já que ela seria entregue posteriormente com o confisco. Isto levou o cultivo e plantação somente para atender as necessidades. Agora os camponeses, além de combater o exército branco que procuram tomar suas terras para devolver aos antigos proprietários, teriam que combater também os vermelhos.

Lênin via neste momento a resistência do campesinato como uma resistência ao comunismo. A necessidade mais emergente era a solução da fome e mais tarde, a coletivização das terras. A reação dos camponeses era vista como uma forma de ramificação burguesa, o que precisava ser combatida como se fossem ideologias inimigas. (Linhart, 1983, p. 41). A idéia foi de que os camponeses de revolucionários passam a ser vistos pelo Partido e intelectuais, como conservadores, tradicionalistas e conformistas a partir da conquista do seu pedaço de terra e de sua condição de pequeno proprietário. Esta característica devia-se ao fato dos pequenos proprietários de terras viverem isolados entre si e do restante da sociedade no seu estado de ‘idiotice rural’¹⁷.

Para os Bolcheviques, os camponeses eram revolucionários no momento de distribuição das terras, mas não possuíam esta mesma disposição quando se tratava de organizar a produção para contribuir com a implantação do socialismo. Concepção semelhante a esta se verifica ainda no dias atuais no pensamento da esquerda e dos movimentos populares no Brasil. O MST, como será visto posteriormente, reconhece a força revolucionária dos camponeses para a democratização da posse da terra. Mas, quando se trata da organização da produção nos assentamentos, a luta dos sem-terra assume novos contornos.

A questão da produção para resolver o problema da fome na Rússia era uma questão que seria resolvida pelos revolucionários da cidade, sendo a luta do campo subordinada àquela. A política agrária não estaria nas mãos dos camponeses, mas dos revolucionários das cidades e “... de sujeito do movimento revolucionário em 1917, o

¹⁷ A intelectualidade russa na década de 1920 entendia os camponeses como homens brutais, sem memória histórica e próxima da barbárie. Segundo Linhart (1983), Maximo Gorki, porta-voz do rancor burguês, no seu livro, O Camponês Russo, havia um pavor quase religioso de muitos intelectuais russos diante do mistério que se constituía o camponês. (Linhart, 1983, p. 50). A partir da idéia de egoísmo dos camponeses criou-se um ódio do campesinato.

campesinato torna-se objeto de uma política agrária decidida nas cidades”.(Linhart, 1983, p. 43).

Outro fato que demonstrou a importância do campesinato no processo revolucionário foi na elaboração da NEP¹⁸ na Rússia. A NEP foi uma evidência do reconhecimento da necessidade de considerar o campesinato como um segmento importante na implantação do socialismo.

Lênin não foi favorável somente ao convencimento e a persuasão para conseguir trigo e resolver o problema do abastecimento, mas também a formas de coerção do campesinato rico. Diante das dificuldades encontradas e a baixa eficiência das requisições forçadas e a coerção, Lênin defende a idéia de cobrança de um imposto *in natura* e a possibilidade de comercialização do excedente pelos próprios camponeses, marcando o início da formulação da NEP (Nova Política Econômica).

Em 1922/3 foram efetivadas mudanças sobre as requisições forçadas e a instituição de cobranças de impostos marcou novas relações entre o governo e camponeses. Os camponeses podiam, após pagar os impostos, comercializar com liberdade o excedente da produção, política que encontrou êxito numa sociedade essencialmente rural com grande parte da população vivendo da agricultura. A partir deste momento, ocorre uma recuperação da produção agrícola.

Entretanto, o que estava colocado era a necessidade de uma aliança sólida e não a realização de tarefas democráticas da revolução. A revolução precisava de uma aliança que ultrapassasse o capitalismo de Estado. (Bettelheim, 1979, p. 452).

A solução dos problemas surgidos com o abastecimento perpassa pela relação entre o campo e a cidade. Mas, Lênin já no final de sua vida, não tinha bem certo que medidas deveriam ser tomadas. Linhart (1983) compara Lênin neste momento a um homem que tateia num quarto escuro esforçando-se para localizar os obstáculos e a disposição dos lugares. A reflexão de Lênin passava por uma “revolução ideológica” no campo para resolver o problema da fome.

¹⁸ A NEP (Nova Política Econômica) foi uma medida tomada na Rússia pós-revolucionária para atender entre outros interesses, os camponeses, que tiveram ampliado a liberdade de comércio para o trigo entre outros produtos. O problema do abastecimento não seria resolvido necessariamente com a construção de grandes unidades de produção no campo, mas unidades criadas pelos próprios camponeses.

Na NEP estava implícita a necessidade de fortalecimento de cooperativas agrícolas como uma forma de estabelecimento de laços culturais necessários para consolidação da revolução. As cooperativas favoreciam a aproximação campo-cidade e os operários seriam os propagadores da ideologia comunista no meio rural. O rompimento do isolamento se daria por meio da alfabetização e instalação de um circuito econômico e comercial efetivado com o desenvolvimento do trabalho cooperativo.

Surge a valorização de Lênin às cooperativas, entendidas como uma forma de desenvolver relações políticas socialistas na produção camponesa. As Cooperativas de Produção Agropecuária, forma de cooperação defendida pelo MST nos assentamentos, estão inseridas neste contexto.

“Em sua opinião, - opinião de Lênin - ela não constitui simplesmente uma etapa preparatória ‘... em nossas condições – diz ele -, a cooperação coincide inteiramente com o socialismo’, pois permite o desenvolvimento de ‘relações econômicas socialistas’. Como se vê, a questão discutida por Lênin aqui não é a da propriedade jurídica dos meios de produção,... mas a das relações sociais de produção; é por isso que o ‘regime cooperativo’ não se situa somente no que Lênin chama, muitas vezes, de uma ‘fase de transição ao socialismo’, mas ‘é o regime socialista’”. (Bettelheim, 1979, p. 441).

As práticas cooperativas serviriam para transformações nas relações políticas e ideológicas com a eliminação da cultura burguesa entre os camponeses, cabendo aos operários a organização desta tarefa.

“Aos olhos dos dirigentes do partido, conscientes das tarefas ligadas à luta ideológica, esta exigem, sobretudo, um trabalho educativo (a ser conduzido principalmente pelos operários junto ao campesinato), um combate permanente aos usos e costumes ‘pré-capitalistas’ e uma ação revolucionária às vezes batizada pelo nome de ‘revolução cultural’”. (Bettelheim, 1979, p. 457).

Entretanto, a coletivização não deixava de ser um objetivo a ser alcançado no longo prazo; aderida pelos camponeses gradualmente e em etapas. Da produção individual para ajuda mútua, depois pela cooperação de consumo e produção, ampliando-se para formas cada vez mais complexas de organização coletiva. As etapas de cooperação podem ser sintetizadas no Toz (os camponeses possuem terras e instrumentos individuais e trabalham em comum); o Artel (surge a coletivização de instrumentos de trabalho) e a Kommuna (o estágio mais elevado de coletivização). (Reis Filho, 1997, p. 97).

Apesar do realinhamento político implícito na proposta de cooperativas e da aliança entre operários e camponeses, havia uma interpretação economicista da NEP. A NEP estava dividida entre a aliança de longo prazo e uma política macroeconômica de pesados investimentos na indústria e a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas e aumento da produtividade do trabalho.

O desenvolvimento industrial foi colocado como uma necessidade. Os recursos provenientes da economia privada e, sobretudo daqueles provenientes do campo por meio da cobrança de tributos pelo Estado, numa espécie de "acumulação primitiva socialista", garantiam o financiamento da política industrial. Novamente, agora no socialismo, os camponeses sustentariam a acumulação, pois não haveria possibilidade de desenvolvimento da Rússia com uma economia de base agrária.

A contraposição do moderno (indústria) e do atraso (agricultura) eram um apelo à industrialização e desenvolvimento das forças produtivas como forma de alavanca do desenvolvimento. A agricultura camponesa se encarregou de transferências de renda para capitalizar os setores industriais.

O debate sobre a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas se estendeu, norteador as discussões no interior da II e III Internacional, com o entendimento de que se tratava do motor da história e que as relações sociais se davam em conformidade com estas forças. A organização das forças sociais e as lutas políticas foram compreendidas como decorrência das condições econômicas e a acumulação técnica e dos meios de produção, condições para a construção do socialismo, sendo a economia a essência das lutas.

“Um dos principais efeitos do ‘economicismo’ uma vez que ele define o desenvolvimento das forças produtivas como o motor da história é o fato de se considerar a luta política de classes como o produto direto e imediato das contradições econômicas”. (Bettelheim, 1979, p. 41).

Mas, as relações sociais e o movimento político podem estar adiante do desenvolvimento econômico e das forças produtivas¹⁹. Esta concepção não recebeu o apoio de Kautsky e da II Internacional porque eram partidários de uma análise ao pé da letra da obra de Marx, de que não se poderia saltar ou eliminar por decreto as etapas.

¹⁹ Muitos trabalhadores assentados, organizados politicamente apresentam capacidade de manifestação política. Mas, esta capacidade muitas vezes não é acompanhada do progresso econômico.

Como afirma Gruppi (1979) ao analisar decisões da Internacional, não se poderia eliminar fases naturais do desenvolvimento da sociedade (Gruppi, 1979, p. 158).

Esta idéia de desenvolvimento das forças produtivas está relacionada à outra: de que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a passagem ao socialismo, ou seja, depois da revolução burguesa vem a revolução do proletariado.

Dessa forma, a luta de classes foi relegada a um segundo plano na elaboração do socialismo, até porque este conflito já havia sido superado na sociedade socialista, pelo menos no entendimento dos dirigentes da Urss, com a supressão da sociedade de classes.

“As duas teses (sobre o desaparecimento das classes antagônicas na URSS e sobre o primado do desenvolvimento das forças produtivas) eram uma espécie de lugar-comum do ‘marxismo europeu’ dos anos 30 (que persistiu até uma época relativamente recente), cuja aceitação tendia a impedir uma análise das transformações da sociedade em termos de luta de classes”. (Bettelheim, 1979, p. 37).

No interior do Partido, Lênin combateu o economicismo, o que dificultava a aprovação de propostas. As relações políticas, por exemplo, era expressão das relações econômicas, contrariando o pensamento de Lênin de que a política era a condensação do econômico (Bettelheim, 1979, 224). Era como se Lênin remasse “contra a corrente” (Bettelheim, 1979, p. 45). Portanto, apesar de Lênin acreditar no partido como forma de realização de revelações políticas, como pode se verificar em *Que fazer?* (1988), não se pode confundir Partido com o Leninismo²⁰.

Mas estava preparado o caminho de abandono da NEP, que ocorreu quando se anunciou a proposta de Stálin da Grande Virada, assentada basicamente em duas direções: coletivização no campo e industrialização. Colocou-se em prática a coletivização através das cooperativas (Kolkhozes) e fazendas estatais (Sovkhozes) e liquidação dos Kulaks, sucedidas pela destruição e mortes no campo. As estruturas fechadas das fazendas cerceavam até o deslocamento interno, semelhante aos tempos do Czar e reestruturação da servidão abolida há tempos. A queda na produção e superfície semeada foi uma forma de resistência camponesa que se dava em forma de recusa a

²⁰ Este é o caso das consideradas disposições democrático-burguesas de distribuição de terra e o desenvolvimento de grandes unidades de produção socialista, quando Lênin pedia para que os Bolcheviques confiassem aos camponeses a adoção das experiências de exploração coletiva no campo. (Bettelheim, 1979, p. 187).

semeadura e matança do gado com oscilações na produção e baixos resultados econômicos apesar da coletivização.

Os camponeses conheceram qual o papel reservado na construção do socialismo russo, quando Stálin deu a “solução definitiva ao problema camponês”. A lei de regulamentação socialista do solo, posteriormente proibiu até mesmo cultivo de hortas e criação de aves pelos camponeses, com o argumento de que havia necessidade de romper com a mentalidade camponesa. (Gruppi, 1979, p. 211).

As resistências dos camponeses contra as medidas adotadas de coletivização se davam de variadas formas:

“Emboscadas, em grupo, articuladas. Recusas suicidas ao enquadramento. Manifestações cegas. Matanças de gado. Assassinatos de autoridades. Fugas. Sabotagens às instalações dos kolkhozes e às máquinas impostas. Furto de cereais. E, quando a resistência ativa foi abatida, os recursos últimos, a inação, o descaso, o desperdício, a apatia, o desinteresse” (Reis Filho, p. 122).

A agricultura coletivizada já na década de 1950, não dava os resultados esperados porque estava espremida pelos impostos, preços baixos e entregas obrigatórias de cultivos feitos pelos camponeses em minúscula parcela de terra. Alijadas do processo produtivo, resultante de uma política ideologizante de hegemonia das indústrias, os camponeses resistiam aos esquemas de dominação e subordinação.

O que motivou a participação dos camponeses na revolução de 1917 foi a possibilidade da conquista da terra para manutenção da produção camponesa. Este projeto camponês acabou contrariando os projetos dos dirigentes da revolução. A luta para continuar camponês se desdobrou posteriormente à revolução, revelando que a trajetória dos camponeses é, sobretudo uma trajetória de lutas. Lutas contra a dominação e subordinação.

Na revolução russa se explicitaram concepções teóricas de campesinato dos dirigentes da revolução. Explicitou-se também o projeto dos camponeses e sua interação no processo revolucionário e de construção do socialismo. As informações e conhecimentos teóricos e também da participação dos camponeses na revolução russa, se constituem como instrumental de análise das lutas desenvolvidas pelos sem-terra e o MST. Apesar de notáveis diferenças, pois a história não se repete, estas lutas não são discrepantes.

A participação dos camponeses na revolução russa apresenta características que as diferenciam das lutas desenvolvida pelos trabalhadores sem-terra nas ocupações de terra e nos assentamentos. Enquanto na Rússia, as revoltas no campo apresentavam conteúdo ideológico definido pelos operários e partido, nas lutas dos sem-terra são eles que acabam definindo os encaminhamentos das lutas, mesmo que respaldados por parâmetros teóricos inspirados nas concepções de superioridade da classe operária.

O que está colocado na discussão sobre o campesinato é a sua participação enquanto sujeitos sociais na construção de sua autonomia e libertação da subordinação ao sistema capitalista de produção. No caso dos trabalhadores sem-terra assentados, eles têm desenvolvido ações indicando a disposição de luta no assentamento para construir sua autonomia e liberdade.

Os movimentos camponeses do passado, como a participação na revolução russa, apesar de questionar a ordem estabelecida, foi dirigida por segmentos sociais de fora do campesinato. A concepção de camponês elaborada pelos intelectuais, teóricos e militantes da revolução descartava a capacidade do campesinato de organizar qualquer movimento que promovesse transformações na estrutura da sociedade.

Shanin (1983) afirma que a influência política do campesinato pode ser classificada por três ações principais:

1 - Ação independente de classe, onde uma classe social se cristaliza no curso do conflito, cria sua organização, amadurece ideologicamente e produz seus líderes como ocorreu com a organização dos camponeses na Rússia em 1905 e no México com Zapata em 1910. As lutas dos sem-terra vinculados ao MST também são exemplos semelhantes a estas ações;

2 - Ações políticas dirigidas, onde um grupo organizado de fora proporciona ao campesinato um grande fator unificador e os camponeses são vistos quase como um objeto de manipulação. Os camponeses seriam incapazes de lutar pelos seus próprios interesses. Exemplifica o caso dos camponeses franceses que tiveram Bonaparte como “fator” unificador;

3 - Ação política sem forma definida e completamente espontânea, podendo se manifestar de duas formas: “motins locais”, com explosão rápida de revolta e controlada com

facilidade pelo poder central e “passividade campesina”, como a forma de resistência. (Shanin, 1983, p. 293).

Os sem-terra, na sua luta, acabam questionando a ordem numa proposta política sustentada teoricamente no marxismo com uma marcante perspectivas de classe construída no processo de luta. Mas, existem diferenças entre as lutas camponesas do passado daquela desenvolvida pelo MST.

O conteúdo político destas lutas e sua autonomia em relação aos partidos políticos; a existência de quadros e liderança coletiva formada no interior do próprio movimento; a existência de escolas de formação de tendência marxista do próprio movimento; o entrelaçamento da dimensão política e religiosa; a participação do movimento nos grandes debates nacionais e sua articulação internacional contra os efeitos da globalização e neoliberalismo, como é o caso da Via Campesina; denúncia das violências cometidas contra os trabalhadores do campo de amplidão internacional; a preocupação com a organização social, política e econômica nos assentamentos, evidenciando que a luta não termina com a conquista da terra, são alguns dos exemplos que diferenciam as lutas do sem-terra do MST daquelas lutas do passado.

Outra importante diferença a ser destacada entre as lutas do passado e as lutas atuais é a sua territorialização. Se no passado, os camponeses questionavam a ordem capitalista, através de ações pontuais e localizadas, agora as lutas estão territorializadas.

A territorialização da luta pode ser verificada por meio da articulação e formação de uma rede nacional de lutas como ocupações de terra, bloqueio de rodovias, negociações e ocupações de órgãos do governo, bancos, etc. A ocupação de terra e a realização dos assentamentos são a territorialização dos sem-terra e a desterritorialização dos latifundiários, pois a partir da conquista da terra imprimi-se no território do latifúndio novas relações com capacidade de ampliação territorial. Constrói-se o território do camponês.

1.2.1 - As comunas russas: resistência e diferenciação social

A referência às comunas russas (Mir)²¹, justifica-se pelo fato de ser uma forma de produção e resistência comunitária desenvolvida pelos camponeses. A possibilidade de manutenção na terra movia a resistência no Mir.

O Mir era uma forma de resistência dos camponeses russos organizadas em base comunitárias e solidariedade que caracteriza o modo de vida camponês. Mas, esta forma de resistência não era suficiente para impedir a expansão das relações capitalistas e conseqüentemente a diferenciação social existente no interior do Mir.

A produção comunitária não foi reconhecida pelo Partido Bolchevique como uma forma de organização social que pudesse contribuir na implantação do socialismo. Os Partidários da Maioria não reconheciam a importância das comunas como um elemento potencializador de ações com desdobramento da participação de camponeses no processo de luta revolucionária e de transformação social.

Aquelas atividades associativas no campo não caracterizadas pelas relações econômicas acabaram sendo desprezadas por intelectuais e revolucionários do Partido. A elaboração de propostas de associativismo mediada pela relação econômica e o desprezo pelas formas mediadas por relações familiares, parentesco, solidariedade refletem na concepção de organização dos trabalhadores dos movimentos populares até os dias atuais.

Muitas experiências de produção comunitária desenvolvida pelos camponeses ficaram à margem de projetos considerados importantes e viáveis para os trabalhadores do campo. Este é o caso da cooperação no campo em forma de “roças comunitárias”, mediadas não necessariamente pela relação econômica que pode ser considerada como experiências embrionárias importantes para o estímulo da cooperação no campo, ou seja, formas de potencialização política dos camponeses. A solidariedade, característica dos camponeses em suas ações comunitárias, pode ser uma forma de potencializar a ação coletiva, ou seja, aquela ação caracterizada por um conteúdo político de luta de classe²².

²¹ O termo Mir significa para os camponeses russos “mundo e paz”.

²² O conceito Coletivo remete a compreensão da realização de trabalhos associativos e apresenta um conteúdo político e ideológico marcado pelo conflito de interesse entre classes existentes na sociedade capitalista. Entretanto, isto não significa que esta concepção política seja mesma do Partido e vinculadas as esquerda socialista como ocorre com proposta de coletivização dos meios de produção. As discussões das características de Coletivo e Comunitário serão retomadas posteriormente.

As formas comunitárias de organização social por si não trazem conteúdo questionador e de ruptura da estrutura da sociedade. Entretanto, elas podem potencializar estas mudanças. O Mir apresenta estas características comunitárias, embora a diferenciação social seja evidente.

A barbárie do imperialismo ocidental enquanto etapa superior da suposta evolução progressista do capitalismo motivou Marx a dar atenção para as sociedades orientais e seu potencial de desenvolvimento social. Este foi o caso da preocupação com o Mir russo. Ao estudar as formações econômicas pré-capitalistas²³, Marx (1975) atribui sentido político às comunas russas, dedicando atenção à vida comunitária do Mir como uma forma de transformação para o socialismo, considerada o ponto de apoio para mudanças sociais na Rússia.

“... apropriando-se dos resultados positivos do modo capitalista de produção, (a Rússia) será capaz de desenvolver e transformar a forma arcaica de sua comunidade aldeã em lugar de destruí-la. (Eu observo, a propósito, que a forma de propriedade comunista na Rússia é a mais moderna forma do tipo arcaico que, por sua vez, passou por uma série de transformações evolutivas)”. (Marx, 1975, p. 131).

Marx chegava admitir que havia possibilidade desta passagem, insistindo na idéia de que se deveria evitar as peripécias do regime capitalista naquele país. Embora os SRs foram os primeiros divulgadores das idéias de Marx na Rússia, Gruppi (1979) afirma que os populistas encontravam referência na base teórica elaborada por Sismondi, considerado defensor do romantismo econômico de características utópicas e moralistas. Os populistas imprimiam uma dura crítica ao capitalismo e não consideravam a sua expansão como portadora de características de desenvolvimento e progresso. Ignoravam a necessidade do avanço das contradições do capitalismo para aproximação da revolução. As máquinas, por exemplo, não significavam progresso algum na implantação do socialismo.

O Mir surgiu na Rússia com a possibilidade de compra da liberdade dos camponeses através de empréstimos junto ao Estado em que os camponeses passaram a

²³ Uma carta de Vera Zassulitch a Marx levou este autor a pensar sobre o futuro do Mir e porque poderia não se repetir a via de desenvolvimento da Europa Ocidental na Rússia. Segundo Hobsbawm (1975) as comunas russas e a elaboração do livro III do capital, dedicada aos estudos agrários contribuíram para que Marx dedicasse atenção às formações econômicas pré-capitalistas.

ficar sujeitos às exigências da Comuna. Segundo Wolf (1984), o Mir inspirou uma literatura romântica sobre o comunismo presente nas comunidades camponesas.

O Mir é uma forma de resistência ao domínio capitalista mediada pelas relações comunitárias, inclusive resistências às transformações exigidas nos decretos do poder Soviético. Os elementos da vida comunitária dos camponeses do Mir eram a distribuição de terras, embora não igualitária; ajuda mútua entre os vizinhos; as assembléias gerais dos camponeses e associação rural.²⁴ O sistema de autogoverno da comuna, vinculado a uma assembléia comunal composta pelos chefes das unidades domésticas, tendo como autoridade executiva, a figura do ancião, deliberava sobre os assuntos da comunidade. (Wolf, 1984).

Antes da revolução, a comuna possuía uma variedade de funções, atuando como autoridade territorial abaixo do aparato administrativo do poder central, e enquanto unidade econômica encarregada da produção. (Shanin, 1983, p. 65). A comuna campesina exercia funções e responsabilidade social e administrativa como cuidado com as vias de transporte, trabalho assistencial, educação, atividade fiscal e jurídica.

Constituía-se também num aparelho político de redistribuição de terras para o cultivo de cada família e não uma instituição coletiva de uso da terra ou um “modo de produção comunitário”, pois as famílias ricas quase sempre tinham seus membros eleitos para chefe da administração, priorizados na obtenção dos benefícios na distribuição de terras. Não era um bloco monolítico onde imperava a igualdade entre seus membros. Isso somente era visto pelos homens da cidade, distante do campo e que não conheciam as diversidades do Mir. Havia o Kulak, por exemplo, que geralmente exerciam pressão sobre os camponeses pobres através da posse da terra e principalmente por meio da cobrança de juros.

“A massa dos camponeses votava ao Kulak sentimentos ambíguos: Frequentemente inveja (pela posição), ódio (pelos juros cobrados e exações praticadas), mas também gratidão (pelos eventuais socorros prestados em situações de emergência)...”. (Reis Filho, 1997, p.119).

²⁴ Nos assentamentos de trabalhadores sem-terra ocorre resistência ao domínio capitalista não mediada somente pela solidariedade entre os assentados, mas por meio dos enfrentamentos às políticas adotadas pelo Estado. Portanto, nos assentamentos há politização da resistência, o que não existia, por exemplo, nas comunidades de resistência russa (Mir). Os grupos/núcleos organizativos existentes nos assentamentos, como será verificado adiante são organizações que se destacam também pelo conteúdo político de sua resistência.

Existia uma enorme complexidade de relações no campo russo às vésperas da revolução, existindo os camponeses vinculados ao Mir e aqueles camponeses mais capitalizados e abastados que abandonava a vida no Mir, deixando-o para segundo plano. Estes proprietários abandonavam as comunidades, tornando possuidores de terras próprias. Assim, existiam as terras dos camponeses do Mir e as terras dos camponeses fora do Mir; terras de colonização; terras do Estado e instituições religiosas.

“O Mir é uma comunidade que funciona ao nível do povoado. Ele se apropria das terras dos camponeses e as distribuem entre seus membros segundo diversos critérios que supostamente mantêm uma certa ‘igualdade’ entre as diversas famílias camponesas”. (Bettelheim, 1979, p.190).

As distribuições de terra foram feitas até final do século XIX com intervalos de pelo menos 12 anos e a família era uma espécie de critério de distribuição, levando-se em conta o número de membros consumidores; número de pessoas capazes de trabalhar, meios de produção das famílias e animais de tração, sobretudo. Segundo Bettelheim (1979), havia uma desigualdade significativa no interior do Mir, sendo comum, o domínio de famílias ricas que mais se beneficiavam por ocasião das distribuições de terras, pois eram mais numerosas.

Um grupo de famílias ricas dominava os povoados, reproduzindo uma desigualdade no seu interior, que evidenciava diferenciação social. “Pouco a pouco, o Mir, originalmente ‘igualitário’ torna-se um instrumento de consolidação e de reprodução das desigualdades econômicas e sociais”. (Bettelheim, 1979, p. 191).

A diferenciação social passa pelas diferenças existentes no interior do próprio campesiante, pois os camponeses ricos eram exploradores dos camponeses pobres, que repassavam a renda não apenas ao Estado e aos capitalistas, mas também para os camponeses ricos por meio de aluguéis de terras, instrumentos e cavalos. Portanto, o capitalismo se fazia presente no campo não apenas por meio do Estado absolutista russo ou de empresas, mas pelas mãos dos proprietários de terra e camponeses ricos, que subtraía a renda de pequenos agricultores.

O “parasitismo” capitalista (rentismo) era uma forma de obtenção de renda maior do que a própria exploração da terra. Assim, o controle do Mir conferia poder a um determinado grupo e acabava reproduzindo desigualdade social. Os camponeses ricos quase sempre não se dedicavam exclusivamente à exploração agropecuária, mas

combinavam com atividades comerciais, usura e aluguel de animais e instrumentos e máquinas agrícolas.

Havia uma desigualdade social que se constituía numa desigualdade econômica de classe, gerada principalmente pela impossibilidade dos camponeses saldar suas dívidas com os emprestadores de dinheiro, conhecidos como “comedores de Mir”. Embora o Mir fosse uma importante experiência de produção comunitária no campo, havia desigualdade econômica entre os membros da comuna e os “comedores de Mir”.

Os camponeses do Mir deparavam-se com a diferenciação, pois a sua produção comunitária não resistia o suficiente para garantir a sua existência. Urgia a necessidade de intensificação de ações politizadas de conteúdo classista e de luta para garantir a sua existência.

As desigualdades acabaram motivando muitas revoltas, levando o governo a elaborar um plano de reforma agrária para desestabilizar a estrutura comunal do Mir, com a conversão das comunas em propriedades privadas familiares. (Wolf, 1984, p. 94/5). As medidas governamentais, como as reformas implantadas por Stolypin, procuraram destruir a estrutura social das comunas, estimulando o estabelecimento de uma agricultura comercial capitalista.

“La nueva legislación favorecía los agricultores ricos para que establecieran explotaciones capitalistas y promovía la disolución de las comunas facilitando los cercamientos de las tierras comunales dentro de la propiedad privada de los jefes de las unidades domésticas.” (Shanin, 1983, p. 66).

A reforma de Stolypin apresentava mudanças substanciais na legislação e na estrutura do campesinato russo, estimulando a criação de uma camada de agricultores familiares capitalizados para acomodá-los politicamente, pois a estrutura organizativa do Mir acabava fomentando a desordem social. (Wolf, 1984, p. 94). Para alcançar este objetivo havia a necessidade de solapar a base comunal do campesinato russo. A nova legislação implantada na reforma da estrutura agrária levou a perda de importância da Assembléia da Comuna, dos tribunais camponeses e o direito de controle das unidades domésticas.

Mas, as comunas russas ressurgiram com força extraordinária após 1917, constituindo-se, segundo Shanin (1983), em organização local e núcleo ideológico dentro do campesinato.

"Según la expresión de los contemporáneos, `la comuna agrícola, surgido con una fuerza extraordinaria, constituyó sin duda alguna el núcleo ideológico básico del mecanismo social que, de hecho, llevó a cabo a revolución agraria dentro del mismo campesinato." (Shanin, 1983, p. 211).

Apesar da desigualdade econômica que aponta para a diferenciação social existente no Mir, é importante destacar que o camponês via na comuna uma forma de proteção aos problemas proveniente do mundo externo, reconhecendo no "espírito" comunitário uma forma de garantir a sua manutenção na terra. O caráter comunal da terra era a máxima expressão do trabalho comunitário. "Las actividades económicas y administrativas de la comuna campesina formaban un complejo fuertemente integrado y constituía una organización social conjunta". (Shanin, 1983, p. 66).

A revolução promoveu mudanças na estrutura e forma de autoridade no campo russo após 1917, sendo abolida a propriedade privada com a nacionalização da terra. A "ideologia" marxista causou impacto entre os camponeses com proposta de fazendas dirigidas pelo Estado e com o desenvolvimento da agricultura do tipo coletiva como forma de desenvolvimento rural. O Partido Bolchevique introduziu uma organização política na Rússia com disciplinados militantes e capacidade organizativa.

Entretanto, muitos administradores e coordenadores de departamentos não tinham raízes na localidade, tratando-se de uma intervenção externa na comuna camponesa, contrária a muitos de seus valores, princípios e cultura. Era uma organização e administração estranhas aos camponeses e muitas das questões discutidas estavam distantes da vida diária dos camponeses. Muitos assuntos das seções rurais não possuíam proximidade com os problemas da agricultura, como era o caso do aniversário e data dos revolucionários que os camponeses não se interessavam.

"Durante los años veinte los informes de diferentes inspecciones y los estudios de las organizaciones rurales del partido expresaron, de común acuerdo, su disconformidad con la debilidad mostrada por las secciones rurales y su falta de integración en la vida de las comunidades campesinas." (Shanin, 1983, p. 261).

Havia uma resistência por parte dos camponeses ao Partido e a intervenção do Estado na forma de organização comunal. Os simpatizantes do Partido eram aqueles grupos mais urbanizados, como os ex-militares, por exemplo. A posição dos camponeses contrária às decisões do Estado acabava gerando conflitos e debilidades em vista da nova

realidade das comunas, o que alterou os laços de solidariedade e coesão entre os camponeses.

“En ausencia de organizadores externos, la acción campesina y la presión se mantenían, por principio, localizadas; los campesinos no poseían una organización nacional, ni símbolos ni líderes, y tenían pocas posibilidades de victoria en una batalla abierta con la organización burocrática constituida por el estrado y el partido en poder”. (Shanin, 1983, p. 273).

A Legislação Agrária procurou enfatizar o Mir na sua política, adequando-os às transformações soviéticas e lançando bases para a constituição de comunas agrícolas. O Mir passou a ser administrado por uma assembléia geral (Skhod), e não somente os chefes de famílias.

“... autores soviéticos consideram em conseqüência que a consolidação do Mir foi favorável aos camponeses ricos e que estes foram mesmos seus principais defensores, pois na falta de uma verdadeira presença de militantes bolchevistas nos povoados, eles podiam tirar partido de sua posição dominante no Skhod”. (Bettelheim, 1979, p. 213).

A partir de Stalin e a necessidade do desenvolvimento industrial, toma impulso à coletivização forçada, com a “revolução pelo alto”, acelerada com a criação dos Kolkozoes e Sovkozoes. Foi tomada uma série de medidas pelo governo para adesão às fazendas coletivas como a proibição da comercialização das terras e dos produtos, confisco de bens, elevação de impostos e proibição da utilização de escolas àqueles contrários a coletivização. Para garantir as medidas tomadas pela direção do Partido, foi desencadeada violenta e sistematizada repressão às lutas.

1.3 – Camponeses: ações coletivas e comunitárias nos assentamentos rurais

Os camponeses desenvolvem um conjunto de atividades e lutas para garantir a sua existência e permanência na terra. As ações coletivas e comunitárias são algumas das atividades desenvolvidas pelos camponeses nos assentamentos rurais que garante a sua existência.

Para caracterizar as diversas manifestações dos assentados é necessário estabelecer as diferenças existentes entre as ações comunitárias e as ações coletivas. O debate sobre o comunitário e o coletivo vem de longa data e está situado nas discussões ocorridas no

interior da Internacional Comunista, sobretudo na I Internacional. Segundo Hegedüs (1986), foi na Primeira Internacional que se cristalizou o confronto entre os pontos de vista marxista e proudhoniano. (Hegedüs, 1984, 155). Enquanto os marxistas partiam da abordagem tradicional da eficácia da concentração do capital, nacionalização das terras e formação de grandes unidades produtivas, os proudhonianos defendiam a apropriação privada da terra camponesa e viam aí a garantia da liberdade individual. Os marxistas atacavam a produção camponesa considerando-a pelo seu conteúdo pequeno burguês, anticapitalista e romântico.

As ações coletivas entre os camponeses são atividades desenvolvidas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas nos assentamentos indicam uma nova compreensão do ordenamento da sociedade. Elas indicam o potencial e capacidade de compreensão que motivam ações voltadas para o Estado porque será por meio dele que os camponeses visualizam o retorno de renda transferida para o capital na circulação da produção.

As ações coletivas são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social. São ações motivadas por uma identidade política construída no processo de luta pela terra e possui perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade.

São coletivas do ponto de vista das relações sociais e não da produção em si. A partir das relações sociais se elabora a compreensão e questionamento da distribuição do produto social, embora a forma como a sociedade organiza sua produção implica no estabelecimento de relações entre as pessoas.

Já as ações comunitárias entre os camponeses não apresentam necessariamente conteúdo político de questionamento do ordenamento social regido pelo capital. São mediadas pelas relações de solidariedade entre as pessoas.

A política é um espaço de representação dos interesses das classes e sua prática se dá por meio de certas estruturas organizacionais como o Partido, Estado, Exército, etc. Entretanto, partidos e sindicatos não são as únicas estruturas organizacionais de representação dos interesses de classe.

As ações coletivas são atividades desenvolvidas pelos assentados que se voltam para o Estado porque este é o espaço de representação dos interesses das classes. A

existência do Estado é uma condição para a manutenção do mecanismo de apropriação de mais-valia pela classe dominante. Mas, se é instrumento básico da classe dominante, fornece meios para representação de outras classes. “A sociedade de classes requer a existência de um estado e de um nível político como espaço de representação dos interesses de classe”. (Hindess e Hirst, 1976, p. 42).

A apropriação deste trabalho excedente no capitalismo ocorre de acordo com a distribuição dos meios de produção. Entretanto, existe uma instância no capitalismo fora da regulação econômica para definir a forma de distribuição do produto social e apropriação do trabalho excedente. A política é esta instância definidora da apropriação do trabalho excedente.

A separação de trabalhadores de um lado, e os meios de produção, de outro, cria a contradição entre de classes, surgindo a necessidade de uma instância política para a manutenção da desigualdade social. É neste sentido que as atividades coletivas dos camponeses assentados estão inseridas e assumem conteúdo, pois se a classe dominante (capitalista) tem o Estado como instância privilegiada de exercício da política para garantir a dominação, os camponeses têm construído o território dos assentamentos rurais como uma forma de sua expressão política. As manifestações coletivas nos assentamentos surgem como forma de resistência ao ordenamento social capitalista e tem implicações nas relações de poder.

As ações coletivas são atividades desenvolvidas a partir da construção de espaços de socialização política entre os camponeses dos assentamentos. A idéia de espaço de socialização política foi aplicada por Fernandes (1996), a partir de estudo de Grzybowski (1987) e Tarelho (1988), na compreensão das ocupações de terra e acampamentos organizados pelo MST.

Para Fernandes (1996) existe uma multidimensionalidade no espaço de socialização política que se expressa no “espaço comunicativo”, “espaço interativo” e no “espaço de luta e resistência”. A construção destes espaços é utilizada para compreender o desenvolvimento de ações coletivas pelos camponeses no interior dos assentamentos de trabalhadores sem-terra.

O espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço da socialização política e consiste num lugar onde os sujeitos constroem a consciência dos direitos até a formação

de uma identidade social (Fernandes, 1996, p. 228). A comunicação enquanto uma atividade de organização social se realiza no tempo e no espaço que podem ser a igreja, sindicato, escola, etc. Os espaços de socialização política são o “... lugar de conhecer e aprender. É também o lugar estratégico de formação da cidadania” (Fernandes, 1996, p. 228). Os assentamentos organizados em grupos de assentados e núcleos de produção, como será estudado posteriormente, também se constituem num lugar de comunicação e socialização política.

Neste processo é construída outra dimensão da socialização política: o espaço interativo. Este espaço é entendido como uma segunda dimensão do espaço de socialização em que os sujeitos possuem conhecimento crítico da realidade e de suas ações. (Fernandes, 1996, p. 231).

A partir da comunicação e da interação se constitui a luta e resistência, quando tem início a terceira dimensão da socialização política, ou seja, a criação do espaço de luta e resistência em diferentes lugares. Neste momento, ocorre a espacialização da luta com a reprodução de experiências construídas a partir da socialização política. Fernandes (1996) considera a ocupação de terra e o acampamento de sem-terra um espaço de luta e resistência. Neste enfrentamento com o Estado e os latifundiários os sem-terra têm garantido a “... sua sobrevivência como sujeitos históricos” (Fernandes, 1996, p. 238). A partir do acampamento, desdobram-se outros espaços de socialização como marchas, caminhadas, ocupações de órgão público, etc.

Ao referir-se à gênese e desenvolvimento do MST no Brasil, Fernandes (1998) ainda, atribui sentido geográfico à expansão e desenvolvimento do movimento dos sem-terra colocando a ocupação de terra e o acampamento como condição de territorialização da luta pela terra. A ocupação é uma condição para a territorialização porque é dessa forma que os sem-terra se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, questionando, por meio das suas lutas, o poder dos latifundiários.

“A luta pela terra leva a territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se perspectiva para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização... Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento sócio-territorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST”.(Fernandes, 1998, p.33).

Verifica-se que no entendimento de Fernandes (1996, 1998) a ocupação de terra está no centro do processo de espacialização e territorialização do sem-terra.

Entretanto, a ocupação da terra se constitui numa etapa deste processo. A realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na materialização e construção do território camponês. Sem a conquista da terra, as novas relações sociais não podem se materializar no espaço, a não ser numa área bem reduzida, ou seja, na área onde foram montadas as barracas dos sem-terra ocupantes.

A ocupação é um pré-requisito para a territorialização do camponês, pois a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e territorialização do campesinato. É a terra (fração do território) de assentamento que se constitui no centro da territorialização do campesinato e não a ocupação em si.

Portanto, o espaço de socialização política possui um lugar. A terra conquistada pode se constituir neste lugar em que se materializam estes espaços. Nos assentamentos estudados, a formação dos núcleos de produção, grupos de assentados e a cooperativa (Coagri – Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda.) como serão vistos posteriormente, se constituem como espaço de socialização política a partir da terra conquistada. Por meio de núcleos de produção e grupos de assentados e da Coagri, a luta se espacializa e se territorializa.

A formação de cooperativas pelos assentados pode contribuir para a realização de atividades coletivas quando elas trazem no seu interior conotação política e ideológica de questionamento da ordem social e de superação das relações capitalistas. As ações coletivas não ocorrem somente por meio das cooperativas, podendo surgir uma variedade enorme de formas mediadas por relações econômicas, políticas, culturais, religiosas, familiares, etc.

As ações coletivas não se materializam exclusivamente no trabalho e produção agropecuária, como a coletivização da terra, por exemplo. Mas, por outro lado, a coletivização pode se desdobrar numa ação coletiva, como também a organização de cooperativas agrícolas. As diferentes ações não significam necessariamente produção coletiva ou produção comunitária.

Os camponeses assentados desenvolvem também ações comunitárias. As ações comunitárias são aquelas mediadas pelas relações de solidariedade e sem a complexidade que envolve as relações modernas da sociedade. Elas são ações não necessariamente caracterizadas por vínculos ideológicos e políticos, mas pela solidariedade entre as pessoas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação social e motivado pelas mudanças políticas. Tem mais característica de “sociedade alternativa” e não se constitui grande projeto de transformação social.

Entretanto, não se trata de estágios, onde o assentado para garantir a sua reprodução deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário, e chegar na organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformar em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade territorial dos lotes permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, se transformando em ações coletivas capazes de promover alterações no assentamento; ampliando-se cada vez mais.

Muitas formas de cooperação no campo podem se constituir em ações coletivas tendo como elemento de aglutinação as relações familiares ou religiosas, por exemplo. As “roças comunitárias” são exemplos de associação voluntária e comunitária entre os trabalhadores do campo que podem se traduzir em ações coletivas com a ampliação do horizonte político das pessoas envolvidas.

Nem sempre os elementos econômicos são os motivadores das atividades comunitárias, pois os valores humanos e religiosos, baseados na solidariedade, união e igualdade, norteiam as atividades comunitárias. O caso das roças comunitárias é exemplar. Nestas roças ocorre um entrelaçamento de relações pessoais e políticas, onde se interagem atitudes de gratidão, confiança, fidelidade e desconfiança com conflitos e tensões entre os indivíduos.

As ações comunitárias, diferentemente de cooperativas, não apresentam necessariamente as formalidades da legislação ou regras rígidas pré-estabelecidas, até porque existe entre os camponeses, dificuldade de entendimento da racionalidade contábil e a sistemática adotada pelas cooperativas que funcionam como uma empresa. A lógica de gestão da produção na terra do camponês não é a empresarial.

A produção camponesa é entendida pelo MST, por exemplo, como um obstáculo para o desenvolvimento de produção coletiva, pois as relações sociais de produção do campesinato não permitem a formação de uma “consciência coletiva”, atribuindo a este, comportamento individualista. Segundo Carvalho (1998), existe nos assentamentos um comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e o processo produtivo desprovido de sentido mais amplo.

Por outro lado, o exemplo de destocas de lavouras, plantação, colheitas comunitárias, troca de dias de serviços evidenciam que a perspectiva individualista dos camponeses dos assentados não pode ser generalizada e os laços comunitários das famílias são resgatados nestas manifestações. A questão reside na potencialização política dos laços comunitários e solidários existentes entre os camponeses. Nos assentamentos estudados foi verificada a existência de grupos de assentados que desenvolvem lutas mediadas pelos laços de família e simultaneamente pela identidade política construída no processo de luta pela terra.

A temática sobre as relações e trabalho comunitário no campo é polêmica e controversa. Se por um lado, pode ser entendida como uma forma atrasada e ultrapassada de relações, com raízes culturais vinculadas ao passado que tenderiam a desaparecer com o desenvolvimento das relações norteadas pela mercadoria; de outro lado, o comunitário nos assentamentos pode ser entendido como um meio renovador e moderno de relações.

As controvérsias políticas se desdobram em controvérsias teóricas. Martins (1984) escreve sobre uma “lógica camponesa” se opondo a uma “lógica mercantil-capitalista” e o desenvolvimento do trabalho comunitário.

“Uma ‘lógica camponesa’ se oporia a uma ‘lógica mercantil-capitalista’, cada qual constituída rigidamente como base de concepções e movimentos específicos. (...) De um lado, a ‘lógica camponesa’, fechada, não teria condições de se renovar e não teria, portanto, nenhum germe de futuro, de transformação histórica, de sua própria superação e de superação da ‘lógica mercantil-capitalista’, a que se opõe e que se lhe opõe. De outro lado, as formas de trabalho comunitário seriam apenas postizas relações, inspiradas, na verdade, na ‘lógica mercantil-capitalista’, e meios de desagregação do mundo camponês em favor do capitalismo e não em favor de uma realidade social nova, igualitária e coletivista”. (Martins, 1984, p.7/8).

O documento Igreja e os Problemas da Terra que apoiava as diferentes formas de trabalhos comunitários no campo, foi duramente criticado por grupos ideológicos de esquerda devido ao conservadorismo em que fora elaborado (Igreja). Segundo Martins

(1984), estes grupos de esquerda se identificavam com as críticas realizadas pelos porta-vozes da ditadura e defendia um caráter econômico progressista na proposta de cooperação e trabalho comunitário da Igreja. Esta forma de organização era a reação do campesinato à expansão da modernidade do modo de produção capitalista.

Martins (1984) escreve ainda, por outro lado, que os trabalhos associativos semelhantes à “roça comunitária” não foram criados pela Igreja, mas sim pelo Partido Comunista. Isto ocorreu no caso da “Guerrilha de Porecatu” e do Sudoeste do Paraná, por exemplo. A introdução do mutirão foi feita pelo Partido como um meio de garantir a sobrevivência dos camponeses. Esta proposta de coletivização e comunitarismo tem sido colocada em prática não em países onde foi feita uma revolução popular, mas naqueles em que as políticas adotadas são contrárias a qualquer atividade associativa.

É importante destacar que as propostas de cooperação como as lavouras organizadas pela Igreja apresentam muitas vezes, uma intervenção externa, neste caso, do missionário ou o agente de pastoral. A intervenção externa seja, do agente de pastoral, agrônomo, enfim, daquilo que Martins (1984) denomina de “agências de mediação”, significa a introdução da lógica econômica capitalista na organização camponesa.

Geralmente, a produção nas roças comunitárias está assentada na unidade do grupo familiar e de parentesco. Entretanto, o desenvolvimento econômico acaba exigindo a ampliação das relações que ultrapassam a esfera do grupo familiar, parentesco, vizinhança e compadrio. (Sá, 1984, p.25). Embora a cooperação agrícola em forma de roça comunitária, seja uma prática política motivada por uma prática econômica, esta não é suficiente para compreender a dinâmica de organização da produção comunitária. Mesmo motivada por uma prática econômica e de produção, ela também pode apresentar uma prática política.

Trata-se de uma unidade econômica que se baseia, em muitos casos, fora do âmbito da produção. Essa característica marca a diferença entre a unidade econômica nas roças comunitárias camponesas e a unidade econômica capitalista.

“Assim laços extra-econômicos unem previamente os produtores em unidades de produção e é através deles que se dá a relação com os meios de produção. Esse tipo de articulação entre os sistemas na sociedade camponesa marca uma de suas diferenças fundamentais em relação ao modo de produção capitalista, onde o econômico ganha uma autonomia própria em relação aos demais sistemas”. (Sá, 1984, p.26).

Segundo Esterci (1984), as roças comunitárias apresentam as seguintes características: posse e uso coletivo da terra; trabalho coletivo; apropriação comum e igualitária dos produtos do trabalho independente da intensidade de trabalho de cada um; valor pedagógico de estímulo à organização e consciência em grupo. Além de benefícios econômicos, como geração de excedentes e melhoria das condições de vida das pessoas dos grupos, as experiências de produção coletiva podem estimular outros grupos, ou seja, espera-se a reprodução do modelo de produção.

Esta forma de produção é possível porque os indivíduos estão conscientes de que devem somente apropriar-se daquilo que é necessário. Por isso, a importância dos valores religiosos na construção desta consciência comunitária.

Marcos (1996) ao tratar da construção de um território da utopia camponesa estabelece diferença entre produção coletiva e produção comunitária. Esta forma de organização da produção permite a “sustentabilidade” da produção camponesa. A “sustentabilidade” está centrada na produção comunitária.

Para a autora, a produção coletiva se materializa nas iniciativas de socialização dos meios de produção como aquela ocorrida em países do Leste Europeu, antiga Urss, China, etc. Afirma que as cooperativas do MST são consideradas de produção coletiva e que elas tem se afastado do modelo ideal, ou seja, do modelo comunitário de produção. Já as formas comunitárias de produção, consideradas as ideais, requerem um nível maior de socialização do trabalho e está próxima do comunismo primitivo. Além dos exemplos das colônias Varpa e Palma (SP), Cecília (PR), exploração dos Faxinais (PR), destaca as comunidades Yuba e Sinsei em Mirandópolis e Guaraçai, respectivamente, como prática de produção comunitárias. Mais do que socialização da produção, estas comunidades exigem um grau de consciência que implica na realização de uma vida comunitária.

Marcos (1996) escreve que Sinsei, depois de uma dissidência da comunidade Yuba, foi formada por um grupo de 90 famílias. Nesta comunidade a terra era propriedade de todos e não de famílias individuais. A comunidade estava estruturada sobre o tripé: administração comunitária, caixa comum e religião, com uma sólida base de liberdade e respeito mútuo.

Segundo a autora ainda, as características camponesas da comunidade Sinsei podem ser verificadas por meio do distanciamento do mercado, diversificação da

produção desenvolvida para atender o consumo familiar como uma unidade econômica de exploração não monetária. A remuneração dos trabalhadores é pequena e consiste basicamente em despesas com pagamento de serviços. O atendimento das necessidades básicas é garantido através de uma caixa comunitária e existência de um almoxarifado onde cada um retira de acordo com sua consciência os produtos necessários e solicita a baixa deste produto. As atividades de produção, comercialização e serviços são organizados, ora individualmente, ora comunitariamente. Existem os espaços individuais (moradia) e os espaços coletivos onde se realizam a produção, serviços, comercialização, religião, cultura e lazer.

A organização produtiva é caracterizada pela produção simples de mercadoria (M-D-M) destinada ao abastecimento da comunidade. O excedente é vendido diretamente ao consumidor. Mas, alguns produtos, como é o caso de ovos, estão voltados para o comércio com produção em escala.

Esta compreensão de organização da produção comunitária não visualiza conteúdo de luta de classe nas manifestações dos camponeses. Esta forma de produção “ideal” (produção comunitária) não se coloca como alternativas de mudanças sociais para além do grupo envolvido e as implicações da socialização da produção está restrita à comunidade. A produção comunitária não se coloca como possibilidade de territorialização pela luta, pois está fechada na sua esfera de ação, ou seja, falta-lhe dimensão política na sua prática.

A produção comunitária indica o desenvolvimento de ações comunitárias. Estas ações são desenvolvidas como uma alternativa de solução dos problemas criados pelas relações de produção capitalista apenas ao grupo comunitário, neste caso a comunidade Sinsei. Pode-se inferir que o ideal (comunitário) está destituído de identidade política de questionamento da ordem social capitalista nas suas ações, ou seja, não implica nas relações de poder.

As ações comunitárias se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhança como troca de dias de serviço e mutirão, ou seja, uma prestação de serviço que não passa pela regulação capitalista da força de trabalho. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e festividades; visitas aos vizinhos em

finais de semana; reuniões religiosas sejam na sede da comunidade onde está a capela ou nas residências, etc.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de luta, resistências e reivindicações.

É importante frisar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da cidadania e da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. É preciso de revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas.

Os exemplos de trabalho comunitário como as roças comunitárias, mutirões, e comunidades inspiradas nas idéias anarquistas, podem ser classificados como uma forma de cooperação simples de resistência à subordinação capitalista. Este trabalho comunitário, caracterizado pela solidariedade entre os membros participantes, embora se constitua como uma negação às leis da acumulação e produção de mercadorias, não se propõe a realização de mudanças radicais e transformações na estrutura da sociedade.

As atividades comunitárias, mediadas por relações de parentesco e vizinhanças, por exemplo, apresentam uma dimensão que consiste na garantia da sobrevivência dos grupos camponeses, ou seja, no atendimento das necessidades básicas da família. Esta forma de cooperação não apresenta grandes impactos políticos, mas poderá se constituir num embrião de aglutinação comunitária se desdobrando em manifestações políticas maiores.

Tavares dos Santos (1978) em estudo sobre os Colonos do Vinho no Rio Grande do Sul refere-se às práticas e construção da utopia comunitária destacando formas comunitárias de relações como ajuda mútua, festas, religião, etc.

“Há indícios, por conseguinte, de que a ‘sociedade’ começa a transformar-se numa associação de cidadãos reivindicantes perante o Estado, o que vale dizer que ela tende a ser redefinida em termos de requisitos políticos societários, na medida em que passa a ser um instrumento de mediação entre os colonos e o Estado” (Tavares do Santos, 1978, p. 163).

Estas formas de relações permitem um ordenamento social que leva às manifestações politizadas de cidadãos que reivindicam medidas do Estado no atendimento de seus interesses e formação de uma “consciência sindical”.

Por se tratar da principal forma de realização de ação coletiva proposta pelo MST nos assentamentos, cabe referir-se às cooperativas, inclusive no sentido de estabelecer críticas a esta opção e a forma como os camponeses compreendem a sua existência e participação, ou seja, como as cooperativas contribuem enquanto ações coletivas para a garantia da reprodução dos camponeses.

As cooperativas se constituem, apesar das várias dificuldades encontradas de manutenção e reprodução, a principal forma de presença do MST nos assentamentos. Portanto, as cooperativas são uma estratégia de garantia de reprodução dos camponeses nos assentamentos. Evidentemente, as manifestações coletivas nos assentamentos não estão restritas às cooperativas, até porque existe certa resistência de participação dos camponeses assentados.

As dificuldades e crise da cooperação proposta pelo MST nos assentamentos motivaram, a partir do final do ano de 2001, uma discussão e redefinição das formas de atividades coletivas defendidas pelo MST nos assentamentos como forma de garantir a reprodução do campesinato.

A discussão sobre as lutas dos camponeses e sua inserção no interior do modo de produção capitalista aponta para a necessidade de se considerar o potencial de ações coletivas desenvolvidas por eles. Esta disposição de participação política na construção de novas relações sociais é verificada entre os trabalhadores sem-terra que se materializa em diversas manifestações nos assentamentos. O MST elegeu as cooperativas como a principal forma de materialização das ações coletivas nos assentamentos, apesar de revisão ou redefinição recente do método e suas estratégias de ações.

A crise vivida pelas cooperativas motivadas por uma série de razões, tanto internas ao MST, como externas, e as investidas do Estado contra esta forma de organização dos sem-terra, tem levado a reflexões sobre o tema da cooperação agrícola nos assentamentos.

CAPÍTULO - II

II - COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E A CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO DO MST

“As cooperativas que estamos encubando não têm capital”. (Paul Singer).

Introdução

As cooperativas agrícolas surgem a partir de diferentes compreensões da organização social e da produção no campo. A partir de posturas políticas e ideológicas dos sujeitos envolvidos nesta organização surgem variadas formas de cooperação agrícola, caracterizadas, ora por uma cooperação mais de natureza econômica com fins produtivos e uma racionalidade de empresa econômica capitalista; ora por uma cooperação mediada pelas relações de parentesco; e outras ainda, surgidas no processo de luta dos trabalhadores do campo, podendo apresentar maior ou menor grau de coletivização de meios de produção na sua prática. Esta última é o caso de propostas de cooperativas defendidas pelos sem-terra vinculados ao MST.

Os assentamentos de trabalhadores sem-terra têm experimentado variadas formas de cooperação, resultante da trajetória de vida dos trabalhadores e da sua organização, vinculada ao MST, principalmente. As propostas de cooperativas nos assentamentos estão no contexto de lutas em que os trabalhadores estão inseridos. A fala de um dirigente de cooperativa dos assentados é ilustrativa: “Se não for para ser uma cooperativa vinculada à luta dos trabalhadores sem-terra e ao MST eu não quero fazer parte de cooperativa”. (Diretor da Unidade de Cantagalo da Coagri, Edegar, 2001).

Embora o MST/Concrab tenha estimulado as mais variadas formas de associativismo agrícola nos assentamentos como grupos coletivos, ajuda mútua, associações de assentados, núcleos de produção; as cooperativas se constituem como a principal forma de organização econômica, social e política nos assentamentos. “Portanto, o paradigma da década de 90 foi constantemente reafirmado: cooperação é igual à cooperativa ou dá-se através dela [grifo do autor]”. (Concrab, 1999, p. 32).

A prioridade dada pela direção do MST/Concrab às cooperativas agropecuária colocou a dimensão econômica como referência das atividades coletivas nos

assentamentos. Apesar da “centralidade” da dimensão econômica das cooperativas, e conseqüentemente da cooperação, ela não tem apresentado resultados econômicos satisfatórios. Este é o caso das deficiências econômicas observadas na Coagri (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda), objeto de estudo neste trabalho.

O fato das cooperativas, sobretudo a dos sem-terra, não apresentarem eficiência econômica se comparada a uma empresa capitalista, não as elimina como uma importante forma de luta e intervenção social e territorialização da luta dos sem-terra. As cooperativas de assentados são importantes instrumentos de ações coletivas e luta política.

As cooperativas dos sem-terra, principalmente as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), apresentam métodos de ação sustentada por pressupostos teóricos fundamentados na expansão do capitalismo industrial. Está implícita na proposta de CPA a idéia de que o campo é uma extensão da indústria e as cooperativas devem ser organizadas a partir desta compreensão.

Mas, é preciso valorizar na organização de cooperativas nos assentamentos rurais um método de ação sustentado teoricamente em paradigmas que valorize a organização familiar dos assentados. Uma cooperativa/cooperação edificada a partir das relações sociais implícitas na produção camponesa nos assentamentos.

2. 1 – A formação das cooperativas agropecuárias

As formas cooperativas, coletivas e comunitárias de produção no campo estão situadas no contexto histórico em que foram elaboradas. As cooperativas nos assentamentos, por exemplo, surgem no contexto de luta de resistências dos trabalhadores sem-terra.

O desenvolvimento da indústria no século XVIII proporcionou a formação da classe operária. A intensificação das relações capitalistas levou à sua fase monopolista. Isso fez com que os trabalhadores esboçassem um debate teórico e político que desembocou na reflexão sobre atividades coletivas e comunitárias para enfrentar os desafios colocados à da classe trabalhadora neste momento histórico.

A partir da formação da classe trabalhadora no modo de produção capitalista surgiu um debate sobre as diferentes formas de organização e manifestações dos trabalhadores. Este foi o caso da elaboração do Socialismo Utópico, Socialismo Científico, Manifesto Comunista; formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, Trade-Unions, etc. Na Associação Internacional dos Trabalhadores se travaram os primeiros debates sobre o trabalho coletivo e comunitário, marcando diferenças entre marxistas e anarquistas, principalmente. Foi na I Internacional que se demarcaram as diferentes compreensões do processo revolucionário.

Entretanto, os debates e forma de organizações semelhantes às cooperativas e produção comunitária surgiram bem antes das discussões entre socialistas e anarquistas da I Internacional. Existem exemplos de organização semelhantes às cooperativas desde a antiguidade, como os Grêmios (formados por agricultores escravos) no antigo Egito, os Colégios que agregava carpinteiros na Grécia e os Calpulli destinados às atividades agrícolas em comum entre os Astecas. (Rech, 2000, p. 09).

As primeiras cooperativas surgiram no século XIX na Europa. Em 1844 um grupo de trabalhadores de Rochdale, na Inglaterra, formou a primeira cooperativa de consumo, cujos princípios se tornaram referência para o cooperativismo internacional (Rech, 2000, p. 09).

Na compreensão dos socialistas utópicos, as cooperativas eram consideradas um meio para superação do modelo capitalista de produção que permitiria a implantação de uma sociedade livre da dominação do capital. Enfim, as cooperativas eram o embrião de uma sociedade nova e igualitária.

Tratava-se de uma ação dos operários principalmente, para eliminar os males do regime econômico que se sustentava na apropriação desigual da riqueza produzida pelos trabalhadores. Os idealizadores do cooperativismo pensavam em criar uma sociedade utópica e alternativa. Mas, em vista das dificuldades de implantação do projeto, passaram a compreender a cooperação como uma etapa intermediária na transformação da sociedade.

Enquanto os trabalhadores possuíam esta visão de cooperativa, para os liberais as cooperativas eram um instrumento de correção dos defeitos do sistema, apenas. Aliás,

esta concepção de cooperativa acabou norteando a maioria das propostas implantadas nos países capitalistas.

Já nos países socialistas, a cooperação não foi considerada como uma iniciativa direta e autônoma dos trabalhadores do campo, mas fazendo parte de um plano de ação governamental para sustentar a implementação do socialismo por meio de uma forte intervenção estatal.

As variadas iniciativas de cooperativas têm sofrido forte desgaste, pois a ordem capitalista tem valorizado cada vez mais as práticas individuais, aumentando o descrédito nas práticas coletivas, principalmente aquelas voltadas para organização econômica e produtiva. A sociedade capitalista, assentada na concorrência e na livre iniciativa faz com que os princípios da solidariedade e da cooperação se tornem um meio pouco eficiente de organização social. Portanto, numa sociedade onde os valores individuais assumem cada vez mais importância, os ideais de trabalho comunitário e coletivo, participação e cooperação tornam-se cada vez mais difícil de serem colocados em prática.

Nas sociedades capitalistas, as cooperativas surgem mais como um canal alternativo de comercialização dos produtos, tendo como principal objetivo libertar-se da ação dos intermediários e comerciantes capitalistas. A legislação sobre as cooperativas no Brasil, por exemplo, foi elaborada a partir desta compreensão, ou seja, uma proposta de cooperação incorporada a partir da via capitalista que busca corrigir as falhas do sistema e não uma intervenção questionadora deste sistema.

A legislação sobre as cooperativas no Brasil é resistente às formas coletivas de utilização dos meios de produção, pois foi inspirada num arcabouço que se fundamenta na propriedade privada das riquezas e meios de produção. Através de decreto datado de 1932 foram regulamentadas as sociedades cooperativas, sendo classificadas em dezesseis tipos de cooperativas, como aquela dedicada à produção agrícola, industrial, beneficiamento, crédito, consumo, etc.

As cooperativas podem ser classificadas quanto a sua natureza e funções. Quanto à natureza elas podem ser de serviços (quando se coloca à disposição dos associados o consumo, crédito, escolas e habitação); de produção (como as agropecuárias) e de trabalho (agrupamento de associados para vender em comum o seu trabalho). Quanto às funções podem ser unifuncionais, mistas e integrais.

Quanto ao nível de organização são singulares, central ou federação e confederação²⁵. As centrais ou federações são formadas pelo menos por três cooperativas singulares e a confederação com pelo menos três cooperativas centrais/federação. A filiação a uma central como a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), por exemplo, ou a entidades regionais não é uma obrigatoriedade. No caso das cooperativas de reforma agrária, entre outras diferenças, elas estão vinculadas a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), que congrega as federações (Centrais Estaduais) de cooperativas de reforma agrária.

O cooperativismo apresenta algumas características básicas: propriedade, gestão e repartição cooperativa. A Propriedade Cooperativa consiste numa associação de pessoas e não de capital; a Gestão Cooperativa significa que as decisões devem ser tomadas em assembléias dos associados e a Repartição Cooperativa indica que os excedentes devem ser distribuídos entre os sócios. (Rios, 1987, p. 13).

As cooperativas mais conhecidas são as de Crédito (fundos dos sócios ou de empréstimos governamentais); Consumo (compras comunitárias, por exemplo); Trabalho (agrupamento de trabalhadores de uma determinada profissão); Habitacionais (mutirão); Eletrificação Rural; Agropecuárias (atividades econômicas e sociais de produtores rurais) e Cooperativas Escolares e Educacionais (pais e professores que tem a finalidade de manter uma escola formalmente).

Muitas cooperativas tornaram-se grandes empresas com decisões tomadas por administrações burocratizadas e centralizadas. O mercado se constituiu como a principal referência destas grandes explorações mercantis, industriais e agroindustriais.

A definição de cooperativa para a OIT (Organização Internacional do Trabalho) diz: a cooperativa é uma associação de pessoas que se une voluntariamente para alcançar objetivo comum através da formação de uma organização administrada e controlada

²⁵ Os vínculos da cooperativa com as federações passam pela concepção de cooperativismo de seus associados. No caso das cooperativas dos assentados, vinculadas à Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda), existem diferentes interesses envolvidos se comparada às cooperativas vinculadas a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). É muito difícil a articulação de interesses entre uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária) nos assentamentos de reforma agrária com as cooperativas filiadas a OCB, pois cada uma traduz uma compreensão diferenciada de cooperativismo, resultante das posturas de classes dos segmentos que as organizaram. Enquanto os sem-terra organizam as cooperativas como um instrumento de luta contra a dominação capitalista, os produtores vinculados a OCB não possuem a preocupação de inversão da ordem capitalista. As ocupações de terra, por exemplo, é uma manifestação de interesses conflitantes.

democraticamente, realizando contribuições equitativas e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente. (Apud, Rech, 1995, p. 25).

Existem alguns princípios cooperativistas que foram definidos a partir da estrutura básica de cooperativas de Rochdale e são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Os princípios cooperativistas definidos no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional realizado em 1995 na cidade de Manchester, conforme Rech (2000), são os seguintes:

1 – Livre Acesso e Adesão voluntária - São organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades, sem discriminações sociais, de sexo, raciais, políticas e religiosas;

2 – Controle, Organização e Gestão Democrática - São organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes;

3 - Participação Econômica dos Seus Associados - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: a) Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; b) Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; c) Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros em assembléia;

4 - Autonomia e Independência - São organizações autônomas, de ajuda mútua controladas pelos seus associados. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa;

5 - *Educação, Capacitação e Informação* - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas;

6 – *Cooperação entre a Cooperativas* - As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

7 – *Compromisso com a Comunidade* - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos associados.

O Artigo 28 da legislação cooperativista atual (Lei n. 5.764/71), que trata dos Fundos das Cooperativas, observa que na distribuição dos excedentes aos associados da cooperativa, se deve destinar uma parte dos excedentes líquidos (10%) para um Fundo de Reservas. Devem investir ainda outra parte dos excedentes líquidos do exercício financeiro (5%) num Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregado da cooperativa. A distribuição do restante das sobras líquidas deverá ser decidida em assembléia, ou seja, se será destinada capitalização ou retorno aos sócios. A distribuição deverá ser de acordo com a produção e o trabalho do associado.

Ainda sobre a legislação cooperativista no Brasil, cabe destacar a participação do Estado a partir de 1930, que passou a incentivar, estimular e regulamentar as atividades cooperativas. O Estado reconhecia no cooperativismo uma forma de modernização e expansão das relações capitalistas na agricultura com integração cada vez maior dos agricultores aos mercados, sem contrariar os interesses das classes dominantes do campo. Era um estímulo seletivo e uma intervenção, principalmente através da regulamentação, de caráter reformista sem tocar nos interesses das oligarquias.

A primeira lei de regulamentação das cooperativas é de 1932 e buscava estimular a diversificação da produção agrícola em vista da crise do modelo sustentado na monocultura de exportação. Com uma tradição legalista, o modelo inglês de cooperativa foi o que mais influenciou no Brasil e a lei 22.239/32 permitiu a centralização e o intervencionismo governamental.

Os incentivos às cooperativas por parte do Estado possuíam também conteúdo ideológico, pois organizadas e regulamentadas de forma empresarial não havia risco de mudanças na estrutura social do campo. (Fleury, 1983, p. 146). Apesar do discurso igualitarista, as cooperativas agrícolas se destacavam mais na comercialização da produção, crédito e transformação dos produtos sem necessariamente reorganizar a produção no campo, semelhante ao que ocorreu com as cooperativas dos países socialistas.

Desde a década de 1940, e principalmente depois de 1964, com as ações do governo militar, foi colocada uma série de restrições e obstáculos ao desenvolvimento das cooperativas. As cooperativas agrícolas sofreram refluxo com a lei 5.764/71 elaborada no período militar, que em nome da ordem nacional, estimulou a concentração das cooperativas nas mãos dos grandes produtores rurais e industriais.

A legislação nas décadas de 1960 e 1970 contribuiu para a consolidação de um modelo conservador de cooperativismo. A lei elaborada em 1971, influenciada pela ideologia fascista, impôs uma forte centralização na organização das cooperativas. Apoiando-se numa cópia caricatural de modelos importados, as cooperativas dedicaram-se mais aos serviços e menos à produção.

A partir de 1970, intensificou-se o desenvolvimento de uma cooperativa com características empresariais, que teve como objetivo principal de obtenção de lucro. As cooperativas foram importantes para a transferência de tecnologia ao campo no contexto do desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora e da “revolução verde”, ampliando o avanço das relações capitalistas no campo. Muitas cooperativas foram fundadas para estimular a modernização da agricultura com a introdução de produtos provenientes das indústrias como máquinas, implementos e insumos em geral como sementes selecionadas, adubos químicos, etc.

Os subsídios do Estado a serviço das grandes empresas multinacionais contribuíram para o surgimento de muitas cooperativas que avançaram também entre os pequenos agricultores, considerados atrasados, quando muitos acabaram perdendo as suas propriedades. Por esta razão, além de outras, é comum a resistência dos pequenos agricultores às cooperativas de modo geral.

Entre os tipos de cooperativa que sofreram maior impacto após o golpe militar de 1964 foram as cooperativas de crédito, que entraram em decadência com a lei de reforma bancária, quando as cooperativas de crédito passaram a ser regulamentada e aprovada pelo Banco Central. A alteração que eliminava as arbitrariedades da lei de 5.764/71, como limitação das cooperativas de crédito, por exemplo, foi feita somente em 1988 com a promulgação de uma nova Constituição e uma série de mudanças na Legislação Cooperativista.

A Política Nacional de Cooperativismo ainda é regulamentada pela lei de 1971, apesar de uma série de mudanças por meio de decretos e resoluções para estimular a formação de cooperativas. A regulamentação recente, ou melhor, a ausência de uma regulamentação mais rigorosa, permitiu a formação de muitas cooperativas de "fachada", constituídas legalmente como cooperativas de trabalho, sobretudo. Estas atuam mais como empresas para fornecimento de mão-de-obra barata para os capitalistas do que um instrumento de luta e defesa dos trabalhadores.

Mesmo naquelas sociedades organizadas de forma radicalmente antagônicas, como a socialista e capitalista, as propostas de cooperação agrícola estão presentes. Este é o caso também dos países árabes, que possuem proposta de cooperação agrícola e os judeus, com o conhecido Kibutz.

O cooperativismo não está acima das relações de classe e vincula-se a uma ou outra classe social. A partir dos diferentes interesses existentes na sociedade de classes surgem as propostas de cooperativas: as propostas progressistas, ou seja, cooperativas de resistência, organizadas a partir dos interesses da classe trabalhadores; e aquelas propostas de cooperativas empresariais, que procuram inserir-se na dinâmica capitalista e reforçar a ordem de dominação e subordinação dos trabalhadores ao capital.

Como as cooperativas reproduzem relação de classe, aquelas formadas por grandes proprietários acabam sendo as mais beneficiadas com empréstimos, programas de assistência técnica, crédito e geralmente aparece um diretor que acaba centralizando as decisões e definindo a política da cooperativa. Assim, a cooperação agrícola no sistema capitalista está presa a uma concepção de empreendimento com características comerciais, tendo os lucros como principal objetivo na maior parte das ações.

Estas cooperativas se assemelham mais a uma empresa capitalista do que um instrumento de resistência dos trabalhadores do campo. Nesta pesquisa, o interesse maior foi pelas cooperativas de resistência e luta dos trabalhadores.

2. 2 - Cooperativa agrícola empresarial: reprodução das relações subordinadas no campo

A proposta empresarial de cooperativas agrícolas se constitui numa política de controle social e não tem como objetivo tocar na questão da apropriação desigual da terra e nas relações de trabalho no campo brasileiro. Sua organização obedece a uma racionalidade econômica de empresa capitalista que atua no setor de serviço, crédito, comercialização, utilização comum de equipamentos, compra de insumos, etc. Atuando prioritariamente no setor de consumo, comercial e prestação de serviços, a desigualdade na apropriação da terra e dos meios de produção não faz parte de suas preocupações.

Este modelo de cooperativa apresenta uma importante participação no setor comercial ligado às exportações, possuindo em seus quadros analistas de mercados e operadores em bolsas de valores distribuídos pelos principais centros financeiros e comerciais do mundo. Seu objetivo principal é a ampliação da renda, lucro e conseqüentemente, acúmulo capitalista²⁶.

Muitas cooperativas têm apresentado êxito econômico atuando com aqueles produtos que possuem maior valor comercial. Uma cooperativa dessa natureza, norteadas exclusivamente por interesses acumulativos acaba contribuindo para reproduzir e reforçar a estrutura desigual da sociedade. A implantação deste modelo essencialmente comercial de cooperativas no Brasil é muito diferente da proposta de cooperativas dos socialistas utópicos e se difere de suas raízes operárias.

Não é uma organização de agricultores que procura intervir na sociedade para promover transformações e os benefícios da cooperação são canalizados para os setores que se encontram bem situados na estrutura social. Esse é um cooperativismo que contribui para a expansão do capital e não para contestá-lo. Este cooperativismo tem servido para expansão e ampliação do acúmulo capitalista, característica da organização

social e econômica da sociedade brasileira. Schneider (1981) ao tratar do cooperativismo agrícola enquanto mudança ou reprodução da sociedade escreve:

“A proposição básica a ser examinada nesta parte do trabalho é a de que o funcionamento e a expansão do cooperativismo agrícola são fortemente condicionado pela dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira”. (Schneider, 1981, p. 19).

As condições estruturais têm colocado dificuldades para que as cooperativas agrícolas tornem-se um instrumento de desenvolvimento rural. Em última análise, os proprietários de maiores áreas de terra e os executivos formados no interior da burocracia acabam interferindo direta ou indiretamente na organização da cooperativa, beneficiando-se proporcionalmente da sua situação social e econômica. Na sua organização interna existem relações de dominação e subordinação, quando se formam grupos subordinados àquelas minorias mais poderosas que detém também o controle dos cargos administrativos.

Schneider (1981) aponta que a concentração da propriedade da terra e as relações de poder se constituem nos maiores obstáculos à cooperação, referindo-se às cooperativas que assenta sua prática na estrutura social existente. O primeiro mecanismo é o da *exclusão*, e decorre do caráter de prestação de serviços que não atende os interesses e necessidades básicas de importantes segmentos de produtores e trabalhadores do campo, como os assalariados, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários e pequenos proprietários. O segundo mecanismo é o da *proporcionalidade* na distribuição dos serviços, pois aqueles associados mais bem situados na escala socioeconômica são os que mais se beneficiam das vantagens oferecidas. O terceiro mecanismo trata-se da transferência para dentro das cooperativas de relações de *dominação e subordinação*, onde a cooperativa é apropriada por uma base que viabiliza a extração de excedentes dos grupos subordinados. O grupo minoritário e economicamente mais poderoso tende a se revezar no controle dos cargos administrativos.

O critério da propriedade fundiária é o principal para a definição de uma tipologia de produtores agrícolas e seus vínculos cooperativistas. Para Fleury (1983), apesar de considerá-la importante, a propriedade fundiária não esgota as dimensões necessárias

²⁶ A referência a lucro e renda, ao excedente gerado nas cooperativas empresariais é possível pelo fato de que o acúmulo é proveniente da circulação de mercadoria, transação financeira, produção agroindustrial.

para a definição das categorias. A partir dos estudos de Loureiro (1981) e Tavares dos Santos (1978), o autor considera como critério privilegiado as relações de produção e distingue dois tipos de produtores: o produtor camponês (que trabalha a terra com a família) e o produtor capitalista.

Müller (1981) ao estudar o conglomerado formado em torno da Cotrijuí (Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda), afirma que esta cooperativa se constituiu numa grande empresa econômica com objetivo de ampliar os mercados para seus produtos, tanto em escala regional, nacional e internacional. Aliado à busca e ampliação de mercado, o conglomerado formado pela Cotrijuí se constitui num instrumento de ampliação e efetivação de relações comunitárias, pois as lideranças da empresa colocam em ampla discussão as questões e os encaminhamentos da cooperativa!

“Pode parecer estranho lançar mão de um termo como conglomerado-que denota gigantismo de atividades econômicas -junto com outro, cooperativismo - que denota organização de auto-ajuda em ações não só econômicas como comunitárias, que tem em vista uma distribuição equânime dos resultados entre os cooperados. Pode parecer estranho sem dúvida. Não obstante, a Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda., com sede na cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul me parece assemelhar-se mais à junção dos dois termos do que a um ou a outro. (...) Por conseguinte, a Cotrijuí alia a tentativa de criação de um conglomerado de atividades econômicas com a busca de espírito comunitário, fundada na propriedade privadas da terra e do capital”. (Müller, 1981, p. 97/8).

Assim, o conglomerado Cotrijuí estaria conciliando a ascensão econômica ao desenvolvimento de espírito comunitário baseado na propriedade privada da terra e de capital, como se o monopólio (conglomerado cooperativo) tivesse um objetivo econômico comandado pelo capital e dessa forma atendessem os interesses comunitários. Muller (1981) considera ainda, um avanço a cooperação agrícola da Cotrijuí, pois aí os pequenos proprietários têm como participar das decisões, se comparada com a tomada de decisão nas grandes empresas comerciais capitalistas.

Em muitos casos, as cooperativas acabam contribuindo para expropriar os pequenos agricultores, que impossibilitado de saldar suas dívidas vendem os seus bens. Entretanto, se por um lado, se verifica a expropriação do pequeno agricultor, por outro, as cooperativas carecem destes pequenos agricultores comprando insumos, fazendo empréstimos, vendendo produtos agrícolas para garantir a sua expansão, pois não lhe

interessa um produtor destruído da posse da terra e instrumentos de produção²⁷.(Loureiro, 1981, p.09).

Mas, as cooperativas de crédito e comercialização também são mais um componente no processo de reprodução camponesa e se constituem como um instrumento de defesa de pequenos e grandes agricultores contra o comerciante. Oliveira (1986), entende que as cooperativas, surgidas como instrumento de defesa dos agricultores contra a proletarização, se constituem como uma forma de garantia de reprodução da produção camponesa.

“Desse modo, as cooperativas ofereciam as vantagens de compra/venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, e permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarização a que está historicamente submetido”. (Oliveira, 1986, p.72).

As cooperativas que apresentam características de empresa não têm necessariamente suavizado as condições de subordinação e as dificuldades provenientes da “descapitalização” sofrida pelos agricultores, pois se de um lado, eles se afastam dos intermediários, de outro, os associados vendem os produtos a preços de mercado, regulado nos interstícios do capital industrial, comercial e financeiro.

As grandes cooperativas apresentam maior possibilidade de alocação de recursos nas instituições financeiras oficiais e privadas, garantindo assim os investimentos, enquanto que cooperativas formadas por pequenos proprietários acabam ficando sujeitas ao livre jogo dos mercados.

“Assim, mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista, como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital. Configurando-se a cooperativa como um componente da reprodução ampliada do capital, nela vão se constituir também as tensões sociais inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista”. (Santos, 1978, p. 120).

Portanto, este tipo de cooperativa é um instrumento de subordinação e exploração dos camponeses, pois as relações capitalistas em que elas estão inseridas as fazem subordinar a pequena agricultura. Ao contrário daquelas cooperativas surgidas no contexto de luta dos camponeses, as cooperativas empresariais não se constituem como

²⁷ As cooperativas empresariais e as próprias empresas capitalistas (indústrias e agroindústrias) acabam visualizando maiores possibilidade de acúmulo de mais-valia na relação com pequenos agricultores camponeses com a “integração” indústria e agricultura.

um instrumento de resistência e transformação da sociedade. Na realidade, estas cooperativas empresariais contribuem para a reprodução e perpetuação das relações desiguais do modo de produção capitalista.

Operando no mercado, as cooperativas precisam assumir padrões de competitividade semelhante às empresas capitalistas. Segundo Rech (2000), as cooperativas não despertaram o interesse de Marx, que afirmava que se constituíam num instrumento isolado em si e não tinha condições de fazer frente aos monopólios de empresas capitalistas.

Kautsky (1986) considera que a formação de cooperativas é mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses porque os primeiros dispõem de tempo, conhecimentos e lastro nas relações comerciais, empréstimos e hipotecas. As cooperativas seriam ainda um importante mecanismo de modernização da agricultura, mas de difícil eficiência na agricultura camponesa. (Kautsky, 1986, p. 108).

A capitalização surge como uma condição para a sobrevivência do empreendimento cooperativista. A necessidade de capitalização é uma exigência para a ampliação dos negócios e obtenção de vantagens no mercado. Mas, como as cooperativas têm conseguido a sua capitalização?

Para o funcionamento da cooperativa, é necessário um capital inicial das quotas-parte dos associados. Entre os assentados, a maior parte dos recursos é captada por meio de projetos elaborados para alocação de recursos numa “linha” de financiamento específica do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) destinado aos “investimentos coletivos” como a formação de cooperativas.

Outras formas de captação de recursos oficiais pelas cooperativas ocorrem por meio do Recoop (Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária). Mas, além da escassez, os recursos financeiros estão mais acessíveis aos grandes empreendimentos do que às pequenas cooperativas²⁸.

A contração de empréstimos particulares é outra forma de captação de recursos, mas está limitada à possibilidade de pagamento de juros pela cooperativa. Os juros, regulados por leis gerais do mercado fazem com que as cooperativas tenham limite na

²⁸ Algumas cooperativas se tornaram enormes empresas capitalistas, como foi o caso da Cotrijuí, graças aos benefícios concedidos pelo Estado através dos financiamentos, subsídios e isenções, embora a liberdade econômica tenha sido reivindicada por setores capitalistas.

movimentação dos recursos financeiros. Os grandes empreendimentos têm melhores condições de obtenção de vantagens nos negócios, o que se reverte na facilidade de alocação de recursos e pagamento de juros de financiamentos utilizados para ampliar os investimentos e custeio.

Para expansão das cooperativas existe a necessidade de formação de uma poupança ou caixa/fundo de reserva com trabalho dos sócios. O excedente não deve ser destinado integralmente ao consumo dos associados, mas canalizados para os investimentos ou fundo de reserva e ampliar o patamar de competitividade da cooperativa-empresa.

Conforme a Lei (5.764/71) que regulamenta as cooperativas, uma parte das sobras líquidas das cooperativas deve ser investida em educação e num fundo de reservas. Separadas as reservas regimentais, o destino das sobras líquidas deverá ser decidido em assembléia, ou seja, se distribuídos entre os associados ou destinado a investimentos para ampliação e expansão econômica da cooperativa. Geralmente, o excedente é destinado à capitalização da cooperativa. Quando se decide pela devolução aos associados, esta poderá ser feita em dinheiro ou em crédito para aquisição de mercadorias ou quotas-parte. O pagamento de melhores preços aos produtos dos associados à cooperativa é uma forma de distribuição dos excedentes.

Quando se decide pela capitalização, as vantagens são distribuídas aos associados na forma de ampliação dos investimentos da cooperativa e formação de reservas.

As dificuldades financeiras da cooperativa e a necessidade de ampliação dos negócios não permitem que os excedentes sejam distribuídos aos associados²⁹. Outras vezes, o grupo dirigente e hegemônico na cooperativa-empresa capitalista considera que as sobras devem ser reinvestidas para ampliar a competitividade.

O objetivo da empresa é o lucro, com formalização, hierarquização e centralização do poder.

“O objetivo de uma empresa é o lucro e ela procura se organizar segundo critérios de eficiência compatível com tal objetivo. Em termos bastante genéricos poderíamos afirmar que o modelo organizacional de uma empresa se estrutura de acordo com os princípios da formalização, hierarquização e centralização do poder, sendo o seu processo decisório norteado por um modelo de racionalidade técnica. Este modelo pressupõe

²⁹ As causas que podem levar a cooperativa à decadência e prejuízos financeiros são basicamente: baixo resultado econômico, dependências pessoal externa, decisão tomada por grupos e assessores, falta de experiência de gestão de empresa, decisão no gabinete, entre outros.

que as decisões são sempre tomadas em função do objetivo lucro, cujo beneficiário é a própria empresa... Em contrapartida, a cooperativa não tem como objetivo precípuo o lucro para si mesma, mas propiciar os meios através dos quais seus associados podem tornar suas explorações rentáveis". (Fleury, 1983, p. 32/3).

A busca da máxima capitalização para ampliar a expansão das cooperativas pode dificultar a distribuição dos excedentes entre os associados. Uma das características básicas da proposta cooperativista é a repartição cooperativa entre os associados. Por isso, é importante verificar como os benefícios estão sendo distribuídos aos associados, pois a capitalização, imperativa no processo de expansão econômica e produtiva das cooperativas pode se constituir num ponto de estrangulação da proposta cooperativista, pois os excedentes ao invés de ser distribuído ou consumido pelos associados devem ser reinvestidos para ampliar o poder de competitividade.

Isto também se aplica às cooperativas do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), que poderá apresentar viabilidade política, mas dificilmente viabilidade econômica, ou uma viabilidade econômica mediada pelas relações políticas.

Na sociedade dividida em classes como é a capitalista, a participação e a democracia muitas vezes ficam arranhadas, pois aqueles grupos com maior poder econômico tendem a tomar as decisões, criando espaços privilegiados para os grandes proprietários. Os pequenos produtores ficam marginalizados e excluídos das decisões.

Mas, se por um lado, as cooperativas podem se constituir num instrumento de expansão do capital e da economia de mercado, de outro, podem ser um instrumento de questionamento da ordem social dividida em classes. As cooperativas agrícolas entendidas como uma forma de superar as mazelas do sistema capitalista através de ações coletivas/comunitárias se constitui numa cooperação agrícola de resistência à dominação dos capitalistas e visa promover transformações sociais.

2.3 – Cooperativas agrícolas e resistência no campo

As cooperativas apresentam conteúdo político/ideológico que orienta a sua ação, podendo se constituir numa iniciativa de superação da subordinação dos camponeses. Este é o objetivo da proposta de cooperativa elaborada pelos trabalhadores sem-terra nos

assentamentos, onde se coloca em prática um conjunto de atividades para fazer da cooperativa um instrumento de luta.

As cooperativas agrícolas não significam apenas uma forma de intensificação das relações econômicas na agricultura. Elas representam também uma forma de participação política e de tomadas das decisões. Os laços de solidariedade desenvolvidos pela atuação da cooperativa poderão se ampliar para organizações maiores, potencializando politicamente a luta dos trabalhadores envolvidos. Uma organização cooperativa que parte da base, permite que as decisões sejam tomadas diretamente, sem a artificialidade de democracia indireta que caracterizam os grandes empreendimentos cooperativos.

A realização de trabalho cooperativo poderá também permitir desenvolvimento social e político com uma compreensão mais ampla da realidade e da organização social. Maia (1985) tratando de cooperativas de rendeiras no Nordeste (Alagoas e Rio Grande do Norte) afirma:

“Logo, quando se aborda o desenvolvimento social das rendeiras, entende-se não só o aspecto das condições para a sua sobrevivência, a saber trabalho, alimentação, habitação e outras, mas a sua participação no contexto, a compreensão da realidade, a busca de seus direitos e a conquista de seus interesses objetivos, num confronto com as classes dominantes. O conhecimento da realidade envolve a relações estabelecidas entre dominantes e dominados e toda a trama de mecanismos de exploração das camadas desfavorecidas” (Maia, 1985, p. 29).

Neste caso são criadas condições de participação onde os erros e acertos tornam-se um exercício pedagógico, fazendo das cooperativas um importante instrumento para o exercício de práticas democráticas. Assim, pode-se formar quadros, tanto técnicos como políticos, para atuar nas diversas frentes de ampliação das cooperativas e também lutas mais amplas como é o caso da luta pela reforma agrária. A formação de quadros militantes é uma condição para a reprodução deste tipo de cooperação agrícola.

A proposta de trabalho cooperativo pode se traduzir também em trabalho coletivo dependendo de um conjunto de elementos, inclusive de caráter externo à cooperativa. A organização política de um determinado país e sua legislação, por exemplo, pode contribuir ou dificultar a elaboração de uma proposta cooperativista que atenda os interesses dos camponeses. Assim, dependendo do país e região pode-se construir uma cooperação mais ou menos participativa.

Na vida prática da cooperativa nem sempre os princípios democráticos acabam prevalecendo. Embora o direito de cada associado seja diferente de uma sociedade comercial, onde o capital de cada um determina as decisões, a presença de alguns associados e lideranças permite que determinados associados tornem-se mais influente nas decisões das cooperativas. Por isso, é necessário que se adote uma política de transparência para que as decisões não sejam tomadas sem a participação de todos os associados. A nucleação ou formação de grupos quando a cooperativa já cresceu é uma boa metodologia para garantir a participação de todos os trabalhadores. É preciso que as pessoas assumam a posição de sujeitos e não de membros apenas, onde as decisões são tomadas em instâncias superiores da hierarquia.

A autogestão nas cooperativas não se trata de uma autonomia ou desenvolvimento de atividades independentes das relações do sistema macroeconômico. As cooperativas, sujeitas a uma interferência do mercado e das relações desiguais de trocas na sociedade capitalistas, meio pelo qual os camponeses encontram-se subordinados, não são instituições autônomas. Entretanto, a autogestão é um importante elemento a ser considerado.

A autogestão é uma forma que poderá ser democrática na tomadas das decisões, pois se constitui num sistema que exige ativa participação de todas as partes envolvidas.

“O objetivo da auto-gestão sob o ponto de vista socioeconômico é permitir que os trabalhadores decidam suas condições de trabalho, participando com os demais na direção e administração da empresa da qual fazem parte e disporem do produto de seu trabalho, sem a intromissão de fatores alheios ao processo de produção. Sob a perspectiva política, a autogestão significa que o trabalhador desde seu lugar de trabalho tem a possibilidade de influir na tomada de decisões de todos os organismos políticos”. (Vial, 1982, p.48).

Franke (1982), tratando dos aspectos jurídicos das cooperativas refere-se à relação entre cooperado/cooperativa e presença no mercado. A relação entre cooperativa e associado não pode ser caracterizada como uma relação de mercado, pois a economia comunitária da cooperativa se constitui num prolongamento de uma economia particular, como é o exemplo da organização da família. As relações externas realizadas pela cooperativa, quando se adquire produto no mercado e repassa para os agricultores deixa de ser mercadoria. Quando entra na cooperativa, entra na esfera do consumo, já que a cooperativa é uma extensão e um prolongamento da organização doméstica do

cooperado. A partir da cooperativa, a mercadoria passaria a ser artigo de consumo, deixando de ser objeto de compra e venda entre cooperativa, de um lado, e cooperado, de outro.

A organização da produção em cooperativa se constitui numa estratégia de existência dos camponeses na sociedade capitalista fora do limite da miserabilidade. As cooperativas agrícolas podem significar também êxito econômico, pois garantem o auto-abastecimento e qualidade de vida por meio de atividades desenvolvidas por agricultores familiares. Portanto, elas desenvolvem ações que buscam ampliação da renda dos trabalhadores associados, rompendo com as condições de pobreza e desigualdade social.

A aplicação da doutrina e princípios cooperativistas não significa que se trata de uma cooperação que questione as relações capitalistas. As ações fragmentadas, isoladas visando a compra conjunta de matérias primas ou comercialização, por exemplo, não possui conteúdo questionador da ordem capitalista.

A simples existência de uma cooperativa agrícola não evidencia melhorias nas condições de vida aos seus associados ou que as decisões estejam sendo democratizadas, com ampla participação dos vários segmentos envolvidos. Muitas vezes, as iniciativas cooperativas entre os trabalhadores são entendidas como salvação de todos os males na agricultura e que a união de pequenos proprietários os colocariam em “pé de igualdade” com as empresas capitalistas. Cria-se um mito em torno da cooperação e do trabalho entre iguais e distribuição igualitária dos benefícios. Na verdade, existe uma apologia do cooperativismo, como se a simples associação entre agricultores fosse capaz de promover mudanças estruturais da sociedade.

Mas, as cooperativas podem apresentar vantagem do ponto de vista econômico como aumento da produtividade e produção, racionalização do uso da terra, possibilidades de auto-abastecimento, melhores compras e preços dos produtos, crédito, diversificação da produção. Pode ainda manter as pessoas integradas a um grupo de produção, fortalecendo a solidariedade entre os membros, rompendo o isolamento; desenvolver a consciência política e resistência na terra; participação social com maior capacidade de intervenção; preservação do meio ambiente, etc.

O quadro a seguir (quadro 02) apresenta algumas características que diferenciam uma cooperativa empresarial que visa a obtenção de lucro (cooperativismo tradicional) de

uma cooperativa agrícola que se constitui como resistência dos trabalhadores do campo (cooperativismo alternativo), como é o caso das cooperativas propostas pelo MST nos assentamentos. Segundo o MST, as cooperativas possuem três pontos principais que se diferenciam das cooperativas empresariais que visam lucro: composição da base social; democracia interna e instância de poder; e seus objetivos políticos e econômicos.

Quadro 2 CARACTERÍSTICAS DO COOPERATIVISMO TRADICIONAL E ALTERNATIVO		
CARACTERÍSTICAS	COOPERATIVISMO TRADICIONAL	COOPERATIVISMO ALTERNATIVO
Caráter	Empresa Econômica.	Político (visa a transformação da sociedade). Empresa Econômica (busca melhorar as condições vida dos associados).
Finalidade	Comércio (circulação da mercadoria).	Produção (organização da produção da roça até a industrialização).
Organização do Trabalho	Produção Familiar Individual ou Empresa Familiar.	Produção Familiar cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação).
Base da cooperativa	Trabalha com os Interessados (associados).	Trabalha com todos (associados e não associados).
Valorização dos associados	Vale se der retorno econômico, por isso procura selecionar os associados. É excludente.	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Para isto busca forma de os incluir.
Classe dos associados	Pluriclassista (grande e pequenos na mesma cooperativa). Na prática beneficia mais os grandes.	Uniclassista (só os pequenos). Algumas colocam estatutariamente limite de área para se associar..
Distribuição das sobras	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa. Algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital da cooperativa.	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno diretor), ou em serviços por eles decididos (retorno indireto).
Direção	Legal (presidencial).	Coletiva com responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano.
Poder dos associados para defender interesse	Através da escolha da direção.	Através dos núcleos (discutem antes).
Organização cooperativista	Filiação à OCB e as OCEs.	Construir um espaço alternativo.
Método	Apresentar propostas prontas ou induzir para que os associados assumam os planos da direção	Dar condições para os associados descobrir, perceber.
Núcleos	Instrumento da direção. Procura cooptar o líder para ele passar os interesses da direção. Funciona de cima para baixo	Ferramenta para discutir a organicidade. Funciona de baixo para cima
Acesso a informação	Baixo	Alto
Participação dos associados	Baixa	Alto
Planejamento	De cima para baixo.	De baixo para cima.
Formação	Técnica.	Política-ideológica e técnica.
Associado	Um por família (empresa) isto é, o chefe (normalmente homem).	A mulher, o Homem (casal) e os filhos maiores que trabalham em casa.
Desenvolvimento	Conforme a cabeça dos dirigentes.s	Conforme um projeto de desenvolvimento regional.
Participação na Luta	Econômica	Política (solidariedade) e econômica.
Projetos ou planos	Através de “pacotes”. Já vem pronto e são apresentados para serem aprovados	Os associados Participam da elaboração
Rotação de dirigentes	Baixa	Deve investir na formação de novos dirigentes
Preocupação com a viabilidade	Da cooperativa (cada vez se torna uma empresa de capital)	Do conjunto dos associados.

Fonte: MST, 1997, p.84/5.

2. 4 – Luta dos sem-terra e cooperação nos assentamentos

A proposta de cooperação nos assentamentos é forjada no processo de luta e resistência pela terra. Portanto, o surgimento da cooperação nos assentamentos, inclusive as cooperativas, não está dissociado da luta dos trabalhadores sem-terra. É no interior do conflito entre as classes que se deve buscar o fundamento da luta dos camponeses pela organização das cooperativas nos assentamentos rurais.

A consideração de que as relações não-capitalistas são resultantes das contradições do capital e que o camponês tem um lugar nesta sociedade capitalista como produtor de mais-valia social, não apresenta nada de novo, pois os camponeses estariam se reproduzindo no circuito da subordinação. A luta dos sem-terra nos assentamentos não é exclusivamente para se integrar à produção de mercadoria na condição de camponeses subordinados, mas para superar esta condição. Não se trata de luta pela sobrevivência e inclusão no capitalismo apenas. Mas, uma inclusão no mundo da mercadoria que favoreça a luta contra a dominação do capitalismo.

As lutas coletivas dos camponeses são marcadas pela conquista da terra e também pelo objetivo da subversão da ordem latifundiária/capitalista. Nos assentamentos, os sem-terra buscam a conquista de vantagens sociais, políticas e econômicas. E eles sabem que estas conquistas somente serão alcançadas lutando contra um inimigo maior, ou seja, as relações de produção capitalista.

Portanto, a luta dos camponeses assentados, através de variadas formas de manifestações coletivas, trata-se de luta contra as regras do capitalismo. Uma luta que nasce na conquista da terra e se espacializa na terra conquistada, formando o território do camponês. O questionamento da ordem capitalista se materializa em determinadas ações como as ocupações de terra, proposta de cooperativas nos assentamentos, etc.

A organização da produção nos assentamentos, bem como a ocupação de terra, não são apenas para busca de sua sobrevivência. São lutas pela permanência na terra que implica na reprodução do camponês fora do circuito da miserabilidade e subordinação ao capital.

A espacialização e desdobramento de lutas a partir da terra conquistada se constitui num fato novo e marcante na luta dos trabalhadores camponeses. A partir da conquista da terra se constrói reações contra a opressão a que os camponeses sem-terra estão

submetidos. Enquanto os movimentos camponeses do passado³⁰ resistiam contra a opressão sem ter clareza das relações que produziam a sua subordinação, o MST e os assentados têm consciência desta condição, expressando resistência na terra por meio das manifestações coletivas. Os assentados não lutam somente contra os efeitos e mazelas do capitalismo, mas contra o próprio capitalismo.

A trajetória de vida dos sem-terra que inclui as lutas desenvolvidas por eles permite a visualização da produção no campo de forma diferenciada. Procuram resistir ao prejuízo diante dos grandes esquemas econômicos que lhes subtraem a renda. A não aceitação à subordinação da produção familiar a estes esquemas é a evidência da visualização da dimensão política em que estão inseridos. As novas propostas de produção no assentamento é resultante do “aprendizado” nas lutas e ações coletivas que se desenvolveram no processo de conquista da terra

As intervenções e a presença do MST nos assentamentos é mediada pelas cooperativas, principalmente. Na região Centro-Oeste do Paraná, praticamente toda a organização e luta dos assentados é centralizada pela cooperativa. Mas, não como um instrumento independente do MST. Este tem a direção política das lutas nas cooperativas. A cooperativa se constitui como um instrumento de organização dos assentados, sendo a organização da produção seu principal objetivo e forma de expressão.

Embora existam variadas iniciativas de cooperação nos assentamentos, será tomado como recorte de abordagem a proposta de cooperativa dos trabalhadores sem-terra vinculados ao MST. Para isso será feita a contextualização das lutas e depois comentário sobre o processo de formação, trajetória e as concepções de cooperativa do MST.

2.4.1 - A luta dos sem-terra

A partir do final da década de 1970 ocorreu um conjunto de manifestações no campo realizadas por trabalhadores despossuídos da terra, marcando o surgimento do Movimento e da identidade “sem-terra”. Para a caracterização da trajetória da

³⁰ A luta dos camponeses de Canudos e Contestado, por exemplo, apesar do forte conteúdo questionador do poder central se diferencia das lutas dos sem-terra, principalmente pela natureza política/ideológica. Ambos movimentos camponeses questionam a ordem, mas a partir de diferentes conteúdos. Provavelmente, o Conselheiro e João e José Maria não conheciam a obra de Marx e Lênin.

organização dos trabalhadores sem terra, inclusive no Estado do Paraná, foi utilizada a seguinte bibliografia: MST (1984, 1986), Bonin et al (1987) Paz (1991), Brenneisen (1994), Fernandes (2000), entre outros.

A luta dos trabalhadores sem-terra é para conquistar um conjunto de benefícios e não somente a terra, embora esta seja a principal motivadora das lutas. O início das lutas dos sem-terra ocorreu em 1979, quando foi feita a primeira ocupação de terra no Estado do Rio Grande do Sul, explicitando as contradições no campo, silenciadas no período da ditadura militar.

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil, com o objetivo de contestar a ordem estabelecida, ou, por outro lado, impedir a modificação da estrutura da sociedade. O Movimento do Sem Terra (MST) surge como uma manifestação da sociedade organizada objetivando modificar a ordem estabelecida no campo.

A expansão recente das relações capitalistas no campo foi acompanhada pelo processo de expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais. Diante desse quadro de expulsão/expropriação, os trabalhadores rurais passaram, a partir do final da década de 1970, a se organizar e a promover lutas pela conquista e reconquista da terra. O Movimento tem se materializado em ocupações e acampamentos em todo o Brasil, através da qual os sem-terra têm conseguido algum resultado em seu favor. Os acampamentos tornaram-se o principal instrumento de luta e resultam na realização dos assentamentos de reforma agrária.

Os trabalhadores sem-terra passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e a migração para a Amazônia ou Paraguai (brasiguaios). Simultaneamente à expulsão e expropriação com a expansão do capitalismo, “abre-se” a possibilidade de retorno a terra, através de ocupações de terra e lutas de resistência.

As primeiras lutas surgiram de forma isolada com as ocupações realizadas nos cinco Estados do Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas, principalmente, pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, criada em 1975, para apoiar as lutas dos trabalhadores do campo.

No Rio Grande do Sul ocorreu a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. No Paraná, ocorreu a luta dos agricultores que perderam suas terras com a barragem de Itaipu, através do “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a justa indenização das Terras. Em Santa Catarina aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê.

Nesta mesma época (início da década de 1980) foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina. Em Mato Grosso do Sul ocorre a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. É importante destacar a ação dos brasiguaios, que retornam para o Sul de Mato Grosso do Sul, montando acampamentos em vários municípios.

Em 1984, foi realizado na cidade de Cascavel-PR, o primeiro Encontro de trabalhadores rurais sem-terra, marcando o início das articulações das lutas no campo. Neste Encontro foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do Movimento.

O Movimento dos Sem Terra, com seu caráter popular, passa a representar uma nova fase na organização dos trabalhadores do campo, com novas formas de luta, fazendo com que a sociedade veja a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra e criando situações para envolvimento do Estado na questão da apropriação da terra, através de ocupações (terra e órgãos públicos), caminhadas, atos públicos, etc.

No I Congresso do MST, realizado em 1985 em Curitiba, foi definida a seguinte palavra de ordem: sem reforma agrária não há democracia. A prioridade dos sem-terra era a organização interna e a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil. Este momento foi marcado pela idéia de que terra não se ganha, conquista-se. Esta idéia se materializava nas ocupações de terra.

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR (União Democrática Ruralista), fundada em 1985, investiram inclusive com meios violentos no fracasso da política do MST e da Reforma Agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais.

Neste contexto, o MST adota uma nova palavra de ordem: Ocupar, Resistir e Produzir, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção, como prova da viabilidade econômica dos assentamentos e da reforma agrária. Resultante das experiências surge a proposta de organizar a produção através da cooperação agrícola nos assentamentos.

Para demonstrar que a Reforma Agrária pertence a toda a sociedade, os sem-terra decidiram levar as lutas para as cidades, procurando integrar categorias urbanas, sustentados na aliança entre operário e camponeses, que também seriam beneficiadas com a reforma agrária.

Em 1995, é definida outra palavra de ordem: Reforma Agrária: Uma Luta de Todos³¹. Esta palavra de ordem, aparentemente desideologizada e despolitizada, chama todos os segmentos da sociedade para o debate sobre a reforma agrária.

No Estado do Paraná, a luta recente³² dos trabalhadores rurais, inicia-se no final da década de 1970 com a mobilização e a organização dos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu. Organizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), surge no Paraná, o “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a justa indenização das terras. Destacou-se também na mobilização dos expropriados pela barragem de Itaipu, os STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), pastores e adeptos da Igreja Luterana.

Foram montados acampamentos onde, diariamente eram realizadas assembléias. Com isso o ganho maior foi o crescimento político e social e a coragem de reivindicar direitos. A experiência das lutas de Itaipu foi base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste do Paraná, em 1981: o MASTRO.

Somadas às lutas desenvolvidas em outros Estados, estas mobilizações desembocaram num grande Encontro de trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro do país, realizado na cidade de Medianeira no Estado do Paraná em 1982.

A partir daí o Movimento vai coordenar a ocupação de vários latifúndios. Entre eles, destaca-se a ocupação das fazendas Anoni e Cavernoso em Cantagalo/Candói

³¹ O IV Congresso Nacional do MST realizado em Brasília no período de 7 a 11/08/2000 definiu que a principal palavra de ordem do Movimento é: *Reforma Agrária: Por um Brasil Sem Latifúndio*.

³² O Estado do Paraná já foi palco, no passado, de intensas lutas entre camponeses e proprietários de terra/capitalistas para posse e permanência na terra. A luta dos camponeses no sertão do Contestado (1912-1916); Guerrilha de Porecatu e revolta dos posseiros no Sudoeste na década de 1950, são alguns exemplos.

(1983); Giacomet-Marodin em Chopinzinho (1983); Quinhão 11 em Sertaneja (1983); Imaribo em Mangueirinha (1984).

Várias frentes de lutas surgiram em todo o Estado, como no Norte do Paraná (MASTEN) e Sudoeste (MASTES), entre outras. Em 1984, foi realizado em Cascavel o primeiro Encontro de caráter nacional dos trabalhadores rurais sem terra. Neste Encontro foram definidos os princípios e as formas de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Foi realizado, também no Paraná (Curitiba), o I Congresso Nacional do MST em 1985. As ocupações foram definidas como a principal forma de luta. Neste encontro também foi definida uma Coordenação Nacional.

A luta dos sem-terra se territorializou realizando ações massivas com ocupações de latifúndios e acampamentos nas mais variadas regiões do Estado. A maior ocupação de terra do Brasil foi realizada no Paraná, em 1996. Mais de 3.000 famílias acamparam na fazenda Pinhal Ralo do grupo Giacomet, proprietário de mais de 83.000 ha, dos quais 28.000 ha foram desapropriados para o assentamento de 1.504 famílias de trabalhadores rurais no município de Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras: assentamentos Ireño Alves dos Santos e Marcos Freire.

Os brasiguaios, que se destacaram pelo retorno ao Brasil, acampando no Estado de Mato Grosso do Sul em meados da década de 1980, sempre estiveram presente na luta pela terra no Paraná. Desde 1998, os brasiguaios passaram a atuar de forma mais intensa, com ocupação e acampamentos nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Ibema e Mariluz, Querência do Norte, etc. A partir de 2001, os brasiguaios retornaram para o Brasil se instalando em acampamentos e ocupações de terra também no Estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema).

Algumas regiões do Estado do Paraná se destacam pelas mobilizações e conquistas. Na década de 1980 as regiões que apresentavam maior mobilização eram as regiões Oeste, Sudoeste e Centro-Oeste. O Noroeste irá se destacar a partir de 1990 com mobilizações e assentamentos no município de Querência do Norte, principalmente.

2.4.2 – Os assentamentos de sem-terra

Segundo os dados Dataluta (2001), existem no Brasil 5.200 assentamentos rurais distribuídos pelas várias regiões brasileiras, ocupando uma área aproximada a 25,5 milhões de hectares. Estão assentadas 569.733 famílias, em projetos de assentamento de reforma agrária do governo federal, ações de governos estaduais e projetos de colonização realizados no período de 1970-2000. (Dataluta, 2001, p.12).

Os assentamentos rurais possuem diferentes conteúdos. Segundo Esterici (1992), o termo assentamento surgiu provavelmente, no interior do Estado e refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos, reconhecidos sua importância e necessidade, principalmente, pela viabilidade econômica. Neste tipo de assentamentos as populações “beneficiadas” estão destituídas de caráter ativo.

Os assentamentos realizados no campo por meio de projetos de colonização entreguem às empresas colonizadoras, bem como os projetos oficiais de colonização realizados na Amazônia pelo governo dos militares, são exemplos de assentamentos rurais semelhantes aos referidos acima. Não são esses assentamentos rurais que estão sendo tratados aqui, mas aqueles resultantes da ação de movimentos organizados por meio de lutas de resistência.

Tomando o movimento de luta pela terra como referência nesta abordagem, os trabalhadores rurais, através de ações políticas, vão modificando e acrescentando novos conteúdos ao termo assentamento. Aí se desdobram novas ações políticas e lutas de confronto com o Estado por assistência técnica, crédito, infraestrutura, etc.

O entendimento de que as conquistas somente se deram em vista de ações coletivas no período de acampamento agem como elemento motivador na continuidade, agora na produção no assentamento, quando as questões econômicas adquirem maior relevância.

Os assentamentos de reforma agrária surgem como resultado da organização e da mobilização dos trabalhadores sem-terra que se materializam a partir das ocupações de terra, principalmente. A posse da terra coloca ao trabalhador rural assentado uma nova condição. A organização da produção no assentamento é uma condição básica para a permanência do trabalhador assentado na terra.

Não só luta pela conquista da terra, os assentados agora se preocupam com questões de produção, política agrícola, assistência técnica, investimentos, etc. As preocupações dos assentados se afinam com as dos pequenos agricultores e procuram até estender suas formas de organização (cooperativas, associações, grupos de produção) aos agricultores não-assentados. O MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) foi organizado na região Centro-Oeste do Paraná, praticamente pelos assentados e pela Coagri.

Os assentamentos de sem-terra não são apenas lugares dedicados à produção agrícola/pecuária/agroindustrial, mas também o lugar do debate político, no qual discutem-se questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas. Os assentamentos são um “campo fértil” para que os ideais possam se materializar e as utopias não morrerem. A conquista da terra, ao contrário de evidenciar um “desencantamento do mundo”, possibilita esperança aos trabalhadores sem-terra, pois a partir dessa conquista, o assentado assume a condição de incluído, não somente do ponto de vista da produção, mas também de uma inclusão social e política. A proposta de cooperação agrícola nos assentamentos é um elemento importante para caracterizar a continuidade das lutas após a conquista da terra.

Entretanto, o termo assentamento e assentado estão carregados de uma complexidade e heterogeneidade de características que a generalização não explica. O assentado sem-terra não se constitui como sujeitos sociais homogêneos e o assentamento não é apenas um conjunto de famílias vivendo num espaço ou área de terra onde se dedica à produção agropecuária.

O assentamento é um território que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, se constituem relações econômicas, políticas e sociais. Então, cabe compreender como estas relações se realizam no espaço e como este território construído (espaço social) torna-se condição de manutenção ou produção de novas ou antigas relações.

A diversidade existente entre os assentados tem rebatimentos em diferentes formas de organização do espaço dos assentamentos. As diferentes idéias e ideais resultantes da trajetória de vida dos assentados não são homogeneizadas na unidade que a luta pela terra representa. Resultante destas diferenças surgem agrupamentos por afinidades de natureza

variadas (política, econômica, familiares, religiosas, origem, etc.), motivando não somente ações coletivas unificadas, mas também disputas internas no interior dos assentamentos desfazendo o romantismo em torno da união e igualdade entre os assentados.³³

A população dos assentamentos apresenta enorme diversidade de sujeitos sociais que o termo "assentado" não revela. A generalização não permite reconhecer as enormes diferenças existentes no interior desta categoria. A partir de diferentes grupos sociais encontram-se comportamentos sociais distintos que se manifesta na religião, idade, etnias, culturas, escolaridade, filiação política-partidária, valores, enfim, diferentes trajetórias de vida de pessoas que se encontram no assentamento.

Esta diversidade de identidade social apresenta-se unificada na subordinação e reunida espacialmente na ocupação da terra (acampamento). O acampamento surge como uma forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra e se manifesta com maior intensidade no assentamento, pois a conquista da terra surge como base de nova socialização. Carvalho (1999) afirma que nos assentamentos se encontram grupos sociais de comportamentos distintos.

“Portanto, no processo de constituição do assentamento, grupos sociais de comportamento muito distintos entre si, encontraram-se numa interação social face a face independentes das suas vontades. Isso não significa necessariamente que estes grupos sociais ao interagirem tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para o processo de homogeneização social simplesmente pelo fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento” (Carvalho, 1999, p. 32).

É nos assentamentos que irão se formar ou se reproduzir grupos sociais ou superar divergências entre eles no sentido de unificação. Se por um lado, pode-se inferir que Carvalho (1999) vê a coesão entre os assentados de forma cética, em vista das diferentes trajetórias dos indivíduos que são re-socializados nos assentamentos, por outro, aponta para a unidade dos assentados a partir de identidades formadas no processo de luta e permanência na terra. Os tipos de identidades observados pelo autor entre os trabalhadores sem-terra assentados são os seguintes:

³³ No assentamento Ouro Verde no município de Marquinho foi onde surgiram as primeiras denúncias dos próprios assentados de suposta “cobrança” de uma taxa de 3% dos recursos oficiais liberados aos assentados, oxigenando investidas do governo federal contra a Coagri, inclusive com investigação policial.

A identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente, ou seja, relações estabelecidas num longo processo histórico onde as interações sociais, entrecruzadas por diversos planos como parentesco, religião, sexualidade, vizinhança e outros, proporciona condições objetivas e subjetivas de hábitos de vida. A institucionalização destas interações se consolida num padrão comum de comportamento social aceito pelos membros do grupo social; *A identidade social pela origem*, que se expressa na procedência de uma mesma localidade, seja um povoado, município ou mesmo uma região particular dos grupos. As pessoas se sentem pertencentes a grupos sociais pela origem geográfica, que surge como fator de coesão social; *A identidade social pela política*, que são grupos que se afirmam e defendem um tipo de organização política e social dentro do assentamento. A identificação política pode possuir caráter meramente instrumental para obtenção de dividendos econômicos individualizados. (Carvalho, 1999, p.29).

Não se trata de reconhecer somente nos grupos identificados com o MST o reconhecimento da identidade social. As posturas políticas de assentados e os vínculos locais também se caracterizam uma identidade política, entrelaçada com a identidade pela origem e forças políticas do lugar (prefeito, vereadores, entidades, etc.).

Não se constitui como nova a idéia de que as ações dos camponeses, neste caso, os assentados, apresente em sua prática, conteúdo político. Entretanto, cabe reconhecer os elementos motivadores de práticas políticas como a cooperação, por exemplo. Além disso, cabe compreender o por quê da relutância ou o que leva os assentados a desenvolver a cooperação agrícola e outras atividades coletivas.

Carvalho (1999) entende que a formação de grupos sociais identificados pela política nos assentamentos significa uma forma de obtenção de benefícios pessoais. Apresentando-se cético à coesão interna dos grupos sociais existentes nos assentamentos formados pela identidade social pela política, eles seriam grupos extremamente débeis e movidos por interesses imediatos.

“... essa auto-identificação significava para elas apenas uma forma de acesso aos benefícios individuais que tal identidade social lhe poderia proporcionar. Essa identidade social realimentava (interdependência funcional) tenuamente o grupo social, no sentido de dar-lhe coesão interna, desempenhando, portanto, uma função social muito precária para a concretização destes objetivos se comparada com aquela função desempenhada pelo projeto político dos grupos sociais que se propunham a

implantar um modelo de gestão dos assentamentos”. (Carvalho, 1999, p. 57).

Considera ainda no seu estudo sobre a interação social e possibilidade de coesão, que a participação das famílias nas associações ocorre em decorrência de um conjunto de circunstâncias “... na maioria das vezes em função de interesses econômicos pessoais familiares ou imediatistas, dando a estas associações maior ou menor legitimação conjuntural”. (Carvalho, 1999, p. 03).

De modo geral, as formas de coesão nos assentamentos apresentam elevada complexidade e diversidade e aumentam ainda mais com o crescimento do número de assentamentos realizados.

O MST/Concrab tem estimulado as várias formas de cooperação, desde as mais simples até as mais complexas, pois considera importante para os sem-terra o ato de desenvolver atividades cooperativas, mesmo que sejam as formas simples. Partindo das formas simples para as mais complexas, o MST/Concrab classifica as seguintes formas de cooperação, conforme caderno de cooperação n. 05 publicado em 1998:

- Os mutirões e troca de serviço;
- Núcleos de produção;
- Associações;
- Grupos semicoletivo;
- Grupos coletivos;
- Cooperativas de prestação de serviços;
- Cooperativas de prestação de serviços regionais;
- Cooperativa de crédito;
- Cooperativas de produção agropecuária (CPAs).

Carvalho (1998) já verificou em pesquisa desenvolvida sobre o associativismo econômico nos assentamentos esta complexidade de formas, destacando que um único assentamento pode combinar e alterar formas de associativismo econômico, induzidas pelos organismos governamentais e não-governamentais que são absorvidas e re-apropriadas pelos grupos sociais. O autor avalia ainda que as possibilidades da unidade camponesa nos assentamentos se transformar em empresa rural, onde predominaria o valor de troca, são muito difíceis, pois a agricultura camponesa é caracterizada por

unidades de produção e consumo que predomina o valor de uso. A alternativa então seria a seguinte:

“... encontrar formas de associativismos econômicos que lhes permita superar as suas limitações enquanto camponeses numa sociedade sob hegemonia do capital nacional e internacional oligopolista...” (Carvalho, 1998, p. 13).

Paradoxalmente, a superação das características camponesa dos assentados é um objetivo perseguido pelo MST para ampliar a organização da produção e luta pela reforma agrária, ampliando a possibilidade de transformações sociais. Esta questão será tratada mais detalhadamente no capítulo IV.

2.4.3 - O processo de formação das cooperativas nos assentamentos

As ações do MST no início da década de 1980 foram caracterizadas por lutas de conquista da terra. A conquista da terra levou o sem-terra a declinar sua atenção também para ações coletivas nos assentamentos. Estas ações não se restringem apenas à busca de benefícios econômicos, com vista à implementação da produção. A produção nos assentamentos passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra.

Na cooperação agrícola proposta pelos sem-terra, verifica-se a presença de elementos que permitem a unidade dos assentados por meio da produção agrícola. A construção da unidade é mediada ou perpassada por elementos de natureza econômica. Isto fica evidente quando se considera a prática de trabalho coletivo dos sem-terra nas CPAs que coloca a organização econômica e produção de mercadorias como o elemento aglutinador para a realização de lutas.

Embora, em muitos casos sejam as afinidades políticas e ideológicas que fazem os assentados a pensar na organização da produção cooperativa, os elementos de natureza econômica e produtiva devem ser reconhecidos como forma de coesão e formação dos grupos nos assentamentos.

O surgimento dos primeiros assentamentos fez os sem-terra declinar sua atenção para uma forma de gestão e organização da produção em que os trabalhos associativos e as cooperativas foram priorizados. Logo após os primeiros assentamentos, os

associativismos estavam voltados para o atendimento de interesses imediatos, como obtenção de crédito, investimento, custeio de lavouras, aquisição conjunta de insumos, etc.

A partir das experiências vividas nos assentamentos rurais, o MST procurou construir uma proposta mais elaborada de cooperação. Esta proposta de cooperação passou por modificações desde o seu início até os dias atuais. Nesta trajetória teve avanços e recuos, resultante da limitação interna e do método de ação, bem como aqueles resultantes da influência externa (medidas governamentais, por exemplo). Para caracterização da trajetória da construção da política de cooperação do MST será utilizado um conjunto de documentos do MST/Concrab dos quais se destacam os seguintes: MST (1993) e Concrab (1997, 1998, 1999, 2001, 2002).

No período de início do MST, que vai de 1979 a 1985 não havia política cooperativista definida para os assentamentos. Eram atividades coletivas que se materializavam nas associações de assentados, mutirões, troca de dias de serviço, etc. A orientação dessa cooperação simples, como os mutirões, por exemplo, tinha raiz na Igreja, com quem parte significativa da militância possuía fortes vínculos.

No período de 1985-1989 aumentaram as atenções para os assentamentos, quando se consolidou a idéia de que a luta dos assentados é uma luta do MST. No I Encontro Nacional dos Assentados em 1986 ficou decidido que os assentados pertencem ao MST, formando neste Encontro uma Comissão Nacional de Assentados.

Foi neste período ainda que foram idealizadas as primeiras cooperativas sob influência do modelo cubano, embora as forma hegemônica de cooperação nos assentamentos fossem as associações e os pequenos grupos, inspirados nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), sem grande preocupação com o trabalho coletivo.

O endurecimento político do governo federal contra o MST, por meio de repressão e ações violentas a partir de 1990, levou o Movimento a buscar o fortalecimento na organização interna, onde os assentamentos seriam peça fundamental na construção da resistência dos trabalhadores. Conforme documento da Concrab (1999), pode-se verificar que a organização das cooperativas nos assentamentos surge como forma de luta e resistência dos sem-terra.

“Portanto, a discussão sobre a organização dos núcleos de base e sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) foi em função do período

de repressão e intensa que o MST foi submetido. Os núcleos e as CPAS tinham a função neste período de ser a retaguarda de organização política, resistindo política e economicamente” (Concrab, 1999, p. 07).

Entre 1989 e 1990 são formadas as primeiras cooperativas, como foi o caso da Coanol (Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda) e Cooptil (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda) no Rio Grande do Sul. Começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST que mais tarde desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

Neste período ainda, são definidas as primeiras linhas políticas do SCA, marcadas essencialmente pela busca de eficiência econômica como forma de viabilizar as lutas nos assentamentos. A CPA foi considerada como a forma superior de cooperação com a coletivização da terra, trabalho gestão e capital. A produção de subsistência não foi desprezada, mas a elaboração de mercadorias passou a ter uma importância destacada. A Economia Política passa a se constituir em paradigma para a elaboração da concepção de cooperativismo, ou seja, uma compreensão da expansão do capitalismo no campo semelhante à que ocorre na indústria.

Em 1990 foi definido que o Sistema Cooperativista dos Assentados seria organizado em três níveis: Assentamento, Estadual e Nacional. Verifica-se através destes três níveis uma articulação do contexto local dos assentamentos ao nacional, mediada pelas instâncias do SCA. Deveria ser uma forma de cooperação ampla e para fora dos assentamentos, como ocorre com as Cooperativas Regionais de Prestação de Serviços (CRPS); Centrais Estaduais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCA); e a Confederação.

Para garantir esta organicidade foram criadas as Centrais (a primeira CCA surgiu no Rio Grande do Sul). Foi criada também a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) em 1992 na cidade de Curitiba, resultantes dos debates internos do MST e conforme adequação à legislação cooperativista.

Assim, o sistema (SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados) possui uma estrutura orgânica formada pelas cooperativas (prioritariamente CPAs), CCA e a Confederação. Cada uma possui funções específicas na estrutura orgânica e estão voltadas prioritariamente para a produção e viabilidade econômica dos assentamentos.

Às Cooperativas de Produção Agropecuária cabe uma atuação de base e vinculada aos assentados, procurando estimular a organização da produção, infraestrutura (armazenagem, transporte, energia elétrica, aquisição de máquinas, etc.), movimentação financeira e racionalização da mão-de-obra nos assentamentos. Esta atuação de base também pode ocorrer por meios de Cooperativas Regionais, como é o caso da Coagri.

As funções das Centrais Estaduais, formadas por pelo menos três cooperativas, são as de coordenar e apresentar alternativas de comercialização às cooperativas. Procura ainda desenvolver e implantar projetos agroindustriais, crédito rural, programas de fomento às atividades que permitem maiores rendas e estabelecer convênios para a criação de infraestrutura, assistência técnica, prestação de serviços, etc.

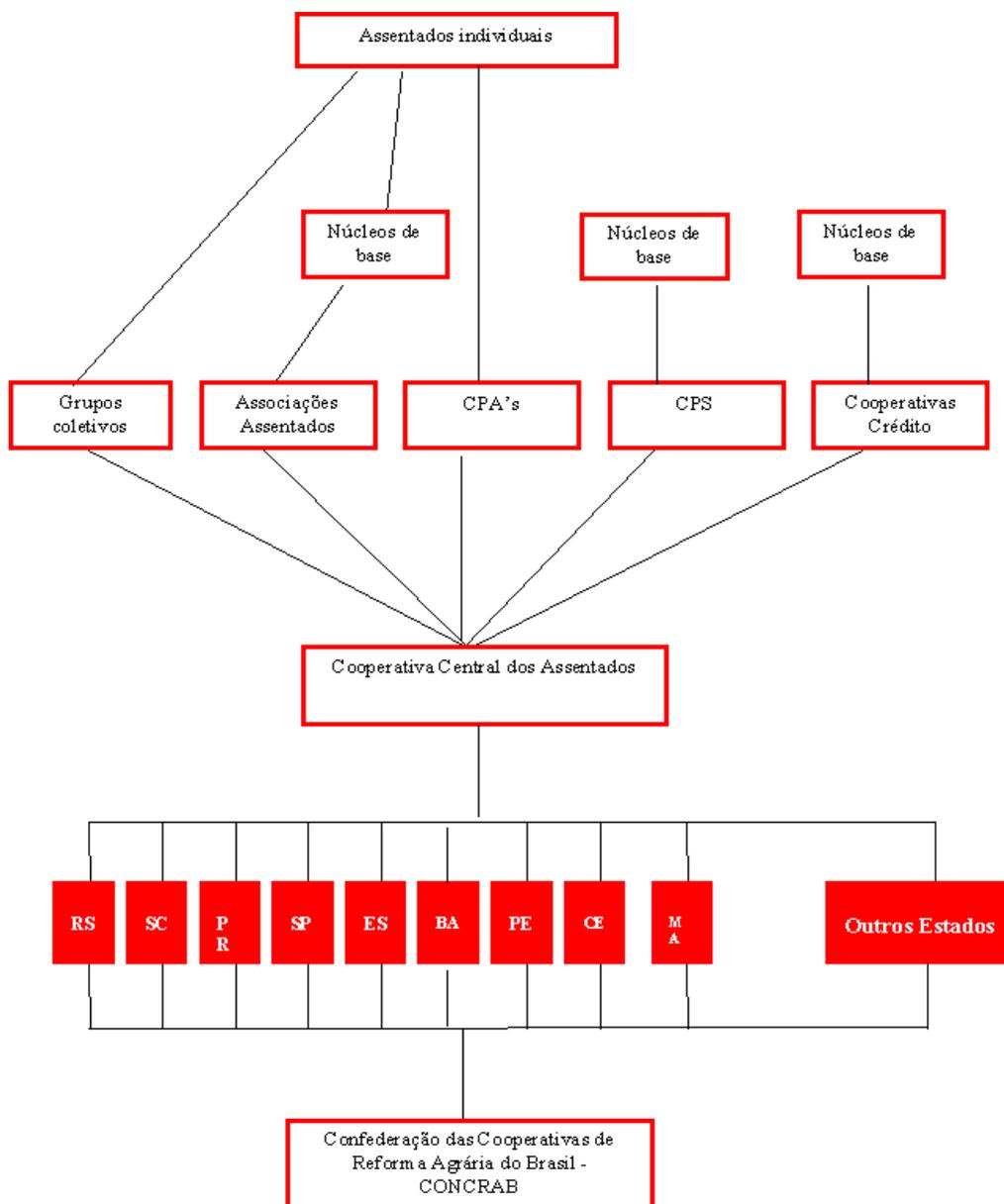
A CCA tem a tarefa de centralizar e planejar as atividades de produção, dirigindo o processo de expansão das cooperativas. Todo o planejamento e direção das cooperativas são feitos em torno das Centrais Estaduais

A Confederação (Concrab), organização das cooperativas na terceira instância, tem a função de coordenação geral das políticas e planejamento do desenvolvimento das atividades das cooperativas. Cabe ainda, organizar a formação técnica (administrativa, financeira e agrônômica) de caráter nacional, desenvolver estudos estratégicas de mercado, cuidar das relações internacionais relacionadas às cooperativas (exportação, por exemplo) e articulação com outras confederações.

Cada família assentada deve estar vinculada a um núcleo de base, cooperativa de produção agropecuária (CPA) ou grupo coletivo. Os núcleos de base estão vinculados às associações, cooperativas de prestação de serviço (CPS) ou cooperativa de crédito. Os grupos coletivos, associações, CPA, CPS e cooperativas de crédito estão vinculados à CCA de cada Estado. Estas se vinculam à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab). O organograma a seguir esquematiza a organização do Sistema Cooperativista dos Assentados.

As reflexões feitas de 1989 a 1993 resultaram em algumas definições expressa na elaboração de um conjunto de documentos que indicaram a necessidade de intensificar as relações de produção de mercadoria nos assentamentos.

SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS



Fonte: MST/Concrab, 2002.

Apontando para uma cooperação mais ampla, onde as CPAs não sejam consideradas a única forma de cooperação e produção nos assentamentos, surge o impasse entre uma cooperação “massiva”, conforme denominação do MST, e uma cooperação mais “apurada”, apontando para novas formas de cooperativas.

“Entende-se com isso que as cooperativas não são a forma superior de organizar a produção. A forma superior de organizar a produção é a

cooperação que pode se dar de diferentes níveis: Nível Principal/Nível Intermediário/ Nível Simples”. (Concrab, 1999, p. 16).

Foi neste contexto de necessidade de “massificação” das cooperativas que surgiram as CPS (Cooperativas de Prestação de Serviços), onde se procurou implantar cooperativas com vínculos mais “frouxos” entre os assentados e o MST, procurando conciliar os interesses coletivos aos interesses individuais. A criação da Coagri está inserida, basicamente, nesta concepção de cooperativa.

Desde 1993 se aprofunda a crise das CPAs, o que levou o MST a declinar sua atenção ao debate sobre o cooperativismo. Foi neste contexto também que o MST elaborou um importante documento: A Cooperação Agrícola nos Assentamentos (1993). Este documento aprofundou a preocupação com uma concepção de cooperativa sustentada basicamente na esfera econômica, apesar de referir-se às razões e objetivos sociais, políticos e econômicos. Ficou destacado que a cooperação nos assentamentos se daria por meio da divisão do trabalho e deveria funcionar como uma empresa econômica.

Aprofundando a discussão dos tipos de cooperativa a serem implantadas, toma corpo a partir de 1994, a idéia de uma cooperativa “produtiva” e uma cooperativa “não-produtiva” no objetivo de resolver a crise das cooperativas.

As cooperativas “produtivas” seriam aquelas organizadas em torno da produção e as “não-produtivas” aquelas preocupadas com a comercialização, prestação de serviços e ajuda mútua, por exemplo. São cooperativas que teriam diferentes atividades como elemento aglutinador/catalisador.

A proposta de cooperativas “não-produtivas” evidencia uma preocupação na coesão entre os assentados, considerando outras dimensões que não seja a econômica, surgindo a partir daí (1995), uma tensão entre a idéia de atuação política e a idéia de uma cooperativa-empresa econômica. Os debates sobre a cooperativa-empresa econômica e uma cooperativa mais de conteúdo político ficou explícito no documento: Sistema Cooperativista dos Assentados de 1998, que exprime, até os dias atuais, a concepção de cooperativismo do MST. Essa tensão de concepções se manifesta quando o documento se refere à organização dos núcleos de base/produção, de um lado, e a necessidade da divisão de trabalho, de outro, como forma de viabilizar as cooperativas. Apesar do enfoque político, a dimensão econômica, é a lógica fundante da cooperativa.

As CPSs Regionais e as CPAs acabaram assumindo papel central na implementação da política para os assentamentos. Este fortalecimento das cooperativas enquanto mecanismo gestor dos assentamentos provocou forte reação dos órgãos oficiais (Incrá, por exemplo), que passaram a visualizar nas cooperativas um “mecanismo paralelo” de gestão dos assentamentos.

A compreensão das cooperativas como instrumento de intervenção nos assentamentos levou o Estado a investir no seu desmantelamento por meio de um amplo e sistematizado conjunto de medidas. Medidas que vão desde o fim da assistência técnica nos assentamentos, com a extinção do Projeto Lumiar, à depreciação pública, nos meios de comunicação.

A perseguição cega às cooperativas e aos assentados chegou a ponto de que se para combatê-la, é necessário inviabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos, como foi o caso do Lumiar, então que o faça, pois o enfraquecimento das cooperativas se tornou elemento principal na política dos órgãos oficiais de gestão dos assentamentos.

Somada às dificuldades colocadas pela ação direta do governo federal nas cooperativas e projetos desenvolvidos nos assentamentos, acrescenta-se o modelo agrícola excludente adotado na modernização da agricultura, diminuição de subsídios agrícolas, abertura e liberalização do comércio com importação de produtos agrícolas, exposição da agricultura à voracidade da competição internacional, etc.

A partir desta conjuntura nacional desfavorável, o MST/Concrab tem feito uma série de reflexões sobre a organização da produção e cooperação nos assentamentos, resultando na criação em 2002 do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em substituição ao SCA. Se no período anterior houve uma valorização das lutas pelos créditos oficiais na formação das cooperativas, agora a preocupação volta-se mais para a organização interna, com cooperativas tendo mais na sua base a mão-de-obra e a terra e menos a expectativa de créditos e projetos de alocação de recursos financeiros.

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente foi dividido em cinco frentes de atuação: Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas, Frente da Organização de Base, Frente da Assistência Técnica e da Produção, Frente de Formação e Capacitação, Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária.

2.4.4 - Concepção de cooperação do MST

O MST defende a necessidade da implantação de cooperativas agrícolas nos assentamentos como uma das formas para fortalecer a luta pela reforma agrária e transformação da sociedade. As cooperativas devem ter objetivo maior do que os benefícios econômicos e produtivos para os assentamentos. Devem contribuir para a conscientização política dos assentados, se posicionando favoravelmente à ampliação das lutas dos trabalhadores. São ilustrativas as palavras de Görgen e Stedile (1991) sobre as cooperativas:

“... as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária”. (Görgen e Stedile, 1991, p. 146).

A cooperação vai além da busca da melhoria da qualidade de vida ou de elevação do padrão de consumo dos assentados. Os resultados produtivos não se constituem no principal mérito dos assentamentos, pois além de benefícios econômicos, os assentamentos possibilitam a construção da cidadania, consciência política e, sobretudo a possibilidade de ampliação das lutas dos sem-terra. Além disso, ao avaliar a viabilidade dos assentamentos a partir do desempenho econômico e da produção é mesmo que colocar o mercado capitalista como parâmetro de análise.

Ganziroli (1994) ao preocupar-se com a viabilidade econômica dos assentamentos rurais classificou três visões sobre esta viabilidade. Estas visões enfatizam o seguinte:

“... a negação da discussão da viabilidade econômica. Ou seja, fazer a análise sobre a viabilidade econômica dos assentamentos implicaria fazer o jogo da UDR, ocultando, portanto o caráter político da reforma agrária’. A segunda, ‘... coloca a questão do custo de oportunidade, ou seja, avaliar a renda total obtida nos assentamentos vis-à-vis à oferta de emprego e/ou renda que existiria como alternativa para os mesmos trabalhadores assentados fora dos assentamentos de reforma agrária’; e a terceira, ‘sugere comparar a economia dos assentamentos com a agricultura comercial capitalista... [grifo do autor]’. (Ganziroli, 1994, p.261).

Embora Ganziroli (1994) apresente três visões, aquela que se destaca é a idéia de que os assentamentos colocam a questão do custo e oportunidade. Nesta visão, a viabilidade do assentamento ocorre porque se amplia a possibilidade de renda e o

progresso econômico, social e político das famílias. A realização dos assentamentos é pensada como possibilidade de a inclusão social e econômica dos sujeitos envolvidos.

Os assentamentos enquanto possibilidade de emprego e renda está implícita nos discurso oficial, principalmente. O MST também se utiliza deste discurso para justificar a realização da reforma agrária. Entretanto, não pára nesta perspectiva, pois os assentamentos e a reforma agrária é vista como uma forma de questionamento do poder dos latifundiários e de fortalecimento da luta dos sem-terra.

A definição do desenvolvimento da cooperação nos assentamentos através de cooperativas colocou o critério econômico como o centro na formação de grupos de assentados, desdobrando-se em capacidade de intervenção política. As cooperativas em geral, e a própria Coagri, tem se pautado na gestão econômica para busca de benefícios e se construir enquanto um instrumento de intervenção política.

As CPAs são consideradas pelo MST/Concrab como uma forma superior de cooperação e organização da produção e possuem características semelhantes a um grupo coletivo, com a apropriação da terra, produção, gestão e trabalhos coletivos. “As CPAs foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989, e despontam como uma forma superior de organização da produção.” (Concrab, 1998, p.70).

O entendimento do MST/Concrab (1993, 1997, 1998) é de que não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através da produção familiar. O modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, sem necessariamente inviabilizar a produção familiar, que permite o acúmulo para os capitalistas. Os assentados devem reconhecer no trabalho cooperativo, a possibilidade de seu desenvolvimento.

A intenção do assentado de produzir com a família no seu próprio lote é uma característica camponesa dos assentados, o que favorece, no entendimento do MST, o surgimento de “desvios”; obstáculo a ser combatido para evoluir e alcançar formas superiores de produção, como as Cooperativas de Produção Agropecuária nos assentamentos. (MST, 1986) e (Concrab, 1998, 2001).

A forma de apropriação da terra e dos meios de produção, coletiva ou individual, tem um conteúdo político-ideológico, pois a apropriação privada e a exploração familiar

da terra permitem a produção e reprodução da consciência dos trabalhadores. Neste sentido, existem apontamentos do MST, de que a propriedade privada camponesa deve ser superada para não se produzir uma consciência individualista e privatista entre os assentados com a construção de novas formas de organização de trabalho na terra, se destacando o trabalho coletivo implantado pelas cooperativas.

A proposta de cooperação através das CPAs refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas como condição para viabilidade econômica dos assentamentos. Conforme a Concrab (1993), existe a necessidade de aumento de capital constante, produtividade do trabalho, divisão e especialização do trabalho, racionalização de acordo com os recursos naturais e desenvolvimento de agroindústrias para se alcançar patamares de produção cada vez mais elevados nos assentamentos.

É importante destacar na proposta das cooperativas coletivas a divisão do trabalho, que implica na produção de um excedente cada vez maior, possibilitando assim a ampliação das trocas. Ela é base para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista e daí a necessidade de cada vez mais ampliar a divisão e especialização para criação de mercado de consumo. A produção, neste caso, tem como objetivo a satisfação das necessidades do outro, realizadas nas trocas.

Embora faça parte dos primeiros documentos do MST sobre o SCA e a análise deve levar em conta a conjuntura vivida pelo MST no período de 1990/1992, a citação a seguir é ilustrativa e indica metas a serem alcançadas com a organização do Sistema Cooperativista dos Assentamentos.

“A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar capital acumulado em produtos agroindustriais... No mesmo documento – Reflexões Sobre o Processo de Implantação do SCA – aparece como consequência do trabalho de cooperação esta idéia, de transformar a ‘consciência camponesa’ em uma ‘consciência operária’” (Concrab, 1999, p. 11).

A necessidade de organizar uma cooperativa que possa produzir mercadoria e integrar-se ao mercado, como indica MST/Concrab (1999), é a forma de construir a resistência.

“Uma unidade de produção qualquer, somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades para garantir remuneração da mão de obra aplicada [*grifo nosso*]”.(Concrab, 1999, p. 14).

A produção camponesa se constituiria numa redução das trocas, pois apresenta uma baixa divisão do trabalho. Para estimular a divisão do trabalho nos assentamentos, o MST tem realizado cursos de formação aos assentados, dos quais se destacam os Laboratórios Organizacionais³⁴. Estes Laboratórios são um pré-requisito para a fundação de cooperativas coletivas.

Caldart (2000), ao tratar da pedagogia do MST entende que o princípio da divisão do trabalho que deve existir na CPA educa para a responsabilidade necessária no coletivo. A possibilidade de participação com a divisão de tarefas podem levar a mudanças na forma de pensar das pessoas envolvidas.

As cooperativas, concebidas a partir de uma racionalidade da economia mercantil, exige a associação entre trabalho, capital e terra na produção agropecuária para enfrentar a concorrência, ou o monopólio que o setor mercantil/industrial/financeiro exerce sobre o agropecuário. Como é praticamente impossível ao assentado concorrer com os grandes grupos econômicos que atuam no setor trabalhando com a família no seu lote, as cooperativas agrícolas, seriam uma alternativa de sobrevivência dos pequenos agricultores fora dos limites da miséria e da subordinação.

Organizadas como uma empresa dirigida pelos assentados, as cooperativas, segundo o MST (1993), devem produzir em escala e colocar seus produtos no mercado a preços mais competitivos.

“No mercado capitalista sempre se consegue os melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade. Através da cooperação, portanto, aumentam as chances de resultados financeiros mais rentáveis”.(MST, 1993, p.11).

³⁴ O estudo de Brenneisen (2000), faz uma análise crítica dos laboratórios organizacionais destacando a natureza, objetivos e conteúdos destas atividades entre os assentados.

As cooperativas agrícolas, sustentadas na inserção no mercado como forma de viabilização, poderão encontrar um sério obstáculo à sua proposta, embora o MST/Concrab se proponha a construir e operar num suposto mercado alternativo³⁵.

Os fatos têm demonstrado muitas dificuldades de sobrevivência das cooperativas na esfera do mercado, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que não contam com o apoio do poder público (Estado) como ocorre com os empreendimentos capitalistas privados. Ocorre que permanência de cooperativas no mercado não é resultado da eficiência econômica, mas, sobretudo da eficiência política.

Mesmo concebendo as cooperativas nos assentamentos radicalmente diferentes de um empreendimento capitalista, porque na CPA, os trabalhadores socializaram os meios de produção, dirigem o processo de produção e comercialização, enfim, se apropriam dos produtos elaborados por eles, cabe observar que a “lógica”, o objetivo, é a inserção no mercado. É uma “lógica” que sobrepõe os interesses “acumulativos” às necessidades básicas de cada assentado. Assim, há a necessidade de produção em escala cada vez maior para gerar excedentes. Para alcançar patamares cada vez mais elevados de competitividades, os excedentes não deverão ser distribuídos aos trabalhadores, pois a cooperativa carece cada vez de investimento em tecnologia, máquinas, instrumentos, enfim, de capitalização.

Os excedentes não podem ser consumidos pelos trabalhadores, mas devem ser reinvestidos na produção. Assim, o MST espera que os trabalhadores na cooperativa possam tirar vantagens com integração ao mercado e garantir a permanência da terra nas mãos de quem nela trabalha.

Duas visões de cooperação surgiram nos debates do MST sobre os assentamentos. Uma visão é a de que não convém pensar no desenvolvimento econômico no quadro político atual. Nesta concepção, a cooperação seria espaço para organizar os assentados para a luta; a outra visão, é de que se sabe que não serão resolvidos todos os problemas pela luta econômica, mas que se precisa dar passos na área da produção para criar a resistência. Mas, se tem clareza que o caráter mais importante é político.

³⁵ A Concrab defende a necessidade de construção de um mercado alternativo que apresenta as seguintes características: popular, local/regional, ideológico e comercialização da produção diretamente com os trabalhadores! (Concrab, 1998, p. 39).

A dificuldade de conciliação dos objetivos econômicos e políticos é percebida pelo MST ao referir-se à luta política e a organização de uma empresa econômica.

“Sempre haverá uma tensão (contradição) entre as duas faces do caráter do SCA: fazer a luta política e ser uma empresa econômica. Se só fazermos (sic) a luta política não precisaríamos constituir cooperativas e nem legalizar as associações. Se só agirmos como empresa econômica caímos no desvio do economicismo.” (Concrab, 1998, p.12).

Por outro lado, pode-se afirmar que a manutenção de independência das cooperativas não seria garantida pelo seu objetivo econômico, até porque se procura integrar ao mercado capitalista, mas pelo objetivo político, que garantiria o seu caráter transformador. Assim, pode-se afirmar que a viabilidade econômica dos assentamentos depende da eficiência política das cooperativas.

Ao estudar os limites e possibilidades do trabalho coletivo de 04 importantes CPAs no sul do Brasil (Coopcal, Cooperunião, Copavi, Coopstar) Christoffoli (2000), utilizando-se de dados da contabilidade das cooperativas, faz análise sobre sua eficiência econômica e desenvolvimento das forças produtivas. Conclui que de forma geral nenhuma cooperativa analisada tem conseguido alcançar desempenho econômicos semelhante às empresas capitalistas.

Assim, as cooperativas estudadas apresentam dificuldades de reprodução econômica, pois a geração de excedentes não é suficiente para a manutenção das famílias e reprodução do modelo. O critério para avaliar o desempenho das cooperativas analisadas é a racionalidade econômica da empresa capitalista.

Justifica a comparação com os patamares de uma empresa capitalista porque se trata de um empreendimento, que para garantir a sobrevivência e reprodução precisa alcançar e elevar cada vez mais níveis de produtividade e competitividade de acordo com aqueles vigentes no mercado, pois as cooperativas são um empreendimento semelhante a qualquer empresa capitalista.

“Todavia, a cooperativa é um empreendimento econômico cuja sobrevivência depende da capacidade de manter níveis de produtividade e de competitividades compatíveis com os vigentes o mercado, que é capitalista. A sustentação da competitividade depende, por sua vez, da contínua atualização e expansão da estrutura produtiva, isto é, da expansão dos investimentos, e estes são financiados principalmente pelos lucros obtidos”.(Christoffoli, 2000, p.207).

A análise do modelo de desenvolvimento da cooperativa está calcada na racionalidade econômica, sendo os limites e possibilidades, analisados prioritariamente a partir dos parâmetros monetários e financeiros. Assim, são analisadas entradas e saídas do caixa, receitas e despesas, estoques e saldo financeiro, déficit/superávit para avaliar o resultado das cooperativas. A produção para subsistência praticamente não aparece na contabilidade e conseqüentemente não é considerada. A análise está restrita à produção de mercadorias.

Avalia ainda que a estrutura produtiva das cooperativas está sendo perdida para sustentar o consumo dos cooperados.

“Deve-se notar que o déficit do valor da produção recai inteiramente no capital constante por que o valor do capital variável corresponde ao que foi efetivamente pago aos cooperados, sob a forma de distribuição de sobras. Isso significa, objetivamente, uma parte da estrutura produtiva foi perdida a fim de sustentar o consumo dos cooperados. Em termos práticos, isto corresponderia, por exemplo, ao caso de um produtor de leite que sacrifica uma vaca leiteira a fim de fornecer carne à família, o que resulta em redução de seu potencial de fornecimento de leite”. (Christoffoli, 2000, p. 209).

Estas cooperativas coletivas não tem conseguido atingir patamares de produção, verificados através de uma baixa remuneração da renda da terra, depreciação e juros sobre o capital. Evidencia ainda que o padrão de consumo dos associados à cooperativa é sustentado pelo endividamento e por parte dos subsídios oficiais e não pela eficiência na produção e produtividade do trabalho.

No caso da Coopcal (Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa Ltda), CPA na área de atuação da Coagri, o autor apresenta uma série de itens que apontam esta deficiência, como estágio incipiente de desenvolvimento de suas forças produtivas; utilização menos de 30% da área de terra disponível; baixa produtividade média do trabalho dos associados; depreciação de parte significativa do capital produtivo sem gerar recursos para sua reposição e assegurar renda para o consumo das famílias. (Christoffoli, 2000, p. 176).

A linha de produção de suínos da Coopcal, por exemplo, não proporcionam os resultados econômicos esperados pelos assentados, porque apesar da enorme jornada de trabalho nesta atividade, existe uma elevada despesa com medicamentos veterinários, ração, manutenção de instalações, etc.

Embora o estudo de Christoffoli (2000) trate de outros temas como a democracia interna na cooperativa e da construção de valores e ideologia, fica evidente que para analisar os limites e possibilidades das cooperativas é tomado um critério essencialmente econômico e contábil. Este critério não leva em consideração outras variáveis existentes na produção dos assentamentos e da produção camponesa como as atividades para o autoconsumo, por exemplo.

O autor elabora análise crítica dos resultados desfavoráveis aos assentados e não do modelo de cooperativa, estranho ao mundo do campesinato. Não reconhece o desencontro da racionalidade econômica da cooperativa e o modo de vida camponês construído na trajetória de cada família de assentado. A racionalidade econômica do campesinato é descartada em favor da organização empresarial da cooperativa.

O modelo de racionalidade econômica e organização empresarial foi introduzido pelos Laboratórios Organizacionais considerado pelo MST a forma de viabilizar economicamente e politicamente as CPAs. A organização empresarial do MST é semelhante à proposta de Lênin nas Tarefas Imediatas, quando defendeu a implantação do sistema taylorista e utilização de processos científicos de trabalho. (Linhart, 1983, p. 77).

O sistema Taylor, duramente criticado por Lênin antes da revolução, considerado como um sistema para esmagar e sujeitar os operários às máquinas, passou a ser defendido depois do período revolucionário. Paradoxalmente, Lênin visualizou o impulso democrático e a participação das massas nas tarefas de administração e contabilidade, procurando diferenciar o taylorismo soviético do americano. Procurou forjar um taylorismo proletário e libertador!³⁶

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização que estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas.

³⁶ “Em sua essência, porém, o taylorismo é a burocratização do processo de trabalho, a multiplicação de funções de controle e registro do mínimo gesto, o aparecimento das tarefas multiformes para contadores, funcionários, cronometristas, etc. Lutar contra o burocratismo apoiando-se no taylorismo, como Lênin espera, não será jogar pela janela aquilo que se reintroduz pela porta principal? (...) Lênin lutou contra a burocratização das ‘superestruturas’ sendo, ao mesmo tempo, levado – pela própria lógica deste combate – a

Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

“Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam á terra, depois de muita luta...Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros”. (Oliveira, 1994, p.49/50).

A racionalidade do camponês não é a de produtor de mercadoria e excedentes conforme ocorre na empresa capitalista, embora ele acabe gerando renda para a acumulação capitalista na circulação, quando os produtos agrícolas são transformados em mercadorias.

Além disso, a produção camponesa não é somente produção agropecuária. É mais do que produção agropecuária. É uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto classe e sujeitos do processo social. Implícito no conceito camponês está presente um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e tantas outras, que a denominação de “agricultor familiar”, por exemplo, não permite compreender, embora o campesinato, como apontado por Chayanov, possua a família como núcleo central de reprodução.

O que se observa nos assentamentos é uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/Concrab. Verificou-se assim que as cooperativas do MST enquanto empreendimento econômico está sustentado na idéia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com a reprodução simples da produção camponesa.

instalar o germe do burocratismo, bem no coração das relações de produção – *no processo de trabalho*”. (Linhart, 1983, p. 113).

O desafio colocado é conciliar a proposta principal de cooperação do MST (coletivização) e as aspirações de reconstrução do projeto de ser camponês; relação que envolve “autonomia” e “auto-suficiência” se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com o estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários, por exemplo), divisão do trabalho, controle da produção, etc.

“... o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção.” (Zimmerman, 1994, p.208).

Os assentados vêm no trabalho coletivo uma ameaça ao seu projeto de ser colono, que é baseado na hierarquia. Manifesta-se aí, um choque entre o projeto de igualitarismo da produção coletiva com um projeto hierarquizado dos camponeses. Esta proposta de igualitarismo é feita principalmente pelas lideranças, preparadas e formadas politicamente pelos mediadores, neste caso, o MST. Os colonos compreendem a organização social baseada na hierarquia, na valorização diferencial, com deveres, direitos e atribuições estabelecidos não necessariamente por critérios econômicos. (Romano, 1994, p.257).

As cooperativas apresentam mais perspectiva de desenvolvimento enquanto um instrumento de organização dos assentados do que um empreendimento destinado a organizar a produção. Assim, destaca-se mais pelas ações políticas do que organização econômica e produtiva e escala comercial.

O desenvolvimento das cooperativas não é avaliado somente pelo volume de produção. A liberação de militantes, por exemplo, para desenvolver lutas nas “frentes de massa”, com organizações de ocupações de terra é um indicativo do conteúdo político da cooperativa. Através da cooperativa, procura-se viabilizar e implantar a estratégia do MST, ou seja, constituindo-se em retaguarda para a luta dos sem-terra.

“... retaguarda ao proporcionar militantes/dirigentes e criar condições materiais para a luta; desenvolver a consciência política na base; construir a sua organicidade; engajar-se na sociedade seja fazendo articulação política ou ajudando a organizar outros segmentos; vivenciar novos valores”. (Concrab, 1998, p.09).

A espacialização da luta dos sem-terra a partir das cooperativas indica um descompasso entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social que pode ser

compreendido a partir da noção de desenvolvimento desigual, como foi tratado anteriormente, no capítulo I. A crise econômica vivida pelas cooperativas nos assentamentos importa num refluxo da luta na terra e pela terra. Mas, por outro lado, mesmo considerando a experiência das cooperativas inseridas no limite do mercado capitalista, elas permitem a espacialização da luta pela terra. Esta espacialização não está colocada no limite da sua dimensão econômica.

A espacialização da luta pela terra com a participação das cooperativas não está restrita ao desenvolvimento de forças produtivas e ao crescimento econômico da cooperativa.

“Queremos melhoras econômicas. Queremos melhoras sociais, mas queremos também atuar politicamente colocando as cooperativas no cenário da luta de classe, com definição ideológica favorável ao projeto político da classe trabalhadora”. (Concrab, 1999, p. 12).

Por outro lado ainda, as cooperativas dos MST (CPAs), tem sofrido críticas, inclusive pelos assentados, não somente pelas dificuldades de ordem econômica e de manutenção enquanto um empreendimento econômico. Elas têm sido criticadas também pelas relações de poder existente em seu interior. O estudo de Brenneisen (2000) é importante para caracterizar as dificuldades internas vividas no interior de uma CPA, principalmente no exercício do poder e controle/disciplina aí exigidos dos membros envolvidos.

2. 5 - Expansão do capitalismo no campo e cooperativas

A compreensão da expansão das relações capitalistas permite entender os fundamentos da proposta de cooperação e cooperativas defendidas pelo MST. Esta proposta de cooperativas está assentada na compreensão da possibilidade de desenvolvimento social com a expansão das relações capitalistas de produção.

A idéia é de que as cooperativas podem criar condições favoráveis à construção do socialismo. Estas condições seriam criadas, no entendimento do MST, com o estabelecimento de relações de produção tipicamente capitalistas para modernizar as relações sociais campo. A criação destas condições de produção (desenvolvimento das

forças produtivas e produção de mercadorias) vai ampliar as forças revolucionárias da sociedade, semelhante ao papel desempenhado por uma revolução democrático-burguesa.

As cooperativas, enquanto empresa econômica seria capaz de possibilitar o desenvolvimento das forças produtivas, e também das forças sociais, necessárias para acelerar o processo revolucionário com a modernização proporcionada pela racionalidade capitalista de produção. Assim, as cooperativas permitem a territorialização de modernas relações sociais de produção, necessárias para a superação do ordenamento social regulado pelo capital.

A criação de condições para a produção coletiva por meio das cooperativas nos assentamentos vai permitir ainda superação da fragmentação que existe na luta dos trabalhadores do campo e da cidade. A organização coletiva da produção semelhante àquela existente na fábrica (trabalho coletivo) comandaria este processo.

Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com a espacialização e territorialização da indústria. A grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais. A expansão das relações capitalistas e territorialização da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento com a modernização de relações sociais e de produção.

“Constata-se, enfim, que os dados relativos aos operários fabris russos corroboram plenamente a teoria d’O Capital segundo a qual a grande indústria mecanizada provoca uma completa e decisiva revolução nas condições de vida da população industrial, separando-a definitivamente da agricultura e das seculares tradições de vida patriarcal a elas vinculadas. Mas, destruindo as relações patriarcais e pequeno-burguesas, a grande indústria mecanizada cria, por outro lado, condições que aproximam os operários industriais assalariados dos proletários rurais: em primeiro lugar, ela transfere inteiramente para o campo o modo de vida industrial e comercial articulado inicialmente nos centros não-agrícolas; em segundo lugar, propicia a mobilidade da população, criando amplos mercados de trabalho tanto para os operários industriais quanto para os agricultores e, finalmente, introduzindo máquinas na agricultura, leva até a aldeia operários industriais experimentados, cujo nível de vida é sensivelmente mais elevado.” (Lênin, 1982, p. 341).

Mas, ocorre que a expansão do capitalismo na agricultura e na indústria tem características que as diferenciam e isto é preciso ser considerado no processo de implantação e entendimento das cooperativas agrícolas. A agricultura tem especificidades

que devem ser reconhecidas na implantação das cooperativas, pois os assentados apresentam resistência a modelos de cooperação que não reconheça as suas características camponesas. Há que se reconhecer ainda que entre os camponeses não é o trabalho que está sujeito (formal e real), mas a renda da terra. A sujeição permite construir uma concepção de produção no campo que se diferencia de sujeição real e formal do trabalho dos assalariados.

Um conjunto de transformações ocorreu na base técnica da produção a partir de meados da década de 1960 com a passagem de uma agricultura dependente de condições naturais para uma agricultura cada vez mais dependente da tecnologia, caracterizando a formação de um novo padrão agrícola no País. Trata-se da passagem do “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais”. Isso significou uma intensificação da divisão do trabalho, especialização da produção e a substituição das exportações por um mercado interno como elemento importante na dinâmica produtiva da agricultura e pecuária. A produção agrícola fechada em si mesma, característica do complexo rural, sujeitou-se a uma regulação macroeconômica mais ampla, com uma inserção maior no circuito financeiro.

A modernização da agricultura implicou na integração entre indústria e agricultura, quando a forma de produzir acabou sendo imposta por instâncias de fora da unidade de produção, como por exemplo, os pacotes tecnológicos e a crescente utilização de insumos químicos, biológicos e físicos, necessários para o desenvolvimento da produção agrícola.

O processo de industrialização do campo ocorreu com o crescimento do consumo de bens intermediários na agricultura brasileira.

“É um momento de modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 - Departamento 1 - para a agricultura do país.” (Kageyama, 1987, p. 10).

Assim, a agropecuária vai deixando de ser um setor da economia (setor primário), pois as atividades agrícolas integraram-se à indústria, a ponto de resultar numa flexibilização da divisão dos setores. Em vista das soldagens, “para frente” e “para trás”, torna-se difícil estabelecer o limite que separa os dois setores da economia, representados pela indústria e agricultura.

Neste novo padrão agrícola brasileiro, o trabalho também sofreria alterações substanciais com a ampliação das relações assalariadas em substituição às relações de produção camponesa. A especialização das atividades seria uma das características dessa nova relação.

Segundo a concepção de Kageyama (1987), pode-se inferir que o complexo agroindustrial evidencia a sujeição formal do trabalho ao capital com expropriação e venda de força de trabalho ao capitalista e também a sujeição real, quando ocorre uma “apropriação” do modo de trabalhar pelo capital. Assim, o trabalhador, inclusive do campo, perde o conhecimento da totalidade do processo, passando a dominar apenas parte da elaboração de um produto.

Mészáros (1999) destaca que o capital não é apenas um modo de produção, mas um modo de controle. “O capital é acima de tudo um modo de controle, antes mesmo de ser - em um sentido superficial - controlado pelos capitalistas privados (ou mais tarde, pelos funcionários do estado do tipo soviético)”. (Mészáros, 1999, p.88). Isso revela que somente a expropriação dos meios de produção, não é o suficiente para romper com a hegemonia capitalista. É preciso, antes de tudo, romper com a natureza de controle do capital.

O trabalho coletivo capitalista tem maior capacidade de produção do que o trabalho individual. Mas, para a realização deste trabalho coletivo, exige-se uma direção e controle, exercidos pelo capital. Na fábrica, os trabalhadores despossuído dos meios de produção, ao entregar ao proprietário sua capacidade de trabalho, entregam também sua capacidade de controle, condição para extração da mais-valia.

Ocorre neste caso uma apropriação, não somente do produto do trabalho, mas do modo de trabalhar, como se pode verificar no exemplo da produção em série. O trabalhador não tem todo o conhecimento do processo de produção daquela mercadoria e conseqüentemente não poderá se tornar autônomo. Portanto, fica evidente, neste caso, a sujeição formal e real do trabalho, operacionalizada pelo controle que o capital exerce na produção.

Já na produção camponesa é o trabalho que possui o controle da produção. O controle do capital surge num outro momento, na circulação da produção. O capital não tem o controle completo do trabalho na produção, pois não é neste momento que o

trabalho está subordinado. A reação contrária dos camponeses assentados contra as CPAs, ocorre também porque ele visualiza a perda do controle do trabalho e da produção.

O capital assenta-se numa separação entre a produção material e o controle da produção. Esta separação nunca havia ocorrido até então. Mesmo no regime feudal, o servo "... permanecia, apesar de tudo, na posse de seus instrumentos de trabalho e detinha um controle substantivo, embora não formal, sobre grande parte do próprio processo de produção".(Mészáros, 1999, p.89). No modo de produção não-capitalista o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como "o caracol e sua concha".

Existe uma significativa diferença entre o controle existente no modo de produção capitalista e pré-capitalista. "No MPC – Modo de Produção Capitalista - a exploração ocorre através de um mecanismo econômico; nos modos de produção pré-capitalistas, a exploração existe através da coerção política ou ideológica". (Hindess e Hirst, 1976, p. 268).

No modo de produção pré-capitalista como o antigo, asiático, comunismo primitivo, por exemplo, o critério definidor da apropriação do trabalho excedente é essencialmente político. Um aparato político se encarregava de garantir a extração do trabalho excedente por uma classe de não-trabalhadores. As formas não-econômicas asseguram as relações de exploração.

Por outro lado, a instância predominante de apropriação do trabalho excedente no capitalismo é o mecanismo econômico que se realiza na produção e circulação da mercadoria. A produção para o mercado passa ser a referência mais geral e a mais-valia se encarrega de alimentar o sistema. O capitalismo puro é a dominação do econômico nas relações.

Entretanto, a instância econômica pura no capitalismo é uma ideologia. No processo contraditório e desigual da expansão das relações capitalistas exigem-se a presença de uma instância política, características dos modos de produção pré-capitalistas. Até mesmo a etapa superior do capitalismo estimula as formas não-econômicas de apropriação do trabalho excedente.

Na produção e circulação de mercadorias, a separação entre produtores e não-produtores assume contornos que exigem a presença de uma instância política para

reproduzir a apropriação do trabalho excedente. Como afirma Sader (1983), as relações política e econômicas se reencontram no processo de reprodução da divisão de classes.

“Como relações de produção baseadas na divisão de classes e na apropriação radical do trabalho alheio, elas já não discerniam entre um mecanismo econômico e as relações políticas; em um sistema assim constituído, a política está tão presente como as condições que reproduzem a divisão em classes. As relações econômicas e políticas reencontram-se como condição de um mesmo processo: reprodução dos pressupostos das relações de produção, fulcro da existência e subsistência do capitalismo”. (Sader, 1983, p. 51).

Sendo o capital um modo de controle do metabolismo social, conforme Mézáros (1999) se refere, o Estado desempenha papel importante, pois será ele que dará a garantia de controle das resistências, por exemplo. Entretanto, o Estado não se constitui, em si mesmo, numa estrutura de comando, pois o capital encontra-se presente em todas as esferas. Assim, toda a forma como o capital organiza suas relações, torna-se a nossa referência.

“O capital é um modo específico de controle do metabolismo social que deve ter sua estrutura de comando apropriada em todas as esferas e em todos os níveis, porque não pode tolerar absolutamente nada acima dele mesmo”. (Mézáros, 1999, p. 116).

As relações capitalistas pressupõem que o capital é trabalho social acumulado e apropriado individualmente pelos capitalistas. Para isso, ocorre uma separação radical entre os trabalhadores e os meios de produção, em que os primeiros, num contrato entre iguais, vendem a mercadoria que possuem (trabalho) em troca de salários, pagos pelos capitalistas. Os trabalhadores expropriados estão livres para venderem sua força de trabalho àqueles que necessitam desta mercadoria para desenvolver sua atividade, existindo assim uma relação entre iguais, de compra e venda.

Como as relações capitalistas de produção caracterizam-se pela divisão da sociedade em classes, sabe-se que a burguesia se reproduz acumulando capital. As mercadorias colocadas em circulação permitem a realização da mais-valia, e, conseqüentemente, o lucro. Os trabalhadores sobrevivem vendendo a mercadoria que possuem, ou seja, a força de trabalho. A mercadoria denominada força de trabalho se ergue e cobra um preço (salário) do capital, exigindo assim, a inutilização de capital, por parte do capitalista, no pagamento dessa mercadoria não produzida no processo de trabalho.

A construção da aliança entre operários e camponeses é uma condição para quebrar modo de controle do capital. O estudo geográfico de Moreira (1985) sobre o movimento operário e a questão cidade-campo, deposita atenção central na necessidade de se forjar a aliança operário-camponesa para formular o programa de uma nova sociedade. A aliança operário-camponesa representaria uma estruturação do espaço capaz de romper com a hegemonia da relação cidade-campo do bloco histórico hegemônico. Assim, a aliança operário-camponesa permitiria a quebra da hegemonia do bloco histórico, representado pelo pacto agrário/fabril/financeiro.

“Trata-se, pois, de efetuar a estrutura espacial que organize a relação cidade-campo dos dominados que seja capaz de efetivar a ruptura da estrutura espacial organizadora da relação cidade-campo dos dominantes, instituindo uma formação econômico-social sem dominantes e dominados, e, então, de instaurar a gestão operário-camponesa sobre a totalidade social”.(Moreira, 1985, p.164).

Thomaz Jr. (1997) remete esta discussão para o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria sucro-alcooleira, expressão maior da soldagem entre agricultura e indústria, destacando a necessidade de superar o fracionamento corporativo da estrutura sindical, pois o trabalho fragmentado constituiria num obstáculo à efetivação de uma ruptura. O trabalho e o capital se materializam de forma diferente. O capital, que se encontra fragmentado na circulação (disputando mercado, por exemplo) está unificado na gestão dos processos produtivos e por isso tem a hegemonia. Por outro lado, o trabalho, ao se inserir nesse processo, encontra-se subsumido e fragmentado a partir da divisão técnica, social e territorial. (Thomaz Jr., 1997, p.07).

Na produção canavieira, Thomaz Jr. (1997) destaca ainda que o ritmo de trabalho no campo, como o corte de cana, por exemplo, é resultante do controle exercido na planta fabril. É como se a esteira de uma fábrica saísse da planta fabril, e toda a atividade seria controlada por ela. O controle do processo do trabalho surge como um elemento tão importante como a realização da produção.

A agroindústria canavieira constitui-se num exemplo de unidade da agricultura/indústria e campo/cidade. A agroindústria é uma das “formas” de expansão do capitalismo no campo. A unidade representada pela agroindústria sucro-alcooleira não é uma idealização, mas é acima de tudo, a materialização da unificação indústria/agricultura e de campo/cidade. Mas, esta unidade não se estende a todos os

ramos e atividades agrícolas, revelando que esta unificação não está presente em todas as atividades produtivas no campo, pois existem diferentes formas de acumulação. A acumulação não ocorre somente com a exploração e subordinação do trabalho (real e forma), mas também pela subordinação da renda da terra.

A referência feita a autores como Moreira (1985); Kageyama (1987); Thomaz Jr (1997) e Mészáros (1996, 1999) é importante para apresentar a concepção de expansão de capitalismo no campo caracterizada pela subordinação real e formal do trabalho, ou seja, a afirmação do capitalismo no campo pela composição orgânica do capital se manifestando na agroindustrialização, tecnologias, agribusiness, etc.

A partir do entendimento de sujeição da renda da terra ao capital, elaborado por Martins (1990) e da territorialização desigual das relações capitalistas analisadas por Oliveira (1981), evidenciam-se outras características que devem ser reconhecidas nos estudos sobre a expansão do capitalismo no campo brasileiro.

É importante destacar aqui que os segmentos dominados estão subordinados ao capital de forma distinta, pois enquanto para os operários, o que está subordinado é o trabalho, para os camponeses, o que está subordinado é a renda da terra. Existem especificidades na relação campo/cidade que denotam uma articulação/unificação desigual e combinada, no qual destaca-se a importância do entendimento da renda da terra. A terra, por não ser produzida no processo de trabalho não é capital e, portanto se constitui num elemento diferenciador na expansão do capitalismo na agricultura e indústria.

Observa-se que existem diferentes formas de apropriação de mercadoria produzidas e não produzidas pelo processo do trabalho. O capitalista acumula apropriando-se da mais-valia. Já o proprietário de terra acumula capital transformando a renda da terra em renda capitalizada, ou seja, o acúmulo não é proveniente do lucro e espoliação dos trabalhadores, mas do fato de possuir terra.

A apropriação da terra como equivalente de mercadoria no modo de produção capitalista é diferente da apropriação de outros meios de produção, pois esta não é produzida pelo processo do trabalho. Para apropriar-se da terra, assim, como para apropriar-se da mercadoria denominada força de trabalho, é necessário o pagamento de

um preço pelo direito de sua utilização e exploração. Essa licença paga pelo direito de utilizar a terra é a renda da terra.

A terra não é um meio de produção elaborado pelo trabalho assalariado ou qualquer outro tipo de trabalho, como ocorre com os outros meios de produção. Assim, a terra não tem valor, pois não é materialização do trabalho assalariado.

Entretanto, da mesma forma que o capital cria as condições para apropriar-se do trabalho, pagando o salário, também o faz com a terra:

“Assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador”. (Martins, 1990, p.160).

A terra se ergue frente ao capital e aparece como um obstáculo que o impede de dominar e subordinar a agricultura. A cobrança desse preço, que é uma parte imobilizada do capital, é condição necessária para transformar a terra em mercadoria. Isso não significa que o proprietário da terra esteja fora do capitalismo ou que a terra se constitua como um empecilho para a expansão do capitalismo no campo.

“A tendência é o capital dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo”.(Martins, 1990, p.160).

No campo, a acumulação e territorialização do capital não ocorrem exclusivamente através da produção, pois os proprietários de terra nem sempre estão interessados em produzir naquela terra. Eles estão interessados mais no direito de assenhorear-se da mais-valia produzida socialmente e que será repassada a eles em forma de renda absoluta da terra. Daí a necessidade de apropriação de uma parcela cada vez maior de terra (concentração), para que seja aumentada a capacidade de extrair mais-valia social.

Portanto, a renda da terra, que mais tarde (quando a terra for vendida, por exemplo) torna-se capital nas mãos do capitalista, não passa pelo processo da produção e trabalho. Verifica-se que a acumulação capitalista ocorre fora dos circuitos de produção. Neste caso, o trabalho naquela determinada terra não está em “jogo”. Está em jogo só num segundo momento, pois renda é mais-valia social proveniente do trabalho. Assim, não se trata de sujeição do trabalho propriamente dito, mas sujeição da renda da terra.

O que ocorre com o campesinato, e conseqüentemente com as atividades desenvolvidas pelos assentados quando trabalham na terra, não é sujeição formal e real, como na indústria, mas sujeição da renda da terra, que se realiza na circulação dos produtos agrícolas, ou através do pagamento de juros por estes agricultores.

“Uma análise centrada unicamente na sujeição do trabalho ao capital ainda está fortemente comprometida com a concepção de que o capitalismo no campo é estritamente dominação do trabalho pelo capital.” (Martins, 1990, p.174).

Mesmo entre os camponeses “integrados”, a sujeição apresenta características peculiares, pois ele continua na posse do principal meio de produção (terra). Isso permite a ele autonomia para se retirar do processo e romper a subordinação ao capital.

Observa-se uma diferença na forma de acumulação da cidade e do campo e, por isso, não podem ser entendidas como iguais.

“É importante salientar que o processo de expansão do capitalismo monopolista no Brasil tem sido feito não só pela sujeição da agricultura à indústria através da transformação desta em consumidora de produtos industriais, mas também através do tributo que os rentistas cobram à agricultura (renda da terra).” (Oliveira, 1981, p.17).

A diluição da “fronteira” entre agricultura/indústria, campo/cidade não é um fato consumado, visto que a renda da terra constitui-se numa forma de acumulação capitalista característica do campo e não explicada pela racionalidade da produção, mas da não-produção, pois a classe latifundiária, inserida nas relações capitalistas, acumula capital através de outros mecanismos que não se limitam à racionalidade dos mercados capitalistas.

“Sem dúvida alguma a agroindústria açucareira, particularmente a paulista, representa hoje o exemplo mais significativo do processo de monopólio na produção com conseqüente subordinação da circulação aos desígnios da produção. Repete-se, neste caso, o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, onde a circulação está completamente submetida à produção...” (Oliveira, 1981, p.20).

A agroindústria unifica a subordinação, sujeitando o trabalho/produção e a renda da terra, mas pode unificar a resistência (operária e camponesa) como destacou Thomaz Jr. (1997). Entretanto, a unidade entre agricultura e indústria verificada na produção canieira, por exemplo, não se apresenta de maneira homogênea e uniforme. Os

camponeses quando trabalham na terra estão desenvolvendo atividades agrárias (campo) e não industriais/urbanas (cidade).

O ritmo e o controle, no caso dos camponeses, onde se incluem os assentados, não é “determinado” pelo trabalho e produção, como ocorre com os trabalhadores assalariados da agroindústria canavieira. As relações de produção apresentam-se diferenciadas entre o campo e a cidade, pois no caso do campesinato, a indústria estende seus tentáculos de outra forma, subordinando da renda da terra.

“O que assistimos é a ação do capital em todas as direções, onde ele não pode extrair juntos lucro e renda, ele assegura o direito de extrair renda. Dessa forma, a expansão do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital. Especulando com a terra, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital dá o primeiro passo (condição necessária para a sujeição da renda da terra) para em seguida sujeitar o trabalho que se dá na terra.” (Oliveira, 1981, p.58).

Os capitalistas unificaram as relações de produção em torno das agroindústrias para garantir a subordinação do trabalho e da renda da terra como condição necessária para a reprodução de uma sociedade dividida em classes. Entretanto, em muitos casos, os capitalistas têm garantido o seu domínio sem necessariamente passar por esta unificação, ou seja, através da monopolização do território.

Portanto, verifica-se que a apropriação capitalista possui contornos diferenciados no seu processo de expansão tanto no campo e na cidade, como na indústria e na agricultura. Embora a agricultura seja comandada pelas relações capitalista de produção que tem na indústria sua força de propulsão, não é possível fazer a transferência mecânica das relações produzidas no interior da fábrica para o campo e para a agricultura. O reconhecimento desta diferenças é importante para compreender e implementar a proposta de cooperativas do MST.

CAPÍTULO - III

III - A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS DO CENTRO-OESTE/PR: O CASO DA COAGRI

“Quando penso na elaboração de um projeto alternativo, penso que ele é elaborado em múltiplas dimensões: na dimensão teórico-conceitual, na dimensão da experiência prática, na dimensão da luta política, na dimensão da organização partidária, da organização sindical, organização associativa”.
(Carlos Vainer).

Introdução

Os assentamentos podem se constituir num campo fértil para o surgimento de variadas atividades coletivas e comunitárias, materializadas principalmente nas cooperativas, grupos coletivos, associações, ajuda mútua, núcleos de produção, etc. Estas ações são mediadas, muitas vezes, pelos laços familiares, de solidariedade e, sobretudo, pela identidade política, construída no processo de luta pela terra.

As cooperativas têm se constituído num dos principais instrumentos de desenvolvimento de ações coletivas. Segundo Thomaz Jr e Ribas (2000), o cooperativismo pauta-se numa tática pela qual o MST materializa seu projeto de gestão territorial nos assentamentos com um ordenamento específico expresso nos lugares e formam redes de contrapoderes³⁷.

O MST entende que há necessidade de organização de cooperativas nos assentamentos para o desenvolvimento das forças produtivas incluir os assentados ao mundo da mercadoria. Esta inclusão não se encerra nela mesma, mas cria condições para inverter o ordenamento social regido pelo capital.

As cooperativas surgem no processo de especialização e territorialização dos assentamentos rurais e ocorrem de forma desigual no espaço. Um conjunto de fatores, dos quais se destaca, número de assentamentos e assentados de um determinado município ou

³⁷ Thomaz Jr e Ribas (2000) referem-se ao conceito de contrapoderes para referir-se à gestão territorial dos assentamentos a partir das ações de cooperativas do MST. O conceito elaborado por Bhir (1998), expressa uma dimensão da organização dos trabalhadores na superação das relações hegemônicas pelo capital. A construção de uma rede de “projetos alternativos” como as cooperativas, por exemplo, formaria uma rede de contrapoderes para a superação das relações sociais ordenadas pelo capital.

região³⁸, capacidade de mobilização e luta, possibilidade de desenvolvimento econômico, contribuem para a desigual distribuição de cooperativas no espaço paranaense.

O mapa a seguir (mapa 01) indica o número de assentamentos realizados nos municípios e as principais regiões de concentração de assentamentos do Estado do Paraná.

No Paraná, existem importantes cooperativas de reforma agrária, tanto aquelas cooperativas de produção agropecuária como as cooperativas de crédito, comercialização, prestação de serviços, etc. A tabela (tabela 01) e o mapa a seguir (mapa 02) permitem verificar a localização das cooperativas dos assentamentos no Estado do Paraná.

Tabela – 1 COOPERATIVAS DOS ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO PARANÁ*			
MUNICÍPIO	NOME	FORMA	FAMÍLIAS
Querência do Norte	Coana	CPS	33
Laranjeiras do Sul	Coagri	CPS	3.000
Lindoeste	Coara	CPS	90
Castro	Cotramic	CPS	66
Honório Serpa	Coofagre	CPS	222
Londrina	Coopran	CPS	52
Paranacity	Copavi	CPA	37
Querência do Norte	Copaco	CPA	31
Pitanga	Cooproserp	CPA	20
Cantagalo	Coopcal	CPA	26
Pitanga	Coproag	CPA	20
Nova Laranjeiras	Credtar	CRED	1.833
Santa Maria d'Oeste	CCA/PR	CCA/filial	-
Lindoeste	CCA/PR	CCA/filial	-

Fonte: MST/Concrab, 2002

* Não consta na relação do MST/Concrab a Coopatel (Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Liberdade Ltda) no assentamento Maria Inês Ribas em Guarapuava.

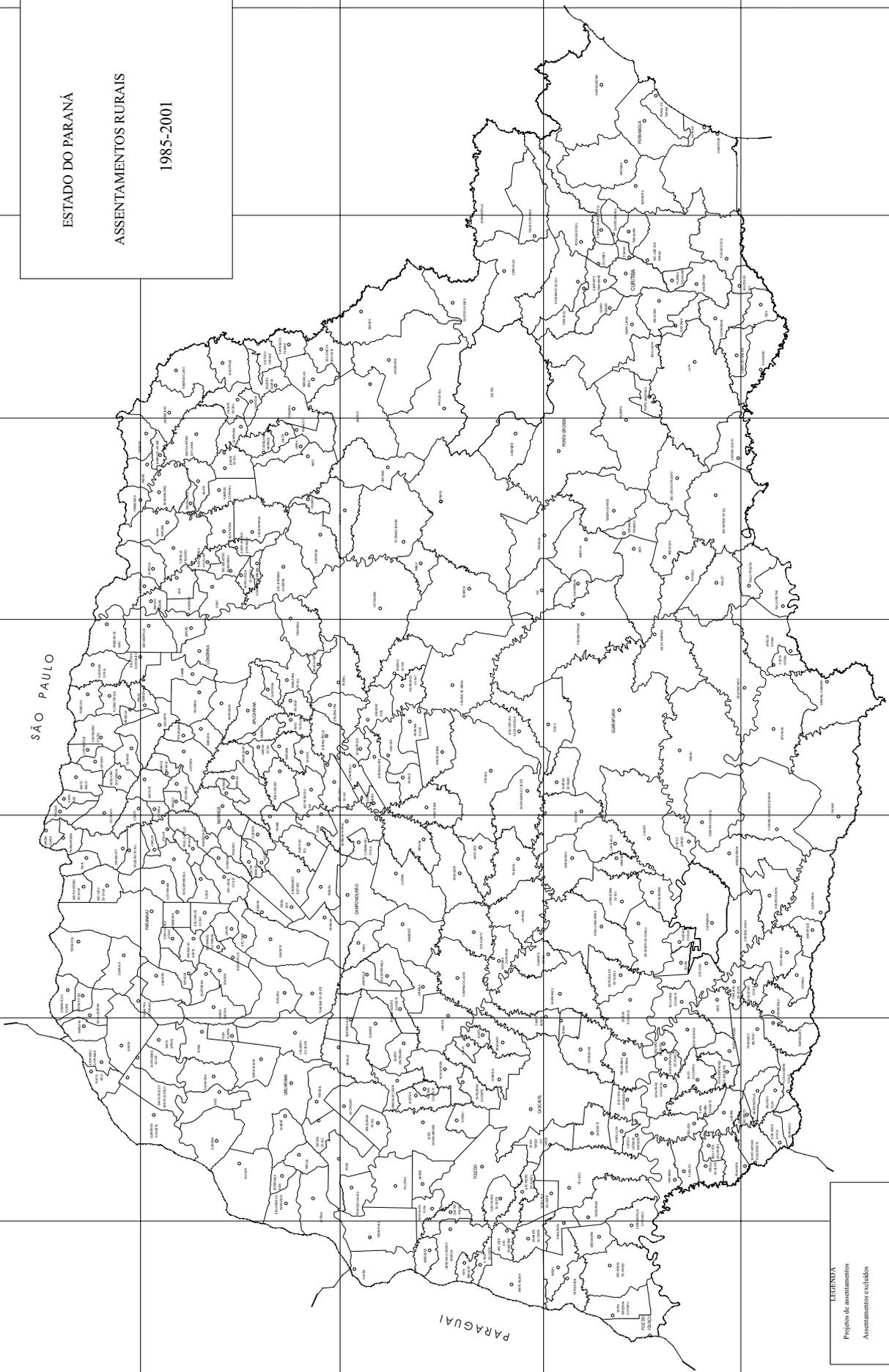
A organização de cooperativas implica na idéia de prioridade à organização da produção e das questões de ordem econômica nos assentamentos. Entretanto, como foi visto no capítulo anterior, a dimensão econômica não é única das cooperativas ligadas ao MST. Aliás, as cooperativas vinculadas ao MST se destacam mais pela eficiência política e de organização dos assentados do que da viabilização da produção, propriamente dita.

³⁸ Algumas regiões do Estado do Paraná apresentam um grande número de assentamentos. Existem no Estado do Paraná 272 assentamentos, onde estão assentadas 14.683 famílias em uma área 313.929,1 há, conforme dados do Incra-PR (31/01/2002). Foram considerados os assentamentos realizados pelo Incra, Estado do Paraná e projetos de colonização resultante de lutas de trabalhadores sem-terra. Os assentamentos realizados com recursos do Banco da Terra não foram considerados.

MAPA-01

SÃO PAULO

ESTADO DO PARANÁ
ASSENTAMENTOS RURAIS
1985-2001



LEGENDA

- Projeto de assentamentos
- Assentamentos existentes

Org. Auto. E. Federal
Fonte: IBGE/PR
Base Cartográfica - IBGE

PARAGUAI

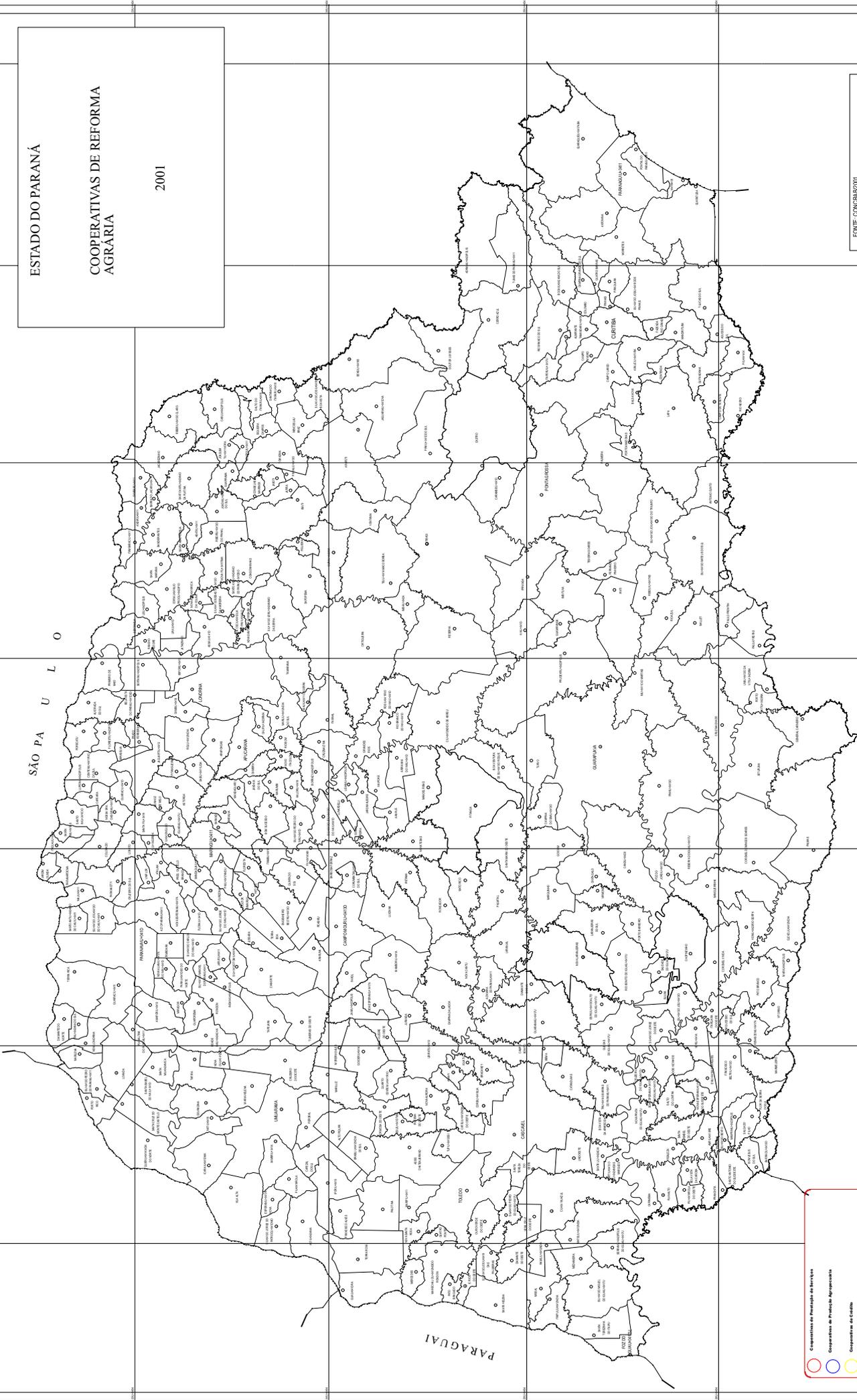
SÃO PAULO

ESTADO DO PARANÁ

COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA

2001

FONTE: CONCABRATI
DAFOP/PRM/RS
BASE
CARTOGRAFICA: EGE



1:1.000.000

○ Cooperativas em Processo de Serviço
○ Cooperativas de Produção Agropecuária
○ Cooperativas de Crédito
○ FPM e CCARV
○ CTR e CTR (Imposto)

A discussão sobre a necessidade de organização de uma cooperativa de reforma agrária na região Centro-Oeste do Paraná (microrregião dos Campos de Guarapuava, segundo IBGE) vinha sendo feita desde meados da década de 1980, quando surgiram os primeiros assentamentos na região. Foi nesta região que surgiram os primeiros assentamentos de sem-terra no Estado do Paraná. As discussões travadas em torno da organização dos assentamentos desembocaram na fundação de uma cooperativa com características regionais em 21/10/1993, denominada, Coagri (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda).

A partir da organização da Coagri ocorreu um conjunto de redefinições territoriais nos assentamentos da região, tais como: ampliação dos cultivos, fortalecimento da luta, maior intervenção política dos sem-terra, criação de uma rede comercial de grãos, principalmente. É importante destacar que as redefinições territoriais com a realização dos assentamentos e a criação e atuação da Coagri se fazem somadas a outras condições criadas anteriormente aos assentamentos no processo de ocupação e colonização do Centro-Oeste/PR como, por exemplo, a existência de pequenos agricultores.

A formação da Coagri está inserida na idéia de intensificação da cooperação nos assentamentos, se constituindo como uma CPS (Cooperativa de Prestação de Serviços) regional, conforme definição da Concrab em seu caderno de formação número 05 (Concrab, 1998). As dificuldades constatadas na implantação das CPAs, sustentada na coletivização, fizeram com que as CPSs surgissem como alternativa de cooperação nos assentamentos.

O surgimento da Coagri não está descontextualizado da realidade da região Centro-Oeste do Paraná e sua história começa com o surgimento dos primeiros assentamentos, localizados basicamente nos municípios de Nova Laranjeiras e Cantagalo/Cavaco³⁹. As primeiras lutas e assentamentos surgiram em 1985 com as ações de trabalhadores sem-terra provenientes do Sudoeste do Paraná, onde já haviam feito várias ocupações e sofrido despejo.

³⁹ O município de Cantagalo possui um distrito conhecido como Cavaco, localidade onde se concentra um grande número de assentamentos. Em vista da presença deste grande número de assentamentos, o distrito polariza uma grande área, que ultrapassa inclusive os limites do município de Cantagalo e que é denominada popularmente como “região do Cavaco”.

3. 1 – Ocupação das terras da região Centro-Oeste paranaense

O surgimento de conflitos e ocupações de terra, os assentamentos de sem-terra e as cooperativas neles existentes estão relacionados ao contexto de apropriação e colonização da região Centro-Oeste paranaense.

A região é marcada pela existência de áreas campestres e topografia plana ao Leste e área de topografia ondulada e fortemente ondulada e presença de formações florestais, ao Oeste. Enquanto no Leste a pecuária foi à atividade econômica que predominou até a década de 1960, no Oeste, foi a exploração madeireira e cultura de lavouras.

A criação do gado bovino em terras de vegetação campestre marcou o avanço da “frente pioneira”, sendo utilizadas como pastagem natural no caminho das tropas que partiam das regiões de criação no Rio Grande do Sul em direção ao mercado de Sorocaba na primeira metade do século XIX.

A pecuária, somada à exploração da erva-mate e de uma agricultura camponesa desenvolvida por uma parcela da população marcou a incorporação da região ao contexto econômico nacional. Os capitais acumulados com o comércio, transporte e internada do gado permitiram o estabelecimento de firmas comerciais como foi o caso da Sá-Virmond & Cia, em 1860, entre outras. (Abreu, 1981, p.129).

O enriquecimento dos fazendeiros levou às disputas pelo controle político regional e desdobrou em conflitos pela posse da terra. As disputas pelo controle político (que passava pelo controle da terra), a falta de comunicação e isolamento da região contribuiu para a formação de uma cultura de violência que persistiu até tempos recentes.⁴⁰

A crise da pecuária no final do século XIX e início do século XX levou a transformações da dinâmica geográfica regional. A presença de extensas florestas araucárias e erva-mate impulsionaram a ampliação da “frente” para Oeste com a exploração madeireira e ervateira. Neste contexto, ocorreu a apropriação de grandes áreas de terra formando, conseqüentemente, grandes latifúndios. Paralelamente às atividades madeiras e ervateiras, ampliava-se uma agricultura camponesa à margem da atividade principal, desenvolvida por pequenos agricultores em área de florestas e topografia

⁴⁰ Foram várias as declarações de assentados demonstrando o estranhamento ao chegar à região, com o porte público de armas de fogo por uma parcela da população local. Por outro lado, o uso de armas fazia parte do cotidiano dos “pioneiros” como uma ferramenta qualquer para garantir a sobrevivência das pessoas.

ondulada, sendo parte deles descendente de imigrantes estrangeiros. A crise da atividade pecuária também estimulou a subdivisão de fazendas em áreas menores.

Na foto a seguir (foto 01) verifica-se a topografia ondulada e as formações florestais que caracterizam a parcela ocupada e apropriada por pequenos agricultores que desenvolveram culturas agrícolas no processo de colonização da região.



Foto 1 – Áreas de Topografia Ondulada e Florestais - 2002

A exploração da erva-mate e do pinheiro (araucária) contribuiu para a ampliação das vias de comunicação com a construção de estradas ferroviárias e rodoviárias. A construção da BR 277 ligando o Porto de Paranaguá ao extremo Oeste (Foz do Iguaçu) foi uma consequência destas atividades.

Resultante da intensificação das relações capitalistas e subsídios governamentais, as áreas de topografia plana não utilizadas anteriormente para a agricultura, sofreram profundas mudanças com a introdução da mecanização principalmente, na denominada “modernização conservadora” a partir da década de 1960. Evidentemente, a mecanização foi parcial e setORIZADA, predominando ainda enormes extensões de terras não utilizadas para as lavouras.

As áreas onde predominam as florestas e topografia ondulada não passaram por estas alterações, e até os dias atuais, parte das terras são destinadas à exploração madeireira (reflorestamento) pelos proprietários da terra.

Mesmo tratando-se de uma região que não favorece o desenvolvimento da agricultura, houve a expansão, simultaneamente à pecuária e o comércio, de pequenos estabelecimentos com o desenvolvimento da agricultura camponesa.⁴¹ Uma importante atividade desenvolvida pelos pequenos agricultores nas áreas de florestas foi a suinocultura, se constituindo numa das atividades econômicas mais importantes até meados do século XX.

Assim, paralelamente aos grandes latifúndios, surgiram as pequenas propriedades em áreas marginais, onde se desenvolvem ainda nos dias atuais cultivos de cereais, principalmente de milho, soja e feijão. As regiões do Cavaco, Pinhalzinho, Jacutinga, Rio do Cobre, por exemplo, nos municípios⁴² de Cantagalo, Goioxim, Campina do Simão e Marquinho são consideradas pelos assentados, ainda, as mais atrasadas, principalmente do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico. Os pequenos agricultores instalados nestas regiões estavam praticamente deslocados dos centros de comércio e consumo com uma produção agrícola mais voltada para o autoconsumo e extrativismo de madeira.

É neste contexto de exploração econômica, apropriação da terra e desenvolvimento social que surgiram as primeiras ocupações de terras e assentamentos na região Centro-Oeste em meados da década de 1980.

3. 2 - Os assentamentos de sem-terras no Centro-Oeste/PR e a formação da Coagri

As ocupações e assentamentos realizados na região no período de 1985 a 1990 são classificados pela direção da Coagri/MST como marginais. São marginais porque não apresenta possibilidade de desenvolvimento social, político e, sobretudo econômico, conforme pode se verificar na declaração de um dos diretores na época, da unidade de Nova Laranjeiras da Coagri.

“Então tem o processo de 1985 para frente. Têm na região em termo da característica dos assentamentos; assentamentos marginais. Assentamento onde você pega aquelas áreas impróprias e que tem alto custo de

⁴¹ É praticamente unânime entre os assentados a idéia de que antes da chegada dos sem-terra, a região era atrasada, e a partir dos assentamentos, passou por grandes mudanças econômicas, políticas e sociais. É importante destacar que as ocupações de terra e o assentamento de sem-terras foram realizados por trabalhadores provenientes de regiões “modernas”, como Oeste e Sudoeste do Paraná.

⁴² Dos municípios de Guarapuava e Cantagalo foram criados outros municípios, sobretudo pela presença de assentamentos na região. Este é o caso dos municípios de Marquinho, Goioxim e Campina do Simão.

investimento para tu deixar uma terra assim... capaz de produzir para gerar renda. A realidade de Cantagalo, não adianta tu desenvolver forças produtivas lá e mesmo assim tem o fator de competição que é a distância. Está fora do centro. O Pinhalzinho por exemplo, está fora do eixo. Mesmo que se desenvolva todo o processo produtivo, ainda assim, a capacidade de competir é baixa. Então esta foi a característica das ocupações de terra nesta região.” (Diretor da Unidade da Coagri de Nova Laranjeiras – Custódio, 2001).

O mapa a seguir (mapa 03) indica o número e os municípios onde foram realizados assentamentos de sem-terra no Centro-Oeste do Paraná bem como aqueles assentamentos que a Coagri organizou núcleos de produção.

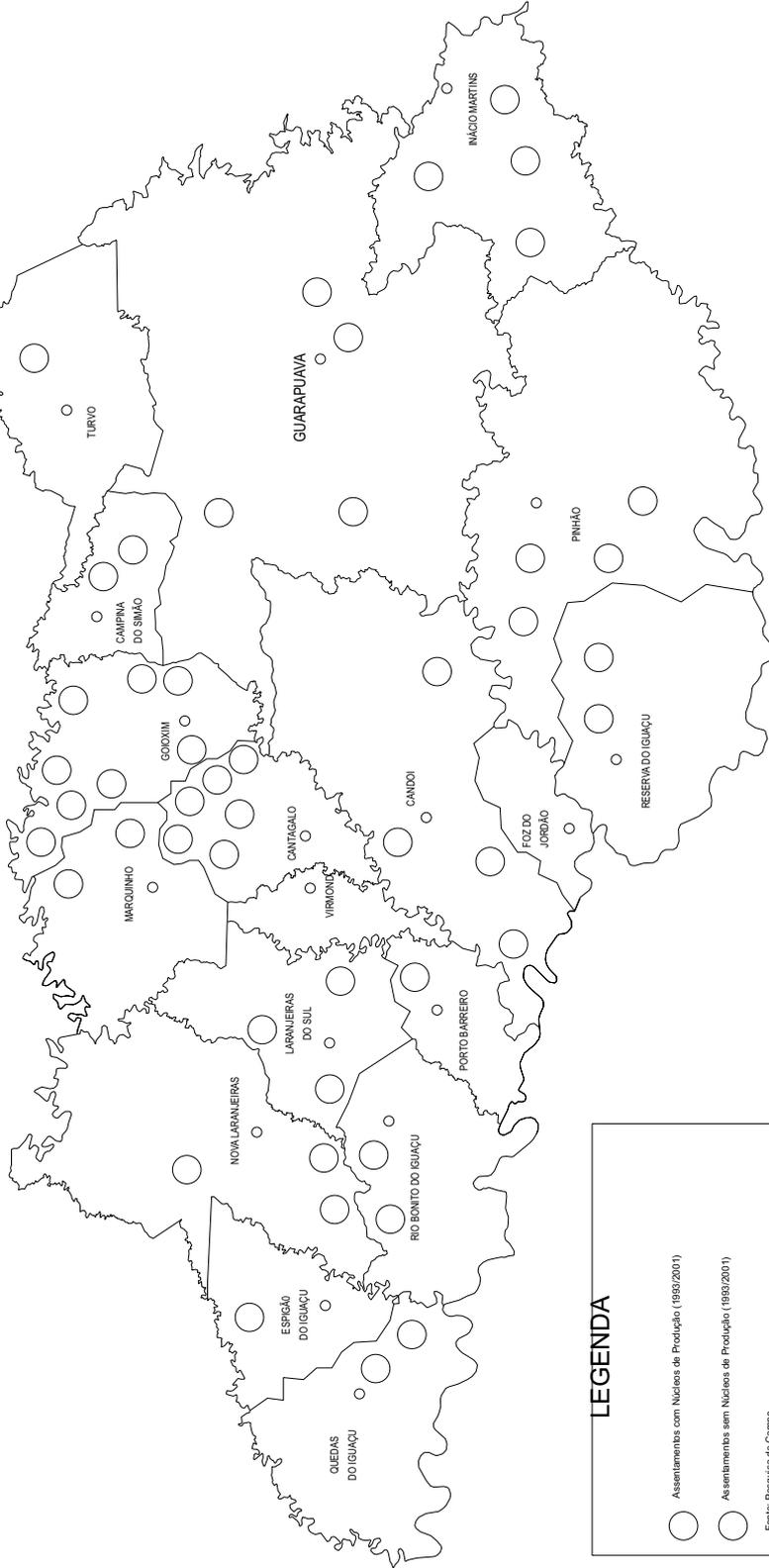
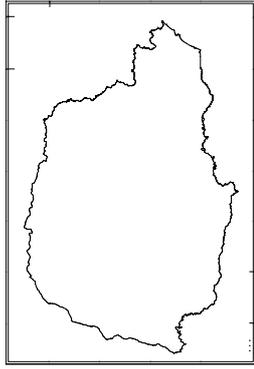
Os assentamentos aí realizados não implicaram em grandes mudanças, sobretudo mudanças econômicas, devido às enormes distâncias de centros consumidores e urbanos; pequenos grupos de famílias assentadas; condições naturais (topografia fortemente ondulada e deficiência de fertilidade do solo) desfavoráveis; etc. Entretanto, verifica-se aí um descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e a capacidade de organização e luta dos assentados, pois a ausência de crescimento econômico não se traduziu na ausência de mudanças políticas. No município de Cantagalo, por exemplo, está sediada a Secretaria Regional do MST, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), e atualmente a administração da Coagri.

As pressões do governo federal no início da década de 1990 (governo Collor), colocaram muitos obstáculos para o desenvolvimento de ações massivas, levando o MST na região, e também de modo geral, a voltar-se para dentro, com propósito de melhorar a organização interna, inclusive organizar a produção. Até 1990, a orientação era no sentido de organizar os assentamento e desenvolvimento de trabalhos associativos através de pequenos grupos inspirados nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ou grandes associações com objetivo de prestação de serviços. Esta última era uma cooperação espontânea e sem direcionamento político planejado.

Depois de 1990, o MST vai estimular a formação de cooperativas para garantir o desenvolvimento social, político e econômico dos assentamentos. As discussões e reflexões sobre a construção de cooperativas estão inseridas no contexto geral do MST, marcado pela necessidade de organização da produção sintetizada no lema Ocupar, Resistir e Produzir. Era preciso de uma forma de produção que pudesse garantir a sobrevivência do assentado e reprodução da luta.

ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA

CENTRO-OESTE DO PARANÁ



LEGENDA

- Assentamentos com Núcleos de Produção (1999/2001)
- Assentamentos sem Núcleos de Produção (1999/2001)

Fonte: Pesquisa de Campo
 por João E. Fabiani
 Cartografia: IBGE



53%
52%
51%
25%
26%

O desafio colocado aos sem-terra assentado era da construção de uma cooperativa que não fosse apenas para comercializar a produção dos assentamentos, até porque comercialização, qualquer cooperativa faria. A questão estava colocada da seguinte forma: construir que tipo de cooperativa?

O entendimento foi de que a cooperativa além de comercializar a produção, deveria contribuir na organização das famílias assentadas, visando fortalecer as lutas políticas e aquelas ligadas à produção nos assentamentos da região. Resultante dos debates, foi estimulado a formação de núcleos de produção nos assentamentos e a formação de uma cooperativa regional capaz de imprimir direção e organização de base nos assentamentos.

As CPAs, forma de cooperativa que o MST considera superior, não teve boa recepção e não se generalizou na região. Apenas 02 assentamentos aderiram, sendo que um recentemente, este tipo de organização e formaram duas cooperativas: a Coopcal (Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa Ltda) e a Coopatel (Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Liberdade Ltda).

As dificuldades colocadas pelos condicionantes naturais, distância de mercado consumidor, discriminação sofrida pelos sem-terra assentados na comercialização dos produtos, presença de atravessadores e a própria resistência as CPAs, levaram os assentados a discutir sobre a organização e formação de uma cooperativa que pudesse comercializar a produção. A realização de seminários e discussões nos anos de 1991/92 acompanhadas pela CCA-PR e ACT (Ong Belga-Associação e Cooperação Técnica) foi uma das atividades precursoras da fundação da Coagri. Portanto, havia a necessidade de criação de uma estrutura própria de comercialização da produção dos assentados, o que se desdobraria em outras atividades nos assentamentos.

A resistência dos assentados e as iniciativas frustradas de desenvolvimento de trabalho coletivo por meio de CPA levaram à formação de grupos e núcleos de produção de base familiar sem a coletivização dos meios de produção. Mas, a resistência dos assentados as CPAs e a coletivização dos meios de produção, não significa que os assentados são contrários a todas as ações coletivas na organização da produção. Naquele momento, bem como nos dias atuais, os assentados indicam que são contrários a determinadas formas de produção coletiva como é o caso da CPA. Entretanto, não

resistem à participação nos núcleos de produção e de grupos de assentados, remanescentes dos acampamentos.

Conforme definido em seu estatuto de fundação, a cooperativa deveria ser organizada em forma de núcleos de produção, composto por agricultores com até 30 alqueires de terra e um mínimo de 15 associados.

“Art. 3 – Poderá ingressar na cooperativa, salvo havendo impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa pequeno (a) produtor(a) com área de terra de até 30 alqueires e que esteja vinculada a um grupo de assentados organizados, cadastrados na cooperativa e denominado de núcleo de produção, e também pessoa jurídica que caracterizem como um núcleo de produção e que se dedique à atividade agrícola, pecuária ou extrativa, por conta própria, em imóvel de sua propriedade, ou em outro imóvel cuja produção seja legítima dentro da área de ação da cooperativa. Parágrafo. 4 – cada Núcleo de produção deverá possuir pelo menos 15 (quinze) associados da Cooperativa, salvo nos casos de comprovada impossibilidade e após aprovação do conselho de administração, desde que o número de associados não seja 06 (seis)”. (Estatuto da Coagri, 1993, p 02)”.

A Coagri esteve sediada até 1997 no município de Cantagalo, quando foi transferida para Laranjeiras do Sul por causa de um conjunto de fatores dos quais se destacam, facilidades de acesso aos serviços necessários para expansão da cooperativa, pois a cidade se constitui num pólo regional; mudanças nas linhas de produção com o estímulo a formação de uma bacia leiteira na região de Laranjeiras; proximidade de agências bancárias da sede da cooperativa e principalmente pela formação de um grande espaço de lutas representado pela ocupação da fazenda pertencente ao grupo Giacomet e o assentamento Ireno Alves dos Santos.

Inicialmente, foram formados um Conselho de Administração com 01 delegado eleito em cada núcleo de produção e uma Diretoria composta por 06 membros com um mandato de três anos. Após mudanças estatutárias no ano 2000, a Coagri passou a ser dirigida por um colegiado de 11 diretores representando as 05 unidades existentes. Em cada unidade passou a existir um Conselho Administrativo formado por 05 a 07 membros. As instâncias se constituem em Diretoria, Conselho Administrativo e Núcleos de Produção⁴³. Num segundo nível, a Coagri está filiada a uma Central de Cooperativas

⁴³ Por causa da crise da Coagri, as instalações das unidades foram arrendadas para empresários do comércio de produtos agrícolas. Parte dos diretores da Coagri foram transferidos para Cantagalo, sede da secretaria regional do Movimento.

de Assentados do Estado (CCA-PR) e em terceiro nível, vinculada á Concrab. Portanto, a Coagri se constitui como um setor, ou seja, uma dimensão de atuação do MST nos assentamentos. Praticamente, todas as ações desenvolvidas pelo MST na região estavam vinculadas a Coagri.

Somente poderia se associar a Coagri aquele assentado que pertencesse a um núcleo de produção. A cooperativa iniciou as atividades com um número de 22 núcleos e chegou a 156 em 2000⁴⁴. Dois diretores da Coagri ficaram responsáveis pela formação e acompanhamento dos núcleos através de reuniões, principalmente, nos assentamentos.

A partir da formação e ampliação dos núcleos, foi formado um Conselho de Núcleos em cada Assentamento. Isto ocorria porque no assentamento poderia haver mais de um núcleo.⁴⁵ Segundo informações dos coordenadores e diretores da Coagri, o Conselho procurava estabelecer uma discussão que ultrapassava os limites da produção, inclusive fazendo discussão de estratégias de luta política e econômica como uma forma de fortalecer e consolidar a organização do MST nos assentamentos da região.

A Coagri iniciou suas atividades sediadas na própria secretaria do MST em Cantagalo, pois não havia nem mesmo sede. A cooperativa foi formada por duas áreas de atuação: Cantagalo/Cavaco e Nova Laranjeiras, de acordo com a organização, concentração de assentados e maior tradição de lutas. O mapa a seguir (mapa 04) indica as duas áreas que marcaram a atuação da Coagri no seu início.

A idéia inicial era de fundar 02 cooperativas, sendo uma em cada área de concentração de assentamentos. Como a região poderia se constituir num importante centro de lutas, o entendimento foi de que a formação de 02 cooperativas poderia implicar numa fragmentação, pois a divisão territorial em dois pólos (N. Laranjeiras e Cantagalo/Cavaco) poderia ocorrer possíveis disputas internas nos encaminhamentos das lutas.

⁴⁴ Uma parte dos núcleos e grupos de assentados ainda continua desenvolvendo alguma atividade no assentamento mesmo sem a presença e participação da Coagri, que não desenvolveu mais, a partir de meados de 2001, atividades de comercialização da produção dos assentados. Os grupos de assentados, por exemplo, tem sua existência independentemente da organização direta da Coagri.

⁴⁵ No assentamento Terceira Conquista da União (Xagu), no município de Nova Laranjeiras, por exemplo, existiam 10 núcleos de produção.

5310454

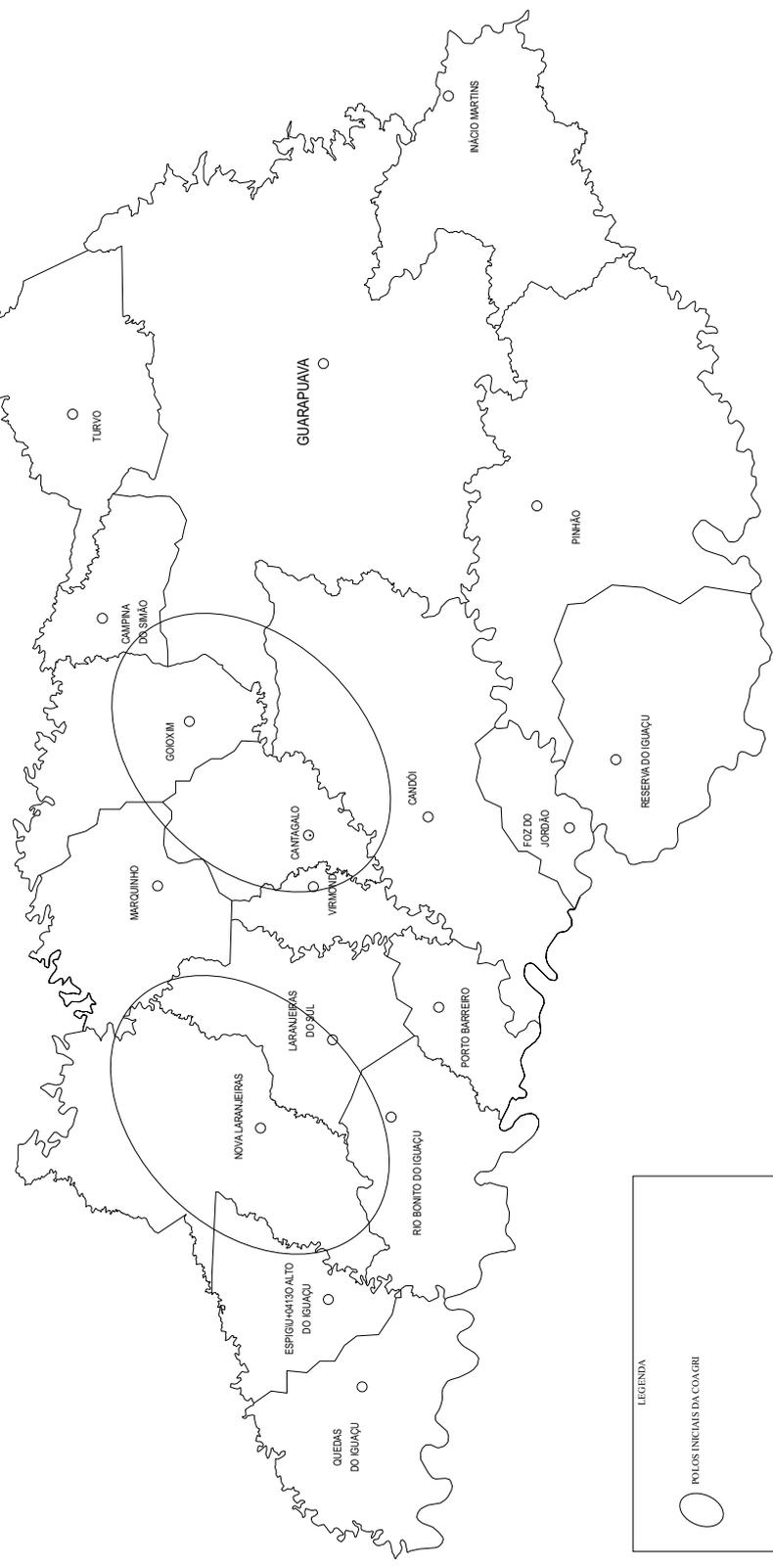
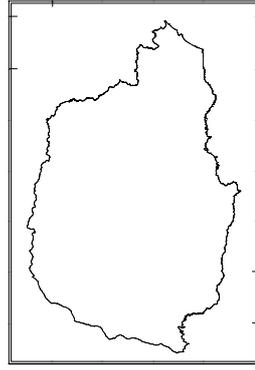
5310452

5310450

MAPA - 04

POLOS INICIAIS DE ATUAÇÃO DA COAGRI

CENTRO-OESTE DO PARANÁ



LEGENDA

○ POLOS INICIAIS DA COAGRI

FONTE: PESQUISA DE CAMPO
ORG. JOÃO E FABRINI
BASE CARTOGRAFICA - IBGE



2510454

2510454

2610454

2610454

5310453

5310451

5310449

A ACT (Ong Belga), com quem a Coagri estabeleceu parceria, contribuiu na elaboração de projetos de alocação de recursos para dar início à construção da unidade de Nova Laranjeiras. Dois membros desta Ong na região, bem como em outras cooperativas, como foi o caso da Coara na região Oeste, acompanhavam e supervisionavam os investimentos feitos pela Coagri com recursos provenientes da ACT.

Os recursos alocados pela cooperativa, tanto aqueles recursos financeiros conseguidos junto a entidades, como aqueles provenientes de financiamentos do antigo Procerca (Programa de Crédito Especial Para Reforma Agrária) foi direcionado, neste período, para a criação de uma infra-estrutura (armazenagem e transportes) de produção de grãos⁴⁶.

Os diretores da Coagri, reconhecendo o potencial produtivo de grãos e a base já existente nos assentamentos voltada para as culturas de milho e feijão, principalmente, passaram a estimular a ampliação destas culturas. Além da armazenagem e transporte, foi criada infra-estrutura para o cultivo de soja, milho e feijão, como implementação de assistência técnica, investimentos, projetos de custeio e gestão administrativa.⁴⁷

A aquisição de caminhões pesados, adequados para transporte em terrenos com fortes declives e às péssimas condições das estradas nos assentamentos era prioritária para o escoamento da produção de grãos. Os benefícios iniciais trazidos pela solução no transporte, foi de grande importância aos assentados, o que refletiu na credibilidade e aceitação da Coagri nos assentamentos e na comunidade em geral. Conforme entrevista feita com um dos diretores da Coagri, pode-se verificar as dificuldades no transporte, o que comprometia o comércio da produção dos assentamentos e, conseqüentemente, a renda dos assentados.

“Bem, você conhece a região daqui para baixo. Á sete anos atrás, antes da cooperativa, era muito pior. Antes de nós criarmos a Coagri tinha associado que vendia o milho no Pinhalzinho e Jacutinga a R\$ 2,00 o saco.

⁴⁶ Foi estabelecida uma parceria com a ACT para organizar a Coagri. Os projetos de cooperativas de reforma agrária desta Organização Não-Governamental eram essencialmente empresariais. O financiamento de recursos financeiros para organizar a Coara (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná), foram liberadas para investimento numa produção em cadeia de milho, fabricações de ração, criação de suínos e um frigorífico para abate. Até os dias atuais esta cooperativa não efetivou a fabricação de ração e abate de suínos.

⁴⁷ No ano de 1996 a Coagri contratou um gerente comercial com experiências na comercialização de grãos por um ordenado de 40 salários mínimos mensais para ampliar a capacidade de comércio da cooperativa.

Já no primeiro ano, a cooperativa conseguiu pagar o preço mínimo⁴⁸ e estabilizar o preço do milho na região, fazendo desaparecer um monte de atravessadores e picaretas. Pegava um caminhão fretado dos picaretas e mandava lá buscar a carga do assentado. Vê se ele ia lá? Ele não ia nunca. Mas, a cooperativa, nem que detona e arrebenta os caminhões tem que ir, e vai. Se não tivesse os caminhões da cooperativa, como ia tirar a produção de lá?” (Diretor da Unidade de Cantagalo da Coagri, Edemar, 2001).

A existência de infraestrutura da Coagri criou facilidade de transporte dos produtos dos assentamentos possibilitando um conjunto de benefícios econômicos para os assentados. Isso estimulou a ampliação e fortalecimento da cooperativa em número de associados, principalmente.

Além das unidades de Cantagalo e Nova Laranjeiras, foi estimulada a criação de uma terceira unidade da Coagri no município de Cantagalo, voltada também para a produção e comercialização de grãos na localidade do Cavaco. A criação desta terceira unidade deveu-se basicamente à necessidade de aproximar os escritórios de compra e venda, instalações e infra-estrutura da Coagri aos assentamentos.

O Cavaco polariza um grande número de assentamentos (18 assentamentos realizados nos municípios de Cantagalo, Goioxim e Marquinho e Campina do Simão) que foram realizados em áreas de difícil acesso, por causa da distância e topografia ondulada, dificultando a comercialização da produção.

Existem assentamentos que estão à cerca de 90 KM de distância da cidade de Cantagalo, onde se encontra uma unidade da Coagri e as estradas são de péssimas condições acrescentadas à topografia ondulada, o que dificulta o desenvolvimento da região. Alguns assentamentos da região do Cavaco, como o caso dos assentamentos Volta Grande, Gampará, Araraí e Faxinal da Araras, foram realizados nesta região porque resultaram de uma negociação entre o Inbra e o proprietário que teve suas terras ocupadas pelos trabalhadores sem-terra no município da Lapa. Para não ter as melhores terras desapropriadas pelo Inbra no município da Lapa, o proprietário repassou imóveis na região do Cavaco, inadequadas/imprestáveis para a realização de assentamentos e desenvolvimento de cultivos.

Assim, foi instalado pelo Inbra na localidade do Cavaco, em forma de comodato, um grande armazém que estava abandonado no Estado de Mato Grosso, marcando início

⁴⁸ As transformações recentes na agricultura com a abertura e liberalização da economia em geral, colocaram

de uma terceira Unidade da Coagri. Na foto a seguir (foto 02) verificam-se as instalações criadas na unidade do Cavaco para viabilizar o armazenamento e comercialização da produção dos assentamentos, bem como de insumos utilizados pelos assentados.



Foto 02 – Infraestrutura da Coagri na Unidade do Cavaco - 2001

3. 3 – Expansão e crise econômica da Coagri

Apesar da Coagri realizar alguns seminários de avaliação da cooperativa e dos assentamentos da região, como foi o caso da realização de um Laboratório Experimental e apontar para a necessidade da diversificação da produção como uma das estratégias de desenvolvimento e viabilidade política e econômica dos assentamentos, praticamente todos os investimentos foram voltados para as atividades de grãos. Esta se constituiu na principal linha de produção da cooperativa.

Para implementação das linhas de produção, a Coagri conseguiu alocar importantes recursos financeiros por meio de projetos de investimento. Mas, a cooperativa padecia de uma enorme deficiência econômica, ou seja, dificuldade de inserção no mercado e comercialização da produção. A Coagri não possuía crédito no mercado e as empresas do setor dificilmente adquiriam a produção direto da cooperativa. Além disso, havia a

fim na política de garantia de preço mínimo. Atualmente, o preço mínimo é feito pelo mercado.

resistência aos produtos da Coagri porque se tratava de uma cooperativa de sem-terra. Assim, para a Coagri comercializar a produção adquirida nos assentamentos com grandes empresas e indústrias era necessário de um intermediário, neste caso, o principal intermediário foi a Comercial Virmond S.A., que adquiria a produção da cooperativa e revendia à Sadia, Perdigão, etc. A comercialização com os fornecedores, Cargill, Agrocere, Monsanto também se constituía numa grande dificuldade.

A partir de 1994, foram elaborados e encaminhados ao Incra projetos de ampliação das instalações e armazenagem da Coagri. Assim, foi liberado em 1994, recurso financeiro para investimento na cooperativa no valor de R\$ 800.000,00. Em 1996/97 foram liberados cerca de R\$ 2.800.000,00. Mais tarde, em 1998 foram liberados mais R\$ 1.000.000,00 aproximadamente. Em 1999 foi liberada uma verba de R\$ 3.800.000,00 milhões.

Os recursos financeiros para criação dessa infraestrutura eram provenientes do teto II do antigo Procera. O assentado poderia contrair, na época, empréstimo de até 7.500,00 para custeio e investimento (teto I) e mais 7.500,00 (teto II) para investimentos na formação de cooperativas, por exemplo, conforme resolução 2.629 do Banco Central do Brasil de 10/08/1999. Atualmente os financiamentos para projetos de custeio e investimento podem ser autorizados até 12.500,00.

De modo geral, a cooperativa movimentava entre R\$ 4 milhões e R\$ 6 milhões a cada safra dos assentados e precisava, conforme informações da diretoria da Coagri, juntar pelo menos 04 municípios da região para igualar ao orçamento da cooperativa. Assim, verifica-se a importância econômica e política da Coagri na região.

Com a liberação dos recursos do Procera, a Coagri teve crescimento patrimonial e tomou um grande impulso econômico, capaz de promover redefinições territoriais nos assentamentos e na região. Ampliaram-se as áreas de cultivo; houve mudanças nas práticas agrícolas e técnicas de cultivo; os preços dos produtos praticados na região foram alterados; a alocação de recursos financeiros através dos projetos injetou dinheiro no comércio local e regional; vias de circulação e transporte foram melhoradas. Isto contribuiu para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores sem-terra, tanto acampados como assentados na região.

Os recursos liberados em 1996 permitiram a aquisição de 03 carretas da marca Volvo e 02 caminhões médios para transporte granel. Foram adquiridos ainda 06 caminhões pequenos (Mercedes Benz), retro-escavadeira, e uma pá carregadeira modelo médio. Além do transporte, foi investido na reestruturação da unidade de Cantagalo, com a construção de silos, armazéns e instalação de máquinas, balança, escritórios, etc. A criação dessa infra-estrutura contribuiu para a credibilidade da Coagri, pois saltava aos olhos a criação da infraestrutura da cooperativa.

Os recursos serviram também para re-adequar a unidade de Nova Laranjeiras como armazéns, escritórios, máquinas para beneficiamento de feijão e a montagem de uma casa agro-veterinária e um supermercado com os maiores estoques da cidade. A unidade do Cavaco também foi implementada com a formação de um supermercado e uma agro-veterinária. Recursos liberados posteriormente, permitiram equipar a parque de máquinas para prestação de serviços aos assentados como destoca, terraplanagem, preparo de lavouras, etc. Somente no ano de 1996, a Coagri forneceu aos assentados cerca de 20.000 sacos de semente de milho e 3.000 toneladas de adubo. A criação de importante infraestrutura de comercialização de grãos (instalações, silos, máquinas, transporte, etc) proporcionava enorme status a Coagri.

A necessidade de contratação de funcionários foi imediata e a cooperativa chegou ao ano 2000 com 135 funcionários e uma folha de pagamento aproximada a R\$ 60.000,00 mensais. A lógica empresarial da Coagri estava tão incorporada à dinâmica, que o assalariamento dos trabalhadores da cooperativa, por exemplo, não se constituía numa questão que incomodava a direção.

Para resolver as dificuldades na comercialização foi contratado um gerente comercial com experiência na área de comercialização grãos no ano de 1996, com um vencimento mensal de 40 salários mínimos. A contratação do gerente comercial contribuiu para o alargamento do horizonte empresarial da Coagri.

Neste período, a Coagri balizava os preços de insumos, sementes e comercialização do milho e feijão na região. O crescimento patrimonial da cooperativa e as ações da direção e administração permitiram que a cooperativa adquirisse crédito, não só financeiro, mas também político.

“A visão da Administração era de que a coisa deveria ser grande. Na região, num período de tempo, a Coagri mandava ver mesmo. Girava

muito. A Coagri chegou a girar no ano R\$ 16.000.000,00, o que na época correspondia a quase 16.000.000,00 de dólares e isso é um volume muito grande de recursos. O que a Coagri girava, precisava juntar uns 04 municípios aqui da região e isso criava um enorme status. Isso determinava o ritmo da região. Se a Coagri fosse no banco, arrancava dinheiro mesmo e nenhuma empresa daqui da região cresceu tanto como a Coagri em 04 anos”. (Diretor da Unidade de Nova Laranjeiras da Coagri, Custódio, 2001).

Este crescimento econômico da Coagri favoreceu um “inchaço” do seu quadro de sócios, refletindo na capacidade de discussão política nos assentamentos e na diluição e diversidade da base de sustentação da cooperativa. O número de associados que no primeiro ano era de 400 pessoas se multiplicou várias vezes em 4 anos, chegando a 4.165 associados em 2000.

O Conselho de Administração que era formado por 20 membros e se reunia na sede da cooperativa em Cantagalo, em poucos anos já estava em 120 membros, o que dificultava as discussões políticas. Os encontros tinham mais características de repasse de informações aos membros do conselho, coordenadores e delegados dos núcleos de produção do que discussão das políticas da Coagri.

O crescimento econômico e político da Coagri levaram à necessidade de formação de Conselho de Sub-Regiões da Coagri no sentido de aproximar o assentado da cooperativa a estabelecer uma relação mais orgânica.

Além disso, em 1995 a Coagri abriu a possibilidade de filiação de pequenos agricultores, com alteração do seu estatuto.

“Eu diria que a grande maioria, quase todos queriam entrar na cooperativa. Mas, o que acontece é o pensamento diferente da pessoa. Existe aquela pessoa que se associa e conhece todo o processo de funcionamento de uma cooperativa, e outras, que se aproximam da cooperativa hoje, e amanhã, a cooperativa tem que dar uma resposta econômica imediata. Este sujeito imediatista não tem uma visão política do processo da cooperativa. Quando ele não é atendido de imediato ele sai frustrado, xinga a cooperativa, e a cooperativa passa ser a culpada dos problemas que ele enfrenta”. (Diretor da Unidade de Laranjeiras do Sul da Coagri, Gilmar, 2001).

A Coagri se constituiu num importante instrumento de intervenção política e econômica na região Centro-Oeste do Paraná. O êxito econômico também deveria se reverter em ampliação da luta pela terra. As limitações políticas e econômicas apresentadas pelos assentamentos antigos da região do Cavaco e Cantagalo apontaram para a necessidade da construção de uma nova frente de atuação da Coagri.

Existia a possibilidade e discussão de criação em 1996 de um entreposto da Coagri no município de Campina do Simão, que polarizava uma região de assentamentos e pequenos agricultores (Guarapuava, Campina do Simão e Goioxim) organizados principalmente com a atuação do MST/Coagri. Mas, esta proposta ficou para segundo plano, quando o MST e a Coagri passaram a destinar atenção para a necessidade de realização de uma grande ocupação de terra e um grande assentamento no Centro-Oeste do Paraná.

Assim, em 17/04/96 foi organizada a maior ocupação de terra realizada no Brasil, quando cerca de 15.000 pessoas ocuparam um dos maiores latifúndios do Estado do Paraná, com 83.000 hectares, pertencentes ao Grupo Giacomet-Marodim (fazenda Pinhal Ralo) no município de Rio Bonito do Iguaçu.

A ocupação e acampamento da Giacomet se abriram como uma frente de luta e os principais quadros diretivos da Coagri e do MST na região canalizaram forças para a realização de um grande assentamento. A conquista dessa terra e a realização dos assentamentos Ireno Alves dos Santos em 1997, e mais tarde o Marcos Freire, se constituiu como uma área estratégica para a Coagri, deslocando o centro de luta de Cantagalo/Cavaco e Nova Laranjeiras para o assentamento Ireno Alves/Marcos Freire. Foi formado outro espaço de lutas sem a fragmentação que caracterizava os assentamentos (pequenos assentamentos) das regiões mais antigas de lutas.

A prioridade dada pela Coagri e MST na formação de outro espaço de lutas com os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire fez com que a região dos antigos assentamentos ficassem para segundo plano, inclusive a organização dos núcleos de produção. Isto intensificou a distância entre a Coagri e os assentamentos, considerados pela direção da cooperativa, como “marginais” e de difícil viabilidade econômica e política. Nestas áreas marginais, segundo a avaliação da direção da Coagri/MST ainda, o potencial de desenvolvimento de forças produtivas estava “esgotado”, tendo necessidade de abrir uma frente mais homogênea e com um grande número de famílias concentradas numa determinada área.

O assentamento de 1504 famílias concentradas em uma localidade permitiu a criação de outra unidade da Coagri nos assentamentos Ireno Alves dos Santos/Marcos Freire no município de Rio Bonito do Iguaçu. Foram organizadas nestes assentamentos

duas sub-unidades da Coagri, com 02 supermercados e 02 agro-veterinárias cada sub-unidade, escritórios de compra de cereais e instalações para armazenagem, que foram desativados a partir de meados de 2001 com a crise da cooperativa.

O desenvolvimento destas lutas desembocou em redefinições territoriais com a criação de outro espaço de lutas da região. Entre outros fatores, a criação desta unidade contribuiu para transferência da sede da Coagri de Cantagalo para a cidade de Laranjeiras do Sul, onde já existiam assentamentos, mas com menor expressão do ponto de vista territorial e político.

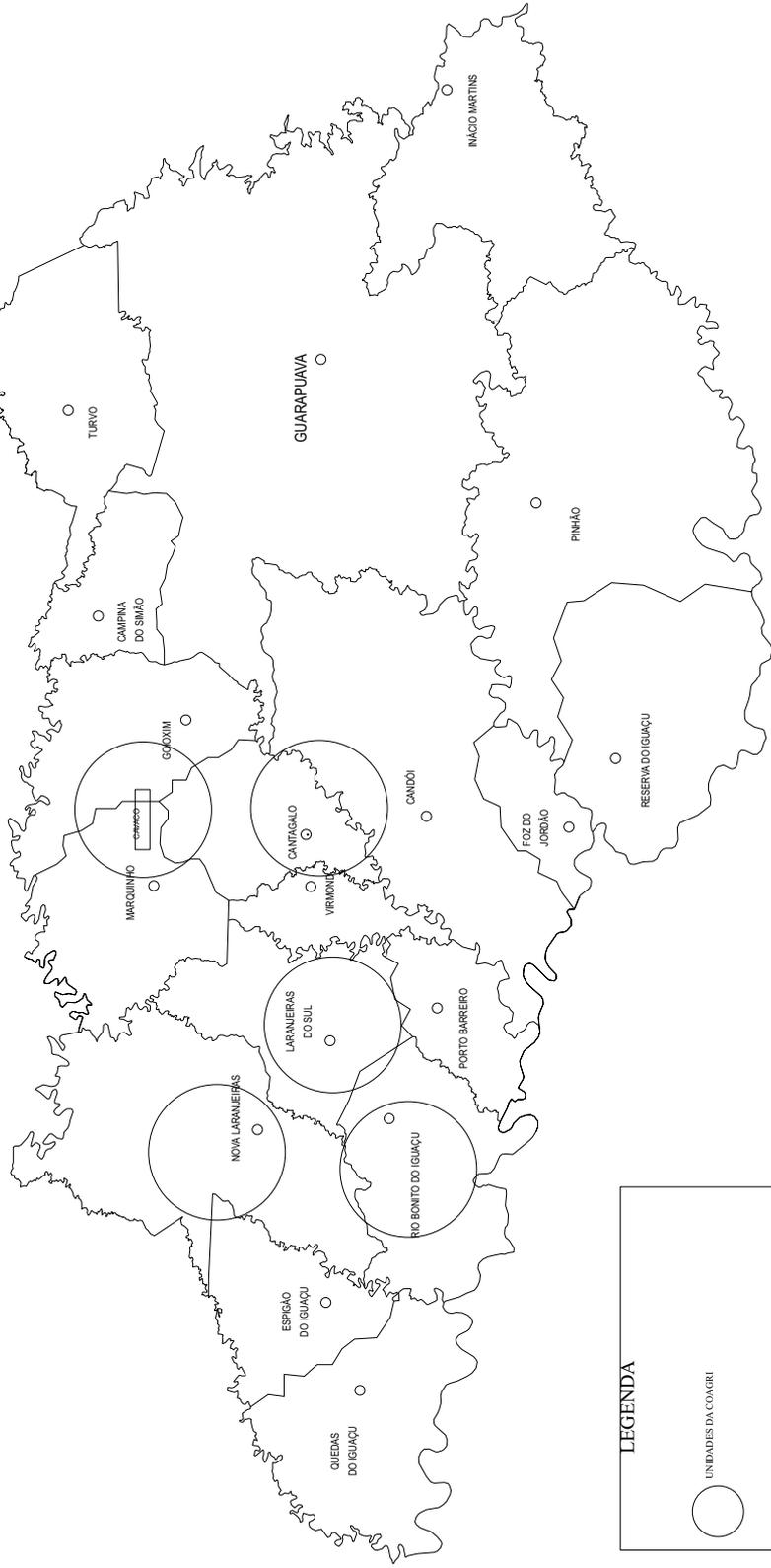
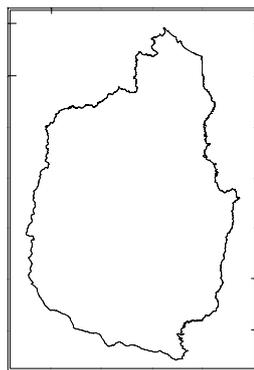
Em 2000 foram feitas mudanças estatutárias resultantes das redefinições da cooperativa em que a Coagri ficaria dividida em 05 unidades administradas por um colegiado de 11 diretores. As mudanças na Coagri foram resultado de alterações na forma de administração da cooperativa e dificuldades econômicas que a cooperativa passou a enfrentar a partir de 2000.

Assim, até meados de 2001, a Coagri estava organizada em forma de unidades. As unidades eram as seguintes: Unidade do Cavaco (Cantagalo); Unidade de Cantagalo (Cantagalo); Unidade de Nova Laranjeiras (Nova Laranjeiras) Unidade de Laranjeiras do Sul (Laranjeiras do Sul) e Unidade dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos/Marcos Freire (Rio Bonito do Iguaçu). No mapa a seguir (mapa 05) verificam-se os municípios de localização das unidades da Coagri.

As características regionais e a dinâmica territorial dos assentamentos condicionaram as ações da Coagri e ao mesmo tempo, foram influenciadas pela organização da cooperativa. A avaliação de que a região do Cavaco/Cantagalo apresentava dificuldades de desenvolvimento é uma questão essencialmente territorial: inserção dos assentamentos no espaço, sua forma fragmentada, distância dos centros comerciais e topografia fortemente ondulada, pequenos assentamentos e número de famílias são elementos importante no reconhecimento e compreensão das ações da cooperativa. Isto pode ser verificado também quando a direção da Coagri, através de seus laboratórios experimentais e seminários apontaram para a necessidade de criação de um grande assentamento onde as famílias não estivessem dispersas no espaço. As “condições” geográficas de concentração das famílias no espaço foram entendidas como mais favoráveis à produção e organização das lutas.

UNIDADES DA COAGRI (2001)

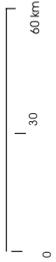
CENTRO-OESTE DO PARANÁ



LEGENDA

- UNIDADES DA COAGRI

FONTE: PESQUISA DE CAMPO
 MAPA: PAULO E. FABRINI
 BASE: CARTOGRAFICA: IBGE



53U0454

53U0454

53U0454

25U0454

25U0454

26U0454

26U0454

53U0454

53U0454

53U0454

Apesar do potencial econômico e político que a Coagri se constituiu desde 1996, principalmente, não foi possível a manutenção deste empreendimento com o vigor apresentado no seu início. Na verdade, a organização de base e a atenção aos núcleos de produção, já haviam ficado para segundo plano bem antes da crise e dificuldades de natureza econômica da cooperativa. Mesmo com a realização do assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, não se criou uma base orgânica capaz de desenvolver luta política nos assentamentos e contribuir para a solução da grave crise econômica que se anunciava e verificada até os dias atuais.

As dificuldades econômicas da Coagri se manifestaram mais fortemente a partir de 1999 por causa de um conjunto de fatores, tais como, linhas de produção que não proporcionavam renda suficiente aos assentados/cooperativa; concepção de cooperação do MST; investidas do governo federal para criminalizar as cooperativas; etc. É importante observar ainda que as cooperativas estão inseridas num contexto nacional desfavorável à agricultura, resultante da política de liberação da economia, importações, corte de recursos destinados aos investimentos e custeio para os pequenos agricultores, ausência de subsídios à agricultura, taxa de juros, etc.

O fato de a Coagri priorizar a linha de produção de grãos nos assentamentos foi uma causa das dificuldades econômicas da cooperativa. Esta atividade não permite uma renda média compatível com outras atividades econômicas.

As cooperativas de sem-terra como qualquer empresa está inserida no sistema produtor de mais-valia, onde o mercado é condição para a sua realização. As atividades desenvolvidas pela Coagri, comercialização de grãos, principalmente, não geravam renda suficiente para garantir sua manutenção no mercado. Para garantir um “preço mínimo” aos assentados, muitas vezes, a Coagri levava prejuízo na comercialização da produção.

A baixa renda obtida com a produção de grão não permitiu que a cooperativa formasse capital de giro. Os recursos liberados aos assentados para a construção da cooperativa pelo antigo Procerá (teto II), compreendia apenas capital para investimento em infraestrutura (capital fixo) e não capital para iniciar a comercialização (capital de giro).

A liberação de recursos aos assentados ocorre mediante projetos de custeio e investimento. Estes recursos não são liberados diretamente aos assentados, mas a

empresas fornecedoras. Neste caso, a Coagri conseguia uma fatia importante da venda dos produtos aos assentados. Esta era uma forma de alocação de recursos financeiros pela Coagri e conseqüentemente, formar capital de giro para o desenvolvimento das atividades⁴⁹.

Mas, estes recursos não eram suficientes e para saldar suas dívidas, a Coagri, muitas vezes, recorria ao mercado de crédito paralelo, pagando juros em torno de 4% de ao mês, o que também muito contribuiu para o aumento das dívidas da cooperativa.

Aparentemente as atividades da cooperativa que não geravam renda, como é o caso da luta política (ocupação de terra, por exemplo), também foi uma das causas do agravamento das dificuldades econômicas. Praticamente todas as ocupações de terra feitas na região tiveram a participação da Coagri, contribuindo para a espacialização da luta.

Do ponto de vista gerencial, os investimentos na ampliação da luta do sem-terra significam prejuízo, com saídas elevadas do caixa, sem contrapartida. O gerente comercial na época (1996/2000) considerava este, o maior problema da Coagri, depois da falta de capital de giro. Isto se traduzia também na dificuldade administrativa e desorganização contábil da cooperativa.

“Estas atividades políticas e não-produtivas que só dava despesa e não havia retorno era um grande problema. A Coagri tinha que buscar assentado, levar assentado, buscar mudança, leva para jogar bola, carga de palanque, tanque de peixe, etc. Existem ainda as ocupações de terra, onde nada era pago à cooperativa Coagri. A ocupação da Giacomet e todas aquelas feitas na região de Guarapuava e Pinhão; a cooperativa nunca recebeu. Isto dava muito prejuízo para a cooperativa”. (Ex-Gerente Comercial da Coagri, Nilo, 2001).

Por outro lado, as ocupações de terra, principalmente aquela que resultou no assentamento Ireno Alves dos Santos se constituem num importante investimento, pois a renda obtida na comercialização da produção deste assentamento se converteu em enormes benefícios para a cooperativa.

Os primeiros anos do assentamento Ireno Alves dos Santos foi capaz de oxigenar a Coagri economicamente: a cooperativa vendia aos acampados/assentados do Ireno Alves dos Santos sementes, adubo, ferramentas, defensivos, serviço de destoca e preparo da

⁴⁹ Alguns assentados ficavam descontentes com os serviços prestados pela Coagri, pois exigiam, por exemplo, sementes Cargill, que a cooperativa não trabalhava. Então o assentado comprava fora, e a Coagri pagava.

terra, etc. No primeiro ano agrícola, ainda no acampamento, foram plantados mais de 2.500 ha na área ocupada, produzindo aproximadamente 180.000 sacos de milho e 60.000 sacos de feijão, vendidos integralmente a Coagri. A declaração do diretor e conselheiro administrativos da Coagri ilustra como as ocupações podem se traduzir em benefícios econômicos para a cooperativa.

“Logo depois da ocupação, a Coagri passou a fornecer por conta dela, grande parte daquilo que era necessário para a produção na terra ocupada. Até um rancho - cesta de alimentos - a Coagri forneceu. A cooperativa ganhou a credibilidade de todo mundo. Então, tu planta mais de 1.000 alqueires de milho e feijão sem dinheiro e isso dá um enorme crédito para a cooperativa”.(Diretor e Conselheiros Administrativos da Unidade de Rio Bonito do Iguazu da Coagri, Danilo, Enio e Dirceu, 2001).

Ocorre que a direção da Coagri, mesmo reconhecendo a importância da luta política acabou priorizando a luta econômica, pois a espacialização da luta e territorialização dos sem-terra dependeria dos bons resultados econômicos, levando a conquistas políticas maiores. A própria ocupação e assentamento na Giacomet é um exemplo. Todo o investimento da Coagri era feito a partir de perspectiva de retorno econômico, deixando para segundo plano a organização de base, tanto neste assentamento como naqueles assentamentos mais antigo da região de Cantagalo/Cavaco e Nova Laranjeiras.

A direção da Coagri, motivada pela perspectiva de crescimento econômico, sobretudo, priorizou durante um determinado tempo atividades de mediação e operacionalização de projeto de investimento e custeio entre o Incra e os assentados, deixando para segundo plano as atividades organizativas. Muitos núcleos de produção foram organizados pela cooperativa mais em função da liberação de recursos do que da organização dos assentados propriamente dita, indicando que a cooperativa era mal administrada, como se refere um dos conselheiros da Coagri:

“A Coagri, durante um período esteve mal administrada e deixou de priorizar a coletividade para somente mediar o contato com o Incra e assentados e liberação de recursos”. (Membro do conselho administrativo Coagri, Celestino, 2001).

Entretanto, não se tratava apenas de incapacidade de administração por parte da direção, mas também da concepção de cooperativa elaborada pela direção dos sem-terra, inspirada na visão empresarial de gestão e racionalidade econômica do mundo da mercadoria. A contratação do gerente comercial, por exemplo, saído dos meios

empresariais com especialidade na área de comercialização de grãos, com um vencimento mensal de 40 salários mínimos, é um fato que evidencia como as questões econômicas eram consideradas importantes para a direção da Coagri.

Outra questão que deve ser considerada para compreender as dificuldades econômicas enfrentadas pela Coagri, foram os diferentes resultados dos investimentos feitos nos assentamentos Ireno Alves dos Santos, realizado no imóvel Pinhal Ralo, e assentamento Marcos Freire, realizado no imóvel Set. Cachoeira, ambos originários das terras desapropriadas do Grupo Giacomet.

Se por um lado, o investimento da Coagri na sustentação da luta dos sem terra (ocupações de terra) apresentou resultados econômicos favoráveis em curto prazo, como foi o caso do assentamento Ireno Alves dos Santos, de outro, o retorno econômico não tem sido favorável à cooperativa no longo prazo. Benefícios econômicos obtidos com a elevada produção de grãos nos primeiros anos dos assentamentos Ireno Alves não se repetiu na outra área desapropriada do grupo Giacomet (assentamento Marcos Freire).

O exemplo do sucesso de produção da área ocupada da Giacomet (fazenda Pinhal Ralo) não se repetiu posteriormente na outra área ocupada (fazenda Set. Cachoeira). Financiamentos (adiantamento de dinheiro pela cooperativa para plantio de lavoura, por exemplo) feitos aos sem-terra acampados causaram enorme prejuízo para a Coagri.

Ocorre que no ano de 1999, a Coagri adiantou recursos de custeio aos assentados do projeto Marcos Freire, conhecido também como Paraíso, no valor de R\$ 2.000,00 para 577 famílias das 604 que compõe este assentamento. Como a liberação dos recursos financeiros oficiais é feita pelo Incra, geralmente quando já está no final da colheita e até mesmo depois do término do ano agrícola, a cooperativa adiantou os recursos para os assentados realizar as lavouras, contando com o repasse dos recursos de custeio pelo Incra. O adiantamento de R\$ 2.000,00 para custeio de lavouras para 577 famílias somou um total aproximado a R\$ 358.000,00.

Como este foi um período marcado por dura investida do governo federal contra as cooperativas de assentados no sentido de desmobilizar a forma de organização do MST nos assentamentos, o Incra somente acabou repassando as verbas correspondentes ao custeio do ano de 1999 no final de 2.000. Por outro lado ainda, os recursos de

investimentos não puderam ser utilizados para saldar a dívida de custeio com a cooperativa.

Os recursos de custeio liberado em 2000 aos assentados também não puderam ser repassados a Coagri, pois se tratava de uma dívida contraída em exercício anterior (1999). Além disso, os técnicos da Emater não foram autorizados a assinar as notas fiscais, condição para o Banco do Brasil liberar o dinheiro, quando se tratam de pagamentos a Coagri. Enfim, este adiantamento de recursos financeiros feitos pela Coagri aos assentados do Marcos Freire causou enormes transtornos para a cooperativa, pois foram poucos os assentados que saudaram suas dívidas.

Alguns assentados do Marcos Freire acabaram pagando a dívida com recursos próprios. Mas, a grande maioria não conseguiu saldar suas dívidas na Coagri, por causa, principalmente do desgaste financeiros dos recém assentados e do longo tempo de acampamento.

O caso da liberação de recursos aos assentados de Marcos Freire é um exemplo desta dificuldade de administração e de gestão neste período que a Coagri teve grande crescimento. Os adiantamentos aos assentados eram feitos sem o mínimo rigor pela administração. É praticamente unânime entre os assentados filiados a Coagri, a idéia de que os recursos de custeio e investimento eram liberados meio a esmo e sem critérios bem definidos.

As declarações, tanto dos assentados em geral, como da direção da Coagri e do MST, são de que além de erros de investimentos (caso do investimento na produção e comercialização de grãos), houve problemas administrativos, ou seja, as deficiências financeiras da Coagri ocorreram em parte por causa da ausência de uma administração profissionalizada. Segundo o Incra, esta também foi uma das causas das dificuldades da cooperativa, e que o órgão deverá investir na profissionalização dos administradores através da realização de cursos para os gerentes das cooperativas, para melhor gerir os recursos da reforma agrária destinados à cooperativa. Na prática, a política adotada pelo Incra para as cooperativas dos assentamentos foi uma das causadoras das dificuldades.

O inchaço no quadro social da cooperativa (4.160 associados) contribuiu também para um distanciamento entre base e direção da Coagri, como visto anteriormente. Uma parcela dos associados começou a ver na cooperativa um obstáculo, pois recursos de

investimentos e custeio ficaram algum tempo bloqueados por causa das dívidas da cooperativa. Este foi o caso da dívida com a empresa de venda de fertilizantes Heringer Ltda que bloqueou por meio de Liminar, fundos dos assentados à disposição da Coagri, para receber a quantia de R\$ 1.043.193,00. A informação dos diretores verificada na transcrição a seguir, demonstra a complexa situação econômica da Coagri:

“A Coagri tinha uma dívida grande com uma empresa fornecedora de adubo, tem que verificar lá na contabilidade, mas em torno de R\$ 1.000.000,00. Aí a empresa entrou na justiça, pois o dinheiro dos assentados saía pela Coagri, para que este recurso pudesse pagar a dívida com a compra do adubo e não repassado aos assentados. Cara, resolver isso não foi muito fácil”. (Diretor e Conselheiros Administrativos da Unidade de Rio Bonito do Iguazu da Coagri, Danilo, Enio e Dirceu, 2001).

A avaliação feita pela direção atual da Coagri é de que houve erros estratégicos com grandes investimentos na linha de produção de grão (feijão, soja e milho). O mapa a seguir (mapa 06) indica as principais linhas e a comercialização da produção dos assentamentos com as unidades da Coagri.

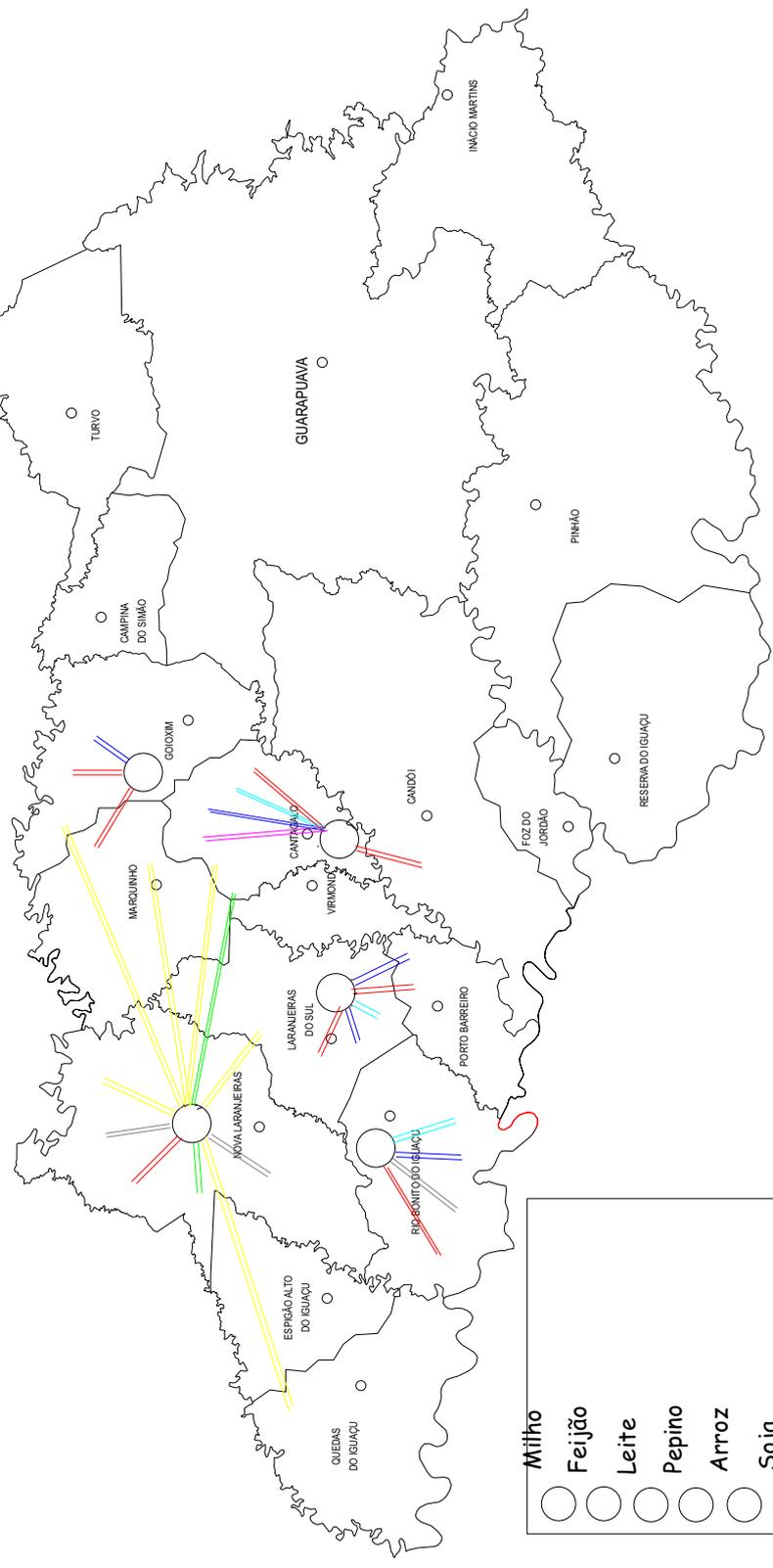
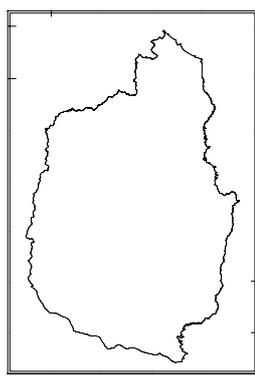
Embora tenha havido algumas modificações na administração e direção no sentido de re-adequar a cooperativa, não muda a concepção de cooperação, pois o projeto está respaldado por um projeto maior, elaborado no interior do MST/SCA.

Veja-se o caso da produção de grãos: subentende-se que o milho, por exemplo, somente tem viabilidade de produção em escala, pois os baixos preços, regulados no mercado nacional e internacional, resultante da abertura indiscriminada das fronteiras adotada pelo governo federal permitem uma renda muito baixa para os assentados. O contexto de internacionalização da economia e a baixa renda obtida na produção de grãos dificulta a sobrevivência da agricultura camponesa. A política econômica adotada resultante das relações de subordinação do poder governamental aos organismos internacionais com a intensificação da liberalização econômica coloca obstáculos aos assentados.

As iniciativas de inserção competitivas não têm proporcionado resultados que possam garantir a sobrevivência dos assentados. A saída é criar alternativas para que os assentados dependam cada vez menos de produtos externos ao lote de terra, produzindo para o mercado apenas aqueles produtos que gerarem renda elevada, sejam eles industrializados ou não.

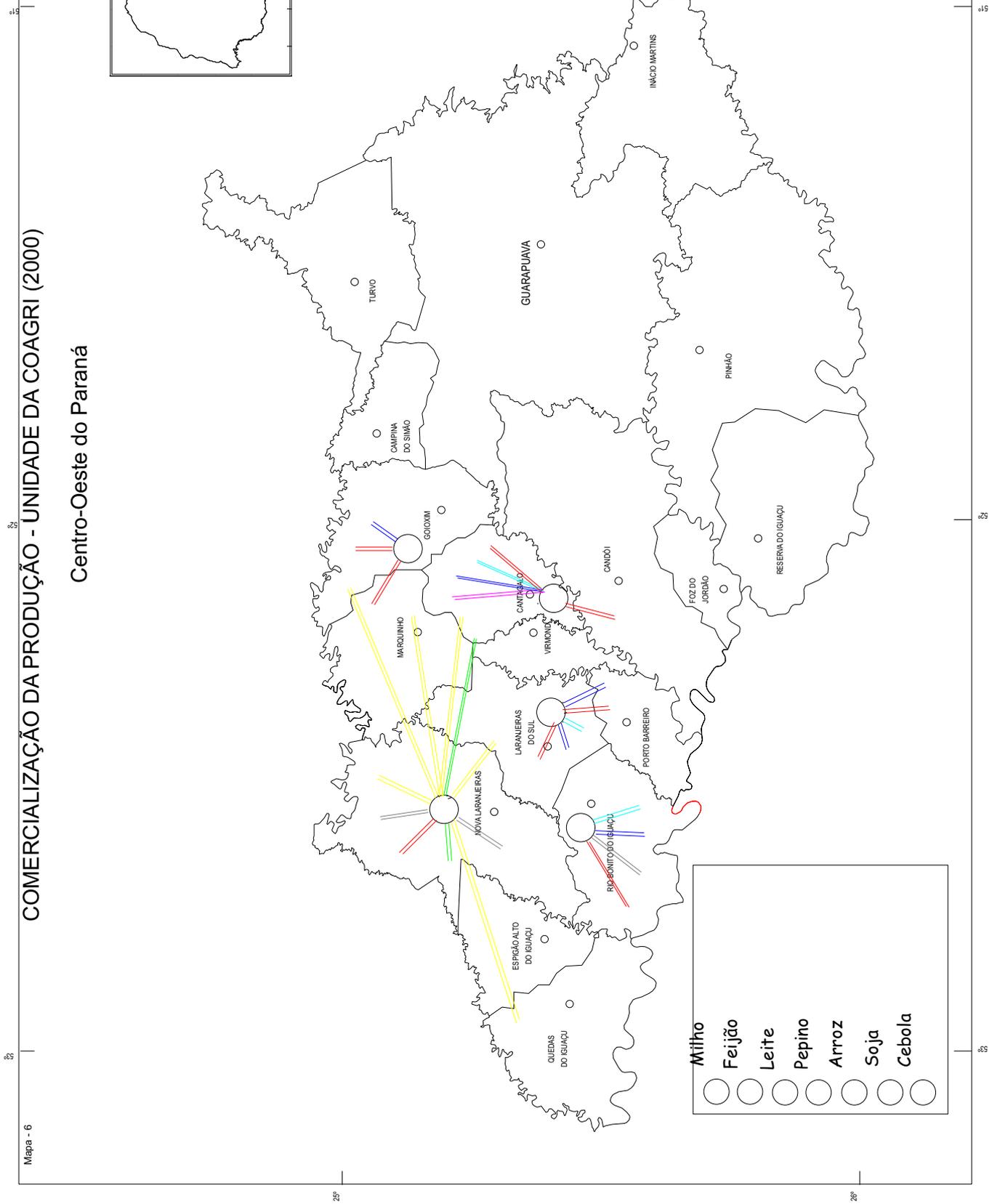
COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO - UNIDADE DA COAGRI (2000)

Centro-Oeste do Paraná



- Milho
- Feijão
- Leite
- Pepino
- Arroz
- Soja
- Cebola

FONTE: PESQUISA DE CAMPO
ORÇ: JOÃO DE FÁBRI
BASE CARTOGRÁFICA:
IBGE
ESCALA



Os supostos erros apontaram para uma reavaliação das estratégias de desenvolvimento econômico da Coagri, mas sem mudar a concepção de viabilidade e gestão empresarial da direção. Este é o caso dos investimentos em agroindústrias para elevar o patamar de competitividade da Coagri.

O cultivo de produtos primários destinados ao comércio estaria inviabilizado para os pequenos agricultores e os assentados teriam como alternativa a agroindustrialização da produção. Para a viabilidade da produção dever-se-ia transformar a produção de milho, por exemplo, em carne e leite através das agroindústrias. Um dos diretores da Coagri afirma o seguinte:

“O que o assentado tem que ter na cabeça é que ele não vai conseguir sobreviver produzindo somente milho e feijão para o comércio. Não se trata de deixar de produzir milho e feijão, mas que seja produzido e transformado em leite e carne no próprio lote ou qualquer outra coisa que pode agregar maior valor”.(Diretor da Unidade de Laranjeiras do Sul da Coagri, Gilmar, 2001).

A agregação de valor não é uma alternativa defendida apenas pelos trabalhadores sem terra. O discurso da industrialização e agregação de valor aos produtos como uma saída para os assentados também é defendida pelos setores dominantes e oficiais com a proposta de eficiência econômica para garantir a sobrevivência dos pequenos agricultores. A alternativa seria a produção de mercadorias, mas uma mercadoria que possua mais trabalho agregado e, conseqüentemente, maior valor.

A direção da Coagri está procurando estabelecer um “padrão de mercado” para a indústria de conservas da cooperativa, como o que foi informado por um dos diretores da Coagri, ou seja, a formação daquilo que denomina de um “*mix* de produtos para o mercado”, pois a indústria de conservas cadastrou no Ministério da Saúde vários produtos. A indústria de conserva de pepino e cebola encontra-se em funcionamento (2001). Verificar a figura a seguir (figura 1) a marca da Coagri da indústria de conserva de pepino.

Os diretores da Coagri apontam ainda para uma intensificação da industrialização, mesmo que não seja de produtos do assentamento, para ampliar a capacidade de competir. Este é o caso da proposta de criação de uma cesta de produtos como conservas (pepino, cebola, azeitona e milho), embalagem de ervilha, açúcar, feijão, amendoim, pipoca, etc.

“Nós precisamos determinar o que vamos ser nós no futuro. Fazer uma análise de como entrar num processo de industrialização. A parte de conserva, a gente quer fazer um ‘mix’ de produtos extremamente variados, até mesmo terceirizados, embalar e entrar no mercado com capacidade de competir, por que aí tu vai competir com grandes empresas distribuidoras.” (Diretor da Unidade de Nova Laranjeiras da Coagri, Custódio, 2001).

O objetivo é inserir-se nos mercados superiores, ou seja, nos mercados que permitem renda alta e que são dominados pelos grandes empreendimentos. Não estão dispostos a se inserir num mercado que garante renda baixa aos produtores como é o caso do milho e do feijão.



Figura 1- Marca da Coagri nos Produtos Industrializados (Conserva de Pepino)

Fica evidente que as questões relacionadas à conquista de um patamar de competitividade é uma preocupação prioritária dos diretores da Coagri. Portanto, trata-se de uma opção pela inserção no mercado procurando-se potencializar as forças produtivas com eficiência na produção de mercadorias para garantir a sobrevivência da cooperativa.

Mesmo que as cooperativas permitam maiores rendimentos aos assentados, sejam elas coletivas ou de comercialização e prestação de serviços, apresentam limites na subordinação da extração da renda, pois opera suas atividades a partir do mercado capitalista.

Os objetivos da cooperativa com a agroindustrialização são a negação das relações capitalista a partir da inserção no mundo da mercadoria, pois a modernização das relações de produção permite o rompimento do atraso nos assentamentos. O atraso representado pela produção camponesa deve ser superado para ampliar as forças sociais de contestação das mazelas do modo de produção capitalista. É neste contexto que está inserida a proposta de agroindustrialização, ou seja, criar as condições para resistência e enfrentamento ao ordenamento social do capitalismo a partir do desenvolvimento das forças produtivas e eficiência na produção de mercadoria representada pelas cooperativas.

Nas fotos a seguir (foto 03 e 04) verificam-se instalações industriais da Coagri (indústria de conserva e resfriamento de leite).

Outro indicativo, além da proposta de intensificação da agroindustrialização para alcançar eficiência na produção de mercadorias foi a orientação da cooperativa para o consumo de produtos industrializados pelos assentados. Esta forma de atuação de cooperativas (cooperativas tradicionais) foi uma das responsáveis pelo estímulo ao processo de modernização conservadora com ampla participação de empresas estrangeiras no contexto da denominada “revolução verde”. Grande parte dos projetos de custeio e investimentos organizados pela Coagri teve estas características.



Foto 3 – Divisão de Alimentos da Coagri - 2001



Foto 4 – Plataforma de Resfriamento de Leite da Coagri – 2001

A comercialização de insumos também foi uma preocupação da Coagri. A cooperativa não conseguiu implementar um sistema agrícola alternativo. Pelo contrário, estimulava a aquisição de insumos produzidos por empresas capitalistas. A fala do gerente comercial da Coagri no período de 1996/2000 é ilustrativa.

“Bom, naquele ano de 1996 nós conseguimos vender muito bem. Em números exatos eu não sei bem, mas nós vendemos cerca de 20.000 sacos de semente de milho híbrido. Isso foi histórico para a Coagri. Nós vendemos também em torno de 3.000 toneladas de adubo. Isso, em 1996, foi histórico para a Coagri”. (Ex-Gerente Comercial da Coagri, Nilo, 2001).

Embora a fala do gerente da Coagri não traduza o pensamento de grande parte da liderança dos sem-terra, ela revela a concepção de cooperação que foi implementada na Coagri. O fato de vender aos assentados 20.000 sacos de milho híbrido e um grande volume de adubo químico foi histórico para a Coagri! Uma história que tem custado “preço” elevado para a organização dos sem-terra nos assentamentos.

Assim, verifica-se a natureza desenvolvimentista da Coagri, favorável à modernização técnica e investimentos de capital, necessários para o desenvolvimento econômico como uma condição de saída do “atraso” de muitos assentamentos. Os dirigentes e os próprios assentados justificam muitas vezes a necessidade e importância

da Coagri pela possibilidade de desenvolvimento econômico que ela representa. Os órgãos públicos e a sociedade de modo geral também reconhecem a importância da Coagri não pelas mudanças políticas e transformações nas relações de poder, mas pela perspectiva de desenvolvimento econômico e superação das condições de atraso tecnológico que a região Centro-Oeste/PR está submetida. A própria reforma agrária é colocada neste contexto de desenvolvimento das forças produtivas como condição para evolução da sociedade.

A proposta de organização da produção defendida pela Coagri foi a de organizar a produção semelhante à indústria, onde se exige uma padronização do processo produtivo, possibilitando o aumentando dos rendimentos e aprofundamento da acumulação de capital. Visualiza-se a mecanização dos processos produtivos como novos padrões de produção semelhante às mudanças que tem ocorrido na indústria, mas voltados para o comércio dos produtos agrícolas.

A integração ao mercado capitalista coloca obstáculos de difícil superação às cooperativas dos assentamentos. Mas, a opção por uma economia mercantil simples também não tem se apresentado como alternativa. A alternativa dos assentados é produzir e depender o mínimo possível dos mercados, resgatando valores do campesinato como a produção para autoconsumo e desenvolvimento de culturas e sustentação de atividades nos lotes que permitam renda alta.

Por um lado, os diretores da Coagri estimulam o desenvolvimento de cultivos incorporados à dinâmica do mercado capitalista e modernização econômica, e de outro lado, os assentados investem numa produção mercadológica simples. Enquanto a Coagri procura encontrar alternativas de viabilidade no interior da produção de mercadorias, os assentados, procuram organizar-se numa economia camponesa, onde a produção de mercadoria se constitui apenas numa das faces.

Os assentados têm depositado atenção na perspectiva econômica e empresarial que caracteriza a Coagri, não sendo poucas as preocupações com a modernização e agressividade no mercado. Conforme declaração de um assentado, “a Coagri tem que estar preocupada com o bem-estar dos assentados e não querer ser um empresário. Para que competir, competir com quem? Ser igual um capitalista?” (Sérgio, Coopatel).

Não existe mercado livre. Por paradoxal que seja, o mercado é de monopólio, pois a Coagri não vai competir somente com uma empresa econômica, ou seja, vai competir com uma empresa econômica, somada a uma fatia do Estado, que subsidia os produtores a ela vinculada e não á Coagri, apesar do discurso do empresariado pela liberalização da economia.

Entre os assentados sem-terra é importante destacar a luta desenvolvida como garantia de sobrevivência e manutenção da agricultura camponesa. Ao contrário da “sustentabilidade” pela integração ao mercado e adequação à produção, observa-se a capacidade de luta pela existência dos assentados.

Os assentados querem se beneficiar do progresso econômico, mas sem abrir mão de seu modo de vida. De modo geral, a racionalidade econômica das cooperativas do MST defronta-se com racionalidade econômica dos camponeses assentados, ou seja, existe uma recusa às formas de cooperação nos assentamentos propostas pelo MST. Entretanto, isso não desqualifica num todo o cooperativismo proposto pelo MST (produção de mercadorias), pois se trata de uma iniciativa popular e de classe que estimula a organização dos assentados. Enquanto instrumento de luta para recuperação da renda da terra que foi transferida para o capital na circulação da produção agrícola, a cooperativa dá sua parcela de contribuição.

A participação de parte dos assentados na cooperativa foi estimulada, sobretudo pela possibilidade de alocação de recursos para os projetos de investimentos, custeio e comercialização. Os núcleos de produção se constituíram também como núcleos de resistências no sentido de mobilizar os assentados para garantir empréstimos de recursos financeiros, ou seja, significa uma organização capaz de recuperar parte da renda transferida para os capitalistas pelas vias de pressão ao Estado (Procera e Pronaf, renegociação de dívidas, taxas de juros).

Assim, verifica-se que a luta econômica não está descolada da luta política na cooperativa ou em qualquer empreendimento. O empreendimento privado ou de cooperativas estão vinculados a segmentos políticos que os defende através de ações do Estado. A sustentação econômica da cooperativa está na sua capacidade política e não necessariamente seu potencial de competitividade e produção de mercadorias.

Em vista do abandono da linha de produção de grãos pela Coagri, por causa da baixa renda gerada e as dificuldades econômicas enfrentadas pela cooperativa, os intermediários, principalmente, estão assumindo a lacuna deixada pela Coagri. Conforme dados da produção nos assentamentos coletados nas entrevistas, a principal atividade dos assentados dos núcleos ainda continua sendo as culturas de milho e feijão.

A manutenção das culturas de milho e feijão se deve em parte a falta de alternativas econômicas dos assentados. Os intermediários e empresas compradoras de cereais tem estimulado a cultura de grãos nos assentamentos⁵⁰ através de adiantamento e empréstimos financeiros aos assentados. A declaração de um empresário revela a ocupação do lugar da Coagri nos assentamentos, inclusive a utilização da organização de grupos nos assentamentos.

“Lá no Paraíso – Assentamento Marcos Freire - aquele milho todo que você viu foi porque eu vendi para eles e devo fechar com mais de 400 famílias da 500 que existem lá para comprar e vender na minha loja”.(Empresário e Ex-Gerente Comercial da Coagri, Nilo, 2001).

Entretanto, devem ser considerados outros fatores como toda a estrutura e estímulo criado pela própria Coagri no passado e a tradição dos assentados em cultivos de produtos tradicionais (milho e feijão). Verifica-se na tabela a seguir (tabela 2)⁵¹ que os assentados dos núcleos apontaram a produção do milho, leite, arroz e feijão como os principais produtos dos núcleos tanto para o comércio quanto para a autoconsumo.

Tabela – 2 PRINCIPAIS PRODUTOS DOS ASSENTAMENTOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PRODUÇÃO (%)			
COMÉRCIO		AUTOCONSUMO	
Milho	44,9 %	Feijão	38,7 %
Leite	26,6 %	Arroz	30,7 %
Feijão	8,1 %	Milho	22,4 %
Pepino	6,1 %	Leite	6,1 %
Soja	4,0 %	Mandioca	2,1 %
Fumo	4,0 %		
Suínos	2,1 %		
Carvão	2,1 %		
Laranja	2,1 %		
Total	100 %	Total	100,0 %

Fonte: Pesquisa de Campo.

⁵⁰ A empresa de compra e venda de cereais Nilo Merhet & Ltda, por exemplo, tem importante atuação nos assentamentos que apresentam maior potencial de desenvolvimento econômico, como é o caso daqueles localizados na região de atuação das unidades da Coagri de Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçú e Laranjeiras do Sul.

⁵¹ Os dados da tabela 2 tratam das principais atividades dos núcleos e grupos de assentados. Individualmente, muito declararam que a principal atividade da família seria outra atividade não listada na tabela como sericicultura, prestação de serviços, diarista, trabalho assalariado.

As redefinições das linhas de produção e a crise econômica dificultaram a comercialização das safras dos assentados, principalmente de grãos. No ano agrícola de 2001, praticamente não foi adquirida a safra de feijão e milho pela Coagri. Mas, uma parte considerável dos assentados (59,1 %) comercializou o leite com a Coagri e toda a produção de pepino e conserva dos assentados foi adquirida pela Coagri.

Na tabela a seguir (tabela 03) verifica-se a porcentagem dos lotes dos núcleos e grupos e volume da produção dos assentamentos comercializada com a Coagri no ano de 2000, quando a cooperativa ainda dedicava-se às atividades de comercialização.

Tabela – 3 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (2000)		
Produto	Lotes dos núcleos e grupos	Coagri
Milho	97,9 %	51,0 %
Feijão	48,9 %	53,1 %
Bovinos	85,7 %	0,0 %
Leite	69,3 %	59,1 %
Suínos	65,3 %	0,0 %
Arroz	36,7 %	36,7 %
Erva mate	36,7 %	0,0 %
Soja	34,6 %	34,6 %
Amendoim	24,4 %	0,0 %
Aves	24,4 %	0,0 %
Milho de pipoca	24,4 %	32,6 %
Cebola	22,4 %	46,9 %
Fumo	22,4 %	0,0 %
Pepino	22,4 %	100,0 %
Peixe	16,3 %	0,0 %
Mel	16,3 %	0,0 %
Ovos	14,2 %	0,0 %
Batatinha	14,2 %	0,0 %
Queijo	14,2 %	0,0 %
Alho	12,2 %	0,0 %
Mandioca	12,2 %	32,6 %
Ovelhas	6,1 %	0,0 %
Frutas	4,0 %	0,0 %
Conserva	2,1 %	100,0 %
Laranja	2,1 %	0,0 %
Casulo	2,1 %	0,0 %

Fonte: Pesquisa de Campo

* Como a Coagri não adquiriu a produção de grãos dos assentados no ano de 2001, foi considerado para o cálculo, informações do ano de 2000.

O fato de muitos assentados comercializar a produção e adquirir produtos da Coagri deve-se, além dos preços competitivos; proximidades dos assentados; compromisso com a cooperativa dos sem-terra; ao fato dos recursos dos programas de financiamentos oficiais ser liberados diretamente para fornecedores. Neste caso, a Coagri se constituiu

como o principal fornecedor dos assentamentos, o que justifica o grande volume de produtos comercializados com a cooperativa.

Verifica-se na tabela a seguir (tabela 4) que os assentados encontram na Coagri um importante fornecedor de insumos agrícolas, principalmente. O fornecimento de produtos aos assentados, embora não se constitua como uma linha de produção, é uma atividade que a Coagri tem procurado manter como parte da política de re-adequação da cooperativa.

Produtos	assentados	aquisição
Medicamentos veterinários	93,8 %	67,3 %
Sementes	79,5 %	75,5 %
Ferramentas	71,4 %	79,5 %
Agrotóxico	67,3 %	73,4 %
Gêneros alimentícios (supermercado)	57,1 %	65,3 %
Adubo	42,8 %	77,5 %
Máquinas	40,8 %	71,4 %
Serviços	32,6 %	85,7 %
Arame	24,4 %	89,7 %
Combustível	8,1 %	75,5 %
Carroças	8,1 %	42,8 %

Fonte: Pesquisa de Campo

A agroindustrialização vista anteriormente, abre a discussão da importância das atividades não-agrícolas nos lotes de assentamentos. As atividades não-agrícolas seriam uma alternativa de existência da pequena agricultura. Algumas regiões do Brasil, como a Sudeste, onde se destaca o Estado do Rio de Janeiro, os projetos de assentamentos apresentam elevada “urbanização”, com lotes utilizados como chácaras de lazer, estabelecimentos comerciais, etc.

Alguns estudiosos argumentam que a modernização das técnicas de produção no campo e a queda dos rendimentos provenientes da agricultura têm levado a uma mudança de perfil, ocupação e uso da terra nos últimos anos. A mudança a qual se referem estes autores diz respeito ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas pelos trabalhadores do campo, inclusive aquelas famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Essa mudança do perfil estaria relacionada ainda a uma possível “purificação” das relações de

trabalho, resultantes da tendência à “urbanização e industrialização” do campo brasileiro⁵².

Na concepção destes teóricos e estudiosos da questão agrária, os assentados não desenvolveriam essencialmente atividades agrárias/agrícolas nos lotes, e, por isso, precisariam de pouca terra para produzir. Estes seriam agricultores de tempo parcial (part-time), que mesclariam o trabalho familiar agrícola com trabalho assalariado temporário, por exemplo. Os teóricos insistem em considerar que os agricultores familiares investem em atividades não-agrícolas, como comércio, construção civil, lazer, prestação de serviços e outras atividades, o que não justificam a necessidade de terra para produzir no campo. A terra estaria perdendo sua importância enquanto um meio de produção.

A partir do diagnóstico da “urbanização” do campo, os programas oficiais ligados ao meio rural, e neste caso, aos assentamentos, deveriam contemplar ações que considerassem esta mudança de perfil. Os financiamentos, por exemplo, destinados aos assentados, deveriam contemplar as famílias pluriativas que obtém renda de variadas atividades não-agrícolas. A ausência de um planejamento na ocupação das áreas rurais faz com que os assentamentos de reforma agrária sejam essencialmente agrícolas.

Entretanto, se se considerar esta mudança de perfil, onde as atividades não-agrícolas ganham importância, a terra deixa de ser o elemento principal da produção no campo, com rebatimentos na reforma agrária. As atividades agrícolas, desenvolvidas essencialmente na terra, tornar-se-iam atividades secundárias. As atividades que não exigem de terra para serem desenvolvidas, ou que não tem na terra o elemento principal da produção, assumiriam maior relevância. Assim, a terra perderia sua importância como um meio de produção no campo (assentamento), pois os trabalhadores, desenvolvendo atividades não-agrícolas, necessitariam de pouca terra para sobreviver.

A idéia de retirar a importância da terra como um meio de produção, está comprometida com o interesse dos grandes proprietários de terra. Não sendo importante

⁵² Alguns estudiosos da agricultura brasileira, onde se destaca José Graziano da Silva (1993), afirmam que o campo brasileiro está passando por um processo de urbanização e industrialização, não sendo mais considerado um espaço eminentemente agropecuário. O desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como lazer, turismo ecológico, prestação de serviços, construção civil, além de outras atividades seriam consideradas estratégias de sobrevivência da agricultura familiar.

na produção agrícola, a terra poderia continuar concentrada nas mãos da classe latifundiária.

A proposta de uma reforma agrária que contempla a necessidade das famílias desenvolverem atividades não-agrícolas/agrícolas, tira da discussão o principal elemento da reforma agrária: a terra. Nesta “reforma agrária”, a propriedade privada da terra e conseqüentemente a concentração da terra nas mãos de poucos, não seria atingida e as classes dirigentes (burguesia e proprietários de terras) estariam livres de qualquer ameaça de democratização da posse da terra.

Portanto, um assentamento rural que possui a proposta de desenvolvimento e implementação de atividades não-agrícolas, é um assentamento que interessa aos latifundiários e não aos trabalhadores rurais. Em última análise, é a não realização da reforma agrária, ou seja, uma forma para que as terras continuem nas mãos de quem nela não trabalha e nem produz.

Os pequenos agricultores e assentados, inseridos na dinâmica capitalista macroeconômica, são impelidos para fora das atividades agrícolas para garantir sua sobrevivência. Entretanto, toda a mobilização dos trabalhadores através dos movimentos sociais no campo é a evidência de que os trabalhadores excluídos querem entrar na terra, ou seja, querem e exigem o seu direito de ser agricultor assentado.

Uma série de medida administrativa e diretiva foi tomada no sentido de sanear e solucionar as dificuldades financeiras da Coagri. O número de funcionários foi diminuído drasticamente com manutenção apenas naquelas atividades essenciais e que tem trazido algumas vantagens econômicas. Diminui-se também o tamanho da Coagri, procurando priorizar alguns setores e regiões mais dinâmicas (industrialização de conservas, por exemplo), como foi visto anteriormente.

Em meados de 2001 a organização da Coagri em unidades sofreu modificações e a cooperativa deixou de atuar na comercialização de insumos e produtos dos assentamentos. As instalações das unidades foram fechadas ou arrendadas/alugadas para empresas particulares e outras cooperativas.

Embora as principais linhas de produção continuem sendo a produção de leite (repassada para Sudcoop - Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda), indústria de conserva e apesar do baixo estímulo e dificuldades, a produção de grãos (milho, soja,

feijão), a maior parte dos grãos é comercializada com as empresas e cooperativas que arrendaram as instalações das unidades da Coagri. A foto a seguir (foto 05) indica que as atividades de comercialização de uma das unidades da Coagri (unidade do Cavaco) são feitas pela empresa agromáquinas de compra e venda de cereais.

Outra medida para sanear a Coagri é a convocação dos devedores (assentados), para saldar seus débitos e efetuar negociação das dívidas. Este é um processo lento e complexo, pois a direção da Coagri, sendo também formada por trabalhadores assentados não se sente à vontade para executar dívidas da mesma forma que faria uma empresa comercial. “A Coagri não vai tomar uma ou duas vaquinhas que o cara tem para produzir leite para seus filhos”.(Diretor da Unidade de Rio Bonito do Iguazu da Coagri, Danilo, 2001).



Foto 5 – Instalações Arrendadas da Unidade do Cavaco

Uma parcela dos assentados não tem demonstrado compromisso com a cooperativa e o fato de associar-se a ela foi motivada por interesses imediatos; econômicos, sobretudo. Não existe afinidade políticas no sentido de construir a Coagri enquanto um instrumento de luta destes trabalhadores. Isto pode ser verificado até pela comercialização da produção, quando os assentados inadimplentes junto à cooperativa, comercializavam sua produção com intermediários para que não fossem abatidas as suas dívidas.

A partir do momento que os benefícios se escassearam, a participação de parte dos assentados na cooperativa ficou comprometida. Este distanciamento provocado pelas dívidas dos assentados é verificado também no fato de compra de insumos, ferramentas, sementes fora da Coagri. A cooperativa não é vista como se fosse deles, mas como uma empresa econômica.

Muitos assentados vêem a cooperativa como se fosse da direção. As decisões centralizadas pelo MST para garantir as linhas políticas do Movimento para a Coagri também contribuem para desestimular a participação dos assentados na Coagri. O ex-gerente comercial da Coagri fala da falta de um de espírito cooperativista dos assentados, evidenciando a discrepância entre compreensão de produção do assentado e da cooperativa.

“Aí, quanto toda a estrutura da cooperativa estava muito bem montada, e tudo o que a gente faz é bem feito e eu tenho o maior orgulho, faltou fidelidade cooperativista do assentado, porque muitos não compravam e nem vendia na cooperativa”. (Ex-Gerente Comercial da Coagri, Nilo, 2001).

Mas, uma parcela significativa dos assentados visualiza a cooperação agrícola e a Coagri além dos benefícios econômicos imediatos, ou seja, vê a cooperativa também como um instrumento de luta, tanto política como econômica.

“Eu diria que quase todos queriam entrar Coagri porque não adianta somente a terra. Aí o pessoal vê na cooperativa a possibilidade de conseguir assistência técnica e uma forma de sair do tradicional com o desenvolvimento de linhas de produção como é o caso do leite, produção de pepino em conserva e soja orgânica, que estão sendo implantadas pela Coagri”. (Diretor da Unidade de Laranjeiras do Sul da Coagri, Gilmar, 2001).

Foi observado entre os assentados, compromisso e reconhecimento da importância da Coagri nos assentamentos. Os benefícios conquistados através das ações da Coagri como roças nos acampamentos, existência de supermercados e agro-veterinária em localidades que empresário nenhum iria se instalar, contribuição na organização de ocupações, marchas e as mais diversas formas de luta possibilitaram a compreensão da necessidade de manutenção da Coagri. Esta parcela dos assentados sabe do valor da Coagri e demonstraram nas entrevistas e questionários aplicados sua preocupação e empenho na solução das dificuldades econômicas enfrentadas pela cooperativa.

A concepção de cooperação agrícola a partir de um grande empreendimento econômico se mostrou equivocada, verificada pelas dificuldades econômicas e políticas enfrentadas pela Coagri. Esta forma de desenvolvimento de ações coletivas nos assentamentos, como é o caso das cooperativas na forma de uma CPS (Cooperativas de Prestação de Serviços - Regional) não está conseguindo cumprir satisfatoriamente o propósito de se constituir num instrumento de organização dos assentados.

As Cooperativas de Prestação de Serviços, como é o caso da Coagri, que surgem como uma alternativa a CPA, foi constituída como a principal forma de atuação do MST nos assentamentos da região Centro-Oeste/Pr. A Coagri iniciou suas atividades a partir da organização dos núcleos de produção, mas a idéia de fazer da cooperativa um instrumento de luta, não se completou, apresentando dificuldades na acumulação de força política para o MST. Segundo Carvalho (1999), esta deficiência é resultado não só do método de cooperação das CPS, mas “... deixou-se de perceber que poderia ter sido a própria cooperativa, enquanto ‘ferramenta’, a causa do problema”.(Carvalho, 1999, p. 31).

A idéia foi de que a implementação de uma grande empresa cooperativa, com forte presença no mercado ampliaria o potencial de organização dos assentados. Mas, o que se observou foi um distanciamento da base nos assentamentos. Isso não significa que a organização dos assentados numa cooperativa somente seja viável se for uma cooperativa pequena. A questão não está necessariamente no tamanho, mas na concepção de cooperativismo e de desenvolvimento de ações coletivas nos assentamentos.

Como foi visto, os projetos de investimentos em infraestrutura (armazéns, transportes, instalações, sedes) com os recursos do teto II, permitiram a criação de um empreendimento econômico complexo. A organização da Coagri e, conseqüentemente, dos núcleos de produção, foi feita em grande parte com o objetivo de alocação de recursos do teto II do Procera.

A forma como os agrupamentos de assentados e núcleos de produção nos assentamentos Ireno Alves do Santos e Marcos Freire foram implementados e organizados também contribui para confirmar a idéia de que a Coagri deu prioridade à produção nos assentamentos para formar uma base de sustentação das propostas do MST.

A tarefa de estruturação dos grupos de assentados e núcleos de produção coube mais a um grupo de técnicos do que a militantes e dirigentes da cooperativa e do MST.

Em estudo realizado por um assentado e aluno do curso Técnico de Administração de Cooperativas no Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária) sobre a nucleação do assentamento Ireno Alves do Santos, existe a avaliação negativa das experiências desenvolvidas em torno dos núcleos neste assentamento. Atribui-se parte da deficiência, à própria direção do MST e da Coagri, que se preocuparam mais com a luta econômica.

“As direções do MST e da Cooperativa e os militantes falharam ao delegar para a equipe técnica vinda do Projeto Lumiar o trabalho político-ideológico, sendo que era um trabalho de sua responsabilidade (...) não conseguindo dar um bom acompanhamento, formação e consciência política organizativa aos assentados e salto de qualidade na cooperação” (Andreato, 2000, p. 22).

Os técnicos do Lumiar não atuam mais na assistência técnica nos assentamentos com a extinção deste Projeto em todo o Brasil. Inserida na idéia de “descentralização da reforma agrária” proposta pelo MDA/Incrá (Ministério do Desenvolvimento Agrário), a assistência técnica oficial nos assentamentos está sendo colocada sob responsabilidade da Emater e Secretaria Municipal de Agricultura. Acrescenta-se que uma parcela dos assentados ficou sujeita à assistência técnica fornecida por empresas privadas de compra e venda de cereais, principalmente.

Um dos motivos do governo federal para o cancelamento de convênios de assistência técnica e extensão do Projeto Lumiar no Paraná, foi o fato do Incra entender que os técnicos desenvolviam mais atividades políticas e de organização dos trabalhadores assentados, estimulando as ocupações de terra, por exemplo, do que a função de prestar orientação técnica nos assentamentos. Entendeu ainda que existia um forte controle das cooperativas nos assentamentos sobre o corpo de técnicos das Equipes Locais de assistência técnica do Lumiar, desautorizando as orientações e diretrizes de assistência técnicas elaboradas pelo Incra, como se aquela assistência prestada pelos técnicos servisse ao MST e não aos assentados.

Por outro lado, o fato de suspensão do Projeto Lumiar de assistência técnica por parte do Incra, indica a preocupação desse órgão com a organização política dos assentados. As cooperativas, inclusive a Coagri, se constituíam como centro de gestão da

assistência técnica, e não o Incra, que desempenhava uma atividade acessória com a tarefa de financiar e não dirigir a assistência técnica nos assentamentos.

O controle da assistência técnica exercida pelas cooperativas, além de outros motivos, como a centralização da elaboração de projetos de custeio e investimento, contribuiu para que a Coagri se constituísse como um importante instrumento de força política e gestora de recursos destinados aos assentamentos. Isto motivou uma dura investida do MDA/Incra principalmente, contra as cooperativas dos sem-terra no sentido de enfraquecimento político através de um estrangulamento econômico. A não liberação de recursos para os assentados do P. A Marcos Freire é uma evidência desta investida.

O fim do Projeto Lumiar colocou dificuldades até para elaboração dos projetos de custeio e investimentos pelos assentados. Na ausência dos técnicos do Lumiar, muitos projetos não puderam ser elaborados de forma satisfatória.

Foram inúmeras as denúncias feitas pelo governo federal para desgastar as cooperativas diante da opinião pública com enorme propaganda na imprensa nacional sob a alegação de desvio de verbas da reforma agrária. O repasse de dinheiro pelos assentados à cooperativa, geralmente 3% dos recursos financeiros liberados pelo Incra, foi encarado como um caso de polícia, para enfraquecer a cooperativa como um instrumento de luta dos assentados.

As cooperativas e os assentamentos do Estado do Paraná foram os mais atingidos com auditorias e as investidas do Incra e da imprensa.

“O esquema montado em Bituruna—município que segundo o Incra há irregularidades—é amador se comparado a outro implantado no município de Laranjeiras do Sul, também no Paraná. Ali o MST controla uma cooperativa com porte de média empresa. Chama-se Coagri. É administrada por 11 diretores, todos provenientes dos quadros do movimento dos sem-terra.” (Souza, 14/05/2000, p. A13).

A fúria do Incra e dos meios de comunicação foi motivada pelo fato da Coagri se tornar um importante mecanismo de viabilização das lutas do MST. Enquanto a cooperativa desempenha papel essencialmente econômico no sentido de viabilizar a produção no assentamento, ela foi valorizada pelos órgãos oficiais. Mas, quando passa a desempenhar uma função mais vinculada à luta política, os setores dominantes e contrários ao MST mobilizaram recursos ideológicos e econômicos para inviabilizá-las. Isso foi o que ocorreu com a Coagri.

Embora a prioridade da cooperativa fosse a organização da produção, ela possuía grande capacidade de mobilização dos assentados para alocação de recursos financeiros, infra-estrutura e assistência técnica, projetos, etc. Esta capacidade de mobilização causou as investidas do Incra e isto indica que as cooperativas têm lugar nos assentamentos enquanto uma ferramenta de luta dos trabalhadores assentados.

As investidas do governo federal para desestabilizar o MST, somadas ao fato de que uma grande parte dos assentados já tinham esgotado o limite de financiamento de projetos (teto II), deixou a Coagri completamente desorientadas, marcando o esgotamento deste modelo de cooperação.

Este modelo de cooperação não valorizou as pequenas receitas. Tudo tinha que ser grande. A cooperativa não se constituiu numa alternativa de organização produtiva para os assentados fora dos limites de um instrumento de alocação de crédito, comercialização de safras, insumos e máquinas. Em avaliação da direção do MST sobre a cooperação nos assentamentos estão sendo propostas de mudança na organização dos assentamentos.

“Nesta fase nós deveremos valorizar mais a mão-de-obra que os recursos e financiamentos. Voltar a reconstruir a concepção que é possível organizar as cooperativas de produção tendo como base a terra e a mão-de-obra. O crédito passa a ser complementar”. (MST, 2002, 04).

Diante da “crise”, não só da Coagri, mas do modelo de cooperação como uma grande empresa econômica, o MST está procurando implementar propostas diferentes daquela sustentadas na capacidade de alocação de empréstimos financeiros, mas no trabalho e na terra, voltando-se para dentro dos assentamentos.

No contexto de expansão e crise econômica da Coagri foi possível, apesar da prioridade secundária, desenvolver atividades de organização da base nos assentamentos. No interior da proposta de racionalidade econômica e gestão empresarial da Coagri e dos assentamentos são criadas formas de luta e resistência como a organização e formação dos núcleos de produção.

Foi pela Coagri que se organizaram os núcleos de produção, abrindo-se como possibilidades de resistência camponesa onde se constroem formas de organização econômicas alternativas sem assimilar os modelos de inserção mercadológica. Não se trata de obtenção de renda pela integração/inserção, pois o mercado capitalista já apontou que não há lugar para os camponeses. A resistência em forma de núcleos também não é

somente uma forma de organização para obtenção de renda na produção, mas de resistência à transferência de renda. Portanto, a fatia da renda que cabe aos assentados está sendo cobrada do Estado por meio das lutas e não de uma forma de organização da produção que tem como parâmetro a “sustentabilidade” pela produção de mercadorias.

A forma moderna e racional de fazer política por meio da organização e desenvolvimento das forças produtivas e a proposta de gestão empresarial como foi a Coagri, implicou na possibilidade de criação de outros espaços de socialização política, revelando um desigual desenvolvimento de relações. A força popular que marca as ações do MST permitiu o surgimento do descompasso entre a forma econômica e não-econômica dos assentados exercitar a política. Assim, se a direção da Coagri pautou-se na necessidade de constituição de uma empresa (cooperativa) para inserir os assentados no mundo da mercadoria e construir o exercício da política, de outro lado, a cooperativa possibilitou que outras formas de manifestações políticas pudessem emergir, como foi o caso dos núcleos de produção, por exemplo.

Acrescenta-se ainda que foi por meio da Coagri que se procurou forjar identidade política entre os assentados para a realização de lutas para reivindicar direitos e benefícios comuns. Foi por meio dos núcleos de produção formados pela Coagri que se realizaram lutas para a conquista de recursos financeiros para investimento e custeio de lavoura, construção de estradas e habitações nos assentamentos, melhoria das condições de saúde e educação, etc. Além disso, os núcleos proporcionaram condições para a realização de discussões que resultam numa compreensão da sociedade organizada de forma a possibilitar igualdade de oportunidades de acordo com o trabalho e habilidade de cada pessoa.

Assim, os assentados não se aglutinam apenas para busca de benefícios imediatos. São capazes de visualizar projetos políticos coletivos. Aliás, a própria Coagri pode ser considerada iniciativa de projetos coletivos entre os assentados.

CAPÍTULO - IV

IV – CAMPONESES E A RESISTÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS DO CENTRO-OESTE/PR

*“Deixe-me viver
Deixe-me falar
Deixe-me crescer
Deixe-me organizar”.*
(Pe Enoque Oliveira).

Introdução

As cooperativas de reforma agrária são construídas como um empreendimento econômico para atuar nos assentamentos rurais. A compreensão do MST é de que esta é uma forma dos assentados se manifestar politicamente e desenvolver ações coletivas. Assim, as cooperativas implantadas nos assentamentos contribuem na realização de lutas para garantir a reprodução e existência dos camponeses assentados.

Foi a Coagri, mesmo concebida e construída como uma empresa econômica, que operacionalizou a formação de núcleos de produção nos assentamentos. Estes núcleos se constituíram mais como base do MST nos assentamentos do que um instrumento de viabilidade de modernização da agricultura. Foi por meio dos núcleos de produção que se viabilizam um conjunto de atividades coletivas nos assentamentos.

Os núcleos de produção, que ficaram para segundo plano em vista da possibilidade de grandes investimentos na infraestrutura da Coagri, proveniente de financiamentos oficiais, se constituem como estratégias de reprodução dos camponeses assentados.

Estes núcleos formam a base da organização do MST nos assentamentos e são responsáveis pela viabilização de lutas de resistência camponesa. A luta dos assentados nos núcleos vai à contra-mão da “lógica” expropriatória das relações de produção capitalistas que leva ao desaparecimento dos camponeses assentados.

A partir de meados 2001, o MST passou a mobilizar esforços no sentido de organizar núcleos de base nos assentamentos de todo o Paraná como forma de reação e resposta à política de desgaste do Movimento do governo federal. Mas, a Coagri, desde a sua fundação (1993) já iniciara experiência de organização em núcleos (núcleos de produção), conforme visto anteriormente, que ficou para segundo plano com a

possibilidade de expansão da cooperativa enquanto empresa econômica de comercialização da produção dos assentamentos. Além do plano secundário, os núcleos de produção se enfraqueceram ainda mais com a crise econômica da Coagri.

De outro lado, existem em praticamente todos os assentamentos visitados, grupos de assentados formados como organização remanescente dos acampamentos. Nem sempre estes grupos tem vínculo com a Coagri ou MST. Entretanto, estes grupos de assentados, assim como os núcleos de produção, são formas de organização nos assentamentos que permitem a realização das lutas e resistência.

Organizados dessa forma (núcleos e grupos), os camponeses dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema adverso (capitalismo). Enfim, os grupos de assentados e núcleos de produção operacionalizam as ações coletivas. Trata-se de um coletivo que está centrado nas relações sociais e não na produção de mercadorias.

Embora os núcleos de produção, principalmente, tenham surgido pelas “mãos” da Coagri/MST, existe a compreensão de que os camponeses têm dificuldades de se constituir em sujeitos políticos coletivos. Isto ocorre, segundo o MST, porque os assentados (camponeses) não possuem consciência coletiva. Assim, é necessária a superação das características camponesas dos assentados para a aceitação da coletivização da produção, portadora de consciência coletiva.

Esta compreensão de campesinato do MST está profundamente comprometida com as concepções do Partido Comunista, pioneiro no trabalho junto aos camponeses, e das idéias forjadas no transcurso das revoluções socialistas. Mas, os assentados nos grupos e núcleos manifestam-se politicamente sem necessariamente estar vinculados às formas tradicionais de fazer política como o partido, sindicato, etc.

4.1 – Os grupos de assentados e núcleos de produção nos assentamentos

Os núcleos de produção dos assentamentos são um agrupamento de famílias que tem por objetivo planejar e organizar a produção sem necessariamente coletivizar as terras, instrumentos, trabalho e gestão da produção. Possuem também o objetivo de organizar e realizar lutas e reivindicações que extrapolam a esfera econômica e produtiva.

Os núcleos pressupõem uma relação orgânica com a Coagri e com o MST e foram formados basicamente a partir da organização da cooperativa, que colocou como condição para a filiação, a formação e participação nos núcleos de produção, como visto anteriormente. O plano secundário em que ficaram os núcleos durante um determinado tempo, somado ao desmantelamento da Coagri em 2001 levaram ao enfraquecimento deles nos assentamentos.

Existem diferenças entre núcleos de produção e os grupos de assentados. Os grupos de assentados estão presente na maior parte dos assentamentos da região Centro-Oeste/Pr e não possuem necessariamente vínculo com a cooperativa. Os grupos também são uma aglutinação de assentados para operacionalizar as lutas e viabilizar benefícios.

Embora os núcleos de produção se encontrem em dificuldades organizativas e os assentados se reúnam mais para obtenção de benefícios imediatos como a elaboração de projetos de custeio e investimento, eles se constituíram na base do MST no assentamento. Na foto a seguir (foto 06) verificam-se membros de núcleos reunidos no assentamento Nossa Senhora da Vitória, no município de Goioxim, para discutir sobre a construção de moradia com recursos do crédito habitação.



Foto 6 - Membros de Núcleos Reunidos no Assentamento Nossa Sra. Vitória - 2002.

Os núcleos de produção passaram por várias mudanças e praticamente não estão mais organizados da forma como a Coagri os concebeu. Aproximadamente 25,0 % dos

núcleos de produção estão em funcionamento de forma semelhante aquela que Coagri os organizou. O restante desenvolve suas atividades diferentes ou desvinculadas organicamente da cooperativa ou estão desativados. Mas, isso não indica que os núcleos estão desativados e desvinculados das lutas em geral do MST.

Muitos núcleos de produção se transformaram em grupos de assentados. Assim, os núcleos de produção passaram a se expressar também como grupos de assentados vinculados ao MST com o fim das atividades desenvolvidas pela Coagri.

Encontram-se (01/2002) desenvolvendo algum tipo de atividade 67,3% dos núcleos ou grupos de assentados. A outra parte (32,6%) está desativada, motivada, sobretudo pela crise da Coagri e também pelas divergências de encaminhamentos das lutas. No ano de 2001 foram desativados 6,1% dos núcleos; em 2000, foram desativados 12,2%; em 1999, deixaram de desenvolver atividades 6,1% dos núcleos. Antes de 1999 encontravam-se desativados 8,1 % dos núcleos.

Os núcleos que passaram por algum tipo de mudança nas suas atividades de produção (linhas de produção, trabalho/produção coletivo) atingiram um índice de 48,9%. Aqueles que não alteraram suas atividades desde a fundação correspondem a 51,1% do total.

Uma parcela dos núcleos de produção vinculada Coagri (32,6 %) iniciou alguma atividade de produção/trabalho coletiva. Atualmente, apenas 16,3% desenvolvem alguma atividade de produção/trabalho coletiva mesmo sem contar com o acompanhamento da cooperativa. Verifica-se que a produção coletiva não é a atividade que se destaca dos núcleos e grupos de assentados.

Existe uma variação muito grande de atividades associativas mediadas pelos grupos e núcleos de produção. Existem núcleos de produção onde o trabalho e produção coletiva é mais intensa. Este é o caso do núcleo de produção no assentamento 08 de Junho no município de Laranjeiras do Sul. Apesar do pequeno número de famílias vinculadas ao núcleo (06 famílias), estão sendo amadurecidas condições para a criação de uma CPA. Neste grupo estão sendo desenvolvidas de forma coletiva 26 alqueires de lavoura (soja, milho, feijão) e 04 alqueires de pastagem (ovelhas, principalmente). Além da exploração coletiva da terra, está se iniciando piscicultura de forma coletiva/comunitária. A apropriação de máquinas, tratores e implementos, também são coletivos.

Nem sempre são os interesses imediatos que movem tais assentados a desenvolver atividades em núcleo de produção coletiva. A formação do grupo coletivo no assentamento 08 de Junho foi motivada também pelas afinidades políticas, pois parte dos membros eram militantes e diretores do STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais) de Rio Bonito do Iguaçu, considerado sindicato combativo e base de formação do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) no Paraná.

Existem também núcleos que possuem máquinas, ferramentas, animais e terra coletivizados por parte do núcleo, ou seja, quatro ou cinco famílias de um determinado núcleo ou grupo adquirem coletivamente máquinas, instrumentos, desenvolvem condomínio de produção de leite, etc. Este é o caso do núcleo Chico Mendes no assentamento 29 de Agosto em Goioxim, que possui 10 membros ao todo e 4 famílias não participam do coletivo de máquinas e ferramentas. Neste assentamento ainda, os grupos e núcleos se juntaram para formar uma associação, a Associação São João de Produtores Assentados.

Considera-se ainda que uma parte da produção coletiva não está norteadas pelas orientações do MST/Coagri, passando mais pelas afinidades de parentesco e amizade do que por uma concepção política de coletivização, semelhante àquela das CPAs.

A Associação de assentados é outra forma de desenvolvimento de organização nos assentamentos e também pode ser um núcleo de produção vinculado a Coagri/MST. Esta forma de organização (associação) está presente em praticamente todos os assentamentos visitados, sendo geralmente uma associação para aquisição de maquinários, insumos e infra-estrutura. Após a criação do Proceara em 1986 e possibilidade de alocação de créditos, o Incra estimulou a formação de associações.

As associações também se constituem a partir de grupos de assentados no assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. Nestes assentamentos, os grupos, remanescente do acampamento, se apresentam como uma organização mais de natureza política, e a associação, mais preocupada com a produção. Assim, podem existir nos grupos de assentados, as associações (pode existir mais de uma associação no grupo) e uma parcela independente, que tem apresentado maior proximidade com as idéias do MST/Coagri. Muitas associações têm surgido independentemente da ação do MST e da Coagri.

As associações apresentam uma característica formal e geralmente são criadas por estímulo de órgãos oficiais (banco, Incra) do governo federal e também pelas secretarias municipais de agricultura. Este é o caso da Associação Cantagalinho, no assentamento Santa Luzia em Cantagalo, que possui relação muito próxima ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, embora o MST tenha orientado a maioria das decisões do Conselho.

As prefeituras têm estimulado a criação de associações, geralmente para criar um mecanismo de intervenção nos assentamentos. Isto pode ser verificado no assentamento Ireno Alves e Marcos Freire, onde a prefeitura do município de Rio Bonito do Iguaçu estimulou a criação de mais de 20 associações nestes assentamentos. Segundo assentados, a prefeitura tem estimulado a criação de associações para ter influencia nas decisões dos assentados e dificultar, entre outras influências, a possível criação de outro município a partir destes assentamentos.

“A prefeitura estimulou a criação de associações para ter a organização dos assentados sob o seu comando. Existem muitas associações aqui, e o argumento é que seria mais fácil de conseguir recursos se o pessoal estivesse numa entidade registrada e legalizada. Isto era porque a prefeitura tinha receio da autonomia do assentamento, e como ele é muito grande, com cerca de 28.000 ha e muitas famílias assentadas, poderia se criar um outro município e ficar com os royalties da usina de Salto Santiago que fica dentro do assentamento”.(Membro de grupo do assentamento Ireno Alves dos Santos, Enio, 2001).

Os grupos de assentados e núcleos de produção são uma referência para aglutinação de assentados para possíveis mobilizações ou desenvolvimento de atividades de produção agrícola. O objetivo na formação de núcleos, entre outros, foi o da organização dos assentados para estabelecer uma relação orgânica entre o MST, que mediados pela Coagri, centralizou atenção na dimensão produtiva, ou seja, a compreensão foi de que a organização da produção na forma de núcleos permitiria a organização dos assentados em outras dimensões.

Embora os núcleos fossem organizados pela Coagri para viabilizar a produção, eles se destacaram mais nas atividades de militância, mobilizações e luta. Existe um acúmulo de discussões políticas feitas em torno dos núcleos e grupos de produção. Assim, os camponeses assentados, organizados nos núcleos, vão construindo formas de participação política, mesmo num contexto adverso.

Embora houvesse uma boa receptividade dos assentados pela organização dos núcleos de produção no assentamento (praticamente todas as mobilizações dos assentados, tanto as de natureza política como econômica, são mediadas pelos núcleos e grupos), não houve uma expansão qualitativa dos núcleos e atualmente muitos estão esfacelados e encontra-se em dificuldades organizativas. A fala de um dos diretores da Coagri é ilustrativa:

“Num período de tempo não conseguimos massificar os núcleos de produção, mas em contrapartida nós conseguimos avançar. Conseguimos organizar bem os núcleos? Não. Os núcleos estão esfacelados? Estão. Mas, isso não determinou que nós recuamos na luta política. Bem ao contrário, contribuiu para a organização até dos pequenos produtores”.(Diretor da Unidade de Nova Laranjeiras da Coagri, Custódio, 2001).

A unidade existente entre as famílias dos núcleos não tem sido mediada pela produção agrícola necessariamente, mais pela identidade e afinidades políticas construídas no processo de luta. O núcleo não é um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização construído pelas afinidades políticas que oferece resistência à subordinação capitalista. Não é a produção, mas a identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados. Não é a produção que cimenta a unidade e organização dos assentados nos núcleos e grupos.

Nos núcleos e grupos se discutem todos os aspectos relativos aos assentamentos. Discute-se assunto como alocação de recursos financeiros, questão ambiental, de gênero, etc. Os principais assuntos das reuniões dos núcleos/grupos são as seguintes:

Assunto	Porcentagem
Alocação de recursos	97,9 %
Conjuntura política e econômica	61,2 %
Política agrícola/agrária	42,8 %
Dificuldades dos assentados	38,6 %
Linhas de produção	34,6 %
Infraestrutura	24,4 %
Cooperativismo	18,3 %
Produção orgânica	14,2 %
Questão de gênero	14,2 %
Questão ambiental	10,2 %

Fonte: pesquisa de campo

Tratando-se da apropriação dos meios de produção e exploração coletiva da terra, os dados indicam participação pouco expressiva dos assentados organizados nos núcleos

e grupos. As atividades dos núcleos e grupos que mais se destacam são aquelas de repasse de informações, organização de mobilizações/protestos e planejamento/discussões de atividades a serem desenvolvidas em cada lote pelas famílias assentadas.

Os dados das atividades coletivas desenvolvidas nos núcleos e grupos evidenciam o conteúdo político destas formas de organização nos assentamentos, e não podem ser consideradas como atividades políticas conservadoras, como geralmente se atribui aos camponeses. Os núcleos e grupos discutem assuntos e realizam um conjunto de atividades que viabilizam a resistência nos assentamentos. As principais atividades dos núcleos e grupos são as seguintes:

Tabela – 6 ATIVIDADES COLETIVAS DOS NÚCLEOS E GRUPOS	
Repasse de informações em geral	97,9 %
Planejamento/discussões/análise de conjuntura	97,9%
Organização de mobilizações/protestos	77,5 %
Utilização/aquisição de máquinas	40,8 %
Comercialização da produção	28,5 %
Produção e trabalho coletivo	18,3 %
Mutirão	6,1 %
Não Sabe	4,0 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Foi por meio dos assentados organizados nos grupos e núcleos que a Coagri estimulou a organização no interior dos assentamentos. Foram organizados também os pequenos agricultores, pois há importante participação de pequenas propriedades da região Centro-Oeste paranaense nas lutas. Somada às ações dos STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), a região foi a primeira do Estado a ter os pequenos agricultores organizados no MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Os pequenos agricultores também estão organizados em núcleos de produção e representa uma importante parcela dos associados e da comercialização da produção feita pela Coagri.

As fotos a seguir (foto 07 e 08) indicam a existência da sede do MPA, STR e secretaria do regional do MST e a proximidade física existente entre eles.

Apesar da organização dos núcleos de produção, grupos de assentados, associações, grupos coletivos e, principalmente, a cooperativa, como espaço de socialização política e desenvolvimento de ações coletivas é comum entre os assentados e os próprios diretores da Coagri e do MST se referir a determinado assentamento como se

fosse todo individual. Acrescenta-se ainda que as iniciativas coletivas não se desenvolvem porque existe uma diversidade social muito grande nos assentamentos.



Foto 7 - Sede do MST, MPA e STR em Cantagalo – 2002



Foto 8 - Sede MPA e STR em Laranjeiras do Sul – 2002

A diversidade de trajetórias de vida existente no assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, por exemplo, é considerada por parte dos assentados como uma das principais causas das dificuldades de realização de trabalho coletivo e formação de CPAs. É ilustrativa a declaração de um presidente de associação no assentamento Ireno Alves dos Santos:

“O maior problema do coletivo no Ireno Alves é que existe uma diferença muito grande entre as pessoas. Num assentamento muito grande assim, tem gente de todo lugar com cultura, religião, costumes muito diferentes um dos outros” (Presidente de Associação, Jaime, 2001).

Conforme dados da Divisão de Assentamentos e Conflitos Agrários do Incra do Paraná, citados por Muggiati (1996), logo após a ocupação das terras do grupo Giacomet, 47,3% das famílias acampadas são de empregados rurais temporários (bóias-frias), 11,3% trabalhadores urbanos, 8,6% desempregados urbanos, 9,0% arrendatários, 6,7% mão de obra familiar, 4,2% são meeiros, 2,8% empregados rurais permanentes, 1,4% desempregados rurais, 1,0% proprietários, 0,2% posseiros e 6,6% não especificados.

Segundo Carvalho (1999) a diversidade de trajetórias dificulta a formação de uma identidade política entre os grupos capaz de dar solidez às iniciativas de trabalho coletivo. No estudo sobre Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil, Carvalho (1999) relaciona as identidades sociais, resultantes de uma interação social, à possibilidade de coesão, e conseqüentemente o desenvolvimento de trabalhos associativos no interior dos assentamentos. A diversidade, segundo a origem, concepção política, costumes e um conjunto de relações sociais historicamente construído, dificulta a formação de unidade nos assentamentos capaz de criar ações políticas sustentadas na posse da terra, instrumentos, gestão e trabalho coletivo.

Por outro lado, a diversidade das trajetórias pode contribuir para a pluralidade de idéias e a abertura a diferentes propostas de organização da produção e lutas nos assentamentos. Assim, as diferentes trajetórias, ao contrário de dificultar, podem favorecer as discussões e debates entre os assentados sobre a viabilidade dos assentamentos. Mas, as dificuldades de implementação da coletivização da terra residem essencialmente na racionalidade econômica do camponês em que a família está colocada na base da sua organização produtiva.

A produção camponesa não é apenas uma forma de produção agropecuária, seja ela eficiente economicamente ou não. É mais do que produção agrícola. É uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto sujeitos no processo social. Implícito no conceito camponês está presente um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e tantas outras, que a denominação de “agricultor familiar” não permite compreender, embora o campesinato, como apontado por Chayanov, possua também como núcleo de reprodução a família.

Tratando ainda do assentamento Ireno Alves do Santos e Marcos Freire, verifica-se que os grupos de assentados remanescentes do período do acampamento continuam existindo independentemente dos problemas vividos pela Coagri. São nestes assentamentos que a organização em grupos de assentados estão mais presentes e consolidados. A partir destes grupos organizaram-se diferentes “sub-grupos” ou núcleos de produção com vínculos variados a comunidade externa, ou seja, aqueles mais próximos do MST/Coagri ou de órgãos oficiais (Incra, Emater) e poder local municipal.

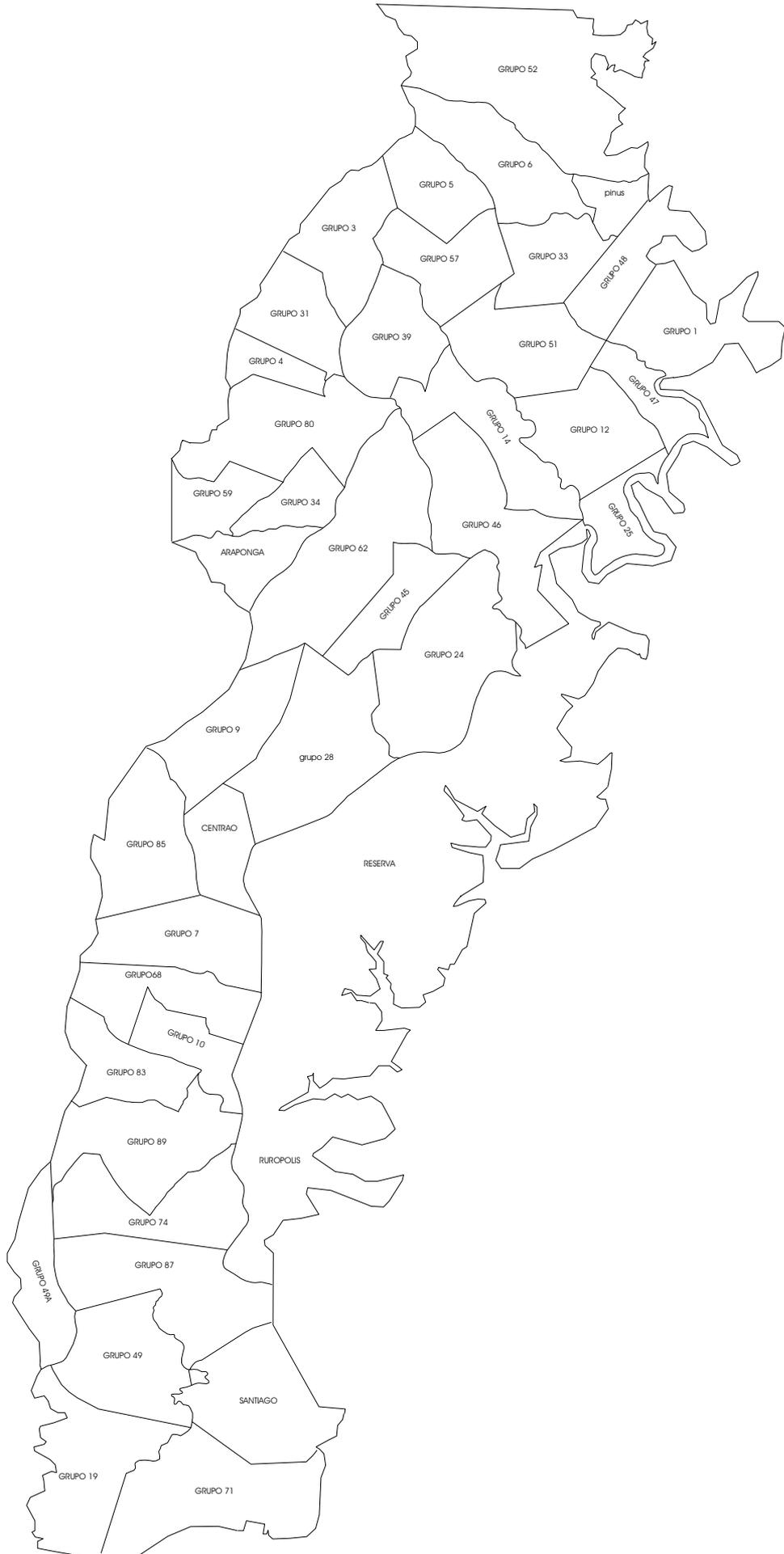
Os grupos nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire são originários dos 93 grupos do acampamento e variavam entre 30 e 40 famílias cada um que foram transferidos para o assentamento. Como não foram assentadas todas as famílias acampadas, os grupos foram parcialmente fragmentados, formando assim 56 grupos de assentados. Todas as discussões feitas no acampamento no sentido de organização dos assentamentos, inclusive aquelas discussões feitas para implementar produção coletiva, ficaram comprometidas, segundo lideranças do MST, com a fragmentação dos grupos e divisão dos assentados.

O estímulo da direção do MST e da Coagri para desenvolvimento de projetos de concentração de pessoas num determinado espaço e formação de núcleos de moradia para realizar atividades coletivas também não resultaram na formação de grupos coletivos ou CPAs. Nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire não existe nenhuma iniciativa de coletivização da terra, trabalho, ferramentas/instrumentos e gestão que tenha expressão política e econômica, embora estes assentamentos se constituíssem num grande potencial para ampliação das lutas e do MST.

As figuras a seguir (figura 2 e 3) indicam os grupos de assentados existentes nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE ASSENTADOS



ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE

Figura - 3

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE ASSENTADOS



Quando ocorreu a desapropriação da terra (fazenda Pinhal Ralo) uma parte das famílias se dirigiu para os lotes do assentamento e outra ficou na Vila Velha sem que a direção conseguisse acompanhar as decisões. A Vila Velha é um lugar de infraestrutura e antigas residências de operários da usina hidrelétrica de Salto Santiago que existe na área do assentamento. É importante lembrar que não existe eletrificação nos lotes dos assentamentos, apesar da usina hidrelétrica de Salto Santiago, no rio Iguaçu, estar instalada no interior assentamento.

A Vila Velha tornou-se o principal espaço de concentração das famílias recém assentadas. O Incra, somado às decisões tomadas pelos assentados, passou a estimular a ampliação deste núcleo de moradias, investindo inclusive construção de residências e infraestrutura para a formação do que denominam oficialmente de Rurópolis.

A concentração de pessoas e a elevação do número de habitantes do município de Rio Bonito do Iguaçu que passou, conforme o censo demográfico de 2000 para 11.909 (zona rural) e 1.877 (zona urbana), sendo grande parte residente no assentamento, promoveu significativas mudanças econômicas, sociais e políticas. Assim, a concentração de pessoas nos assentamentos e principalmente na Vila Velha poderia motivar a reivindicação de criação de um outro município e perda dos royalties da usina pelo município de Rio Bonito do Iguaçu.

Neste contexto de transformações sociais, políticas e econômicas, houve o empenho do poder público local para esvaziamento da Vila Velha por meio de dificuldades criadas para instalação de escolas, assistência médica, por exemplo, para os assentados que residiam na Vila. Atualmente (2002), a Vila Velha encontra-se praticamente abandonada, apesar dos esforços da direção do MST para criação de um núcleo de moradia e desenvolver possíveis projetos para exploração do turismo em vista da proximidade da barragem da usina de Salto Santiago e formações rochosas e canhões no rio Iguaçu.

Os membros dos grupos decidiram pela formação de 06 centros comunitários (Arapongas, Centrão, Vila Velha, Sebastião Camargo, Paraíso e Quatro Eclusas) onde existem escolas, estabelecimentos comerciais, instalações de prestação de serviços aos assentados, igrejas, etc. A construção da principal escola do assentamento e uma emissora de rádio na sede do antigo imóvel (fazenda Pinhal Ralo) passou também a polarizar uma

grande área. Na foto a seguir (foto 09) verifica-se um dos centros comunitários do assentamento Ireno Alves dos Santos (comunidade Arapongas).



Foto 9 – Comunidade Arapongas – 2002

No acampamento da Giacomet-Marodim (Pinhal Ralo), onde a Coagri teve forte presença, os grupos discutiram como seria a organização de mais uma unidade da cooperativa e como as instalações, supermercado, galpões, agro-veterinária estariam distribuídos na área do assentamento. Atualmente (2002) as instalações da Coagri no assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire encontram-se alugadas/arrendadas a empresas particulares ou abandonadas. Este é o caso do antigo supermercado da Coagri na comunidade Arapongas, conforme se verifica na foto a seguir (foto 10).

Os grupos de assentados e núcleos de produção nos assentamentos, bem como a própria Coagri, permitiram a territorialização da luta do MST. Os acampamentos e assentamentos são formas de territorialização da luta pela terra. Mas, a formação destes grupos e núcleos nos assentamentos possui uma prática política diferente daquela realizadas nos acampamentos, onde a conquista da terra é a luta principal. O núcleo permite um enraizamento na terra e o desenvolvimento de “espírito” coletivo e sentimento de pertencimento a um determinado território (assentamentos).



Foto 10 – Instalações Abandonadas da Coagri - 2002

4.1.1 – A constituição territorial dos assentamentos

O espaço é uma condição de reprodução das formas coletivas, comunitárias individuais e outras de organização social. A construção de condições materiais no espaço pela sociedade pode contribuir para o fortalecimento de relações solidárias, comunitárias, coletivas facilitando a tomada de consciência política.

Segundo Raffestin (1989) os territórios construídos no espaço podem ser trunfos em favor de determinados segmentos. No caso dos assentamentos a fixação na terra garante a territorialização dos assentados e sem-terra. Dessa forma, o espaço do assentamento se constitui como suporte de terminadas relações formando o território dos camponeses.

“O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”. (Raffestin, 1993, p. 144).

A forma como os lotes de terras estão demarcados nos assentamentos contribui para a dispersão das famílias e conseqüentemente o seu isolamento. O fato de cada família se encontrar no seu lote de terra nos assentamentos confere ao território um determinado conteúdo. Esta forma de organização espacial foi entendida como uma contribuição para o isolamento das famílias e conseqüentemente uma dificuldade para expressar resistência contra o modelo de sociedade dos dominantes (capitalista). É um entendimento de que esta organização espacial dificulta as lutas nos assentamentos.

Marx (1987), por exemplo, em *O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte*, embora estivesse mais preocupado com as relações capitalistas do que com as não-capitalistas (camponeses), subtende-se que o conteúdo conservador dos camponeses da França, dentre outros motivos, deve-se ao fato deles construir um território onde os lotes estão demarcados individualmente. Esta construção do território camponês contribuía para o seu isolamento e características conservadoras.

Segundo este entendimento ainda, a sua forma de organização da produção e auto-suficiência leva ao isolamento em pequenas propriedades. As trocas não se ampliam porque grande parte dos instrumentos é produzida pelos próprios camponeses. A unidade existente entre os camponeses é semelhante à unidade existente num “saco de batatas”. O isolamento dos camponeses em sua propriedade não permite o desenvolvimento de ações coletivas e dificilmente seriam capazes de pensar as relações sociais globalmente e na sua totalidade. As ligações locais não permitem a construção de interesses coletivos entre eles. Seu interesse é essencialmente individual.

Assim, os camponeses não se constituíam como uma classe com força política porque se encontravam fragmentados e isolados em suas pequenas propriedades.

“Os pequenos camponeses constitui uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiforme entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas... Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não

formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção”. (Marx, 1987, p. 137).

Se se pode afirmar que a organização geográfica (demarcação dos lotes, por exemplo) implica em formas de organização social; também é verdadeira a idéia de que a organização social implica no ordenamento espacial, construindo uma relação da sociedade para o espaço, e do espaço para a sociedade.

O espaço surge como condição de produção e reprodução, pois através de uma determinada organização espacial em núcleos, grupo, comunidades, cria-se a possibilidade de reprodução desta forma de organização social. A construção do território dos assentamentos contribui para a sua reprodução, ou seja, para o surgimento de novos assentamentos e territorialização das relações camponesas.

A aproximação dos lotes e relações de vizinhança pode contribuir para a realização de atividades coletivas e comunitárias. A eliminação do distanciamento e isolamento das famílias é uma condição para a construção de atividades comunitárias e coletivas. Neste sentido, a formação de núcleos de produção e grupos de assentados permite a aproximação e unidade entre as famílias assentadas, condição necessária para a construção da resistência.

O comunitário, característica dos camponeses, pode ser potencializado em lutas políticas amplas e questionadoras da ordem desigual capitalista. A partir da solidariedade e do “espírito” comunitário podem se construir relações que permitem ampliar as demandas por mudanças sociais de questionamento do poder e concepções socialistas. Portanto, estas formas comunitárias e solidárias de organização não devem ser desprezadas na potencialização da organização política e coletiva para o questionamento da ordem social capitalista.

Santos (2000, 2000b) elege o espaço urbano como privilegiado para a construção de relações solidárias e de resistência à dominação da globalização do capital, pois o espaço aproxima as pessoas. No campo, devido à forma como os camponeses constroem o seu território, existem dificuldades de tais ações de resistência por causa da distância da vizinhança. A aproximação das residências no espaço permite a ampliação dos laços de solidariedade entre as pessoas.

Segundo Santos (2000) ainda, a população aglomerada em áreas cada vez maiores permite maior dinamismo para a “mistura” de filosofias rebatendo o pensamento único da globalização do capital. O aglomerado populacional assegura novas possibilidades de interpretação do mundo.

A idéia é de que o aglomerado de pessoas permite a formação de uma economia, cultura e políticas, enfim relações sociais materializadas no espaço (território), que valoriza as relações entre a vizinhança na construção de experiências de solidariedade.

“A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual”. (Santos, 2000, p. 21).

Os vínculos comunitários e desenvolvimento de ações coletivas passam por relações de vizinhança e de demarcação dos lotes nos assentamentos rurais. São as relações de vizinhança construídas principalmente pela forma de organização geográfica com a demarcação dos lotes no assentamento que permitem a construção de vínculos, formando uma comunidade que poderá potencializar as ações coletivas. Mas, a organização espacial em si, não garante o desenvolvimento de ações coletivas, pois são as afinidades políticas construídas na trajetória de luta pela terra que contribuem para a aproximação de pessoas em torno de ideais comuns.

Deve-se considerar que existem diferentes interesses na sociedade, que podem ser sintetizados em torno do lucro, renda e trabalho. O espaço, condição de reprodução de diferentes interesses não uniformiza as relações quando estão envolvidos diferentes interesses sociais, ou seja, não suprime, na aproximação de vizinhanças, as contradições sociais. A vizinhança aproxima os interesses coletivos entre os assentados, mas não aproxima de lotes de terra quando se trata de latifúndios, mesmo que vizinhos dos assentamentos.

Bogo (1999) imputando também sentido econômico na luta dos sem-terra enfatiza que uma das formas de romper o isolamento camponês é a ampliação da relação com o comércio local como forma de dialogar com sociedade. O autor entende que o rompimento de isolamento com as relações no comércio local permitem ampliação da consciência social.

A visão econômica de que o resgate do camponês se dá no momento em que passa a produzir mercadorias também fica evidente quando diz que “os movimentos sociais se fortalecem quando conseguem entender que, através da luta econômica, podem impulsionar a luta política e mantê-la viva...”. (Bogo, 1999, p. 44).

A reforma agrária, que é vista como resgate dos trabalhadores e sua inclusão parecem ser feitas pela necessidade de comercialização da produção. Pode-se inferir a partir da argumentação de Bogo (1999) de que quando os assentados passam a produzir mercadorias e se inserir na economia mercantil ele se integra socialmente aumentando a possibilidade de consciência política e conseqüentemente a espacialização da luta pela terra.

“A reforma agrária é o resgate dos trabalhadores excluídos, na medida em que voltam a produzir de forma diferente, e com esta orientação entregam à sociedade produtos de boa qualidade, pagam impostos como qualquer cidadão, devolvendo assim, aos poucos e na totalidade, o que o Estado investiu para realiza-las”. (Bogo, 1999, 77).

O estabelecimento de relações de produção complexas contribui para o alargamento da visão das relações sociais bem como a modernização econômica. A modernização política não está necessariamente no fato do assentado assumir o discurso do socialismo e ditadura do proletariado, mas a construção de laços entre as pessoas que se tornam força social para lutar por mudanças estruturais na sociedade.

Mas, a modernização das relações sociais, como a superação da dominação pessoal e a ampliação de relações democráticas e igualitárias, não é alcançada somente pelo caminho da modernização técnica e desenvolvimento econômico. Se a modernização técnica é uma necessidade do capitalismo, o mesmo não se pode dizer da modernização das relações sociais. A democratização das relações entre os camponeses não vem necessariamente com a modernização das relações de produção na agricultura e desenvolvimento econômico, mas da construção de novas relações marcadas pelo enfrentamento à dominação capitalista. Trata-se do descompasso e desigual desenvolvimento das relações de produção (forças produtivas) e relações sociais (forças sociais), já referidas anteriormente no capítulo I.

O MST tem procurado estimular a aproximação das famílias assentadas de várias formas. A organização de cooperativas coletivas, os grupos coletivos, núcleos de moradias são algumas destas formas.

As cooperativas coletivas estimuladas pelo MST são uma forma de rompimento do isolamento entre os camponeses. A proposta de rompimento de isolamento está calcada na concepção leninista de realização de uma “revolução cultural” para eliminar a mentalidade “atrasada”, pois esta dificulta a ampliação das transformações na sociedade.

Mas, o “modelo superior” de organização, como afirma o MST, para aproximação das pessoas, não tem conseguido se reproduzir nos assentamentos. Como foi visto anteriormente, na área de atuação da Coagri existem apenas duas CPAs: a Coopcal, mais antiga, fundada em 1996, localizada no assentamento Terra Livre no município de Nova Laranjeiras e outra, a Coopatel, criada em 2001 no assentamento Maria Inês Ribas, no município de Guarapuava.

Em importantes assentamentos como o Ireño Alves dos Santos, Marcos Freire (Rio Bonito do Iguaçu), 3ª Conquista da União (Nova Laranjeiras) e Jarau (Cantagalo) não existem cooperativas de produção coletiva. Como a forma de cooperação “avançada” atinge apenas uma minoria da base nos assentamentos, o MST tem estimulado uma cooperação mais “simples”, sem a complexidade das relações interiorizadas nas CPAs. Este é o caso do estímulo à formação de núcleos de moradias para o desenvolvimento das ações coletivas.

Foram encontrados assentamentos na região Centro-Oeste/Pr em que os lotes foram demarcados de modo a aproximar as pessoas somente onde se encontram CPAs. Mas, por outro lado, os assentados acabam ocupando espaços de sede dos imóveis desapropriados onde se constroem núcleos de moradias, centros comunitários, escolas, etc.

Existe na região o Ceagro (Centro de Estudo e Formação Agropecuária), construído para a formação política e técnica dos assentados. Está instalado no município de Cantagalo numa área de 124 hectares desapropriada para este fim quando da realização de assentamentos na região. No Ceagro, são realizados cursos de formação técnica e política, produção de sementes, mudas, adubação, culturas de lavouras, criação, produção de leite, etc. Existe (2002) também uma turma de ensino fundamental freqüentada por filhos dos assentados tendo como professores/monitores os próprios membros do MST e com reconhecimento oficial.

Os recursos financeiros para a construção das salas de aula, biblioteca, refeitório, residências, dormitórios e demais instalações do Ceagro foram alocados por meio de

projetos elaborados pelo MST, com participação da Coagri, encaminhados para entidades estrangeiras e governo federal. O Centro foi construído numa região de grande número de assentamentos (região do Cavado) e surgiu como resultado das lutas desenvolvidas pelos sem-terra do Centro-Oeste/Pr.

“O Ceagro foi construído com grande participação dos assentados e surgiu aqui na região de Cantagalo e Cavaco porque é um lugar que surgiram muitas ocupações e assentamentos. Então tinha que fazer o Centro aqui e não perto da cidade. O povo estava aqui”. (Diretor do Ceagro, Bordinhão, 2001).

As fotos a seguir (foto 11 e 12) indicam um núcleo de moradias formado no assentamento Terra Livre onde existe a Coopcal e núcleo um núcleo de moradias formado a partir da ocupação de residências da antiga fazenda no assentamento Ireno Alves dos Santos, respectivamente.

Por outro lado, no entendimento de Brenneisen (2000), a formação de núcleos de moradia nos assentamentos e sua vinculação orgânica ao Movimento podem se constituir mais numa forma de controle. A autora considera ainda que esta forma de organização defendida pelo MST presta-se mais para garantir o domínio e controle sobre os assentados do que para a construção da emancipação. No interior destes grupos orgânicos os assentados se sentem amarrados às decisões tomadas por lideranças superiores. Assim, pode-se inferir a partir da compreensão da autora que o controle do MST sobre o território se traduz em domínio e controle dos assentados. (Brenneisen, 2000, p.173).



Foto 11 – Núcleo de Moradia no Assentamento Terra Livre/Coopcal –2002



Foto 12 – Núcleo de Moradia no Assentamento Ireno Alves do Santos – 2002

No contexto de aproximação das pessoas nas relações de vizinhança está inserida a existência dos núcleos de produção e grupos de assentados. Os núcleos e grupos permitem a articulação entre os espaços, formando uma rede de relações sociais politizadas nos assentamentos. A rede formada a partir dos núcleos se constitui num instrumento de poder, potencializando a organização dos assentados e atendimento de seus interesses.

Segundo Corrêa (1996), as redes podem ser consideradas como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” representadas por fluxos e fixos e construída pelas ações humanas. (Correa, 1996, p.107).

“Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser ainda constituído pelas agências de um banco e os fluxos de informações que circulam entre elas, pela sede da Igreja Católica, as dioceses e paróquias ou ainda pela rede ferroviária de uma dada região. Há, na realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre.” (Corrêa, 1996, p.107).

As redes geográficas se constituem numa estrutura territorial capaz de reproduzir as relações de classe sociais, como por exemplo, a realização da mais-valia, motor da acumulação capitalista. Por outro lado, pode-se afirmar também que a rede de núcleo de

resistência camponesa constitui-se numa forma de organização espacial elaborada a partir de agentes sociais, contestadores da ordem estabelecida. Um conjunto de localizações interconectadas pode se realizar de inúmeras formas.

A formação de redes a partir dos núcleos de resistência pode potencializar a negação de uma sociedade dividida em classes. Se por um lado, o capital constrói uma rede de relações territorializadas no espaço para viabilizar sua reprodução, os trabalhadores também as constroem, no sentido de negar a reprodução da sociedade dividida em classes, como fazem os assentados e o MST.

A rede existente com os núcleos e grupos permitem a ampliação da área de ação dos assentados articulando um quadro territorial menor (assentamento) aos processos gerais com discussões e encaminhamento de grandes questões e temáticas debatidas nacional e internacionalmente. As informações trazidas e discutidas no interior dos núcleos e grupos permitem o assentado se contextualizar da conjuntura política, social e econômica a partir de uma análise elaborada pelos próprios trabalhadores.

Assim, a formação dos núcleos de produção e grupos de assentados está inserida no processo de resistência e luta desenvolvida pelos camponeses. Por meio dos grupos de assentados e núcleos de produção, os camponeses dos assentamentos realizam um conjunto de atividades coletivas caracterizadas pela resistência e se constroem enquanto sujeitos políticos.

Entretanto, a compreensão do MST é a de que os assentados por estarem inseridos num processo de produção camponesa não possuem consciência coletiva. A superação das características camponesas dos assentados é uma necessidade para aceitação da coletivização para intensificar a participação do processo político nos assentamentos. Mas, qual a compreensão de campesinato do MST?

4. 2 – A compreensão de campesinato do MST

Um dos obstáculos para o desenvolvimento do trabalho coletivo nos assentamentos, segundo o MST, são as características camponesas dos assentados, que não apresentam consciência coletiva formada a partir da divisão do trabalho.

O entendimento do MST é de que resultante do processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A superação das características camponesa dos assentados seria uma condição para a realização das ações coletivas, materializadas na coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção. As cooperativas operacionalizariam a construção da consciência coletiva.

Neste entendimento, uma proposta elimina a outra, ou seja, o projeto camponês elimina o projeto de cooperativas coletivas. Neste sentido, é preciso silenciar o projeto camponês dos assentados para o desenvolvimento das cooperativas (CPA) e das atividades coletivas. A CPA tem como fim o estabelecimento de relações igualitárias entre os assentados operacionalizadas pela coletivização dos meios de produção.

As cooperativas foram consideradas prioritária para o MST se fazer presente nos assentamentos. Isto também ocorreu na região Centro-Oeste/Pr com a Coagri. A cooperativa foi visualizada como um instrumento de ampliação da capacidade de luta política por meio da luta na produção, ou seja, a Coagri, encarregada de dar direção às lutas nos assentamentos foi norteadas mais pela produção do que pela organização de base.

Martins (2000) reconhece dificuldades de implementação de concepções socialista do mundo entre os camponeses quando afirma que a propriedade privada, mesmo em uso comunitário, apresenta-se como um limite nas suas implicações políticas, sociais e ideológicas. A proposta de transformações social entre os camponeses estaria limitada a um curto e transitório período de luta pela terra. (Martins, 2000, p. 141). Estaria colocado ainda limite aos camponeses, onde se incluem os assentados e suas formas de organização por causa das características conservadoras de sua prática. As idéias conservadoras dos camponeses dificultariam a realização de intervenção profunda de transformadoras sociais. Estas idéias conservadoras do campesinato seriam verificadas pela defesa de alguns valores como a família, religião, comunidade, por exemplo.

“O que está em discussão (...) é a situação e o destino dos trabalhadores rurais e sua contradição mais aguda no contexto da militância e da ação política: o campesinato, especialmente os acampados e assentados (...) age em defesa de valores do conservadorismo clássico: terra, trabalho, família, religião e comunidade. A decorrente crítica ao MST e a CPT é justamente esta: como conciliar estes valores da tradição conservadora com a ideologia e a retórica das agências de mediação, baseadas nas concepções leninistas

do papel revolucionário da classe operária, que indevidamente atribuem ao campesinato?” (Martins, 2001, p.17).

Contrariando muitas vezes aquilo que Martins (2001) denomina de agências de mediação, os assentados recusam a produção coletiva (CPAs), sem necessariamente recusar o desenvolvimento de ações coletivas e militância política. A sua luta e seu potencial de transformação pode ser verificado através de várias manifestações, não havendo necessariamente contradição entre a defesa de valores camponeses, transformação social e militância política⁵³. A dura vida do camponês, acostada pelas dificuldades do trabalho na roça, contribuiu para fazer dele um sujeito destemido para a luta. Assim, as características camponesas são a força e não a fragilidade, como defende o MST.

A base material em que os camponeses estão inseridos não permite que eles se constituam enquanto sujeitos políticos. Há a necessidade, segundo este entendimento, de uma força unificadora e aglutinadora para que os camponeses possam participar do processo político⁵⁴.

A depreciação e eliminação das características camponesa dos assentados seriam uma necessidade, pois se constituía em forte obstáculo para o desenvolvimento econômico, social, político dos assentados. A própria territorialização das lutas, dependeria da superação das características camponesas dos assentados.

Esta idéia não é verificada apenas nos manuais e cadernos de formação e cooperação agrícola do MST/Concrab, mas também na fala dos militantes e daqueles que estão vivenciando e construindo as cooperativas nos assentamentos. Embora tecendo críticas à direção da Coagri, devido à característica concorrencial que a cooperativa assumiu, a declaração de um dos dirigentes de uma cooperativa coletiva (Coopatel) que está em início no assentamento Maria Inês Ribas, é ilustrativa: “O que dificulta o

⁵³ A conciliação entre valores religiosos e militância política, por exemplo, verificada na mística desenvolvida pelo próprio MST é ilustrativa. Aquilo que se apresenta como conservador (valores religiosos), pois a raiz da mística do MST está na religião, é convertido em fortalecimento de luta contra o poder capitalista. É uma luta contra o poder capitalista que se manifesta não apenas na luta pela terra, mas também na produção, com reivindicação por melhores preços dos produtos, assistência técnica, escola, participação, etc. Enfim é uma luta política realizada a partir daquilo que sempre foi entendido como conservador.

⁵⁴ O bonapartismo, por exemplo, valeu-se da ideologia da propriedade privada para “soldar” os interesses da burguesia e dos camponeses em torno de um Estado centralizado que aparece como representante de todas as

desenvolvimento do coletivo são os vícios e as características de artesão⁵⁵ do camponês assentado. É preciso superar isso”. (Dirigente da Coopatel, Sérgio, 2001).

Este pensamento não é unilateral e faz parte da concepção de ações coletivas nos assentamentos e cooperativismo do MST/Concrab. Nos cadernos de formação da Concrab, verifica-se entre outros objetivos orgânicos do SCA, a necessidade de mudança de concepção de organização da produção no campo.

“Transformar a ideologia do camponês: substituir o ‘meu’ pelo ‘nosso’ e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo”. - E ainda - “A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com a sua família. Fazendo deste o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo e criando tudo o que for ‘bicho’”. (Concrab, 1998, p.13 e 21).

O MST entende que os camponeses nos assentamentos não possuem “consciência revolucionária” por causa da forma como estão inseridos no processo produtivo. A necessidade de superação das relações camponesas dos assentados é verificada também no documento O Que Levar em Conta Para a Organização do Assentamento. (Concrab, 2001).

“Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista”.(Concrab, 2001, p.07).

Para o MST, a produção camponesa é semelhante ao artesanato, que já foi superado nas cidades. Esta produção semelhante ao artesanato deve também ser superada no campo; neste caso, nos assentamentos. A mais importante referência teórica do MST para

classes. Nas revoluções socialistas este papel representante dos camponeses foi desempenhado pelo proletariado.

⁵⁵ Conforme documento do MST (Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo), elaborado por Clodomir Santos de Moraes em 1896, fase inicial de formação do Movimento, existem comportamentos ideológicos que consistem em um complexo de valores determinados pelas funções que cada indivíduo desempenha no processo produtivo. “O comportamento ideológico do camponês é um processo de tipo artesanal, porque o camponês (este artesão do campo) opera em um processo produtivo único (sem divisão) no qual o produtor inicia e termina o produto” (MST, 1996, p. 12). Considera no mesmo documento, que existem vícios e desvios ideológicos determinados pelas formas artesanais de trabalho como: individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, sectarismo, liquidacionismo, aventureirismo e auto-suficiência.

justificar esta concepção é o estudo de Lênin, *Que Fazer?* (1988), publicado pela primeira vez em 1902, que trata de explicar os métodos artesanais, vinculados ao sindicalismo e a necessidade da organização profissional de militantes para desenvolver luta política e elevação da consciência proletária e conseqüentemente, revolucionária.

Em *Que fazer?* (1988), quando Lênin expressa face mais militante do que teórica, elaborado no contexto das disputas da hegemonia entre os Bolcheviques e Mencheviques, enfoca a luta econômica e política com ênfase, destacando a necessidade de se elevar a luta política além dos benefícios econômicos do sindicalismo. Era uma crítica de Lênin à luta política no terreno econômico. A questão era: “que fazer para levar aos operários os conhecimentos políticos?”. (Lênin, 1988, 64).

“Evidentemente, as tarefas políticas são inacessíveis a um círculo de ‘artesão’, enquanto estes não tomarem consciências de seus métodos artesanais e não se livrarem deles... esses artesões são incuráveis e as tarefas políticas em princípio lhes são realmente inacessíveis [*grifo do autor*]”. (Lênin, 1988, p. 82).

Lênin trata da prática revolucionária e o caminho a seguir neste processo, tendo que se combater os métodos artesanais e estabelecer a profissionalização da atividade revolucionária. A luta política deveria ainda ser organizada por profissionais formados para a revolução, procurando se contrapor ao espírito artesanal e ao espontaneísmo. Portanto, a revolução careceria da consciência política forjada com especialização de cada um em determinadas tarefas de luta.

“Através de nossos métodos artesanais, comprometemos o prestígio dos revolucionários na Rússia; é o nosso pecado capital em matéria de organização. Um revolucionário sem energia hesitante nos problemas teóricos, como horizontes limitados, justificando sua inércia pela espontaneidade do movimento de massa... não passa de um artesão digno de piedade” (Lênin, 1988, p. 98).

A espontaneidade contrasta-se com a disciplina necessária para a implantação das transformações socialistas. Por isso, a necessidade da profissionalização. As ações coletivas por meio das CPAs nos assentamentos apresentam a necessidade de uma autodisciplina e de uma vigilância para o cumprimento das tarefas assumidas por cada um dos trabalhadores tanto na produção agrícola e agroindustrial como nas lutas.

A crítica era no sentido de que o trabalho artesanal consistia em trabalho espontâneo e isto seria um obstáculo para o fortalecimento do movimento revolucionário,

estando em conexão com o economicismo sindical dos operários. “O trabalho artesanal, doença do crescimento que afeta o movimento todo, pode estar em conexão com o ‘economicismo’, considerado como uma das tendências da social democracia russa? Cremos que sim”. (Lênin, 1988, p. 81).

A ideologia faz parte da ação consciente dos trabalhadores, se contrapondo ao espontaneísmo. A luta espontânea se constitui numa subordinação a ideologia burguesa e o sindicalismo seria o movimento espontâneo dos trabalhadores.

“Por isso, nossa tarefa, a da social-democracia, é combater a espontaneidade, desviar o movimento operário dessa tendência espontânea que apresenta o sindicalismo, de se refugiar sob as asas da burguesia, e atraí-la para a social democracia revolucionária”. (Lênin, 1988, p. 32).

Lênin não se referia a necessidade da neutralização dos camponeses, mas como realizar uma aliança sólida e que eles não sofressem “desvios”. O partido foi encarado como o rumo certo, semelhante ao que ocorre com o MST, que procura dar direção política às ações dos sem-terra para que não ocorra o “desvio” do rumo correto. Por isso, é necessário que o partido dê um rumo ao camponês, se não ele desvia. O partido é entendido por Lênin enquanto instrumento de elaboração de linha política a partir da luz da teoria revolucionária, ou seja, o guia político.

Mas, é importante observar que as pessoas não marcham para a revolução ou para uma ocupação e acampamento de sem-terra movidos por um ordenamento da direção de um partido. É a possibilidade de acesso a terra que move os camponeses para a luta e decisão de grandes mobilizações.

As revelações políticas são verificadas por meio da organização e prática do MST, embora o Movimento se diferencie de uma organização partidária popular do campo. Entretanto, o camponês, politizado, inclusive no processo de luta se volta contra determinadas práticas do MST quando procura enquadrá-lo numa moldura pré-estabelecida de organização materializada na produção coletiva, disciplina, etc.

Portanto, subentende-se que o partido seria aquele que iria conferir conteúdo político à luta, sendo capaz de organizar as revelações e se constituindo com vanguarda da força revolucionária. É ilustrativo o comentário de Bogo (1999) sobre a suposta correta consciência social dos camponeses. “Sendo assim, nossa preocupação deve ser a

de organizar corretamente os ‘seres assentados’ para que venham a ter a correta consciência social”. (Bogo, 1999, 102).

Bogo (1999) refere-se ainda a desafios posteriores à conquista da terra colocando a necessidade de se forjar uma nova consciência nos assentamentos onde se edifique um novo tipo de camponês.

“A agricultura moderna precisa de ciência, e estas encontra-se na cidade. A sua integração com os ‘cientistas’, possibilitará fazer uma revolução cultural no campo, criando um novo tipo de camponês, como novos hábitos, conhecimentos e habilidades, mantendo suas raízes culturais, alcançando assim a modernização com desenvolvimento econômico, social e humano.” (Bogo, 1999, p. 74).

A idéia é de que no campo, não há uma planificação, pois se vai plantando, colhendo e comercializando excedentes sem muito controle e rigor, diferentemente do que acontece na cidade e na vida urbana onde os trabalhadores fazem a contabilidade das despesas e salário. “Entre os camponeses devemos proceder da mesma forma, estabelecendo qual é a renda mensal em dinheiro que cada família deverá ter para satisfazer suas carências”. (Bogo, 1999, p. 98).

A racionalidade econômica, introduzida, sobretudo com a instalação das cooperativas e agroindústrias nos assentamentos é para o MST o raiar deste novo tempo que conduz ao “novo tipo de camponês”.

Inspirando-se em parâmetros leninistas de profissionalização e especialização das lutas, o MST defende a necessidade do profissionalismo que pode ser verificada no texto base de discussão das Normas Gerais do MST quando afirma o seguinte:

“Todos os membros dos Setores e Coletivos devem encarar com profissionalismo as suas funções, considerando profissionalismo sobre dois aspectos”:

A) transformar a luta pela terra e a organização do movimento como sua profissão de militante. Ter amor e dedicar-se de corpo e alma por ela.

B) Ser um especialista, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais, de forma a estimular o profissionalismo”. (Normas MST, 2001).

A luta dos camponeses não é força revolucionária do ponto de vista do operário, ou seja, uma luta de quem é intrinsecamente de dentro do capitalismo, mas solapa a ordem capitalista de fora por fazer parte das especificidades da formação econômico-social capitalista. A forma como o capitalismo atinge o operário não é a mesma do camponês.

Este é atingido pela violência da subordinação e expropriação, coisa que já ocorreu com o operário no processo de expansão das relações capitalistas.

Os versos de Jelson Oliveira, agente de pastoral da CPT-PR, comentando o monumento Antônio Tavares Pereira erguido no KM 108 da BR 277 em memória à luta recente dos camponeses paranaenses é ilustrativa. Neste local, Antônio Tavares Pereira, do assentamento Ilhéus em Candói foi assassinado no dia 02/05/2000 pela polícia militar, quando se dirigia juntamente com outros assentados da região Centro-Oeste/Pr para participar de manifestações e lutas na cidade de Curitiba.

O braço erguido do camponês, lavrado em concreto branco,
Parece empurrar o monumento para o alto, para a liberdade,
Na força revolucionária que esses homens e mulheres carregam.
(Oliveira, Cartão do Memorial, 2001).

A luta revolucionária dos camponeses se manifesta de forma variada. A revolução não é apenas uma revolução política e de derrubada da classe dominante, mas uma revolução ideológica com transformações profundas nas relações sociais e de produção. Revolução implica na não existência de classe dominante.

As manifestações dos camponeses são marcadas por características de natureza política. Entretanto, a forma de fazer política dos camponeses não está limitada às instituições tradicionais de organização política como é o partido e o sindicato. A forma dos camponeses de fazer política passa também pela via não-convencional e nem por isso devem ser consideradas como postura conservadora.

O estudo de Martins (1989), *Caminhada no Chão da Noite*, é referência para compreender as manifestações políticas dos camponeses. A luta pela terra de trabalho é vista como forma de fazer política dos camponeses. A construção teórica de Martins (1989) vai no sentido de interpelar a compreensão de participação política dos camponeses contida na tradição do Partido Comunista.

A resistência dos camponeses não é verificada somente na sua fala, mas também nos seus gestos. Martins (1989) afirma que o camponês tem tradição de falar mais pelos gestos do que pelas palavras, ou seja, uma manifestação de resistência de forma subterrânea. São atitudes que revelam um conteúdo que a fala e a lógica não conseguem explicar porque são outros os códigos e referências. Certos atos ingênuos e inocentes

possuem conteúdo de contestação e que muitas vezes não são considerados como importante pelas instituições tradicionais de participação política. (Martins, 1989, p. 118).

Os pobres que sempre foram sinônimo de marginalização e humilhação está construindo sua resistência e buscando a criação de nova condição. Uma condição que embora continue um pobre do campo, constrói a sua inclusão no processo político através de suas lutas resistência, contrariando concepções políticas/teóricas de sua incapacidade de fazer política. Se a referência à pobreza implica, nos assentamentos, à ausência de bens de consumo/produção, esta não é sinônima de pobreza de espírito e iniciativas de luta e mudanças sociais. Mesmo excluídos da apropriação dos bens de consumo e meios de produção os assentados constroem canais de participação.

Não é o resultado econômico e sua condição de proprietário que lhe retira da marginalização. A propriedade da terra apenas, não garante a libertação. A posse da terra se constitui como elemento de liberação quando questiona o poder da burguesia, e a libertação não começa ou termina na propriedade (Martins, 1989, p. 14). A luta realizada pelos camponeses é mais do que luta pela propriedade da terra, é luta para entrar na terra e construir sua participação no processo social.

Os camponeses também se constroem como sujeitos políticos não apenas pela participação partidária. O Partido, segundo Martins (1989), acabou negando a sua condição de camponês e por isso os movimentos surgem como forma expressão política “pelo atalho não-político da resistência local”. (Martins, 1989, p. 62). A cultura tradicional tornou-se instrumento de representação e expressão que se deu pelas vias não-políticas, que foram politizadas. O processo de sacralização em que Igreja passou a construir espaços políticos e de debates das questões de classe é um exemplo desta construção, ou seja, os camponeses tornaram-se sujeitos políticos pelo caminho não-político. (Martins, 1989, p. 62).

O surgimento destes canais não-políticos deve ser compreendido também, além da exclusão feita no seu interior, pelas dificuldades que o partido tinha de garantir sua manutenção institucional, pois muitas vezes foram proibidas as suas ações. Os movimentos sociais são “espaços” políticos paralelos que se constituem em alternativa para construção dos camponeses enquanto sujeito político.

A tutela ideológica do Partido nas lutas no campo se constituía como um “coronelismo progressista” que turbava a possibilidade de emancipação, até mesmo porque os camponeses não seriam capazes desta libertação e alguém tinha que fazer por eles. Neste entendimento, o camponês seria incapaz, pois as condições em que estavam inseridos não permitem tomar consciência da sua condição de subordinação.

Martins (1989) analisa que o Partido, inspirado num marxismo oficial, e os mediadores, não compreenderam o camponês como uma outra classe. Entendem como não-classe. Não pertencendo a nenhuma classe, não era capaz de se constituir enquanto sujeito político e social. (Martins, 1989, p. 99).

Os camponeses não possuíam ainda um estatuto de classe social, pois a compreensão da sociedade capitalista a partir do mundo urbano não permitia esta classificação, pois não eram nem operários e nem patrões. Os camponeses eram um “calcanhar de alquiles” na tradição marxista do desenvolvimento igual porque não possuíam estatuto de classe social.

Para Martins (2000) ainda, as ações do MST contem elementos da chamada revolução burguesa, pois a reforma agrária se constitui “... na porta de entrada na economia moderna e capitalista” (Martins, 2000, p. 140). A pequena propriedade abriria possibilidade para ampliação das relações capitalistas no campo. Por isso, defende a necessidade de realização de reforma agrária capitalista em país capitalista, retirando-se o conteúdo ideológico da luta pela reforma agrária.

Entretanto, a realização da reforma agrária realizada no interior do Estado dominado pelas forças do atraso/oligarquia, combinadas com a face burguesa do capitalismo moderno, como ocorre no Brasil, está intrinsecamente ideologizada. Mas, o Partido não esteve ausente das demandas da luta no campo e muitas delas vieram pelas suas “mãos”. O Partido Comunista foi o primeiro a levantar o problema do campesinato no campo brasileiro resultante da compreensão de luta de classes que caracteriza a sociedade capitalista.

As lutas de resistência no campo, que surgem de forma espontânea são politizadas e ideologizadas pelo Partido. Há que se considerar ainda que o partido contribuiu na politização das lutas, mesmo entendendo que não havia lugar social para os camponeses

no capitalismo e muito menos no socialismo, pois visualizava o campesinato no contexto da revolução socialista.

Se o partido desqualificou o campesinato no processo de transformações sociais, reconhecendo-o no campo pelo seu fim, por outro lado, contribuiu para o entendimento do campesinato no contexto das relações capitalistas, conferindo conteúdo ideológico e político mesmo pelo caminho transversal e tortuoso. O próprio termo Camponês traz implícito conteúdo político construído a partir da atuação do partido.

O termo e a existência do sujeito político e social camponês, construídos inclusive com a atuação do Partido, possuiu conteúdos que outras terminologias, como agricultor familiar ou pobres do campo, por exemplo, não contemplam. A própria censura ao termo camponês pelo Estado, substituindo-o por mais um neutro, como rurícola; campônio e recentemente agricultores familiares é um indicativo do conteúdo político e ideológico do termo campesinato.

Ao contrário do termo camponês, o esforço teórico para conceituar a “agricultura familiar”, que toma como referência principal na análise a produção dos pequenos agricultores, traz implícita a despolitização e desideologização. O lugar deles (agricultores familiares) na sociedade capitalista seria pela produção e inserção no mundo da mercadoria.

O termo camponês não era usado para identificar os trabalhadores rurais até a década de 1950. A partir da participação de correntes políticas de esquerda que passaram a apoiar as lutas dos trabalhadores do campo, eles foram denominados de camponeses. A designação de camponês generalizou-se com as ações políticas desenvolvidas pelas Ligas Camponesas, sobretudo, que lutavam contra as difíceis condições de trabalho, expulsão e expropriação dos camponeses.

O PC, que procurou levar a sua compreensão da questão agrária e do campo brasileiro foi um agente e instrumento que contribuiu para a criação de uma “identidade” camponesa. A principal característica desta identidade é sua trajetória de luta de resistência contra a expropriação. Carvalho (2002), defende que esta identidade há que ser construída nos assentamentos para que os assentados possam garantir a sua existência. Subtende-se em Carvalho (2002) que a identidade camponesa não existe entre os assentados.

Na construção dessa identidade camponesa tiveram papel importante os Congressos camponeses, marcando o início do debate sobre a reforma agrária. Os congressos são formas de participação política dos camponeses, pois são o lugar onde os debates se realizam, mesmo considerando a passividade das grandes plenárias destes encontros de camponeses. São numerosos os congressos de camponeses na década de 1950 e 1960 marcados pelo intenso debate sobre a reforma agrária⁵⁶.

“Os congressos, encontros e conferências podem ser pensados como espaços de discussão, de tomada de decisões, de produção de demandas, de socialização de conhecimentos e de palavras de ordem. Mas podem ser vistos como momentos de atividades coletivas produtoras de um nós”. (Medeiros, 1998, p. 51).

Os camponeses assentados também têm importante participação nos congressos realizados pelo MST. Nestes eventos são feitas análises de conjuntura política e aprofundados os debates sobre a questão agrária além de definir as linhas políticas do Movimento. Foram realizados vários eventos nacionais pelo MST, sendo os mais recentes o IV Congresso sediado em Brasília em 08/2000 e o X Encontro nacional, realizado em Belo Horizonte em 01/2002.

Os estudos de Alberto P. Guimarães e Caio Prado Jr. são basilares para as discussões do campo e do campesinato brasileiro. Estes autores procuraram fazer uma abordagem da questão agrária situando os camponeses na vida política nacional.

Na interpretação de Caio Prado Jr. há o reconhecimento da presença das relações capitalistas no campo. Por isso, não se justifica a necessidade de “penetração do capitalismo no campo” por meio da revolução democrático-burguesa para eliminar os resquícios de outro modo de produção.

A relação de trabalho predominante no campo brasileiro é capitalista, mesmo que a venda da forças de trabalho não seja remunerada em dinheiro. Os trabalhadores do campo não eram camponeses. Caio Prado via o assalariamento, e daí a necessidade de concentrar atenção na organização de base sindical. A sindicalização dos camponeses era uma

⁵⁶ São exemplos de encontros de camponeses na época: Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em 1954 em SP com a Fundação da Ultab; a II Conferência Sindical Nacional em 1959 no RJ; I Conferência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em SP em 1959; III Congresso Sindical Nacional em 1960 no RJ; o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em BH em 1961, com a tese da Reforma agrária radical, contra a vontade do PCB, o mais importante congresso do período; o Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura no RJ em 1963 com organização da Contag.

necessidade para entrar no mundo moderno capitalista e da igualdade jurídica. A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) marcou a extensão da legislação trabalhista para o campo. A extensão das leis trabalhistas apresenta-se como um prenúncio da revolução.

Por outro lado, o entendimento de Alberto P. Guimarães foi o de que a questão agrária reside na concentração da terra, referindo-se aos quatro séculos de latifúndio. A reforma agrária é necessária para favorecer a eliminação de resquícios de outro modo de produção (feudal) existente no campo brasileiro, como o latifúndio.

A luta do campesinato pela terra estava inserida numa tática da revolução democrático-burguesa para avançar a penetração do capitalismo no campo e chegar à revolução socialista. Esta compreensão da questão agrária e camponesa mais alinhada ao PCB estimulava a luta pela terra como a que ocorreu com as Ligas, surgida em regiões do NE, PR, GO, no final da década de 1950, apesar da proximidade entre o Partido e a Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), mais próxima da luta sindical.

Portanto, enquanto Alberto Guimarães colocava como centro da questão agrária a concentração de terra e a luta camponesa, para Prado Jr, o centro de sua abordagem estava nas relações de trabalho. A visão de marxismo-leninismo de Prado Jr. acabava se diferenciando do PCB porque não colocava como eixo uma revolução antifeudal com a penetração do capitalismo no campo, até porque o campo brasileiro já era capitalista.

A compreensão de desenvolvimento de ações coletivas e cooperação do MST, sustentada teoricamente em pressupostos marxistas, apresenta características que reconhece o caráter progressista das relações capitalistas na agricultura, sendo o campesinato uma relação atrasada. O progresso elimina o atraso representado por relações camponesas. Esta concepção de marxismo está calcada no entendimento da II Internacional, marcada pelo evolucionismo.

A leitura de Marx é feita como se ele fosse um teórico do desenvolvimento igual e das forças produtivas (evolucionista) e não da revolução e do conflito de classes. Mas, o campo brasileiro é marcado pela ruptura e contra-ordem e não pela evolução. “No campo, porém, na nossa tradição camponesa, as grandes mudanças não estão associadas a

nenhum evolucionismo e sim a rupturas, socialmente concebidas como inversão de ordem”. (Martins, 1989, p. 21).

Na concepção evolucionista, o camponês não teria lugar no capitalismo e nem no socialismo, porque faz parte de um modo de produção já superado. Como o socialismo assenta-se na evolução do capitalismo, não haveria lugar para relações de outro modo de produção. Neste caso, o capitalismo apresenta-se revolucionário porque sacode as relações atrasadas que embrutece o camponês. A idéia é de que o capitalismo tem uma missão a ser cumprida para se chegar ao socialismo.

Lênin (1982), em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, afirma que há este caráter progressista no avanço do capitalismo. A intensificação destas relações eliminaria as relações atrasadas como a corvêia e o pagamento em trabalho. “Por isso, a substituição pelo trabalho assalariado livre é um grande mérito histórico do capitalismo agrário na Rússia”. (Lênin, 1982, p.205). Este entendimento aponta que a expansão das relações capitalistas permite o desenvolvimento da consciência coletiva.

Por outro lado, os camponeses têm demonstrado que pode existir uma ação coletiva que se traduz em resistência na sua prática. Não é somente aquela ação coletiva proveniente da consciência política construída no processo de produção, como ocorre com os operários da indústria que permite a formação da consciência coletiva.

Mas, a luta do camponês é uma luta para continuar existindo, o que vai à contra-mão de um ordenamento social com base na acumulação desigual do capital. Uma idéia é a de que o capitalismo “permite” a existência do campesinato no processo de desenvolvimento desigual; e a outra, é de que ele não permite, mas os camponeses pela sua luta vão criando o seu lugar social e existência.

4.2.1 – Diferentes formas de existência dos camponeses nos assentamentos

A análise da reprodução do campesinato deve ser feita a partir da expansão desigual das relações capitalistas e não apenas pela produção de mercadorias, tomando como referência a dimensão produtiva, mas colocar a luta no centro do processo de reprodução e existência dos camponeses.

Existem variadas estratégias de reprodução da agricultura assentada no núcleo familiar, ou seja, a agricultura camponesa. A existência das forças marginais e não-transferíveis; o desenvolvimento de atividades não-agrícolas (pluriatividade e agricultura part-time); as migrações e busca das zonas pioneiras; as lutas de resistência; seriam elementos importantes para compreender a reprodução das relações camponesas⁵⁷.

As forças marginais na agricultura são aquelas desenvolvidas, geralmente, pelas mulheres, crianças e velhos no cuidado de pequenos animais, horta, pomar, etc. Trata-se de forças marginais não-transferíveis porque o valor da produção não está incluído nos custos de produção das mercadorias elaboradas pelos camponeses. A reprodução da família está garantida pela superexploração que repassa à sociedade o valor e parte do trabalho da família que não entra no cálculo das despesas de produção. Assim, os camponeses se reproduzem pela subordinação e pela pobreza a que estão submetidos.

As forças marginais não se dedicam apenas à produção para o consumo da família visando o barateamento de mercadorias, mas também à produção destinada ao comércio. Mas, as atividades desenvolvidas pelas forças marginais podem se constituir como forças centrais em determinadas épocas do ano agrícola.

Nos assentamentos estudados as forças plenas estão centradas nas atividades desenvolvidas no interior do lote, ou seja, atividades agropecuárias. São poucas as famílias que reconhecem nas atividades fora do lote a principal atividade desenvolvida. Às forças marginais, coube destaque para a criação de aves, cultivo de horta, limpeza de lavouras e ordenha, conforme se verifica na tabela a seguir (tabela 7).

Geralmente, os estudos sobre agricultura que possui o núcleo familiar como centro da reprodução tem priorizado a compreensão da sua importância a partir dos seus aspectos produtivos, abordando a eficiência econômica da produção familiar na sociedade capitalista⁵⁸. Trata-se da questão da produção familiar como uma unidade

⁵⁷ Diniz (1996) ao estudar a condição dos camponeses do Sergipe, classifica estratégias e ameaças no processo de reprodução camponesa. Entre as ameaças internas que interfere no equilíbrio da produção consumo da unidade camponesa está a reprodução biológica da família; queda na produção proveniente de variação climática, por exemplo, e mudança nos padrões de consumo. Entre as ameaças externas está a especulação imobiliária; expansão canavieira e citricultura, e a pecuarização. As estratégias de reprodução consistem na redução do consumo; modernização; pecuarização; obtenção de rendas externas; expansão de terras camponesas. Diniz não se refere à luta dos camponeses como estratégia de reprodução dos camponeses.

⁵⁸ Abramovay (1992) diferencia agricultura camponesa de agricultura familiar, destacando que a unidade familiar empresarial possui um lugar social, garantido pela sua eficiência econômica, potencial produtivo e incorporação à dinâmica capitalista macroeconômica. A manutenção da agricultura familiar estaria garantida

necessariamente econômica. Por outro lado, esta mesma agricultura que apresenta a família como núcleo de reprodução possui uma destacada atuação política que o conceito agricultura familiar não da conta de exprimir. A Agricultura Camponesa expressa a totalidade das características dessa fração de classe, onde não só a dimensão econômica, mas também outros aspectos da vida estão aí contidos.

Tabela – 7 ATIVIDADES DE MULHERES, CRIANÇAS E VELHOS NO LOTE	
Criação de aves	95,9 %
Cultivo de horta	95,9 %
Ordenha	75,5 %
Limpeza de lavoras para comércio	75,5 %
Cuidar dos suínos	71,4 %
Cultivo de milho de pipoca	53,3 %
Produção de lenha	48,9 %
Cultivo de amendoim	48,9 %
Cuidar do pomar	38,6 %
Cultivo de batata doce	30,6 %
Cultivo de alho	28,5 %
Cultivo de mandioca	28,5 %
Produção de carvão	4,0 %

Fonte: pesquisa de campo

O conceito agricultura familiar remete a reprodução de pequenos agricultores à dimensão econômica, ou seja, o seu lugar na sociedade estaria garantido pela produção de mercadorias. Conseqüentemente, sendo eficientes na produção de mercadorias, estaria garantido também a estes agricultores o lugar político. Um lugar que seria resultante de sua capacidade de produzir mercadorias.

A “sustentabilidade” da agricultura familiar estaria garantida pela potencializarão das forças produtivas para alcançar patamares cada vez mais elevados de competitividades, mas sem visualizar projeto de mudanças sociais e questionamento da ordem estabelecida na produção capitalista, como ocorre com a proposta de cooperativas nos assentamentos rurais vinculadas ao MST, vista anteriormente nos capítulos II e III. Além disso, a potencialização das forças produtivas da agricultura familiar diferencia-se da proposta do MST porque nesta está implícita o objetivo da mobilização popular.

Assim, agricultura familiar remete à proposição de que a reprodução dos pequenos agricultores passa pela sua própria capacidade de mobilizar recursos econômicos para garantir sua existência. O projeto de agricultura familiar está inserido na reformulação da

pela modernização e integração ao mercado capitalista. Por outro lado, os camponeses, devido às suas características de produção, não teriam garantido a sua manutenção na sociedade capitalista, segundo o

política agrária que afirma que “a passagem da economia capitalista para fase socialmente articulada de desenvolvimento, dificilmente poderá ocorrer sem liberar o potencial da agricultura familiar”. (Novo Mundo Rural, Incra, 1999, p. 03).

A proposição central do programa é de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável com a desconcentração da base produtiva tendo como estratégia os investimentos na expansão da agricultura familiar e sua inserção maior no mercado. O documento não se refere à agricultura camponesa, pois nesta estaria implícito um conteúdo político/ideológico vinculado às propostas socialistas surgidas no campo a partir da década de 1950.

A palavra de ordem na implementação da política de dinamização do meio rural do governo federal é Desenvolvimento Local. A concepção do governo de desenvolvimento local se constitui numa forma de imprimir um processo geral materializado num quadro territorial menor. No local, se combinaria o particular e o geral. Estes são os casos da orientação de investimentos na agricultura familiar e da realização e implementação de assentamentos de reforma agrária.

A compreensão do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) é de que a reforma agrária deve permitir o resgate dos excluídos e construção da cidadania pela ampliação das relações de mercado, na medida em que integra ao trabalho e à produção uma importante parcela da população fixada, anteriormente, nas portas das cidades. A produção e as trocas permitiriam ainda os pequenos agricultores dialogar com a sociedade local e regional que passaria a reconhecer e valorizar os benefícios trazidos pela realização da reforma agrária.

A agricultura familiar tem a sua manutenção garantida na sociedade capitalista através de uma inserção cada vez maior no mercado, ao contrário dos camponeses, que não necessariamente tem sua sobrevivência garantida pela eficiência da produção de mercadorias.

A agricultura familiar é uma agricultura não-capitalista (mas não anticapitalista) produtora de mercadoria para abastecer o mercado nacional/internacional e que apesar de não ser desenvolvida com trabalho assalariado está sintonizada às relações capitalistas que a subordina. Uma agricultura desenvolvida em bases familiares que serve à

reprodução ampliada do capital. É uma produção familiar não-capitalista subordinada para atender os interesses do capital.

Enquanto o capitalista, para investir na agricultura, exige uma renda compatível com taxa média de lucro, os agricultores familiares são capazes de desenvolver atividades agrícolas abaixo do custo médio de produção capitalista, e por isso, se apresentam mais competitivos. A maior parte da produção de frangos, por exemplo, não é feita por assalariados, mas por agricultores familiares, que repassam na circulação da produção, parte da renda da terra para as empresas capitalistas, denominadas indevidamente de agroindústrias.

Muitas indústrias que atuam na comercialização e transformação de produtos agrícola se apropriam da renda da terra na circulação da produção sem a necessidade de territorialização do capital, mas monopolizando o território dos camponeses.⁵⁹ Dessa forma, o capital subordina a agricultura familiar sem a necessidade da territorialização. Verifica-se assim, que os agricultores familiares têm sua reprodução garantida na subordinação e nos intestinos da regras capitalistas.

Schneider (1999), ao tratar das transformações rurais no Rio Grande do Sul é um importante exemplo de estudo sobre a agricultura familiar e sua estratégia de reprodução, ou seja, procura compreender a reprodução da agricultura assentada no núcleo familiar considerando a pluriatividade no contexto de desconcentração industrial como forma de garantir a reprodução dos pequenos agricultores. Remete a compreensão da reprodução da agricultura familiar a partir da dimensão econômica e produção de mercadorias para indústria de calçados.

“O processo de industrialização do setor coureiro-calçadista do Rio Grande do sul é discutido a partir da idéia central de que sua consolidação deveu-se a uma articulação bem-sucedida com a agricultura familiar da região da colônia velha alemã. Esta articulação forjou, ao mesmo tempo, as condições para o insuspeitado dinamismo deste setor industrial e permitiu que através do mercado de trabalho ocorresse uma reconversão nos padrões de reprodução da agricultura familiar da região”.(Schneider, 1999, p. 45).

A agricultura familiar seria resultado de transformações ocorridas na estrutura agrária resultando em novas relações de trabalho e novas estratégias de reprodução. A

⁵⁹ Para compreensão da territorialização do capital e monopolização do território ver o estudo de Oliveira (1981) sobre a Agricultura e Industria no Brasil.

venda de força de trabalho à indústria, como no estudo feito por Schneider sobre o setor calçadista se constituiu numa das estratégias de sobrevivência dos agricultores

“A inadequação do sistema produtivo tradicional, que esgotava o solo e gerava poucos ganhos de produtividades, somada aos problemas de reprodução do modo de vida colonial como um todo tornaram os empregos fora da propriedade um opção com dupla vantagem: obter rendas e ganhos econômicos para garantir a subsistência familiar e ter a possibilidade de permanecer residindo na propriedade agrícola, plantando os produtos alimentares de consumo básico.” (Schneider, 1999, p. 111).

As atividades não-agrícolas também se constituem numa forma de fixação do homem na terra e conseqüentemente permite a reprodução da agricultura familiar. No caso estudado por Schneider, o desenvolvimento das atividades não-agrícolas está inserido no mercado e terceirização da produção no contexto de acumulação flexível e reestruturação produtiva do capital.

O aumento dos rendimentos provenientes de atividades desenvolvidas fora dos lotes (não-agrícolas) garante a reprodução social da agricultura familiar. A industrialização teria criado novas relações e ampliado o mercado de trabalho, possibilitando a reprodução da agricultura familiar, alterando os processo de produção no interior dos lotes familiares. Schneider (1999) constatou ainda que:

“Para os colonos, tornados operários das fábricas de calçados através do assalariamento, do emprego fora da propriedade torna-se uma estratégia de sobrevivência, e representa a principal fonte de renda da família”. (Schneider, 1999, 151).

O desenvolvimento das atividades não-agrícolas é uma alternativa para os camponeses, pelo menos para Schneider, pois contribui para a autonomia das famílias, inclusive democratizando-a no seu interior, com redefinição do poder patriarcal e crescente participação da mulher nas decisões, pois o poder paterno acaba sendo neutralizado pela remuneração obtida pelas mulheres. (Schneider, 1999, p. 155).

Outros benefícios foram verificados por Schneider com o desenvolvimento das atividades não-agrícolas que permite compreender a reprodução da agricultura familiar, proveniente da ampliação dos rendimentos, como o crescimento de habitações novas construídas nos lotes rurais, referindo-se renascimento rural de Kayser.

“A análise das novas formas de trabalho e de produção dos colonos-operários demonstrou como o assalariamento e as atividades não-agrícolas permitiram que os colonos continuassem vivendo em suas propriedades e em sua comunidade local”.(Schneider, 1999, p. 191).

Verifica-se no estudo acima que as atividades desenvolvidas fora do lote, as não-agrícolas e as transformações ocorridas na produção industrial e as próprias relações capitalistas de produção criaram a possibilidade de manutenção das famílias nos lotes. A eficiência econômica destes agricultores, adequada às novas dinâmicas da indústria, permite a reprodução subordinada destes agricultores⁶⁰.

A possibilidade de participação da produção familiar criada na indústria resultante das transformações no padrão de acumulação permitiu, por exemplo, o trabalho a domicílio. O trabalho a domicílio é uma forma de exploração capitalista, pois favorece o trabalho de crianças e mulheres da família com significativo barateamento da remuneração do trabalho, mostrando que a produção de mercadorias não tem carta marcada.

Autores como Abramovay, (1992), Schneider (1999), dentre outros, demonstram que o camponês não tem lugar no modo de produção capitalista porque analisam a produção camponesa prioritariamente pela dimensão econômica e da produção de mercadorias. Os camponeses eficientes na produção de mercadoria deixam de ser camponeses para se tornarem agricultores familiares.

Fernandes (2001) entende agricultura familiar como um novo paradigma para a compreensão da agricultura, onde o Estado centraliza a gestão de projetos referente à questão agrária. Este novo “paradigma” procura neutralizar a participação dos trabalhadores e comunidade envolvida nos projetos, como é o caso do acesso a terra. O

⁶⁰ É ilustrativo o exemplo da proposta de verticalização da produção dos assentados vinculados a Coara (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná). O frigorífico/abatedouro de suínos e fábrica de ração organizados nos assentamentos do município de Lindoeste-PR, não foi colocado à produção depois de cerca de 10 anos da instalação dessa infraestrutura. A criação dessa infraestrutura a partir de capitais provenientes do exterior tinha o objetivo de desenvolver uma produção em cadeia, integrando as atividades de criação de suínos com o frigorífico aí instalado, a partir de soldagens “para frente” e “para trás”.

Entretanto, esta infraestrutura está desativada e atualmente toda a produção de milho e suínos dos assentamentos acaba sendo comercializada com empresas da região. Também não existem perspectivas a curto prazo de reativação do frigorífico/abatedouro e fábrica de ração.

Um conjunto de elementos contribui para que o abatedouro/frigorífico permaneça desativado, onde se destaca a ausência de participação dos trabalhadores assentados na elaboração e implantação do projeto. A falta de recursos para a aquisição de caldeiras e a ausência de “espírito empresarial” tornou-se os grandes obstáculos para o desenvolvimento das atividades de abate de suínos. A ausência desse “espírito empresarial”, que se manifesta nas dificuldades de compreender e operacionalizar atividades no interior da lógica desumanizada do mercado, não é uma deficiência do assentado. A forma como os trabalhadores sem-terra, agora assentados, se inserem na dinâmica das relações capitalistas, não lhes permite transitar com facilidade no mundo dos mercados. A sua lógica não é necessariamente a da produção de mercadorias.

processo de organização da luta pela terra seria esvaziado, substituído por uma relação despolitizada.⁶¹ Considera, de um lado, a agricultura familiar como avanço porque reconhece o papel da família no desenvolvimento, e de outro lado, um atraso, porque a luta e organização dos trabalhadores são substituídas por ações estatais, estimulando a integração da produção familiar às relações capitalistas. (Fernandes, 2001, p. 04).

A luta dos camponeses vinculados ao MST nos assentamentos aponta para outro caminho. As propostas de produção de mercadorias nos assentamentos com as cooperativas são para criar condições de destruição do sistema opressor.

Não indica que haja possibilidade de sobrevivência dos camponeses no interior da economia de mercado globalizado, mesmo que se considere a possibilidade de uma outra globalização, a não ser a perversa⁶². A globalização trata da via capitalista para o campo. Mas, os sem-terra acreditam e procuram pavimentar outra via, ou seja, aquela anticapitalista. As propostas do MST não buscam a integração e inclusão no sistema capitalista em si, mas uma luta que tem por objetivo último negar o capitalismo e a globalização do capital.

As ações coletivas de camponeses empenhados na transformação social e processos de resistência à subordinação são questionadoras da ordem expropriatória e opressora das relações capitalistas. São manifestações não apenas para garantir a reprodução subordinada do campesinato.

A existência da agricultura camponesa tem seu lugar social garantido não apenas pela sua importância econômica, ou seja, pela sua capacidade de produzir auferindo renda abaixo da taxa média de lucro. Os camponeses têm a sua existência garantida na luta contra a dominação capitalista. A luta dos sem-terra nos assentamentos é pela manutenção e sobrevivência fora desta subordinação que as relações capitalistas lhes impõe. A busca de um “sistema alternativo” de produção e circulação dos produtos dos

⁶¹ Os empréstimos financeiros do Banco Mundial aos projetos do governo federal para a compra da terra são uma forma de despolitizar a luta pela terra, substituindo o acesso pela organização e luta por uma instituição oficial. Assim, a consciência política construída no processo de luta é substituída pela consciência de mercado na compra e venda de terra. Além disso, a despolitização existente no acesso a terra dificulta a consciência e organização política dos assentados.

⁶² O estudo de Milton Santos, *Por uma outra globalização* (2000) aponta para os efeitos prejudiciais, pelo menos para os segmentos populares, da globalização perversa. Por outro lado, refere-se à possibilidade de uma outra globalização, das quais os movimentos populares têm se fortalecido.

assentamentos por meio de cooperativas, associações, grupos, núcleos de base, são exemplos.

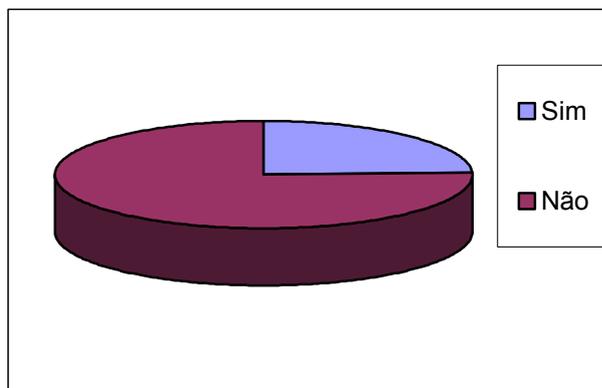
A organização de núcleos de base e grupos nos assentamentos surge como resistência ao modelo hegemônico, mobilizando recursos políticos/ideológicos para construir os enfrentamentos. Os núcleos servem essencialmente para organizar os assentados para a luta e recuperação da renda transferida aos capitalistas na circulação dos produtos camponeses. É neste contexto de pressão dos camponeses junto ao Estado que se compreende a “sustentabilidade” da agricultura camponesa.

A integração da produção camponesa à dinâmica dos mercados capitalistas implica numa série de dificuldades, pois deixa para os camponeses apenas a opção da subordinação ou da expropriação. Se por um lado, verifica-se a diferenciação social e a concentração cada vez maior dos meios de produção e expropriação dos pequenos agricultores, de outro, se verifica a luta de resistência contra a expropriação. A tabela a seguir (tabela 8) indica a elevação da concentração de terras no Brasil nos anos de 1985 e 1995/96, resultante, em parte, da expropriação dos camponeses.

Grupo de Área	Censo de 1985				Censo de 1995/96			
	Estabel.	%	Área (ha)	%	Estabel.	%	Área (ha)	%
Menos de 10	3.064.822	52,9	9.986.636	2,7	2.402.374	49,7	7.882.194	2,2
10 - 100	2.159.890	37,3	69.565.160	18,5	1.916.487	39,6	62.693.586	17,8
100 - 500	457.762	7,9	90.474.373	24,1	411.447	8,5	83.355.220	23,6
500 – 1.000	59.669	1,1	40.958.296	10,9	58.407	1,2	40.186.297	11,3
Mais de 1.000	50.411	0,8	163.940.461	43,8	49.358	1,0	159.493.949	45,1
Total	5.792.554	100,0	374.924.926	100,0	4.838.183	100,0	353.611.246	100,0

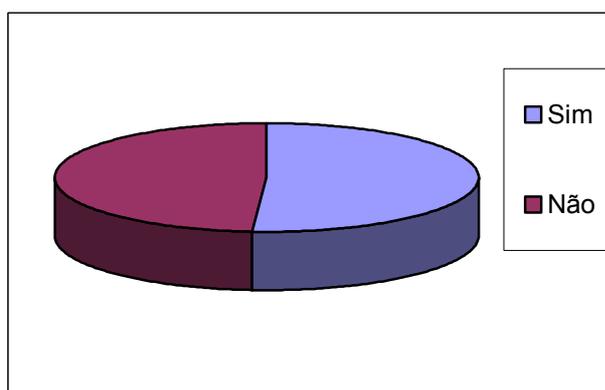
Fonte: IBGE (in: MST/2000)

A própria existência de trabalhadores despossuídos da terra no campo é exemplo da expropriação, mesmo que não seja necessariamente um expropriado no sentido de perder a propriedade da terra, mas um expulso da terra. A região Centro-Oeste/Pr, bem como todo o Estado do Paraná, reconhecido por apresentar assentados originários de pequenas propriedades, não apresenta elevado índice de proprietários expropriados, mas expulso da terra, como são os filhos de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, etc. Apenas 24,4 % dos assentados possuíram terra e foram expropriados. A outra parte (75,6%) nunca possuiu terra, conforme se verifica no gráfico a seguir (gráfico 01).

POSSE DA TERRA ANTES DO ASSENTAMENTO (gráfico 01)

Fonte: Pesquisa de campo

O fato de uma parcela dos assentados ter passado por experiências urbanas na condição de trabalhadores ou residentes também indicam a dificuldade deles de permanecer na terra e garantir sua existência no período anterior ao assentamento. Muitos foram arrendatários, parceiros e filhos de pequenos proprietários que trabalhavam na terra no passado e acabaram se deslocando para as cidades. Agora retornam para o campo na condição de assentado. Os assentados que tiveram alguma passagem pelas cidades (residência/trabalho) correspondem a 51,0%, e aqueles que nunca passaram pelas cidades correspondem 49,0%, conforme se verifica no gráfico a seguir (gráfico 02).

RESIDÊNCIA OU TRABALHO NA CIDADE (gráfico 02)

Fonte: pesquisa de campo

Se as relações capitalistas insistem na diferenciação social, os camponeses insistem na sua existência e permanência no sistema adverso (capitalismo) mesmo não sendo uma produção típica do capitalismo. A garantia de sua permanência na terra, portanto, está na sua capacidade de empreendimento de luta de resistência.

Os camponeses nos assentamentos também constroem sua estratégia de sobrevivência por meio de produção alternativa, procurando evitar a transferência de renda às indústrias e bancos.

A organização de sistema de cultivos, produção para autoconsumo, sementes, produção agro-ecológica, fabricação das próprias ferramentas e instrumentos de trabalho, por exemplo, são objetivos que os assentados procuram alcançar. Ao elaborar seus produtos para consumo, os camponeses assentados buscam uma relativa autonomia para livrar-se de empresas monopolistas que produzem os insumos para agricultura. Os assentados procuram reconstruir a sua economia alternativa à composição orgânica do capital, que é recusada, pois vêm aí formas de subordinação.

A recusa ao uso de determinados insumos é uma forma de resistência ao domínio capitalista na agricultura. A utilização de semente de variedades crioulas, por exemplo, verificada em muitos assentamentos da região pode ser uma forma de resistência. A recuperação das experiências do passado e tradições pode assumir um princípio libertador, podendo ser base para a criação da utopia de libertação das forças sociais.

O exemplo de um grupo de assentados (assentamento Santa Clara no município de Candói, cortado pelo rio Jordão e afluentes que apresentam quedas d'água), é ilustrativo: para diminuir a dependência à tecnologia capitalista, está discutindo a construção de um monjolo, projetado e financiado pelos próprios assentados, para pilar milho, principalmente. Outro exemplo é o caso da produção de semente de milho Variedade, muito difundida entre os assentados.

O desenvolvimento de uma produção agrícola diversificada e para autoconsumo é perseguido pelos assentados com a substituição dos produtos e insumos de origem industrial e que exigem o dispêndio de dinheiro para aquisição. O desenvolvimento e especialização de algumas culturas como tem acontecido com a tríade soja/milho/feijão como alternativa de obtenção de renda não remunera o assentado. Não se está propondo a renúncia à renda da terra pelos assentados, mas uma organização da produção nos assentamentos que possa alavancar a resistência.

A partir desse entendimento, os técnicos das Equipes Locais do Projeto Lumiar enquanto atuaram nos assentamentos da região (até 2000), já visualizavam a necessidade

do desenvolvimento de atividades voltadas para o autoconsumo, destacando aquelas destinadas à alimentação das famílias. Em relatório de atividades da equipe descreve:

“Essa equipe de trabalho procurou atuar, de modo a incentivar a agricultura de subsistência, buscando valorizar a produção voltada para o consumo da família, como a criação de animais para produção de ovos, carne, banha, leite e queijo; produção de frutas e verduras. Este trabalho foi bastante gratificante, pois o resultado aparece a curto prazo, e é necessário pouco ou nenhum investimento de acordo com a fase de estruturação do assentamento, apenas discussões e incentivo às famílias para que estas possam produzir boa parte de seu alimento no lote.” (COTRARA-Equipe Local Lumiar/Região Sul, 1999, p.2).

A resistência ocorre também com início de uma produção defensiva no sentido de desenvolver uma atividade principal para o comércio, como é o caso do milho, leite e feijão na maioria dos grupos e uma diversificação da produção assessoria, o que tem contribuído para a garantir da reprodução dos assentados.

Oliveira (1994) aponta no seu estudo sobre o desenvolvimento e contradições da agricultura brasileira a tendência para uma alternativa defensiva de agricultura. Esta agricultura consiste na recuperação da policultura e diminuição máxima a dependência externa ao mesmo tempo em que os camponeses produziram aqueles produtos para o mercado com elevado valor agregado.

“Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos párea o mercado, sobretudo aqueles de elevado valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros”. (Oliveira, 1994, p. 50).

Assim, seriam cultivados produtos em quantidades necessárias para o abastecimento interno e os produtos comerciais seriam cultivados somente quando os preços permitissem ganhos satisfatórios às famílias. É neste sentido que Oliveira (1994) aponta que a responsabilidade pelas necessidades da sociedade capitalista é dos próprios capitalistas, que sugerem que os camponeses se tecnifiquem, por exemplo, para garantir sua existência.

A produção estaria numa lógica interna e de consumo próprio. Entretanto, a produção defensiva, não indica no isolamento do camponês, semelhante aquele camponês estudado por Chayanov, que possui uma dinâmica própria de produção. Mas, uma

inserção no mercado de forma a assegurar renda para si e não transferi-la para o capital (indústrias, bancos, comércio, etc.) na circulação da produção.

A tabela a seguir (tabela 09) indica as atividades desenvolvidas pelos assentados e o destino da produção, onde se observa que eles produzem vários produtos para consumo nos próprios lotes para subsistência ou sustentação de outras atividades.

Produtos	Lotes	Autoconsumo	Comércio
Milho	100,0	30,6	69,4
Feijão	100,0	32,6	67,4
Mandioca	100,0	95,9	4,1
Horta	100,0	100,0	0,0
Aves	97,9	89,7	10,3
Arroz	95,9	81,6	18,4
Bovinos*	95,9	10,2	24,4
Suínos	95,9	79,3	30,7
Ovos	95,9	91,8	8,2
Leite	89,7	51,0	49,0
Frutas	85,7	89,7	10,3
Soja	63,2	0,0	100,0
Milho de pipoca	63,2	89,7	10,3
Batatinha	55,1	95,9	4,1
Alho	42,8	91,8	8,2
Amendoim	32,6	91,8	8,2
Cebola	28,5	61,2	38,8
Peixe	28,5	85,7	14,3
Mel/melado	24,4	81,6	18,4
Queijo	22,4	67,3	32,7
Cana	22,4	97,9	2,1
Pepino	14,2	2,1	97,9
Laranja	16,3	8,1	91,9
Fumo	12,2	6,1	93,9
Erva-mate	12,2	16,3	85,7
Banana	12,2	20,4	79,6
Carvão/lenha	10,2	0,0	100,0
Ovelhas	4,0	40,8	59,2
Madeira	2,1	51,0	49,0
Casulo (seda)	2,1	0,0	100,0
Pedra (construção)	2,1	0,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

* A diferença de 61,2 % entre os bovinos ocorre porque os animais não são destinados ao comércio e nem abate.

A cultura de milho, por exemplo, não é importante somente pelo seu valor comercial. Mas, o milho assume grande importância também para o desenvolvimento dos assentamentos, cultura utilizada na sustentação de outras atividades e alimentação de animais. A possibilidade de consumo no próprio lote ou subsistência indica a existência

de uma flexibilidade do destino da produção, conforme aponta Abramovay (1992) ao estudar paradigmas da agricultura capitalista.

A flexibilidade entre a venda e o consumo de produtos como milho e feijão, ocorre quando as condições de mercado não oferecem preços satisfatórios para o comércio e o assentado pode optar pelo consumo no próprio lote. Esta flexibilidade indica a integração parcial aos mercados.

“É claro que esta possibilidade, em princípio, se apresenta a qualquer produtor mercantil. O que é característico do campesinato, entretanto, é que sua opção não consiste simplesmente em escolher o melhor momento para vender o produto - o que, aliás, normalmente ele não pode fazer - mas sim no fato de que, caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido”. (Abramovay, 1992, p.116).

A cultura de milho, principalmente, apresenta uma grande possibilidade de flexibilização, ampliando a margem de opção dos assentados. Entretanto, isso não significa que o mercado deixe de ser levado em consideração, mas a integração ao mercado não é dada por ele, e por isso pode-se caracterizar como parcial. Ainda segundo Abramovay, o caráter parcial da integração da produção camponesa ao mercado reside no fato de que grande parte dos meios de produção não é comprada.

“A alternatividade-opção de comércio ou consumo - entretanto, não é sinônimo de independência e soberania econômica por parte do produtor. Ao contrário, ela é uma reação a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa dependência pessoal daqueles pelos quais passa sua inserção na divisão social do trabalho. Neste sentido, o caráter imperfeito dos mercados é um elemento central na definição do campesinato.” (Abramovay, 1992, p.116).

Os parâmetros econômicos de regulação da sociedade não se constituem como um mecanismo absoluto na produção nos assentamentos, pois as relações pessoais assumem importância na organização econômica e social dos assentados. A existência de “monopólios microscópicos” muitas vezes nada tem a ver com a lei de oferta e da procura da economia de mercado. Os comerciantes, por exemplo, conhecidos como “picaretas”, acabam exercendo um controle sobre o preço dos produtos que muitas vezes é regulado por relações pessoais como o favor e o clientelismo. Uma parte considerável da produção de milho é destinada ao comércio, feito com os intermediários. Esta situação agravou-se

ainda mais com o desmantelamento da Coagri que deixou de comercializar a produção de grãos dos assentados a partir de 2001.

Se por de lado, verifica-se a preocupação na construção de relações alternativas ao mercado capitalista globalizado como a produção das próprias sementes, diversificação da produção para o autoconsumo, produção agro-ecológica para depender cada vez menos dos insumos produzidos por empresas transnacionais, de outro, existe uma preocupação no acesso aos produtos da modernidade capitalista adquirida, sobretudo no mercado. O uso dos dessecantes nas lavouras dos assentamentos é um dos agrotóxicos mais utilizados pelos assentados, pois facilita os trabalhos de limpeza e colheita da produção.

4.3 – Assentamentos: território de manifestações de sujeitos políticos

Ao analisar o conjunto de mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no espaço com a realização dos assentamentos, Fernandes (2000) e Leal (2001) apontam para a existência de impactos. O conjunto de mudanças relativas à saúde, geração de rendas, implantação de políticas públicas, moradias, educação entre outras mudanças, com a implantação de assentamentos rurais, são expressas no conceito de “impactos sócio-territoriais”. Assim, a compreensão das transformações territoriais com a implantação dos assentamentos deve reconhecer a interação de múltiplos elementos.

Segundo Almeida (2001) existem dificuldades de apreensão do movimento contraditório da realidade quando se privilegia a explicação economicistas no entendimento da construção do território. O privilégio atribuído às questões de natureza econômica tem resultado no entendimento de “... um território sem sujeitos, enfim, vazio de relações sociais”. (Almeida, 2001. p. 01).

No contexto de transformações espaciais onde se constrói o território camponês, será destacado o conteúdo político das manifestações dos assentados expressos em variadas atividades e ações coletivas organizadas em torno dos núcleos e grupos de assentados.

As manifestações coletivas realizadas a partir da organização dos grupos e núcleos nos assentamentos são resultante do aprendizado político ocorrido no processo de luta

dos assentados. O aprendizado político mediado pelos vínculos com o movimento proporciona elementos que motivam as atividades coletivas. Mas, outras relações também contribuem para a construção de coesão nos assentamentos. Este é o caso da solidariedade e comunitarismo; possibilidades de obtenção de maiores rendas na produção; afinidades pessoais e relações de parentesco, valores religiosos, etc. A religião pode ser uma forma de crítica às relações capitalistas e de resistência, pois existe diversidade na forma de negação da dominação do capital.

A força dos assentados contra a expropriação e subordinação capitalista está também nas suas características conservadoras e comunitárias. A vida comunitária e os valores tradicionais (família, religião, trabalho na terra, por exemplo) fazem a “mediação” das lutas dos assentados. Nesta luta histórica está também a luta pela participação e tomada de decisões, pois os assentados têm sede de participação e sabem que isto exige um empreendimento de grandes proporções.

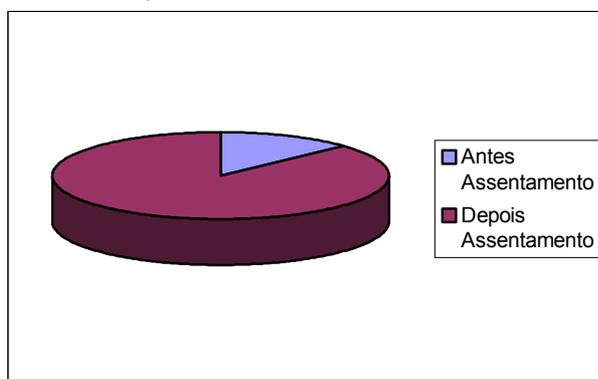
Assim, os camponeses assentados combinam variadas formas de relações, apresentando diferentes situações que não se esgotam em fórmula única. As ações coletivas por meio dos núcleos e grupos de assentados são mediadas por uma identidade política e ideológica, formada no processo de luta pela terra e ampliada após sua conquista. Embora os núcleos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção) são as relações sociais, políticas e ideológicas, e não somente unidade na produção agrícola que forjam as ações coletivas.

Embora se encontrem em dificuldades, os núcleos não perderam a essência enquanto forma de organização dos assentados. Praticamente, todas as lutas dos assentados são mediadas pelos núcleos e grupos de assentados. Antes da realização do assentamento, apenas 8,2% dos assentados haviam participado de algum tipo de luta, enquanto que depois de entrar na terra 91,8% dos assentados participaram de lutas. No gráfico a seguir (gráfico 03) verifica-se a proporção de participação nas lutas antes e depois do assentamento.

A comparação de participação de lutas desenvolvidas nas cidades é ilustrativa. Uma parcela razoável de assentados teve passagem pelas cidades (51,0 %) e poucos desenvolveram algum tipo de luta antes de ser assentado. Mesmo aqueles assentados que nunca passaram pela cidade, trabalhando como arrendatário/parceiro ou agregado, poucos

participaram de mobilizações, destacando-se aí aqueles filiados aos STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS NAS LUTAS (gráfico 3)



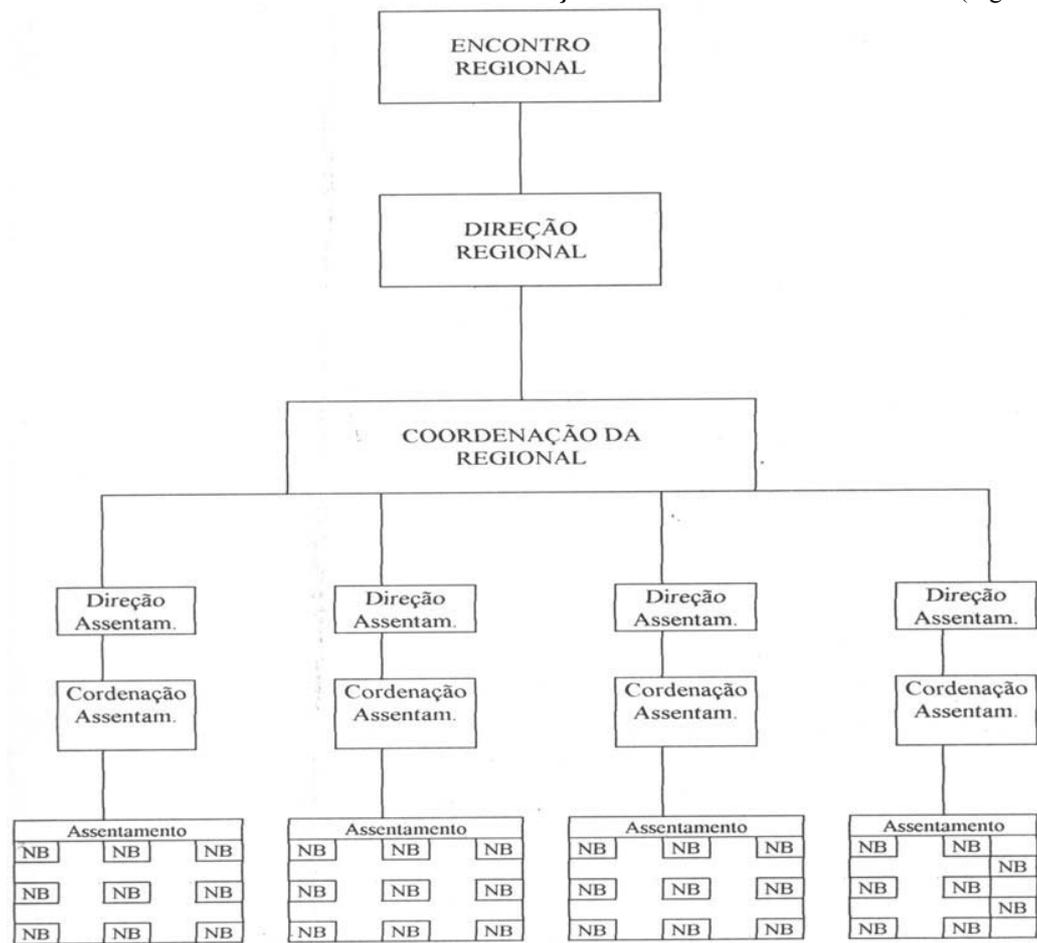
Fonte: Pesquisa de Campo

A partir de julho do ano de 2001, o MST tem mobilizado os assentados no sentido de elaborar uma reflexão sobre sua estrutura orgânica para, entre outros razões, construir resposta ao governo que tem investido de forma sistematizada contra a organização dos sem-terra. Nos Encontros Regionais, Estaduais e Nacional foi colocada a discussão sobre a construção de uma organicidade sustentada basicamente em “núcleos de base” nos assentamentos. Trata-se de um encaminhamento que procura consolidar a base do MST nos assentamentos que se encontra dispersa e distante do Movimento⁶³.

“Organizando a massa em núcleos e a militância em círculos será possível construir uma Base de Estrutura Política, onde o nível de consciência se elevará, e aí, será possível estabelecer outras tarefas de maior responsabilidade”.(Bogo, 2001, p. 05).

A organização de núcleos de base nos assentamentos esteve vinculada ao SCA até o Encontro Nacional do MST, realizado em 01/2002. Agora a organização está vinculada ao Setor de Assentamentos (Produção, Cooperação e Meio Ambiente). Para o MST, a intensificação da nucleação deve ocorrer para se estabelecer vínculo orgânico entre a base e a direção, ou seja, os núcleos devem apresentar organicidade e não uma organização espontânea e solta nos assentamentos. A figura a seguir (figura 4) indica como deve ser “o esquema básico” das instâncias da organização regional do MST para viabilizar a organicidade entre os núcleos de base nos assentamentos.

INSTÂNCIAS DE ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO MST (Figura 4)



Fonte: Concrab/1998.

Nesta proposta de núcleos, o MST atribui importância ao espaço geográfico para sua organização nos assentamentos. “O aspecto geográfico é importante quando se trata da questão orgânica, tendo em vista que se deve ter o controle absoluto sobre ele, para ter a garantia que o trabalho é eficiente”. (Concrab, 1998, p.06). Mas, antes de controle absoluto sobre o espaço e território, os núcleos são uma forma de criação de elos de articulação da base dos assentados no objetivo de fazer com que eles sejam militantes do MST.

Portanto, a organicidade é importante não pelo controle que o MST se propõe sobre o território, mas pela possibilidade de rompimento do isolamento e que os grupos e

⁶³ A reformulação possibilita a participação de um número maior de pessoas, estimulando as tarefas militantes entre os assentados, pois para cada grupo de 500 famílias existirá um membro da direção estadual, 10 membro da direção regional e 50 coordenadores de núcleos, formando um total de 61 militantes vinculados ao MST.

núcleos não se constituam como ilhas de organização, resistência e luta desembocando em ações coletivas.

As principais reivindicações e lutas organizadas pelos núcleos e grupos de assentados estão inseridas no contexto das lutas da cooperativa e do MST, que são aquelas ligadas à liberação de recursos financeiros, desapropriações de terras e infraestrutura em geral para os assentamentos. A tabela a seguir (tabela 10) indica as principais reivindicações das lutas organizadas pelos núcleos.

Recursos financeiros	87,7 %
Desapropriação de terra	48,9 %
Infraestrutura (estradas, escolas etc.).	46,9 %
Fim de pedágio estradas/privatizações	36,7 %
Assistência técnica	28,5 %
Renegociação de dívidas	22,4 %
Libertação de militantes presos	14,2 %
Direito das mulheres	10,2 %
Transgênicos	10,2 %
Apoio aos caminhoneiros	8,1 %
Fim violência no campo	8,1 %
Não participou luta	4,1 %

Fonte: pesquisa de campo

Os dados sobre os tipos de mobilização e reivindicação dos sem-terra assentados indicam o conteúdo de classes destas manifestações e a explicitação do conflito de interesses existentes entre elas. São enfrentamentos contra a subordinação engendrada no interior das relações capitalistas, apresentando um conteúdo ideológico e de mudanças estruturais da sociedade.

No sentido de qualificar a participação dos assentados dos núcleos nas mobilizações desenvolvidas após o assentamento, se verificam os seguintes dados, sobre os tipos de participação nas mobilizações:

Auxílio a acampamentos	95,9 %
Ato de protesto (privatização, violência, fechamento de rodovia, etc.)	87,7 %
Ocupação de banco	81,6 %
Ocupação de Incra	73,4 %
Marchas e/ou caminhadas	73,4 %
Ocupação de terra depois de ser assentado	65,3 %
Manifestação e/ou reivindicação ao poder local (prefeitura)	59,1 %
Apoio a outras categorias	22,4 %
Ocupação Palácio do Iguazu	20,4 %
Congresso e/ou encontro	16,3 %
Nunca participou	4,1%

Fonte: Pesquisa de Campo

As manifestações dos assentados organizadas com a participação dos núcleos não têm caráter localizado como afirma alguns autores sobre as lutas camponesas. Hobsbawm (1999) duvida que possa existir um movimento ou rebelião de caráter nacional de camponeses. “A ação local e regional, que é norma, só se transforma em ação mais ampla mediante força externa—natural, econômica, política ou ideológica”(Hobsbawm, 1999, 223).

A participação dos assentados nas mobilizações ocorre nos mais variados locais com ampla pauta de reivindicação. Mesmo a participação do MST nas organizações internacionais como a CLOC (Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo) e Via Campesina são indicativos da espacialização e da luta internacional do MST. A própria palavra de ordem do MST indica o caráter internacional de sua luta, que é socialista: “Brasil, Cuba, América Central. A luta socialista é internacional”.

Os mapas a seguir (mapa 07 e 08) demonstram a dimensão espacial da participação política e luta dos assentados vinculados a grupos/núcleos de produção. Trata-se da participação de cursos de formação política ou técnica e desenvolvimento de ações e mobilizações como ocupação de terra sem considerar aquela que foi feita para ser assentado, ocupação de órgãos do governo (bancos, Incra, institutos, espaços públicos); caminhadas/marchas; fechamento de rodovias, inclusive aquelas privatizadas; ocupações de praças; atos públicos; etc.

A ocupação da terra pelos sem-terra se constitui num importante processo de criação do campesinato. É uma forma de luta que leva a territorialização do campesinato e conseqüentemente desterritorialização dos proprietários de terra. (Fernandes, 2000, p.281). Mas, a ocupação da terra não é necessariamente a territorialização das relações camponesas porque ela se constitui numa forma de organização do território temporária e transitória, além de ocupar uma pequena área de terra (área do acampamento). A materialização das relações camponesas ocorre com a conquista da terra e o assentamento.

As manifestações coletivas dos camponeses se constituem numa eficiente força de contestação da ordem, mas esta eficiência não se reverte em capacidade e exercício do poder. Este tem se constituído num grande dilema para os mediadores e partidos que vêem nos camponeses a “dinamite” para desmoronar a construção desigual da sociedade capitalista, mas não reconhecem este mesmo ímpeto no exercício do poder.

SÃO PAULO

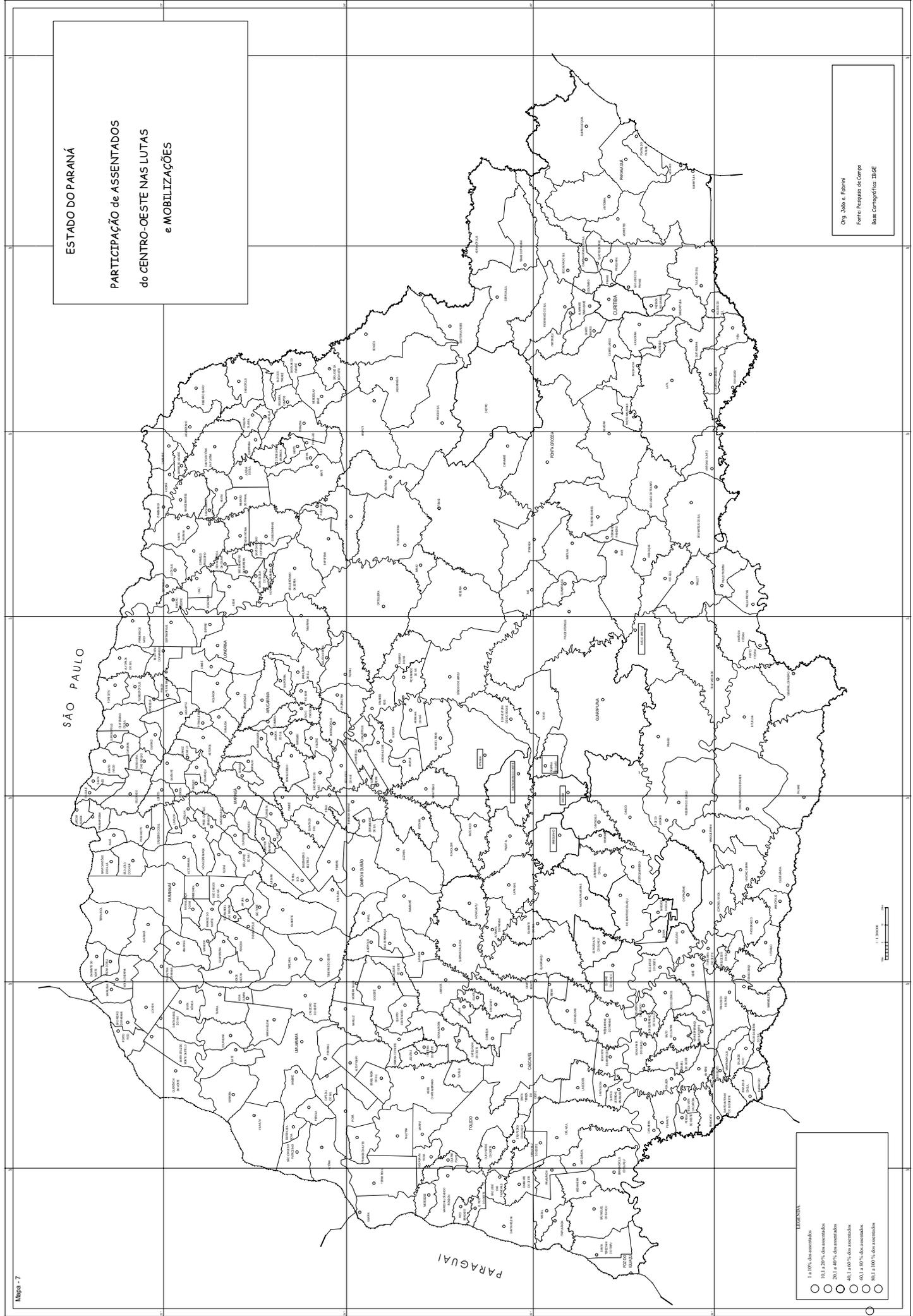
ESTADO DO PARANÁ
PARTICIPAÇÃO de ASSENTADOS
do CENTRO-OESTE NAS LUTAS
e MOBILIZAÇÕES

LEGENDA

- 1 a 10% dos assentados
- 10 a 20% dos assentados
- 20 a 40% dos assentados
- 40 a 60% dos assentados
- 60 a 80% dos assentados
- 80 a 100% dos assentados



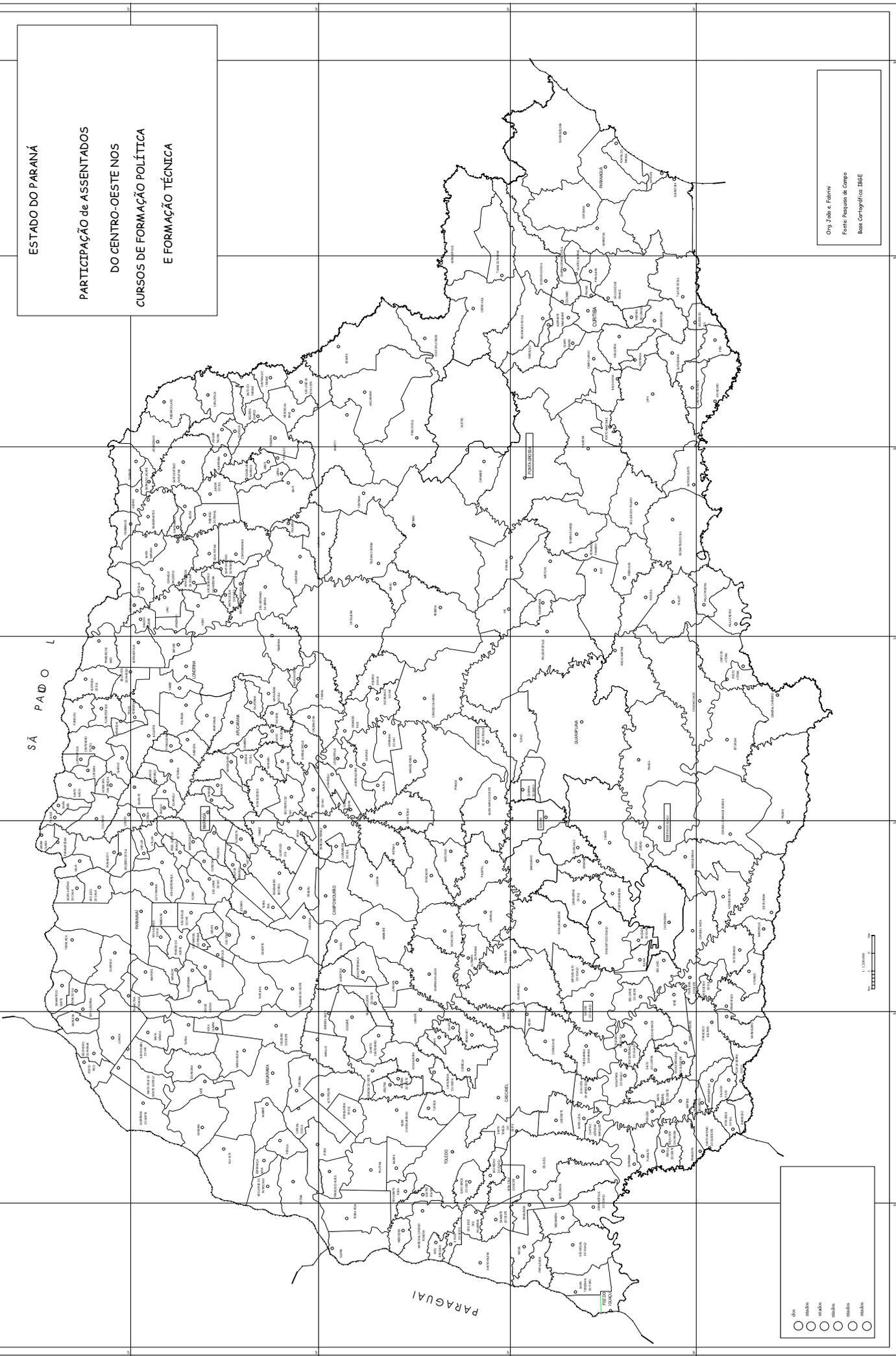
Org. João e Fabiani
Fonte: Pesquisa de Campo
Base Cartográfica: IBGE



S Ã P A D O L

ESTADO DO PARANÁ

PARTICIPAÇÃO de ASSENTADOS
DO CENTRO-OESTE NOS
CURSOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA
E FORMAÇÃO TÉCNICA



- dist
- munic
- munic
- munic
- munic
- munic



Org. João e Fabiani
 Fonte: Pesquisa de Campo
 Base Cartográfica: IBGE

Caldart (2000) ao tratar da pedagogia do Movimento (MST) refere-se ao camponês sem-terra que se educa no processo de luta, ou seja, fala de um novo camponês, que ao se transformar no processo não perde as características tradicionais do campesinato e sua raiz camponesa.

“De novo é preciso dizer que a cabeça do antigo camponês ou bóia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, como contradição, ou já como síntese”.(Caldart, 2000, p. 118).

A raiz camponesa dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta pela terra. A territorialização e o prosseguimento da construção do movimento depende da manutenção desta característica camponesa. Assim, as características dos sem-terra devem ser preservadas para a ampliação das lutas, não se justificando a necessidade de superação das características camponesas do assentado para alcançar novos patamares “superiores” de luta (CPA), como defende o MST.

O ideal camponês de autonomia motiva a sua disposição de luta pela terra e de manutenção na terra conquistada, procurando ampliar suas conquistas agora na condição de assentado. As características da produção camponesa e sua trajetória de vida, ao contrário de fragilidade, são uma condição para a luta. Não somente luta para entrar na terra, mas também para nela permanecer e garantir sua autonomia e liberdade. Portanto, aquilo que o MST considera uma fragilidade é condição de resistência.

A formação de intelectuais do próprio movimento é uma característica nova das ações camponesas sem-terra, rompendo a idéia de que eles não são capazes de construir seus próprios intelectuais, dispensando pensadores que não possui afinidade com as idéias defendidas pelo Movimento. Não se está referindo ao conteúdo e a compreensão destes intelectuais/militantes, saídos inclusive dos quadros do movimento, da organização produtiva e social capitalista, mas ao fato de existir um grupo de pensadores.

As relações sociais camponesas, entendidas pelo MST como atrasadas, passam por um processo de modernização das relações com o “novo camponês”, em vista do contexto em que agora ele está inserido. O momento vivido no acampamento e ocupação é definido por Caldart (2000) como “extraordinário” e que no assentamento os sem-terra são pressionados a voltar ao modo de vida de camponês do passado, antes da entrada no MST. A idéia de Caldart (2000) é de que o MST não é um movimento formado pelo

camponês típico, pois as preocupações deste estão voltadas para obtenção de interesses econômicos imediatos e os sem-terra do MST não querem apenas terra, mas reforma agrária e um modelo de desenvolvimento de agricultura que possa atender seus interesses.

O reconhecimento do potencial de resistência e luta dos camponeses não é questão de entendimento a partir dos traços culturais do campesinato, mas do contexto de conflito de classes em que ele está inserido. Isto ocorre na retomada e reinterpretação de formas antigas de manifestações camponesas, que aparentemente não são manifestações políticas progressistas, como as romarias e a mística do MST em geral. As romarias são substituídas pelas marchas e as orações são substituídas por um discurso político e de contestação da ordem, quando se observa que as discussões sobre o conflito de classes vêm pelas ações aparentemente despolitizadas e conservadoras. As marchas/romarias, aparentemente despolitizadas apresentam um enorme potencial de questionamento da ordem. As marchas nacionais organizadas pelo MST ocorridas nos anos de 1997 a 1999 são exemplares.

Os camponeses assentados vinculados ao MST demonstram que não querem somente terra. Mas, ao lutar pela terra desenvolvem resistência para continuar existindo num modo de produção adverso que não permite a sua existência. O seu projeto é continuar existindo enquanto camponês, mas existindo fora dos limites da subordinação que estão submetidos na produção capitalista.

Mas, se existe diferenças entre a compreensão de produção dos MST com as cooperativas nos assentamentos, não se verificam com a mesma intensidade quando se trata das mobilizações e lutas políticas.

Desde o início, as lutas dos sem-terra estiveram marcadas não apenas por lutas específicas e imediatas. Mas, lutas amplas como é o caso da lutas pela democracia com o lema “sem reforma agrária não há democracia” quando surgiram as primeiras lutas. Não foi preciso do desenvolvimento de forças produtivas e modernização da produção para que os sem-terra passassem a reivindicar modernização das relações políticas e direito de participação do processo social enquanto sujeitos políticos. O amadurecimento da consciência política não veio pela modernização da agricultura e inserção no mundo da mercadoria, apontando um descompasso entre a modernização produtiva e desenvolvimento social.

Recentemente, o MST passou a intensificar a discussão da reforma agrária inserida numa proposta de um projeto popular de desenvolvimento do Brasil que tem se materializado com o avanço da luta pela terra e reforma agrária. Amadurecidas as condições de inserção maior do MST nas discussões das questões sociais e dos problemas nacionais, foi definida a partir de 1995 a idéia de que a reforma agrária é uma luta de todos, procurando envolver toda a sociedade na sua realização.

A mobilização dos sem-terra contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi um importante marco para também evidenciar a preocupação com os interesses nacionais do MST. Foram realizadas ainda “campanhas” contra a privatização de muitas outras empresas estatais, envolvendo um enorme número de trabalhadores, artistas e líderes políticos em geral. A idéia corrente entre os movimentos camponeses é de que estão mais centralizados na conquista e luta pela terra.

A compreensão e posicionamento dos assentados sobre a temática da privatização são indicativos de preocupação dos camponeses assentado com questão que envolve o contexto nacional e internacional. Questões como a das privatizações é uma preocupação não apenas da direção do Movimento e de cooperativas (Coagri), mas dos próprios assentados.

Todos os assentados entrevistados na pesquisa de campo apresentaram noções gerais e opinião formada sobre o processo de privatização que vem ocorrendo no Estado do Paraná e no Brasil. Apenas 4,1 % dos assentados não souberam se posicionar sobre as vantagens ou desvantagens da privatização, acrescentado-se aqueles que tem noções gerais do processo, mas que precisam de maior tempo para visualizar os resultados e se posicionar a favor ou contra a privatização. Assim, 95,9 % se posicionaram contrário ao processo de privatização que vem ocorrendo no Estado e no País, sendo que a venda de empresas estatais foi considerada sinônimo de privatização por grande parte dos assentados.

As empresas mais lembradas pelos assentados da região foram a COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) que teve a privatização bloqueada pela mobilização do povo paranaense, Companhia Vale do Rio Doce; Embratel e Banestado (Banco do Estado do Paraná), vendido recentemente ao Branco Itaú. Os dados da tabela a seguir (tabela 12) indicam o entendimento de privatização dos assentados.

Tabela - 12 ENTENDIMENTO DE PRIVATIZAÇÃO	
Entrega do patrimônio público/estatal à iniciativa privada	71,4 %
Venda de empresas estatais/públicas	67,3 %
Entrega do poder/soberania aos empresários estrangeiros	24,4 %
Transformar o público em privado	14,2 %
Medidas para ampliar o mercado capitalista	8,1 %

Fonte: pesquisa de campo

A maior parte dos assentados obteve informações sobre o processo de privatização por meio de reuniões nos núcleos/grupos e eventos organizados pelo MST/Coagri; imprensa comercial (destaque para o rádio) e panfletos produzidos por partidos políticos, Igreja, sindicatos, movimentos, etc.

Outra mobilização que indica a preocupação do MST em geral com os grandes temas nacionais, foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça realizada em 1997, mobilizando 100 mil pessoas para protestar contra a política econômica do governo e desigualdades sociais e principalmente contra o assassinato de 19 sem terra em Eldorado dos Carajás no Pará, transformando o dia 17 de abril no Dia Internacional da Luta Camponesa. O envolvimento da sociedade nas manifestações de 17 de abril indicou a materialização das condições para o aprofundamento das lutas do MST como uma luta que vai além da conquista da terra.

Outra importante decisão no sentido de ampliar as ações do MST foi o surgimento em finais de 1997 da Consulta Popular num Fórum com várias entidades representativas dos movimentos sociais, pastorais, principalmente, com o objetivo de fazer uma reflexão para subsidiar a elaboração de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. A matriz estruturalista norteou a elaboração teórica da Consulta Popular, sintetizada nas várias cartilhas de formação, encontros, mas, sobretudo, no documento A Opção Brasileira, publicada em 1998. A Consulta elegeu como símbolo principal à bandeira do Brasil, indicando sua preocupação com toda a nação brasileira e a necessidade do envolvimento dos vários segmentos da sociedade civil organizada. A canção “Ordem e Progresso”, outro símbolo das lutas e indica a preocupação com o país.

A Marcha pelo Brasil organizada pela Consulta Popular em 1998 contou com a participação não apenas dos sem-terra, mas dos Lutadores do Povo. Marcharam em mais de 70 colunas que partiram dos mais variados pontos do país para a capital dos Estados. No caminho, os lutadores do povo procuravam ouvir, fazer discussões, denunciar e anunciar a necessidade de um projeto popular para o Brasil com justiça social,

democracia, distribuição de renda e solidariedade, levando a idéia de que “a ordem é ninguém passar fome”.

A Consulta Popular, espécie de uma ampliação das ações do MST para além das lutas no campo promoveu outra marcha em 1999, quando os lutadores do povo percorriam as cidades e campos para também discutir um projeto de desenvolvimento para o país. A Consulta Popular teve seu auge no período de 1997 a 2000 apresentando diminuição de capacidade de mobilização com forte declínio nas suas ações a partir de 2001.

Outra mobilização do MST, somadas a de outras entidades, é aquela contra a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) deflagrada em 2002 a partir de decisões tomadas no II Fórum Social Mundial e na II Cúpula dos Povos das Américas com o tema “Uma Outra América é Possível”. Esta participação do MST é outro indicativo da ampliação da luta dos camponeses sem-terra vinculados ao MST.

Desde o nascimento do MST, há disposição de lutas que contemplem reivindicações que sejam mais do que terra. Mas, em vista das transformações sociais, novas ações foram sendo necessárias para ampliação das conquistas, despertando a atenção para uma pauta de reivindicações bem maior do que terra, como é o caso da luta pela escola e educação.

“Foi este caráter que exigiu uma conformação organizativa aberta a um tipo de demanda como a da educação e da escola. Não fosse assim talvez esta preocupação até continuasse a se desenvolver entre famílias e professoras, tal como acontece em muitas comunidades, rurais e urbanas, mas então estaríamos tratando de outra história, outros vínculos, outro desenlace”. (Caldart, 2000, p. 152).

As pressões do Estado também se fizeram presente desde o início para que após o assentamento o sem-terra deixasse de participar do Movimento, pois agora seriam pequenos agricultores e não mais pertencente a esta categoria (sem-terra). Isto vem ocorrendo até os dias atuais no sentido de não considerar o assentado como um sem-terra, mas sim como agricultores familiares.⁶⁴

⁶⁴ A resolução do Banco Central do Brasil número 2629 de 10 de agosto de 1999 alterando as normas de financiamentos rurais colocou os assentados na categoria de agricultores familiares. O Procerá (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária) foi desativado e repassado o financiamento para competência do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Alguns autores como é o caso de Martins (1996) entendem que o MST se tornou um partido popular, mesmo que não tenha um programa agrário definido, pois a tendência dos movimentos é de desaparecer ao atingir o objetivo tornando-se uma organização partidária. Martins indica que por causa da pauta ampla de reivindicação e luta do MST, que visualiza transformações na estrutura da sociedade, faz do Movimento uma organização partidária.

Por outro lado, deve-se ponderar que a diversidade de concepções que fizeram a gênese do MST compreende tanto aquela surgida no interior da Igreja como a de natureza marxista, combinando-se concepções políticas, ideológicas, religiosas e teorias de natureza variada. Esta diversidade coloca-se como uma dificuldade de classificação do MST como um partido, pois ao mesmo tempo em que age como partido com conotação essencialmente política, utiliza o discurso religioso para estabelecer discussão de conflito de classes, por exemplo.

No texto base para reformulação das Normas Gerais do MST (MST, 2001), verifica-se que os objetivos do Movimento vão além da conquista da terra, expressos no seu caráter massivo, sindical, popular e político. Afirma ainda, que os sem-terra devem empenhar-se por transformações profundas na sociedade “Lutamos por Terra, Reforma Agrária e Pelo Socialismo”. (Normas Gerais, 2001, 02).

“O movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento de massas, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a reforma agrária e um Projeto Popular para o Brasil”.(Normas gerais, 2001, 01).

O MST insiste em se considerar também como um sindicato, ao afirmar nas Normas Gerais do MST: “Somos um movimento de massas, de caráter sindical, popular e político”. (MST, 2001, p. 02). Entretanto, sua prática nem sempre é de um sindicato, pois o caráter sindical passaria necessariamente pelo reconhecimento oficial (lei e Estado). Não se justifica este “caráter sindical”, pois o MST não desenvolve luta no interior de códigos legais e nos limites de uma ação institucional, características dos sindicatos. Por outro lado, é importante observar que os sindicatos, principalmente os STRs, tem desenvolvido uma série de ações no sentido de ultrapassar a barreira institucional, como as ocupações de terra, por exemplo.

O MST também apresenta uma diversidade interna de posições. Esta diversidade de posições que constitui o MST é premissa básica para a compreensão do seu surgimento. Ao mesmo tempo em que o MST se caracteriza por lutas imediatas de caráter reivindicativo, defende um conjunto de ações que evidencia proposta de grandes transformações como é a concepção da reforma agrária enquanto um projeto nacional.

Autores como Sampaio (1997), Benjamin e outros (1998), por exemplo, entendem que existe sentido de projeto de desenvolvimento nacional na luta dos sem-terra. Atribuem sentidos à luta para entrar e permanecer na terra porque visualizam aí a realização da reforma agrária. Portanto, a reforma agrária, atribui sentido de projeto nacional à luta do MST.

A concentração fundiária é entendida como um bloqueio ao desenvolvimento nacional e a desconcentração da posse da terra é uma necessidade para a construção da nação. Neste entendimento, a importância da reforma agrária reside na possibilidade de desenvolvimento de forças produtivas que ela representa, condição para implementação do projeto nacional. Dessa forma, as forças populares no campo teriam seu lugar garantido porque a desconcentração da terra é uma condição para o desenvolvimento da nação.

Se por um lado, esta compreensão de projeto nacional instrumentalista e coloca a luta pela terra a reboque do desenvolvimento das forças produtivas, de outro, atribui importância política à luta pela terra porque ela nasce da organização dos camponeses. Esta compreensão tem norteado muita das ações do MST e pode ser visualizada na seguinte palavra de ordem: “reforma agrária: uma luta de todos”.

As manifestações contra a violência no campo, privatizações de bancos, rodovias, empresas, além de muitas outras, são alguns dos indicativos que evidencia que a luta dos camponeses assentados não é uma luta localizada e restrita a interesses imediatos. A declaração de um dirigente assentado do MST, inclusive para justificar a necessidade de uma grande cooperativa como a Coagri, expressa bem este caráter amplo da luta dos sem-terra, seja ela para entrar ou se manter na terra. Como visto, o modelo de cooperativa como uma grande empresa não proporcionou os resultados esperados.

“Acho que é uma contradição e uma falsa idéia achar que tem que ser pequena e localizada para dar certo a luta nos assentamentos. Tu tem que ter uma rede para ser grande. Se um dia nós quiser governar este país, se a

classe trabalhadores quiser governar, se quiser administrar o país, vai ter que saber dirigir o grande. Então, porque a Coagri tem que ser pequena para funcionar e dar certo?" (Coordenador Nacional do MST, Elemar, 2001).

A realização dos assentamentos implica também numa série de mudanças políticas, sociais e econômicas, sintetizadas num novo arranjo territorial. Este arranjo territorial implica em mudanças sociais que extrapolam o espaço do assentamento. Este é o caso do fortalecimento de movimentos sociais e de luta dos trabalhadores do campo como a luta dos pequenos agricultores no MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores); mulheres agricultoras; sindicatos; reflexos na economia local e regional com surgimento de novos empregos e empreendimentos; redefinição na atuação do Estado e relações de poder local em que os assentados criam mecanismos de representação política.

O fortalecimento do Partido dos Trabalhadores, embora sejam visíveis as diferenças de concepção de organização dos trabalhadores no seu interior, nos municípios onde existem os assentamentos é evidente. Este é o caso dos municípios de Cantagalo, Nova Laranjeiras, Goioxim e Rio Bonito do Iguazu, onde foram criados canais de participação e discussões políticas a partir da realização dos assentamentos.

No município de Rio Bonito do Iguazu, por exemplo, segundo o presidente do Partido dos Trabalhadores; partido que os sem-terra tradicionalmente tem maior vínculo, 70% dos votos recebidos vieram dos assentamentos. Foram 22 candidatos a vereadores para 9 vagas e o vice-prefeito provenientes dos assentamentos na coligação partidária acompanhada pelo PT.

Portanto, os assentamentos provocam redefinição das relações locais e construção de espaço de disputa com as forças políticas locais para a conquista de direitos. Os assentamentos e a criação da Coagri inauguraram uma prática econômica e política desconhecida até então na região.

Resultante da organização das lutas surgem lideranças que acabam sendo constituídas como representante dos interesses dos assentados e não raro participando de processos e disputa de cargos eletivos nos conselhos municipais, câmara de vereadores, prefeituras, sindicatos e até mesmo cargo na assembléia legislativa, como foi o caso de Jaime Callegari, candidato sem-terra, que ficou na segunda suplência para o cargo de

Deputado Estadual em 1998. Estas lideranças se constituem como porta-vozes dos assentamentos e dos diferentes grupos constituídos a partir de diferenças internas.

Muitas vezes também, o MST tem buscado lideranças para participar do processo político partidário fora do assentamento, como técnicos, professores, e outros trabalhadores vinculados ao urbano (cidade). O preconceito contra os assentados e dificuldades de formação de lideranças nos assentamentos estimula os assentados a buscar pessoas da cidade vinculadas às lutas dos sem-terra para ser construído como seu representante e atuar na esfera institucional (partido político, câmara de vereadores, prefeitura, etc.).

No relacionamento externo do MST com as entidades, como partidos políticos, por exemplo, surgem divergências internas entre os membros e direção. A presença de novos filiados partidários vinculados aos assentamentos e MST tende a determinar uma nova dinâmica ao Partido, não sendo raro diferenças entre os militantes novos e antigos. Os militantes vinculados ao MST tendem a reproduzir no Partido a prática semelhante à vivida nos acampamentos com decisões centralizadas. A decisão tomada por direções e discussão/repasso à assembléia se constitui como uma destas práticas centralizadoras que se procura implantar no partido político.

Mas, as mudanças não estão territorializadas uniformemente no espaço, verificando reprodução de desigualdades, preconceitos, patronagem, etc. “É possível pensar ainda que os assentamentos se tornem objeto de interesse pela possibilidade de se constituírem em novos *locus* de reprodução de relações de patronagem” (Medeiros e Leite, 1999, p. 163).

A desigualdade entre homens e mulheres, por exemplo, pode ser verificada até mesmo nas respostas aos questionários aplicados aos assentados. Geralmente, as respostas eram responsabilidade do homem, pois este tinha as informações necessárias. Apesar de muitos entrevistados dos núcleos e grupos apresentarem um discurso de igualdade de direitos entre homens e mulheres, verificava-se que na prática a mulher dificilmente emitia opinião. Mesmo para responder aquelas perguntas direcionadas especificamente às mulheres, algumas consultavam por meio da dúvida na resposta ou do olhar o consentimento e confirmação do companheiro.

Por outro lado, muitas mulheres declararam que participam de discussões da questão de gênero por meio da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais e outras formas de organização existente nos assentamentos como os Clubes de Mães e grupos de assentados. Na foto a seguir (foto 13) se verifica reunião de mulheres e a presença dos filhos no assentamento Araraí em Campina do Simão onde se discutem assuntos de naturezas variadas relativas aos interesses das mulheres.



Foto 13 – Encontro de Mulheres no Assentamento Araraí/2002 (Campina do Simão)

Ao contrário do que se poderia supor aos camponeses, que devido à sua condição de produção, teria uma visão corporativa, oportunista, dificuldade de compreensão da totalidade, posição de classe e despolitização, os assentados demonstram visualização e consciência política por meio de seus gestos de mobilizações que não se restringe a benefícios imediatos apenas.

O conhecimento (noções gerais) sobre temáticas como capitalismo, socialismo, dívida externa, burguesia e neoliberalismo também são um importante indicador da politização verificada na fala dos assentados organizados nos núcleos e grupos de assentados. Uma parcela considerável dos assentados demonstra que possui noções gerais sobre questões como as referidas acima, apesar da baixa escolaridade. Aliás, poucos foram os assentados que obtiveram as informações por meio de discussões feitas formalmente nas escolas.

A idéia de que o capitalismo é um sistema que revela desigualdade social; de um lado trabalhadores, e de outro, capitalistas, proveniente da injusta distribuição de riquezas, esteve presente em grande parte das respostas. As respostas apontaram para idéia negativa de capitalismo e não houve nenhuma resposta que apontasse vantagens aos assentados dentre aqueles que conseguiram definir o conceito.

É importante observar que uma resposta apontou para vantagens do capitalismo, ou seja, a forma organização produtiva realizada pelo trabalho coletivo, mas que o entrevistado fez questão de observar que o capitalista a utiliza em seu favor, ou seja, a apropriação é privada. Esteve presente nas respostas os seguintes entendimentos:

Tabela – 13 ENTENDIMENTO DE CAPITALISMO	
Acúmulo de riqueza nas mãos de poucos	46,9 %
Relação de poder	28,5 %
Divisão de classes (trabalhadores - capitalistas)	24,4 %
Exploração do trabalhador	22,4 %
Exclusão social	18,3 %
Domínio de um país sobre outro	8,1 %
Privatização e domínio do mercado	4,1 %
Corrupção	2,1 %
Não soube explicar	16,3 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Uma parte dos assentados entende que o socialismo se constitui na forma ideal de organização social e econômica, mas que apresenta algumas desvantagens. A principal desvantagem apontada nos países socialistas foi a centralização do poder. As desvantagens apontadas no sistema socialista são ainda o fato de difícil implantação, sendo comum citação das dificuldades de trabalho coletivo no assentamento com exemplo de dificuldade de implantação do socialismo.

Observou-se nas respostas sobre o socialismo, que parte dos entrevistados fazia relação com os países “socialismo real”, sendo comum citação de Cuba como referência. Uma parcela das respostas sobre o socialismo está relacionada à distribuição igualitária das riquezas produzidas e democratização nas relações sociais. Na tabela a seguir (tabela 14) verifica-se o entendimento de socialismo dos assentados dos núcleos/grupos.

Tabela – 14 ENTENDIMENTO DE SOCIALISMO	
Igualdade de direitos	30,6 %
Distribuição igualitária de riquezas	26,5 %
Participação dos trabalhadores/democracia	24,4 %
União entre as pessoas	8,1 %
Igualdade das classes sociais	6,1 %
Honestidade	2,1 %
Ditadura	2,1 %
Não soube explicar	26,5 %

Fonte: Pesquisa de Campo

As noções de dívida externa foram verificadas por grande parte dos assentados, cabendo referência ao plebiscito organizado pelas entidades ligadas aos direitos dos trabalhadores e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Vários assentados declararam que se empenharam na realização do Plebiscito no seu núcleo/grupo e comunidade em geral. Muitos entrevistados acrescentaram que a dívida externa já foi paga em forma de juros aos organismos financeiros como o FMI, Banco Mundial, e que as elites brasileiras submetem a nação ao capital internacional através dessa dívida.

Tabela – 15 ENTENDIMENTO DE DÍVIDA EXTERNA	
Dívida do Brasil ao exterior (EUA, bancos, etc.).	89,7 %
Dívida do país que foi paga	12,2 %
Causa da miséria	10,2 %
Prejuízo para o Brasil	4,1 %
Não soube explicar	10,2 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Tratando da compreensão de neoliberalismo, a maioria dos assentados já ouviu falar desta temática, classificando-a como algo prejudicial aos trabalhadores do campo e à reforma agrária. Entretanto, foram poucos os assentados que souberam explicar ou que tem alguma noção sobre neoliberalismo. Na tabela a seguir (tabela 16) pode-se verificar que mais de 75% dos assentados não tem entendimentos básicos de neoliberalismo.

Tabela – 16 ENTENDIMENTO DE NEOLIBERALISMO	
Abertura comercial e ampliação dos mercados	20,4 %
Adequação do capitalismo contra trabalhador	14,2 %
Globalização	2,1 %
Não soube explicar	77,5 %

Fonte: Pesquisa de Campo

O entendimento de que existe conflito de classes na sociedade capitalista expressas em burguesia x trabalhadores foi demonstrados por parte dos assentados. Muitos assentados classificaram os latifundiários (proprietários de terra) como integrantes da burguesia. Portanto, o entendimento é de que burguesia expressa poder político e econômico o que possibilita a exploração dos trabalhadores e a exclusão do direito a terra. Os dados são os seguintes:

Tabela – 17 ENTENDIMENTO DE BURGUESIA	
Latifundiários/UDR	38,6 %
Dominadores/exploradores	28,5 %
Empresário muito rico	28,5 %
Proprietário de capital	14,2 %
Não soube explicar	33,3 %

Fonte: Pesquisa de Campo

As informações sobre Banco Mundial, FMI e outros organismo econômicos internacionais também é de conhecimento da maioria dos assentados, sendo que apenas 9,5% declaram que não possuem noção sobre os referidos organismos. Alguns assentados fizeram questão de evidenciar que já participaram de manifestações contrárias à intervenção dos EUA e do FMI na economia do País. Outra parte procurou relacionar o Banco Mundial com a reforma agrária, afirmando que se trata de uma intervenção para destruir a organização dos sem-terra, pois o acesso a terra seria por meio da compra e não da luta (Banco da Terra).

O posicionamento crítico ao FMI/Banco Mundial foi demonstrado pela maioria dos assentados sendo que grande parte ouviu sobre este assunto nos meios de comunicação e encontros/manifestações do MST, principalmente.

Tabela – 18 ENTENDIMENTO DE FMI/BANCO MUNDIAL	
Banco que empresta dinheiro e domina o país	48,9 %
Poder mundial dos bancos estrangeiros	42,8 %
Representante do EUA no Brasil	10,2 %
Grupo econômico para privatizar o país	4,1 %
Imposição do exterior no Brasil	4,1 %
Não sabe explicar	10,2 %

Fonte: Pesquisa de Campo

A maior parte dos assentados obteve as informações sobre as temáticas referidas acima por meio de participação nas mais variadas atividades desenvolvidas pelos MST/Coagri, sindicatos e entidades ligadas aos trabalhadores que realizaram cursos de formação, encontros, seminários, assembléias, mobilizações, etc. Os meios de comunicação também foram importantes para a obtenção de informações sobre as temáticas referidas acima, destacando-se a rádio.

Apesar das deficiências na formação política-ideológica dos assentados dos núcleos e grupos, os dados apontam para a idéia de que a formação política promovida pela Coagri/MST nos assentamentos da região tem fortalecido a organização, luta e consciência política dos assentados. Uma pequena parte (14,2 %) dos assentados não participou de algum curso de formação política ou técnica depois de assentado.

Dentre os cursos mais importantes que os assentados participaram, considerando o assunto e o tempo de duração, são os seguintes, conforme se verifica na tabela a seguir (tabela 19):

Encontros/seminários/congresso/cursos do MST	79,5 %
Palestras/reuniões	67,3 %
Palestras técnicas	55,1 %
Cooperação agrícola	38,6 %
Administração rural	22,4 %
Encontros partidários	20,4 %
Produção leite	20,4 %
Produção de grãos	20,4 %
Adubação orgânica	20,4 %
Bovinocultura	18,3 %
Agroecologia	16,3 %
Piscicultura	10,2 %
Formação sindical	10,2 %
Suinocultura	10,2 %
Produção de pepino	10,2 %
Questão de gênero	8,1 %
Avicultura	8,1 %
Educação	8,1 %
Formação religiosa	6,1 %
Manutenção de máquinas	6,1 %
Horticultura	4,0 %
Alimentação alternativa	4,0 %
Agroindústria	4,0 %
Saúde	4,0 %
Produção erva-mate	2,1 %
Nunca participou	14,2 %

Fonte: Pesquisa de Campo

As entidades promotoras e/ou coordenadoras dos cursos e eventos com vistas à formação técnica ou política de maior importância são o MST/Coagri e o antigo projeto Lumiar de assistência técnica.

Foram consideradas a formação técnica e política no conjunto porque muitos cursos realizados pelas entidades tratavam de ambas as questões. Este foi o caso de cursos/seminários/palestra organizados pelo MST, CUT, MPA, STR e que se encarregavam de tratar das questões políticas e técnicas no mesmo encontro.

Apesar da importância da Coagri e do MST na formação política dos assentados, esta não foi a questão priorizada na organização dos núcleos de produção e grupos de assentados. Como foi visto anteriormente, os núcleos nos assentamentos foram organizados mais como um espaço da produção e alocação de recursos financeiros do que de formação e conscientização política.

Verifica-se na tabela a seguir (tabela 20) que as principais entidades organizadoras da formação dos assentados são as seguintes:

MST/coagri/lumiar	95,9 %
Emater/secretaria agricultura/prefeitura	40,8 %
STR	26,5 %
Incra/pnud	26,5 %
Frimesa/sudcoop	20,4 %
PT	18,3 %
CUT	16,3 %
Souza cruz	16,3 %
CPT	10,2 %
MPA	10,2%
ONGs	8,1 %
Universidade	2,1 %
Senar	2,1 %
PSDB	2,1 %

Fonte: Pesquisa de Campo

No caderno de formação de cooperação agrícola da Concrab, Carvalho (1999) faz uma avaliação crítica da ação das cooperativas em geral nos assentamentos e do SCA. Considera que este sistema é burocratizado, centralizado e de natureza economicista. Esta característica do SCA não permitiu o fortalecimento de outras dimensões como a organicidade do MST e a formação política-ideológica, que ficou entregue a planos secundários. Como foi visto anteriormente, a organização dos núcleos tenderam a se preocupar com a produção de mercadorias e alocação de crédito.

“Mas, as demandas derivadas de interesses econômicos imediatos dos trabalhadores rurais assentamentos (sic) e da necessidade de equacionar-se os problemas relacionados com a gestão das cooperativas, contribuiu para colocar a formação político-ideológica em plano de menor relevância prática, ainda que sistematicamente afirmada nos discursos... Como a organização dos núcleos de base tendeu, na maioria dos assentamentos, para dimensão econômica a formação política-ideológica dos membros desses núcleos ficou relegada a plano secundário ou ao ostracismo”. (Carvalho, in: Concrab, 1999, p. 36).

Embora nos núcleos se priorizava a organização da produção agrícola, eles se destacaram mais pelas atividades políticas do que econômicas. São poucos os núcleos de produção ou grupos nos assentamentos que se apropriaram dos meios de produção, trabalho, gestão de forma coletiva, cabendo destaque para as duas CPAs e grupos coletivos existentes na área de atuação da Coagri. As atividades de cooperação na produção estão mais presentes na aquisição e uso de máquinas e implementos do que na produção em terra coletiva.

Entre os grupos coletivos cabe destaque para aqueles mediados pelas relações de parentesco, sendo que foram encontrados grupos de três ou quatro lotes trabalhados coletivamente dentro de um determinado núcleo. Verificou-se também que no interior dos núcleos e grupos de assentados, parte de um núcleo adquire máquinas ou exploram/exploravam alguma atividade produtiva de forma coletiva.

Observa-se nos dados da tabela a seguir (tabela 21) que a apropriação de bens, instrumentos, ferramentas, terra, enfim, meios de produção, não é o principal elemento aglutinador e catalisador dos sem-terra assentado. Os núcleos de produção não se caracterizam pela coletivização dos meios de produção. Outras são as atividades desenvolvidas nos espaços de práticas coletivas dos assentados, remetendo as discussões aos critérios não necessariamente estabelecidos na produção agrícola (*stricto sensu*).

Os recursos para aquisição de meios de produção nos núcleos e grupos são provenientes do teto I (custeio e investimento) de financiamentos para assentados. Mas, deve-se observar que foi um momento em que a preocupação da Coagri era os grandes projetos de investimento.

Em vista da crise da Coagri, que atualmente encontra-se quase totalmente desativada, muitos assentados têm encaminhado projetos de custeio de investimento pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Estes projetos são marcados por pequenos investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos, ao contrário dos grandes projetos da Coagri.

Os assentados que possuem algum meio de produção em condomínio ou de forma coletiva correspondem a 48,9 %, sendo que se destaca a apropriação de máquinas pulverizadoras e plantadeiras. Eles apontam para a idéia de que não é a produção agropecuária que irá cimentar espaços coletivos e fazer destas ações, elementos de mudança social.

Os meios de produção que são apropriados e utilizados coletivamente podem ser verificados na tabela a seguir (tabela 21).

Assim, a tarefa é reconhecer os caminhos de construção de espaços coletivos, ou seja, quais os elementos que fazem a mediação das ações coletivas entre os camponeses assentados. A luta pela conquista da terra e para nela permanecer, se constitui numa mediação e instrumento aglutinador essencialmente político.

Tabela – 21 POSSE COLETIVA DE MEIOS DE PRODUÇÃO	
Meios de Produção	Assentados
Plantadeiras	34,6 %
Grade/arado	28,5 %
Pulverizador	22,4 %
Trator	22,4 %
Matrizes leiteiras/pastagem	14,2 %
Área de lavoura	12,2 %
FORAGEIRO	12,2 %
Trilhadeira/batedor	12,2 %
Resfriador	10,2 %
Terra/lavoura	10,2 %
Instalações	10,2 %
Apiário	8,1 %
Animais de tração (junta de boi)	6,1 %
Horta	6,1 %
Criação de suínos	6,1 %
Niveladora	6,1 %
Moenda de cana	6,1 %
Carroça	6,1 %
Piscicultura	6,1 %
Carreta de trator	4,0 %
Ferramentas	4,0 %
Caminhão	4,0 %
Criação ovelhas	2,1 %
Maquina de beneficiar arroz	2,1 %
Silo	2,1 %
Fogão	2,1 %
Sulcador	2,1 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Portanto, o que tem possibilitado a “massificação” da cooperação e ações coletivas nos assentamentos são as formas “não-produtivas”, embora a consciência coletiva e de luta dos assentados estejam assentadas numa base material. A participação dos assentados nas discussões dos núcleos sobre temáticas como dívida externa; participação das mulheres; características do campo e da cidade e as demandas geradas por estas diferenças; a questão dos transgênicos; privatizações; agricultura orgânica e ecológica e uma infinidade de temas se constituem numa forma de aglutinação dos assentados, que desembocam em manifestações variadas. Estas manifestações políticas estão articuladas ao mundo concreto vivido pelos assentados.

Martins (1994) afirma que a propostas dos trabalhadores não é de um reforma agrária apenas de caráter econômico, limitado aos domínios do mercado, visando o abastecimento alimentar somente, mas uma *reforma social*. Os trabalhadores querem mais do que reforma meramente econômica.

“Querem uma reforma social para as novas gerações (...) que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contra partida do seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros e integrantes da sociedade”.(Martins, 1994, p.154).

O aumento da produção agropecuária e a melhoria no padrão de vida dos trabalhadores rurais são visíveis nos assentamentos, se comparadas às condições anteriores. Mas, a importância dos assentamentos não reside apenas na função econômica e de produção, pois os trabalhadores não têm apenas necessidades de comer, vestir, morar. Também tem necessidade de democracia, participação política, de contrapor-se ao poder; de tomar decisões, enfim.

Para Abramovay (1994) as relações sociais, políticas e, principalmente, econômicas nos assentamentos, adquirem formas diferentes daquelas desenvolvidas no acampamento e na luta pela terra. As ações coletivas não teriam o mesmo espaço e se estabeleceriam um desencantamento do mundo, realidade da sociedade capitalista, em que o assentado se depara com o mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações mediadas pela dimensão econômica. Ainda para o autor, os movimentos entram em refluxo e o sem-terra assentado sai do mundo das utopias e entra no mundo da produção.

O acesso a terra coloca ao trabalhador uma nova condição (condição de produtor). Aí, ocorre uma tendência à dispersão das lutas e reivindicações, que não são as mesmas do período vivido no acampamento, quando as lutas eram mais políticas do que econômicas. Os assentados agora se preocupam com questões de produção, política agrícola, assistência técnica, investimentos, etc. As suas preocupações parecem ser outras, afinando-se mais aos dos pequenos agricultores, pois até mesmo procuram estender suas formas de organização (cooperativas, associações, grupos de produção) aos agricultores não assentados.

Esta compreensão dos assentamentos, considerando a dimensão econômica e da produção como prioritária, não se constitui no único parâmetro para compreender as manifestações dos assentados, embora a ideologia e a compreensão política esteja assentada na produção material e não numa consciência do processo social formada no interior da superestrutura como defende o paradigma idealista.

A relação de produção define a forma de distribuição da mais-valia e meios de produção entre as classes, sendo necessárias condições jurídicas e políticas para garantir a

manutenção da forma de repartição. A existência das ideologias é uma condição de reprodução do modo de produção. Os ideais utópicos dos sem-terra estão vinculados a uma postura política-ideológica, ou seja, uma concepção e uma visão social do mundo vinculado aos interesses de classes sociais.

A formação de grupos de assentados e núcleo de produção nos assentamentos materializa concepções políticas e ideológicas com discussões das questões que atinge a sociedade. Os assentados não ficam passivos diante de decisões tomadas para atender os interesses dos dominantes. É neste agir dos assentados que eles vão se constituindo como sujeitos políticos participativos da construção social.

As informações trazidas e discutidas no interior dos núcleos e grupos permitem o assentado se contextualizar da conjuntura política, social e econômica a partir de uma análise elaborada pelos próprios trabalhadores. Não é somente o de repasse de informações, mas “lugar” onde se discutem e se constroem formas de participação de lutas de resistência. Nos grupos e núcleos se encontram o discurso (fala) com a prática política que resulta nas lutas de resistência dos assentados.

Assim, verifica-se que os sem-terra constroem sua proposta de participação política nos assentamentos. O território do assentamento é essencialmente político. No processo de construção do território camponês no assentamento, as cooperativas despontam como forma de construção de participação dos assentados enquanto sujeito político. Mas, sendo uma possibilidade de participação criada pelos próprios sem-terra é a partir da inclusão econômica e produtiva que as cooperativas representam, que o MST entende que os assentados vão se tornar sujeitos políticos. E ainda, é como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir.

Por outro lado, no interior da proposta de inclusão econômica e de necessidade de desenvolvimento de forças produtivas como condição para a construção de sujeitos políticos, os assentados vão construindo formas que não passam pela esfera da produção stricto sensu. Onde a construção dos sujeitos políticos ocorre mais pelo desenvolvimento de forças sociais e populares do que pelo desenvolvimento das forças produtivas. É neste contexto de surgimento de forças sociais que se expressa o conteúdo e natureza do desenvolvimento desigual, ou seja, o descompasso entre o desenvolvimento das forças

produtivas na proposta de cooperativa (Coagri) e surgimento de forças sociais com os núcleos e grupos de assentados.

Eis, pois, como os camponeses dos assentamentos do Centro-Oeste/PR se constroem como sujeitos políticos, verificados a partir de sua fala e de sua prática de luta e resistência.

CONCLUSÃO - V

V - CONCLUSÃO

A partir da realização da pesquisa pode-se chegar a um conjunto de verificações que indicam os assentamentos de trabalhadores rurais do Centro-Oeste do Paraná como território de luta e resistência camponesa. Foi verificado como o MST e os assentados têm materializado no espaço a sua concepção de organização social, política e econômica. Os assentamentos foram construídos como território camponês onde se produz e reproduz um conjunto de relações sociais e de produção que garante ao campesinato o lugar na sociedade como sujeitos políticos.

Verificou-se também que as principais atividades coletivas nos assentamentos se materializam na proposta de cooperativas do MST; núcleos de produção e grupos de assentados. Foi observado neste processo que a coesão entre os assentados passa pela mediação de afinidades políticas construídas no processo de luta pela terra. As ações coletivas nos assentamentos são uma forma de luta para garantir sua existência na terra conquistada.

A participação nas mobilizações, as discussões nos grupos e núcleos, os protestos para liberação de recursos financeiros, os cursos de formação política e técnica, os grupos coletivos e a própria organização da Coagri são indicativos de coesão cimentadas pelas afinidades políticas existentes entre os assentados.

Embora substancialmente diferentes, existe um entrelaçamento entre as ações coletivas e comunitárias. As ações coletivas possuem conteúdo essencialmente político, ou seja, a coesão ocorre pelas afinidades políticas existentes resultantes da trajetória de luta dos assentados, principalmente. A participação nas mobilizações contra as privatizações, por exemplo, estão incluídas nestas atividades coletivas.

Já as ações comunitárias, possuidoras também de conteúdo político, são desenvolvidas pela mediação da solidariedade entre as pessoas. Não apresentam necessariamente uma natureza marcada pela contradição de uma sociedade dividida em classes, mas pelo estabelecimento de laços de solidariedade entre as pessoas. Pode-se exemplificar como relações comunitárias a ajuda mútua e as trocas de dias de serviços entre as famílias assentadas.

As ações coletivas são atividades realizadas para conquista da terra e criação de condições para nela permanecer. As lutas pela viabilização produtiva também são atividades coletivas desenvolvidas nos assentamentos. Mas, é por meio da luta, e não necessariamente pela produção de mercadorias que os assentados garantem a sua existência. A idéia de reprodução dos camponeses, neste caso, os assentados, pela produção de mercadoria pode significar o seu fim. O logro do mercado capitalista atesta a sua exclusão.

O conteúdo político das lutas camponesas não surgiu com a luta dos sem-terra. A trajetória do campesinato é uma trajetória de luta contra sistemas que procuram subordiná-lo. Para compreender o campesinato e a forma como ele está inserido no processo político, foi destacada a sua participação nos movimentos revolucionários de construção do socialismo. A revolução russa foi tomada como exemplo para destacar o papel do campesinato nos processos revolucionários.

A compreensão da existência do campesinato na sociedade foi tratada a partir da idéia do desenvolvimento desigual das relações sociais de produção, marcadas por um descompasso entre o desenvolvimento de forças produtivas e as relações sociais, ou seja, de que as forças sociais não estão subordinadas às forças produtivas. A existência do campesinato está incluída neste descompasso do desenvolvimento social.

As condições de exclusão do processo produtivo a que estavam submetidos os sem-terra, mesmo depois dos assentamentos das famílias, com uma reduzida capacidade de inserção econômica, não bloquearam o processo de construção da consciência política entre os assentados. As informações dos assentados sobre temáticas como capitalismo, dívida externa, Banco Mundial, são indicativos desta consciência política.

O entendimento de campesinato elaborado no contexto de sua participação no processo revolucionário norteou grande parte dos estudos e das manifestações dos camponeses. A compreensão de camponeses do MST está vinculada ao contexto das revoluções. Assim, se o MST se sustenta das forças revolucionária do campesinato para entrar na terra, isto não ocorre depois do assentamento. Para o MST, é preciso que as características camponesas dos assentados sejam suprimidas para dar continuidade ao processo revolucionário. A proposta das CPAs (foram encontradas na região estudada

duas cooperativas coletivas - CPA) e de coletivização é uma forma de superação do “espírito camponês” dos assentados.

Esta proposta de coletivização tem uma elevada rejeição entre os assentados. Isto se deve porque suprime a características camponesas dos assentados, consideradas pelo MST como depreciativa, pelo menos na produção agrícola. Para organizar a cooperação é preciso deixar de ser um camponês. Esta concepção está calcada na idéia de coletivização proposta aos camponeses pelo Partido e aplicada em muitos países que fizeram a revolução socialista.

Para o MST, as manifestações coletivas realizadas nos assentamentos devem passar pela cooperativa. Trata-se de um entendimento de atividades coletivas em que as cooperativas se constituem como um instrumento de luta e que através dela se organiza os assentados. Na proposta de cooperativa como instrumento principal de luta nos assentamentos está implícita a idéia de que a resistência passa pela necessidade de organização produtiva e desenvolvimento econômico. Não só as cooperativas de produção coletiva, mas também as de comercialização e prestação de serviços, como a própria Coagri, são indicativos da prioridade à organização produtiva.

A proposta de CPA sempre foi considerada pelo MST como a forma de cooperação superior para os assentados em que a terra, trabalho, instrumentos e gestão são coletivos. Esta cooperativa foi vista como uma forma de operacionalizar o fim da fragmentação entre o campo e a cidade e viabilizar a aliança entre operários e camponeses na construção das transformações sociais.

Por outro lado, verificou-se que os assentados rejeitam a aliança pensada a partir da superioridade da classe operária, ou que visa superar a organização camponesa de produção. Rejeitam a coletivização pelo fato de que esta forma de cooperação exige a supressão de valores camponeses entre os assentados. A luta dos assentados é para continuar camponeses.

Apontam para outra concepção de aliança para superar a fragmentação existente, ou seja, uma aliança construída a partir da possibilidade de existência do campesinato enquanto fração da classe trabalhadora capaz de participar do processo de transformação social. Os camponeses nos assentamentos indicaram que na superação da fragmentação

precisa reconhecer especificidades da expansão do capitalismo no campo. O campesinato se constitui numa especificidade.

As cooperativas se dedicaram à organização econômica e criação de infraestrutura de produção por meio de alocação de crédito oficial para a reforma agrária. Estas conquistas servem também para ampliar as lutas.

A Coagri estimulou a organização da produção nos assentamentos tendo como referência um modelo empresarial de organização de cooperativas. O resultado foi a “falência” da Coagri depois de oito anos de existências (1993-2001), bem como o modelo de cooperação proposto pelo MST nos assentamentos. A partir do início de 2002, o MST redefiniu sua forma de estar presente nos assentamentos retirando da cooperativa o papel central na organização dos trabalhadores assentados. Foi uma intervenção política, pautada na organização produtiva nos assentamentos e não de organização de uma base social de sustentação das lutas.

Mas, as cooperativas são uma forma de desenvolvimento de manifestações coletivas porque estão sustentadas por uma concepção de organização social de divisão de classes, ou seja, se constitui como uma forma de intervenção política.

A Coagri apesar da preocupação com a organização produtiva, não está completamente em contradição com as características camponesas entre os assentados. Elas são portadoras também de um conteúdo popular. Se por um lado, a Coagri centralizou sua ação na organização de linhas de produção semelhante a uma empresa, por outro lado, apresentou-se como uma forma de potencialização e territorialização da luta camponesa nos assentamentos. Portanto, as cooperativas são um instrumento de resistência e luta dos assentados.

A Coagri estimulou e coordenou a formação de núcleos de produção. Estes se tornaram mais base do MST do que uma forma de organização dedicada à modernização da produção nos assentamentos. Os grupos de assentados remanescentes dos acampamentos também são formas de organização que permitem o desenvolvimento de lutas entre os assentados. Os grupos viabilizam um conjunto de atividades que vai da ajuda solidária nas colheitas, por exemplo, até as mobilizações na capital federal contra a política e a ideologia neoliberal como se verificou pelos dados de participação dos assentados nestes eventos. Nas entrevistas e nas conversas informais com os assentados

foram muitos aqueles que demonstravam “satisfação” de ter participado de protestos contra o opressor como foram os protestos realizados em frente à embaixada dos EUA no Brasil, governo do Estado, fechamento de rodovias, etc.

Os núcleos de produção formados pela cooperativa, ao se constituir como núcleo de base e também os grupos de assentados, fazem parte de manifestações coletivas entre os assentados. Os núcleos evidenciaram a possibilidade de ampliação da organicidade para que cada assentado não fique isolado no seu lote de terra. Os dados apontaram que os núcleos se destacaram muito mais pela mobilização e organização de luta do que organização da produção agrícola e coletivização. Foi por meio dos grupos e núcleos que se operacionalizam a luta dos assentados.

Estas atividades coletivas nos assentamentos apresentam um conteúdo geográfico. A proximidade das famílias nos lotes e formação de grupos implica num arranjo territorial que pode contribuir nas mobilizações e lutas. Os núcleos e grupos apontaram para a superação da fragmentação do espaço, contribuindo para aproximação das pessoas e ampliação das relações sociais.

Os núcleos permitem superar o isolamento dos camponeses proporcionado pela dispersão dos lotes no espaço geográfico. O distanciamento das famílias foi considerado um obstáculo para a realização de ações coletivas. A idéia de que o campesinato forma unidade de produção ligada umas às outras como “batata num saco” é superada pela possibilidade de articulação em forma de rede geográfica dos núcleos de produção e grupos de assentados. Acrescente-se a formação de núcleos de moradia e as comunidades surgidas nos assentamentos como forma de aproximação das famílias para a realização de lutas como se verificou nos assentamentos Ireno Alves do Santos e Terra Livre.

Os núcleos também permitem a circulação de informações sobre os mais variados assuntos, se constituindo como um espaço de interação entre os assentados. Aí são discutidas questões ligadas aos vários aspectos da vida dos assentados. Observou-se que existe entre os assentados um conjunto de informações sobre temáticas polêmicas referentes às questões de ordem política e econômica, principalmente. Este foi o caso de informações e compreensão crítica sobre temas como socialismo, capitalismo, dívida externa, privatização, por exemplo. Estas informações atestaram que a compreensão de sociedade pelos camponeses assentados não está limitada à localidade que o cerca.

O lugar da participação nas manifestações de protestos dos assentados indica também que não está restrita à localidade. As lutas estão espacializadas. Os assentados têm participado de mobilizações e lutas nas variadas regiões do Paraná e do Brasil. Uma série de motivadores contribuiu para a participação dos assentados nas lutas, destacando-se a busca de recursos financeiros para custeio e investimento nos assentamentos.

A conquista da condição de camponês assentado, não significou apenas a conquista de benefícios econômicos, mas, sobretudo da possibilidade de organização e de inserção política. Além da própria luta pela terra fazer parte da possibilidade de participação política, a partir daí se desdobraram novas formas de participação.

Assim, luta pela terra, é mais do que luta por terra. É luta pela possibilidade de existência, territorialização das relações camponesas e de solapamento de uma ordem social regida pelo capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - VI

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo, Hucitec. 1992.
- _____. O Mundo Desencantado dos Assentamentos. In: Medeiros. L. et al. Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: Unesp. 1994. 313-320.
- ABREU, A. T. G de. A Posse e Uso da Terra: Modernização Agropecuária de Guarapuava. Curitiba: UFPR. 1981. Dissertação de Mestrado em História.
- ALMEIDA, R. A. Os (des) Caminhos do Camponato Brasileiro. In: Caderno Prudentino de Geografia. Geografia, Movimentos Sociais e Natureza. N. 19/20. 1997. p. 36-58.
- _____. Migração e Território sob o Olhar do Migrante. Três Lagoas: digitado. 2001.
- AMIN, S. VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- ANDREATO, E.R. Nucleação, Organização do Assentamento Ireno Alves dos Santos. Veranópolis: Iterra. 2000. Monografia de Conclusão de Curso em Administração de Cooperativas.
- BENJAMIN, C. et al. A Opção Brasileira. São Paulo: Contraponto. 1998.
- BETTANIN, F. A coletivização da terra na URSS (Stáline a revolução do Alto – 1929/1933). Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1981.
- BETTELHEIM, C. A Luta de Classes na União Soviética. Trad. Bolívar Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. V. 1 e 2. 1979.
- BIHR, A. Da Grande Noite à Alternativa. São Paulo: Boitempo. 1998.
- BOGO, A. Lições da Luta Pela Terra. Salvador: Memorial das Letras. 1999.
- _____. Resgatar os Princípios Organizativos. São Paulo. MST. 2001.
- BONIN, A. A. et al. A Luta Pela Terra no Paraná Recente. In: PAZ, Francisco. Cenários de Economia e Política - Paraná. Curitiba. Prephacio. p. 119/143. 1991.
- BONIN, A. A. et al. Movimentos Sociais no Campo. Curitiba: Criar Edições. 1987.

- BRENNEISEN, E.C. A Luta pela Terra no Oeste Paranaense (Do Movimento ao Assentamento: Limites e Contradições de Um Projeto Coletivo de Produção). São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP.
- _____. Relações de Poder, dominação e Resistência: A Organização Social e da Produção em Assentamentos Rurais na Região Centro-Oeste do Paraná. São Paulo, 2000. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP
- CALDART, R. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes. 2000.
- CARVALHO FILHO, J. J. Política Fundiária, Oportunidades Perdidas, Revolução Cultural e Lampedusa. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade. n. 2, V. 11. 1997. p. 26-34.
- CARVALHO, H. M. Formas de Associativismo Vivenciadas Pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. Curitiba: NEAD. 1998.
- _____. As Contribuições Internas no Esforço de Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do MST (Período 1989-1999). In: Concrab. Evolução da concepção de Cooperação agrícola do MST (1989-1999). Caderno de Cooperação Agrícola. N. 08. São Paulo: Concrab: 1999a.
- _____. A Interação social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. Curitiba: NEAD. 1999b.
- _____. Comunidade de Resistência e Superação. Curitiba: Digitado. 2002.
- CHAYANOV, A. V. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.
- CHRISTOFFOLI, P. I. O Desenvolvimento de Cooperativas de Produção de Produção Coletiva de Trabalhadores Rurais no Capitalismo: Limites e Possibilidades. Curitiba, 2000. Dissertação de Mestrado em Administração. UFPR.
- CONCRAB. Quatro Anos Organizando a Cooperação. São Paulo: Concrab. 1996.
- _____. Cooperativas de Produção: Questões Práticas. 3. ed. São Paulo: Concrab. Caderno de Formação 21. 1997.
- _____. Sistema Cooperativista dos Assentados. 2 ed. São Paulo. Concrab. Caderno de Cooperação. n. 5. 1998.

- _____. Evolução da concepção de Cooperação agrícola do MST (1989-1999). Caderno de Cooperação Agrícola. N. 08. São Paulo: Concrab: 1999.
- _____. O que Levar em Conta Para a Organização do Assentamento. São Paulo: Concrab. 2001.
- CORRÊA, R.L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.
- COTRARA. Relatórios de Atividades-Equipes Locais. COTRARA: Curitiba. 1999.
- DABUL, L. Missão de Conscientização – Agentes e Camponeses em Experiências Comunitárias. In: (Org). Neide Esterci. Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões Sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro. Marco Zero. 1984. p. 99-136.
- DATALUTA. (Banco de Dados da Luta Pela Terra). Relatório de Pesquisa. Presidente Prudente: Nera. 2001.
- DINIZ, J. A. F. A Condição Camponesa em Sergipe. Aracaju: NPGeo. 1996.
- ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: A Questão Agrária. Silva, J.G. e Stolcke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.
- COAGRI. Estatuto da Coagri. Cantagalo: Datil. 1993.
- ESTECCI, N. Roças Comunitárias: Projetos de Transformação e Forma de Lutas. In: (Org). Neide Esterci. Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões Sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1984. p. 34-63.
- ESTERCI, N. et all. Assentamentos rurais: um convite ao Debate. ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). Assentar, Assentados e Assentamentos. Solução ou Atenuante. Campinas, ABRA, v. 22, 1992. p. 07-15.
- FANKE, W. Aspectos Jurídicos Decorrentes da Conceituação da Cooperativa como Extensão das Economias Cooperativadas. In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo, vol 12. n. 36. Unisinos. 1982. p. 11-46.
- FERNANDES, B. M. MST - Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec. 1996.
- _____. Gênese e Desenvolvimento do MST. São Paulo: MST. 1998.
- _____. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes. 2000.
- _____. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez. 2001.

- FLEURY, M.T.L. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo. Global Editora. Teses. 1983.
- GANZIROLI, C. Reforma Agrária; Viabilidade Econômica no Contexto de uma Política Agrícola em Transformação. In: Medeiros, et. al. Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. p. 261-269.
- GRUPPI, L. O Pensamento de Lênin. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Graal. 1979.
- GORENDER, J. Marxismo Sem Utopia. São Paulo: Ática. 1999.
- GÖRGEN, F. S. A., STEDILE, J. P. (Orgs.). Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes. 1991.
- GUIMARÃES, A. P. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.
- HEGEDÜS, A. A Questão Agrária. In: HOSBSBAWM, E. (Org.) História do Marxismo IV: O Marxismo na Época da Segunda Internacional. 2.ed. Trad. De Luiz Sérgio N. Henriques et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 149-171.
- HINDESS e HIRST. Modos de Produção Pré-Capitalistas. Trad. Alberto Oliva. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.
- HOBSBAWM, E. Pessoas Extraordinárias. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- IBGE. Microrregiões e Mesorregiões do Brasil. Rio de Janeiro. 1997.
- INCRA. www.incra.gov.br. Acesso em 31/01/2002.
- KAGEYAMA, A.A. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas: [s.n]. 1987.
- KAUTSKI, K.. A Questão Agrária. Tradução de Otto E.W. Maas. São Paulo. Nova Cultural. Os Economistas. 1986.
- LAUSCHNER, R. Autogestão, Cooperativismo e Capitalismo. In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo, vol 12. n. 36. Unisinos. 1982. p. 57-116
- LEAL, G.M. Os impactos sócio-territoriais dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio. Relatório CNPQ-PIBIC. Presidente Prudente: 2001
- LINHART, L. Lênin, os Camponeses, Taylor. Tradução de Daniel A. Reis e Lucia A. Reis. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- LENIN, V. I. A Questão Agrária. Trad. C.F de Freitas Casanovas. Rio de Janeiro: Calvino. 1945.

- _____. Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática. São Paulo: Editora e Livraria Livramento. 1975.
- _____. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo, Brasil-Debates, Coleção Alicerces. 1980.
- _____. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982.
- _____. Que Fazer? Tradução: Hucitec. São Paulo: Hucitec. 1988.
- LOUREIRO, M.R. Cooperativismo e Reprodução Camponesa. In: (Org) Maria Rita Loureiro. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo. 1981. p. 11-40
- MAIA, I. Cooperativa e Prática Democrática. São Paulo: Cortez. 1985.
- MALAGODI, E. Marx e a Questão Agrária. In: ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Campinas, ABRA, v. 22, 1993. p. 59-85.
- MARCOS, V. Comunidade Sinsei (U) topia e Territorialidade. São Paulo. 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH/USP.
- MARTINS, J. S. Prefácio.. In: (Org). Neide Esterici. Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões Sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1984. p. 07-12.
- MARTINS, J. S. Sobre o Modo Capitalista de Pensar. São Paulo: Hucitec. 1980
- _____. Caminhada no Chão da Noite. São Paulo: Hucitec. 1989.
- _____. Os Camponeses e a Política no Brasil. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- _____. O Poder do Atraso. São Paulo: Hucitec. 1994.
- _____. Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec. 1996a
- _____. A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Hucitec. 2000b.
- _____. Reforma Agrária: o Impossível Diálogo. São Paulo: Edusp. 2000.
- _____. Os Dilemas da Interpretação da Luta pela Terra. São Paulo: Folha de São Paulo. 27/03/2001.
- _____. Revisando a Questão Agrária. Jornal Sem Terra. 160. p. 15. São Paulo: MST. Entrevista, julho de 1996b.
- MARX, K. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

- _____ El Campesinato Como Clase. In SHANIN, Teodor. Campesinos e Sociedades Campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- _____ O 18 Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Moraes. 1987.
- MARX, K. e ENGELS, F. O Manifesto Comunista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Contraponto. 1998.
- MEDEIROS, L.S. Os Trabalhadores Rurais na Política: o Papel da Imprensa Partidária na Constituição de uma Linguagem de Classe. In: Lucio Flávio Carvalho Costa e Raimundo Campos (Org). Reforma Agrária e Política. Mauad. Rio de Janeiro. 1998. p. 41-57.
- _____ Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. www.dataterra.org.br. 1993.
- MÉSZAROS, I. Produção Destrutiva e estado Capitalista (Para além do Capital). Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Editora Ensaio. 1996.
- _____ A Ordem do Capital e o Metabolismo Social da Reprodução. Revista de Filosofia/Política/ Ciência da História. Tomo I - Marxismo. 1999. p. 83 - 124.
- MORAES, C. S de. Elementos da Sobre a Teoria da Organização no Campo. São Paulo: MST (caderno de formação n. 11). 1986.
- MOREIRA, R. O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo. Petrópolis: Vozes. 1985.
- MST. Encontro Nacional dos Sem-Terra. Cascavel: MST. 1984.
- _____ Construindo o Caminho. São Paulo: MST. 1986.
- _____ A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. São Paulo: MST, Caderno de Formação n.20. 1993.
- _____ Calendário Histórico dos Trabalhadores. MST: São Paulo. 1998.
- _____ Reforma Agrária: Por um Brasil Sem Latifúndio. São Paulo: MST. 2000.
- _____ Normas Gerais. São Paulo: MST. 2001
- _____ www.mst.org.br. Concrab. Acesso em 13/05/2002.
- MUGGIATI, N. Rio Bonito do Iguaçú: A República do Sem-Terra. In: Manchete. Rio de Janeiro: Bloch Editores. n. 2302. Maio/1996. p. 30-39

- MÜLLER, G. Cotrijuí: Tentativa de Criação de Um Conglomerado de Capital Nacional. In: (Org) Maria Rita Loureiro. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo. 1981. p. 97-132.
- NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. 8ª edição. São Paulo: Graal. 2000.
- NOVAES, J. R. P. Cooperativismo: Acumulação e Mudança Social. In: Maria Rita Loureiro. (Org) Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo. 1981. p. 41-74.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. AGB, n.58. p.05-64. set/1981.
- _____ Renda da Terra. In: Orientação: Instituto de Geografia/USP. n. 05, p.94-96. 1984.
- _____ Renda da Terra Diferencial I, Diferencial II. In: Orientação: Instituto de Geografia/USP. n. 06, p.93-104. 1985.
- _____ Renda da Terra Absoluta, Monopólio, Pré-Capitalista, Preço da Terra. In: Orientação: Instituto de Geografia/USP. n. 07, p.77-86. 1986.
- _____ . Modo de Produção Capitalista e Agricultura. São Paulo: Ática. 1986.
- _____ Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto. 1991.
- _____ Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições. São Paulo. Digitado. 1992.
- _____ Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. n, 12, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE, p.24-51. 1994.
- OLIVEIRA, J. Cartão do Memorial do Monumento Antonio Tavares Pereira, Curitiba: Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da violação dos Direitos Humanos no Paraná. 2001.
- PAULO NETO, J. Introdução. In: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982. p.07-21.
- PAZ, F. Cenários de Economia e Política - Paraná. Curitiba: Prephacio. 1991.
- PRADO JR. C. A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense. 1979.
- RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia do Poder. Ática: São Paulo. 1993.

- RECH, D. Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular. Rio de Janeiro: Fase. 1995.
- _____. Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular. Rio de Janeiro: Fase. 2000.
- REIS FILHO, D.A. Uma Revolução Perdida. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1997.
- RIOS, G.S.L. O que é Cooperativismo. São Paulo: Brasiliense. Primeiro Passos. 1982.
- RIZZI, F. A Internacional Comunista e a Questão Camponesa. In: HOSBSBAWM, E. (Org.) História do Marxismo IV: o Marxismo na Época da Terceira Internacional. 2. ed. Trad. De Luiz Sérgio N. Henriques et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. p. 219-247.
- ROMANO, O. Poder, valores e Conflitos nos Processos de Organização no Interior dos Assentamentos. Comentários a um Debate. In: Medeiros. L. et al. Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo, Unesp. 1994. 249-258.
- SÁ, L. M. Prática Missionária e Resistência Cultural. In: (Org). Neide Esterci. Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões Sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1984. p. 19-33.
- SADER, E. Estado e Política em Marx. São Paulo: Cortez. 1983.
- SAMPAIO, P.A. Duas Lógicas Paralelas na Análise da Agricultura Brasileira. In: Estudo Avançados/USP. São Paulo. USP. vol. II. n. 31. set/dez. 117/129. 1997.
- SANTOS, J. V. T. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec. 1978.
- SANTOS, R. O Agrarismo Brasileiro na Interpretação de Caio Prado Jr. In: Lucio Flávio Carvalho Costa e Raimundo Campos (Org). Reforma Agrária e Política. Mauad. Rio de Janeiro. 1998. p..59-76.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. 2. ed. São Paulo: Record. 2000.
- _____. Território e Sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000b.
- SCHNEIDER, J.E. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente. In: (Org) Maria Rita Loureiro. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo. 1981. p. 11-40
- SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Industrialização. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1999.

- SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação - O velho e o novo em uma discussão Marxista. Estudos Cebrap: Petrópolis, n. 26. 1980.
- _____. La Clase Incomoda. Alianza Editorial: Madrid. 1983.
- SILVA, J.G. Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira. São Paulo em Perspectiva: São Paulo. V.7. p. 2-10. n. 03. jul/set. 1993.
- SOARES, P. T. P. L. Um Estudo Sobre Lênin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: USP. 1992. Tese de Doutorado em Economia.
- SOUZA, J. MST Desvia Dinheiro da Reforma Agrária. São Paulo: Folha de São Paulo. P. A13. 14/05/2000.
- WOLF. E. Guerras Camponesas nos Século XX. Melhoramentos: São Paulo. 1984.
- THOMAZ JR. A. Por trás dos Canaviais, os (nós) da Cana. (Relação capital x trabalho e o Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista). São Paulo. 1996. Tese de doutorado em geografia. FFLCH/USP.
- THOMAZ JR, A. e RIBAS. A. D. O Cooperativismo no Raio de Atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Presidente Prudente: Digitado. 2000.
- VIAL, V.D. A Autogestão e as Empresas Autogestionadas. In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo, vol 12. n. 36. Unisinos. 1982. p. 47-56.
- ZIMMERMANN. N. de C. Os Desafios da Organização Interna de Um Assentamento Rural. In: Medeiros. L. et al. Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo, Unesp. 1994 P. 205-224.